

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
(ORGS.)



**ESTUDOS DO
DISCURSO** 
Caminhos e Tendências

**Editora
Paulistana**

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
(Organizadores)

Estudos do discurso: caminhos e tendências

São Paulo
Editora Paulistana
2016

Copyright © 2016 Dos organizadores

Revisão técnica

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Comissão Científica

Isabel Cristina Michelin de Azevedo (UFS)
José Gaston Hilgert (UPM)
Kazue Saito Monteiro de Barros (UFPE)
Luiz Antonio da Silva (USP)
Maria Eduarda Giering (UNISINOS)
Maria Eulália Sobral Toscano (UFPA)
Maria Luiza Monteiro Sales Coroa (UnB)
Mercedes Fátima de Canha Crescitelli (PUCSP)
Rosalice Pinto (CLUNL)

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Diretora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda
Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Chefe: Profa. Dra. Marli Quadros Leite

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Coordenadora: Profa. Dra. Ieda Maria Alves
Vice-coordenador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Projeto Gráfico

Renata Palumbo

Revisão e Diagramação

Gabriel Isola-Lanzoni

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto (Orgs.). **Estudos do discurso: caminhos e tendências**. São Paulo: Editora Paulistana, 2016. 185p. ISBN 978-85-99829-77-6. Acessível em: <http://cied.fflch.usp.br/>

1. Linguagem 2. Estudos do Discurso. 3. Análise do Discurso. 4. Semiótica. 5. Retórica. 6. Análise Crítica do Discurso. 7. Literatura. 8. Teoria Bakhtiniana. 9. Estilística. 10. Linguística Aplicada. 11. Linguística Textual. 12. Análise da Conversação. 13. Estudos do Léxico.

Os artigos publicados nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

Apresentação.....	04
<i>Zilda Gaspar Oliveira de Aquino</i>	
<i>Paulo Roberto Gonçalves-Segundo</i>	
Todos os rios vão dar a Março. O movimento dos indignados e a construção de um ethos coletivo.....	07
<i>Maria Aldina Marques</i>	
A Retórica do Eu e do Outro – The <i>Othering</i> . A gramática da identidade no discurso político.....	25
<i>Alexandra Guedes Pinto</i>	
Linguística Textual – história e tendências.....	54
<i>Leonor Lopes Fávero</i>	
Dimensões do texto e do discurso.....	64
<i>Elisa Guimarães</i>	
As Influências dos Pressupostos Filosóficos do Círculo de Bakhtin Para a Construção de Teorias Enunciativas e Discursivas.....	79
<i>Ana Zandwais</i>	
Da escrita à imagem: uma análise dialógica do discurso.....	96
<i>Maria Inês Batista Campos</i>	
O posicionamento axiológico do autor-enunciador e suas implicações para a leitura em sala de aula.....	108
<i>Maria Bernadete Fernandes de Oliveira</i>	
O caráter naturalmente recategorizador das anáforas.....	119
<i>Mônica Magalhães Cavalcante</i>	
<i>Mariza Angélica Paiva Brito</i>	
Exclusão e inclusão na mídia paulista: uma análise cognitivo-retórica da construção dos rolezinhos na Folha de S. Paulo.....	134
<i>Paulo Roberto Gonçalves-Segundo</i>	
Expressões e ditados populares: entre a língua e o discurso.....	159
<i>Hudinilson Urbano</i>	
A função discursiva do neologismo literário.....	174
<i>Elis de Almeida Cardoso</i>	

Apresentação

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino (USP)

ziaquino@usp.br

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo (USP)

paulosegundo@usp.br

O presente livro constitui-se de uma coletânea de onze capítulos que versam sobre a dimensão textual e discursiva da linguagem a partir de perspectivas teóricas específicas, guiadas por olhares multi e interdisciplinares que relacionam Linguística, Estudos Discursivos, Estudos Literários, Ciências Sociais, Ciências Cognitivas, Filosofia e Educação. Resulta da participação de seus autores, conferencistas convidados do I Congresso Internacional de Estudos do Discurso (I CIED), realizado na Universidade de São Paulo, ou membros do Grupo de Estudos do Discurso da USP (GEDUSP), que apresentam reflexões a partir de três grandes eixos: o historiográfico, o teórico, o analítico.

No primeiro capítulo, Maria Aldina Marques trata de questões ligadas ao *ethos*, ao analisar uma instância do gênero discursivo *manifestação*, ligada ao movimento *Que se lixe a Troika!* em Portugal. Tomando como dimensões de análise o icônico e o verbal e tendo como norte a apreensão do *ethos* coletivo do movimento, processo que se associa à dinâmica de oposição entre endogrupo e exogrupo, a autora promove um profícuo diálogo entre Amossy, Charaudeau e Maingueneau e conclui que, pelo discurso manifestante, constrói-se “um movimento cidadão integrador de singularidades que confluem na globalidade e unidade de um posicionamento discursivo, político, enformado, por um lado, por um *ethos* popular prévio, recuperado discursivamente em modos de dizer e fazer validados pela memória doxal, mas reformulado em algumas das suas representações sociais-discursivas ou reforçado noutras, a fim de melhor se harmonizar com a imagem pretendida de um povo de esquerda, a que a convocação de vozes símbolo da revolução dá saliência” (p. 22).

Alexandra Guedes Pinto, a seguir, estuda os modos de construção positiva de si e da construção negativa do outro, a partir do exame do uso estratégico dos dêiticos pessoais, da seleção lexical, de recursos de polifonia, de adjetivação e de nominalização nos manifestos eleitorais dos dois principais candidatos às eleições presidenciais portuguesas de janeiro de 2011. A autora alia abordagens enunciativas e discursivas, segundo concepções de Kerbrat-Orecchioni, Charaudeau e Maingueneau, a pressupostos da gramática da identidade de Baumann e Gingrich.

No âmbito da Linguística Textual, Leonor Lopes Fávero apresenta uma discussão sobre a história e as tendências dessa linha teórica, recuperando sua origem na Alemanha e destacando sua introdução no contexto acadêmico brasileiro, em especial nas obras basilares de Neis, Marcuschi e Fávero & Koch. A autora percorre esses trabalhos pioneiros e mostra como a noção de texto e os conceitos que lhe são subsidiários foram lidos pelos pesquisadores brasileiros e como eles evoluíram. Elisa Guimarães, por sua vez, recupera a

relevante discussão sobre textualidade e discursividade, mostrando aproximações e afastamentos, além de pontos de intersecção e possibilidades de integração entre ambas as dimensões. A autora conclui que existe uma “perfeita adequação na concepção do texto como um processo organizacional e na visão do discurso como uma engrenagem de natureza interacional, ambos se constituindo num todo, num processo integral” (p. 78).

No capítulo seguinte, Ana Zandwais examina – a partir de uma aprofundada discussão sobre os pressupostos filosóficos que embasaram as propostas do Círculo de Bakhtin – a influência dos conceitos de *língua/linguagem, signo, ideologia, interioridade/exterioridade, enunciado/acontecimento, heteroglossia e gênero discursivo* no desenvolvimento de teorias discursivas e enunciativas contemporâneas. Para isso, a autora recupera e analisa, crítica e integradamente, as contribuições de Bakhtin, Medvedev, Volochinov e Jakubinsky. Maria Inês Batista Campos também mobiliza arcabouço teórico ligado ao Círculo de Bakhtin, ao dedicar seu capítulo à construção que se apresenta na novela *Uma criatura dócil*, de Fiódor Mikhailovitch Dostoiévski e nas litografias de Lasar Segall (1917) e ao proceder à análise das múltiplas dimensões do sofrimento feminino a partir da comparação dos temas da dor, do exílio e do vazio.

Maria Bernadete Fernandes de Oliveira, em seguida e a partir de uma perspectiva dialógica, discute as noções de enunciado, acabamento, alteridade e posicionamento axiológico e aponta para a necessidade que tem a escola de dar a devida atenção aos aspectos do enunciado que propiciem “a compreensão e interpretação do posicionamento axiológico do autor-enunciador em seu projeto de dizer, como um dos mecanismos que possibilita o acesso ao acabamento do todo do enunciado” (p. 115). Segunda a autora, por meio desse processo, torna-se possível “reconhecer nas práticas discursivas a relação com o diferente, a desmistificação da naturalização do social, exercitando uma prática que pronuncie o mundo, na visão freiriana” (p. 117).

Mônica Magalhães Cavalcante e Mariza Angélica Paiva Brito propõem, no capítulo que desenvolvem em conjunto, uma mudança de ponto de vista da relação entre anáfora e recategorização, ao indicarem que esta corresponde a elemento constitutivo daquela, afastando-se, assim, da concepção de Apothélos e Reichler-Béguelin, que se encontra fortemente atrelada a uma concepção lexicalista. A proposta integra as dimensões linguística, textual, discursiva e sociocognitiva, o que leva à emergência de novas categorias de análise. As autoras defendem “que as anáforas e suas funções recategorizadoras, bem como as introduções referenciais e suas funções apresentativas, sejam consideradas como processos sociocognitivo-discursivos e que as expressões referenciais, assim como outras formas multimodais, sejam tomadas como indícios que guiam as tentativas de estabilização referencial” (p. 133).

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo mobiliza categorias ligadas à abordagem cognitivista dos estudos crítico-discursivos – a Dinâmica de Forças e a Proximização – para analisar os processos de inclusão e exclusão de atores sociais na mídia paulista, tomando como foco a construção cognitivo-retórica dos *rolezinhos* nas cartas do leitor da *Folha de S. Paulo*. O autor examina de que maneira as vozes autorais instauram

representações conflitantes acerca dos encontros adolescentes, tomando como norte o debate acerca da noção de espaço público, privado e coletivo, os *topoi* argumentativos que legitimam os julgamentos sobre esses jovens e o debate sobre o papel do preconceito nas reações diante dos encontros.

Hudinilson Urbano, estudioso da língua falada, dedica seu capítulo ao exame das expressões e dos ditados populares a partir de uma discussão teórica acerca do significado literal e não literal. O autor propõe um conjunto de parâmetros semântico-formais que visam a dar conta das complexas relações de sinonímia, homonímia, antonímia, paronímia e polissemia, que se verificam nessas construções.

O capítulo de Elis de Almeida Cardoso estabelece um diálogo entre a Linguística, os Estudos Discursivos e os Estudos Literários, ao analisar instâncias neológicas em um *corpus* constituído de poemas modernistas, para mostrar “de que forma os neologismos literários podem favorecer a crítica social, expondo a visão de mundo dos autores que buscam, por meio de sua criatividade lexical, soltar sua voz e marcar sua posição” (p. 183). A autora parte da morfologia para alcançar os níveis textual e discursivo de análise, tomando como norte a questão estilística.

É assim que *Estudos do Discurso – Caminhos e Tendências* busca traçar percursos, delinear e coadunar teorias que possam suscitar reflexões profícuas aos pesquisadores que se dedicam aos estudos do texto e do discurso.

Os Organizadores

Todos os rios vão dar a Março. O movimento dos indignados e a construção de um *ethos* coletivo

Maria Aldina MARQUES (CEHUM-ILCH – UM)

mamarques@ilch.uminho.pt

1. A contextualização social e política dos discursos

No quadro de uma linguística dos discursos, tomo como pressuposto de análise que os discursos são práticas sociais, a fim de abordar - na designação proposta pela sociologia - os “novíssimos movimentos sociais” de contestação como forma de cidadania ativa e que, independentemente da designação adotada em cada caso, são conhecidos como *movimento dos indignados*, por explicitamente reivindicarem “o direito à indignação”.

São movimentos de contestação que, desde 2008, têm marcado a cena internacional, em diferentes momentos, países e continentes, desde a *Primavera Árabe*, de que a Tunísia e o Egito são casos marcantes, até ao movimento *Occupy*, nos Estados Unidos, e na Europa, em particular, as *Acampadas* em Espanha e, em Portugal, entre outros, o movimento *Que se lixe a Troika!* aqui em análise.

Tendo como contextualização mais saliente o suporte das redes sociais, estes movimentos pretendem, num momento de crise política, económica e social generalizada, congregar toda a sociedade civil num desígnio comum de cidadania ativa, entretido numa rede ideológica que assenta na possibilidade de compatibilizar ações comuns a partir da diversidade de origens, situações, interesses. É pelos discursos que pretendem conseguir a participação popular. Assim, na construção dos discursos de *manifestação*, este é um vetor fundamental.

1.1. Que se lixe a Troika! um movimento dos indignados

O movimento *Que se lixe a troika!* tem lugar neste enquadramento sociopolítico. Criado em setembro de 2012, em Lisboa, tem como documento fundador um *Texto de apelo*, subscrito por 29 elementos, porque, como referem, “É preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. É preciso tomar as ruas e as praças das cidades e os nossos campos. Juntar as vozes, as mãos.” Pretende ser um movimento social, de protesto *anti* “políticos”, de forma direta anti-governo, mas essencialmente *anti* instituições políticas, alimentado por uma ideologia explicitamente assumida como não partidária¹ e ancorada nas redes sociais.

¹ É uma situação que na verdade não tem esta clareza. Se no *Texto de Apelo* se afirma que “Este é um apelo de um grupo de *cidadãos e cidadãs* de várias áreas de intervenção e quadrantes políticos, a verdade é que os seus subscritores são rapidamente ligados à militância em partidos de extrema-esquerda. O *Jornal i*, de 15 de março, faz-se eco desta discussão: “O movimento apresenta-se (...) como *apartidário*, mas, segundo diversas fontes do movimento relataram ao *i*, quatro dos seis membros que compõem o núcleo duro são *militantes activos do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Comunista Português (PCP)*”.

1.2. A denominação do movimento

Em julho de 2012, o primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, num jantar com o grupo parlamentar do PSD, afirmou: «E quero reafirmar, ao fim deste primeiro ano parlamentar, que se algum dia tiver de perder umas eleições em Portugal para salvar o país, *como se diz, que se lixem as eleições, o que interessa é Portugal*». Esta expressão, apesar do distanciamento que o locutor estabelece face à forma coloquial do seu dizer, pela atribuição da responsabilidade a um outro enunciador de natureza doxal – no uso do marcador de um discurso segundo (“como se diz”) -, gerou acesa polémica pelo inusitado uso de calão, a par de uma possível menorização do ato eleitoral, dado o semantismo de indiferença que carrega face a uma situação, no caso em análise a perda das eleições, que a expressão “que se lixe!” veicula e alguns partidos exploram.

É este facto discursivo que está na origem da denominação do movimento social *Que se lixe a Troika*². Contudo, o valor semântico da expressão é aqui outro; convoca uma relação de antagonismo interpessoal, que ocorre, por exemplo, na expressão *Vai-te lixar!*, que agrega um valor ilocutório complexo de insulto e imprecação.

O enunciado *Que se lixem as eleições!* dá origem a uma cadeia dialógica³ integrando diferentes discursos públicos de desacordo e confronto, *que se lixe o governo, que se lixem os impostos, que se lixe a Europa*, e, particularmente, *que se lixe a Troika!*, que convocam a voz do Primeiro Ministro para mais violentamente o contestar; tem uma dimensão subversiva que se encontra presente noutros procedimentos discursivos do discurso manifestante.

1.3. Todos os rios vão dar a março

Em Portugal, o mês de março de 2013 foi marcado por (mais) uma manifestação. *Todos os rios vão dar a março* é o tópico central da manifestação, divulgado por todo o país, em cartazes variados que convocam esse evento:

² Troika: designação da comissão que reúne as três entidades, FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia com quem Portugal negociou o resgate financeiro.

³ O termo é de Vion (2010): “Nous appelons *chaîne dialogique* un nombre indéfini d'énoncés construits par le détournement d'un même énoncé de base”.

Figura 1.



É um enunciado polissêmico, metafórico e polifônico, que, mesmo visualmente, joga com os lexemas mar/março, o mês da manifestação, para convocar, de modo mais explícito, o provérbio *Todos os rios vão dar ao mar*, mas também outros enunciados de vozes importantes para o movimento, como é o caso de Zeca Afonso, um cantor ícone do 25 de abril e da resistência à ditadura, na sua Balada do Outono:

Rios que vão dar ao mar
Deixem meus olhos secar
Águas das fontes calai
Ó ribeiras chorai
Que eu não volto a cantar⁴.

Todos os rios vão dar ao mar é ainda a metáfora da compatibilização da diversidade num desígnio comum, cara à ideologia dos novíssimos movimentos sociais, acima referidos. O campo semântico da água em movimento configura, aliás, a estrutura deste evento, organizado em “marés”, como a *maré da educação* ou a *maré da saúde*, isto é, em grupos variados que, de diferentes pontos da cidade, convergem para um ponto central “reivindicando as suas próprias questões mas fundindo-as num protesto comum” (CAMARGO, 2013, p. 136). A relação entre *manifestantes* e *mar/maré* evoca ainda construções fixas como *mar de gente*, *rios de gente* que ajudam à construção da imagem da multidão em protesto como uma força da natureza, à semelhança das águas dos rios que nada poderá deter. O jogo de efeitos gráficos criados pela alternância de cores do cartaz, repetido como marca de identidade em todas as variações afixadas pelo país, sublinha a pluralidade de leituras possíveis.

2. Quadro teórico-metodológico

O objetivo do presente trabalho é analisar, a propósito da *manifestação de 2 de março*, o modo como se constrói o *ethos* coletivo do movimento *Que se lixe a Troika!*, com atenção particular às estratégias multimodais selecionadas pelos diversos participantes nesta prática social e verbal complexa. Pretendo

⁴ A canção, como marca identitária do povo português, vai ser explorada noutros cartazes (cf 3.4.).

mostrar que as imagens de si que o(s) locutor(es) constrói(constroem) são necessárias à compreensão dos sentidos dos discursos e dos movimentos sociais.

A hipótese de base é que a *manifestação de 2 de março* dá corpo a um *ethos* coletivo popular: um corpo plural feito também de imagens que se pretendem plurais, mas sempre convergentes. Essa construção resulta de estratégias multimodais, verbais e não-verbais.

A análise a realizar passa, essencialmente, por determinar as estratégias e mecanismos de construção do *ethos* nos discursos da manifestação, com atenção especial à relação entre *ethos* coletivo e *ethe* singulares.

A perspetiva teórica que foi privilegiada é uma perspetiva discursiva-enunciativa, que se assume interdisciplinar, conjugando diferentes abordagens teóricas. Em particular, a teoria do *ethos*, tal como é desenvolvida por autores como Maingueneau (1999), Amossy (1999, 2000, 2010) ou ainda Charaudeau (2005) constitui o suporte teórico da abordagem.

O *corpus* é constituído por materiais disponíveis *online*. Em primeiro lugar, é constituído por fotografias dos cartazes e faixas da convocação e do desfile da *manifestação de 2 de março* de 2013, com atenção particular aos textos que integram, e completado por textos, também *online*, sobre o movimento *Que se lixe a Troika!*. Estes textos, jornalísticos, mas também programáticos, são necessários à contextualização global dos discursos enquanto práticas sociais e, no caso vertente, à elaboração e difusão de uma imagem do movimento; permitem contextualizar os *ethe* do discurso manifestante, construídos nos discursos icónico-verbais dos cartazes e faixas da manifestação. O facto de se fazer a análise a partir de fotografias tem obviamente condicionantes, fica excluída toda a vertente da oralidade, mas permite por outro lado uma abordagem metodológica plurissemiótica deste género discursivo.

2.1. Teoria do ethos

Para a teoria do *ethos* - ou *imagem de si* -, um conceito recuperado da tradição retórica, convergem contributos, nem sempre concordantes, de diferentes autores (fizemos já referência a Maingueneau, Amossy, Charaudeau, ou ainda Adam (2010) e Kerbrat-Orecchioni (2002), entre outros). Assente, de acordo com Amossy (2010:25), que o *ethos* discursivo é “[...] l’image que l’orateur construit de lui-même dans son discours afin de se rendre crédible. Fondé sur ce qu’il montre de sa personne à travers les modalités de son énonciation [...]”, a reflexão sobre esta questão teórica fica aqui reduzida a apenas três pontos que são cruciais para a análise:

- a. A inscrição da problemática do *ethos* num quadro dialógico: o locutor faz a *apresentação de si* em função do alocutário, pois é necessário que este identifique e se identifique, por vezes, com este *ethos*.

- b. *Ethos discursivo e ethos pré-discursivo*: há uma relação dinâmica, o locutor confirma, reformula, modifica as representações sociais mais ou menos cristalizadas que de si circulam na comunidade.
- c. *Ethos dito e ethos mostrado*: contempla os modos como o(s) locutor(es) se constroem no discurso.

Obviamente, abordar a construção do ethos é indissociável da consideração do gênero discursivo em que é construído (*ethos* de gênero), uma questão a que Maingueneau (2013, §27) faz explicitamente referência: « Pour rendre les analyses plus opératoires, il faudrait s'appuyer sur une connaissance préalable de la manière dont tel type ou genre de texte peut être appréhendé en termes d'*ethos*, au lieu de partir à chaque fois de zéro. ».

2.2. Movimentos sociais e discurso. A manifestação como gênero discursivo

Uma segunda questão teórica diz respeito à *manifestação* como gênero de discurso. Grinshpun (2013, §9), na caracterização deste gênero discursivo, propõe duas categorias descritivas, *discurso manifestante*, que define como “l'ensemble de la production sémiotique (verbale ou iconique) d'une manifestation ou d'une série de manifestations qui ont un même objectif”, e *enunciados manifestantes*, isto é, “l'ensemble des énoncés verbaux scandés par les manifestants ou inscrits sur les banderoles ou les affichettes”. A importância desta categorização não esgota as particularidades do gênero; nomeadamente destacamos como características a ter em conta:

- a. A manifestação é um gênero do discurso político;
- b. É um evento público, de exercício da cidadania;
- c. Integra mecanismos de reforço grupal, por um lado, e de contestação e desqualificação de (discursos) adversários, por outro⁵;
- d. Esta orientação do *discurso manifestante* tem suporte na realização de dois macroatos de incitamento e de contestação.
- e. É um discurso de plurilocutores, estruturado em dois momentos temporalmente distintos de (i) convocação e (ii) desfile;
- f. É multimodal, por outras palavras, é multicanal, marcado pela coocorrência da escrita, em faixas e cartazes, e da oralidade, em palavras de ordem, e é plurissemiótico conjugando os sistemas verbal, icónico e gestual.

A *manifestação de 2 de março* é um evento discursivo que se enquadra neste gênero discursivo.

⁵ Mesmo que se trate de uma manifestação de apoio, que pode ser categorizada como subgênero do gênero manifestação, pressupõe sempre um adversário.

3. Ethos coletivo e ethe singulares na convocação da manifestação de 2 de março

3.1. Suporte do discurso e ethos: os cartazes de convocação da manifestação

A elaboração e afixação de cartazes e faixas convocando a *manifestação de 2 de março* constitui a primeira parte deste evento discursivo. A construção do *ethos* do locutor, na necessária relação com o alocutário, não é indiferente ao material não-verbal de suporte do discurso. Com efeito, consideramos, com Maingueneau (1998, p. 57), que o suporte da comunicação é fundamental: “[...] le médium n’est pas un simple moyen de transport pour le discours, il contraint ses contenus et commande les usages qu’on peut en faire”.

No discurso *manifestante*, esta importância é acrescida, pelas implicações que o cartaz impõe enquanto suporte preferencial de comunicação. De facto, a convocação da manifestação põe em cena estratégias icónico-verbais em que ganham destaque propriedades tipográficas como a forma, tamanho e cor das letras ou ainda o lugar ocupado pelo enunciado no espaço gráfico, como no exemplo seguinte:

Figura 2.



A opção por um estilo manuscrito, o jogo de cores, entre azul e vermelho, e de tamanhos dos grafemas bem como a pseudo-imperfeição do resultado, com riscos e sobreposições, é estratégica⁶; são artifícios que camuflam um trabalho efetivo de construção gráfica e impressão dos cartazes, para imporem uma imagem de espontaneidade, de improviso, do locutor. A estas imagens não deixam de agregar outros *ethe*, de autenticidade e liberdade, a que esta falta de recursos para adquirir materiais mais elaborados, ao contrário do que acontece nas atividades partidárias, dá força. É que esta atividade tem na sua origem o cidadão anónimo, que, *naturalmente*, e este é um pressuposto doxal, não dispõe de uma máquina partidária que o auxilie, nem é condicionado por ela, antes a supera no engenho e simplicidade dos materiais usados⁷. Tais

⁶ Segundo Adam (2010, p. 18), “Christophe Luc et Jacques Virbel parlent fort justement à propos de propriétés ‘typo-dispositionnelles’ de la mise en forme matérielle des énoncés”.

⁷ Esta capacidade faz parte dos estereótipos relativos ao povo português, referida habitualmente como *desenrascanço*.

imagens de automobilização, de auto-organização e de dinamismo sustentam a imagem global do movimento e reforçam os valores de apertidarismo proclamados desde a sua constituição. Saliente-se, ainda, a acrescida influência destas características, coincidentes com imagens do povo português, sempre representado de forma muito positiva, e que circulam no discurso público⁸. Por isso, a identificação com o povo é a afirmação de uma superioridade; em nome do povo, o movimento constrói uma posição alta, de poder, para daí confrontar os poderes oficiais.

Cabe referir que este é um cartaz fundamental em termos de construção do “discurso manifestante” e do *ethos* coletivo global em particular, porque os enunciados, *Que se lixe a Troika!* e *O Povo é quem mais ordena!*, indissociáveis do aspeto gráfico que os materializa neste cartaz, funcionam não só como *palavra de ordem*, retomada noutros cartazes, mas também como uma espécie de logotipo identificador do movimento. É, pois, uma marca de coesão e coerência global do evento.

Esta estratégia permite que o locutor construa um *ethos* reivindicativo, aguerrido, criado no confronto com o governo e suas “ligações perigosas”, presentificadas na *troika*, e reforçado pelo valor ilocutório do ato linguístico de imprecação que o enunciado *Que se lixe a troika!* assume.

3.2. Vozes convocadas e construção do *ethos*

O ato de convocação da manifestação põe em cena várias vozes, desde um locutor coletivo a locutores singulares; é um complexo jogo de vozes que se sobrepõem e interagem. Em primeiro lugar, os discursos/*enunciados manifestantes* põem em cena um locutor coletivo, cuja identificação é ambígua. Se por um lado é identificado com o movimento *Que se lixe a troika!*, pela presença do logotipo, a sua verdadeira assinatura, abre-se, por outro lado, a um coletivo que pode incluir o povo, a partir das formas de deixis pessoal usadas⁹:

(1) *Vamos fazer Portugal tremer*

Em segundo lugar, quando apagada da superfície textual, é pela construção de um dialogismo interdiscursivo que a imagem do locutor se mostra. De facto, o locutor põe em cena outras vozes a que se assimila: são discursos em circulação que trazem vozes proverbiais (2) e vozes da História da democracia portuguesa (3), ambas com forte valor argumentativo, pela atualização de um imaginário que garante a coesão grupal:

(2) - Março marçagão
manhã de inverno

⁸ O discurso político tem, neste domínio, um comportamento prototípico, “Todos os locutores convêm unanimemente na caracterização de um povo dotado dos traços mais nobres que um ser humano pode ter e que o levam a um comportamento exemplar” (MARQUES, 2007, p. 3128).

⁹ É um movimento que se pretende popular, em primeiro lugar. Veja-se o seguinte excerto: «Segundo Myriam, foi nessa reunião [em junho de 2012] que “foi apresentada a ideia de uma grande manifestação”, tendo também sido reiterada “a necessidade de que fossem pessoas individuais a convocar e não um colectivo ou uma associação”.

tarde de revolução
- Todos os rios vão dar a março

- (3) – [O povo é] tendencialmente sereno
– O povo é quem mais ordena!

Neste último enunciado, *O povo é quem mais ordena!*, para além da relevância que já foi referida, as vozes que se fazem ouvir, e às quais o locutor se agrega, são vozes de autoridade incontestável. Trata-se de um verso da canção *Grândola, Vila Morena*, escrita e cantada por Zeca Afonso, ao estilo dos cantares populares alentejanos, e que foi a senha para o Movimento das Forças Armadas na madrugada da revolução de 25 de Abril de 1974. Entoadada repetidamente em momentos de celebração da democracia ou de protesto, em nome dessa mesma democracia, é a voz de abril que todos os portugueses identificam. Ao trazer esta voz de autoridade, voz mítica mesmo, como palavra de ordem para a manifestação, o movimento *Que se lixe a Troika!* inscreve-se numa tradição democrática, mostra-se num ethos “de revolucionário”¹⁰. A voz original da democracia torna-se a voz do povo que agora se manifesta. Se, como refere Amossy (1999, p. 127), “[...] l’efficacité de la parole est liée à l’autorité de l’orateur”, o locutor assegura a eficácia da convocação, pelas vozes que traz para o discurso e a que se assimila.

3.3. Discursos “reciclados” e construção do ethos

Mas o trabalho de construção do *ethos* assenta em estratégias e mecanismos linguísticos mais diversificados. O locutor não se limita a convocar discursos de autoridade; procede também a modificações, a alterações, para melhor os integrar no *discurso manifestante*, contribuindo para a (re)construção do *ethos global* do locutor e a reorientação argumentativa e temática dos discursos.

Esta estratégia permite, por exemplo, a construção de um *ethos* discursivo popular, a que o uso de provérbios adaptados ao contexto¹¹ da manifestação dá força, ou permite, ainda, retrabalhar, reformular, o *ethos* popular pré-discursivo, de modo a fazê-lo convergir com uma nova imagem, mais adequada aos objetivos de contestação do grupo. É o caso do estereótipo de *paciência*, quando não de *passividade*, associado à imagem do povo português. A esta representação o locutor substitui um *ethos* de combatividade, pela modificação do discurso convocado. Assim *O povo é sereno* é reformulado para *tendencialmente sereno*, pela adunção da modalização adverbial; do mesmo modo, o enunciado *Os portugueses são um povo de*

¹⁰ A autoridade das vozes convocadas é uma estratégia de credibilização recorrente. Completando a análise dos enunciados acima transcritos, vale a pena assinalar que “[O povo é] tendencialmente sereno” convoca um momento de crise da recém-implantada democracia; “O povo é sereno” foi a reação do primeiro-ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, a tumultos civis, em 9 de novembro de 1975, em frente à Assembleia da República.

¹¹ Note-se que a versão original do provérbio *Todos os rios vão dar a março* é “Todos os rios vão dar ao mar”; este *provérbio* e outras expressões fixas modificados estão ao serviço deste objetivo discursivo. Do mesmo modo, *Março, marçagão, manhã de inverno tarde de revolução* deriva da forma *Março marçagão, manhã de inverno tarde de verão*.

brandos costumes, estereótipo frequentemente convocado, é também modificado através da predicação *Os brandos costumes têm limites*¹².

A subversão dos estereótipos, orientada para uma atitude interventiva, visa a adesão dos destinatários e a consequente construção de uma identidade grupal pela assimilação à *imagem de si* construída no discurso.

3.4. Discurso icónico e identificação do locutor

Retomando a metáfora dos rios e marés, identificadora da manifestação em análise, são diferentes locutores que concorrem para a construção da imagem global. Para além da linguagem verbal, a linguagem icónica tem uma função nuclear nesta identificação.

As imagens que complementam os discursos dos cartazes têm, portanto, uma função identificadora do locutor; propõem um corpo para uma voz. Com efeito, o discurso icónico dá relevo aos corpos que assumem estas vozes. Nos exemplos abaixo, repetida(s) em dois cartazes diferentes, é possível identificar a(s) imagem(ns) de um locutor jovem e irreverente. São fundamentais, na construção desta imagem do locutor, os ténis, calçado preferido dos jovens, em combinação com o jogo de linguagem entre o nome do herói cinematográfico Batman e o enunciado bat[e], man [forma de tratamento usada por jovens]”, associado à imagem de um bastão¹³. Estas dimensões enquadram os enunciados centrais (pelo destaque gráfico) *A gente que canta já não vai em cantigas* e *Basta de brandos costumes*¹⁴:

Figura 3.



Figura 4.



¹² Há um trabalho sistemático de reformulação da imagem do povo português. Veja-se, no mesmo sentido de reformulação, o enunciado do cartaz (Fig. 5) *A gente que canta já não vai em cantigas*, no uso da expressão fixa “não ir em cantigas”, isto é, “não se deixar enganar”, que ganha outros sentidos na relação com a primeira parte da predicação “A gente que canta”. É que, mais uma vez, estamos perante uma imagem do povo português criada durante a ditadura pela propaganda salazarista, a do camponês que trabalha, canta e reza. Traz ainda para o espaço discursivo a memória de uma série de documentários televisivos de Michel Giacometti e Alfredo Tropa, realizados durante dois anos nos inícios dos anos 70 do século XX, sobre cantigas populares, e intitulada “Povo que canta”. *Um povo de brandos costumes* é um chavão da ditadura do Estado Novo, criado por Salazar. Brandura é aqui sinónimo de resignação.

¹³ A nota de humor dada pelo pormenor do cãozinho a “regar” a troika enquadra-se no estereótipo do espírito jovem e irreverente.

¹⁴ Recorde-se que estamos perante imagens do povo português criadas durante a ditadura pela propaganda salazarista. São vozes da ditadura que, por força da recontextualização, são assimiladas ao governo e outras instituições adversárias.

Destacam-se por serem imagens com valor simbólico grupal (intragrupo). Tal como nestas imagens, também noutros cartazes que apresentam um locutor individual¹⁵ não está em causa a identificação de um locutor singular; em cada caso é a voz de um grupo, idosos, reformados, estudantes, intelectuais e jovens, que é trazida. A singularidade da imagem é suplantada pelo valor de *exemplum* que a transforma e lhe dá força argumentativa.

Por isso, e apesar da sua singularidade, cada imagem remete para um grupo, é o “corpo” dos que se identificam com esta voz, ou, como refere (Maingueneau, 1999, p. 80), a “communauté imaginaire de ceux qui adhèrent à un même discours”. A convocação singular é sempre simulação.

4. Os destinatários do ato de convocação

De facto, a relação que o locutor instaura com o seu alocutário é, nos enunciados de convocação, uma relação de consenso. O objetivo é dinamizar os elementos de um mesmo grupo, apelar a uma ação conjunta. Por isso, a forma de tratamento usada é a de segunda pessoa, pois o uso de *tu* instaura, neste contexto, uma relação solidária. O locutor constrói preferencialmente uma relação de proximidade e igualdade com o alocutário/ destinatário, que é convocado na sua singularidade:

(4) Eu vou E tu??
Sai à rua Faz ouvir a tua voz
Solta a Grândola que há em ti

Mas, como atrás apontámos, também aqui a singularidade é aparente; o destinatário é sempre a soma dos indivíduos que aceitam ser interpelados por esta forma de tratamento.

Um alocutário coletivo, a que o locutor também se agrega, está presente ao serviço da construção da mesma relação intragrupal, agora marcada pelo uso da primeira pessoa do plural *Nós*, em oposição a “eles”, os adversários. Quando estes são destinatários, a relação instaurada é de exclusão, configurando-se um ato de recusa dos outros, das suas propostas políticas:

(5) Os *nossos* sonhos não cabem nas vossas urnas

O locutor constrói assim um *ethos* global solidário, de identificação com o povo, mas também um *ethos* contestatário.

4.1 Atos ilocutórios e imagem do alocutário

Os enunciados manifestantes constituem atos ilocutórios diretos de incitamento intragrupo mas também atos ilocutórios indiretos de ameaça extragrupo; todos contribuem para a construção de um *ethos* interventivo, ativista, marcado particularmente nas formas verbais de imperativo:

¹⁵ A título de exemplo, refira-se que um dos cartazes usa a figura de Einstein.

- (6) - Sai à rua Faz ouvir a tua voz
- Solta a Grândola que há em ti

A mesma estratégia subjaz aos enunciados modificados, por comportarem um ato indireto de aviso ou mesmo de ameaça, em que o locutor reafirma o seu ethos de autoridade e de ativismo cidadão, como nos enunciados já acima referidos:

- (7) - O povo é tendencialmente sereno
- Basta de brandos costumes

Ainda que não exploremos aqui esta dimensão, cabe lembrar que os atos ilocutórios realizados, bem como toda a estratégia de modificação de provérbios e outras expressões, estão ligados à construção de um estado emocionado, a indignação, que pretende ser o motor dos movimentos de protesto, a ponto de ser a sua característica prototípica e, por metonímia, os designar (os movimentos dos Indignados)¹⁶.

5. Os discursos da manifestação: o desfile

A análise dos cartazes e faixas da manifestação mostra uma modificação relativamente às suas características discursivas em manifestações mais *tradicionais*. De facto, predominam os cartazes individuais, ou seja, transportados por um só manifestante; as faixas, identificando, habitualmente, *slogans* de partidos e sindicatos quase não existem, ou, se existem, partilham das características materiais dos cartazes, ao serviço de uma estratégia que, como vimos, privilegia o estatuto de *cidadão*¹⁷.

Há efetivamente um *discurso manifestante* novo. Quase não há *slogans*¹⁸, substituídos por outros enunciados que dão visibilidade a situações específicas, particulares e mesmo individuais. A clássica estrutura genérica destes enunciados dá lugar a enunciados marcados por construções deíticas que mostram um locutor individual, ainda que outros manifestantes se possam rever nessa situação, o que lhe confere representatividade coletiva que os cartazes da convocação, como vimos, já evidenciam¹⁹:

- (8) - É humilhante sair do meu país para sobreviver.
- Os meus filhos não passarão fome.
- Estou só. O meu filho emigrou!

Este último enunciado, por exemplo, faz parte de um cartaz manuscrito, transportado por um homem idoso. Constitui um ato expressivo de lamentação, que convoca estereótipos de solidão ligados à terceira

¹⁶ Emediato (2010, p. 86) faz referência a esta centralidade: “O efeito (...) da indignação (...) surge como o sentimento mais prototípico da ética cidadã”.

¹⁷ Segundo Dorna (2007, §30) “Il y a dans le discours politique, lorsqu’il est réussi, une capacité à provoquer l’identification”. O discurso do desfile mostra a identificação conseguida, como efeito perlocutório do macroato de convocação.

¹⁸ Esta é uma característica dos novíssimos movimentos sociais: Segundo Grinshpun (2013, §9) “En effet le slogan prototypique d’une manifestation, tel qu’il est habituellement décrit dans les travaux des spécialistes, est une formule concise dont le signifié et le signifiant ont une forme prégnante, destinée à être scandée oralement et de manière collective. »

¹⁹ De facto, os próprios manifestantes mostram ter consciência desse facto; num dos cartazes do corpus pode ler-se *Aqui sou mais que eu*.

idade, a par de um outro drama social, este atingindo a juventude, que é a emigração por falta de oportunidades de trabalho em Portugal. O jogo de cores dos grafemas, entre azul e vermelho, dá realce às unidades linguísticas “só” e “emigrou” assim agregados visualmente.

5.1. A autoria dos cartazes

Uma primeira questão relaciona-se, pois, com a autoria dos cartazes. Sabemos que, teoricamente, o locutor empírico é distinto do locutor construído no discurso e pelo discurso, mas não são alheios um ao outro. Esta questão coloca-se, de modo particular, num evento comunicativo que pretende agregar a diversidade e autenticidade dos manifestantes, que de forma inteiramente livre, pretende-se, participam no evento. Os cartazes e faixas, pelo menos na sua maioria, são feitos à mão²⁰, mostrando o seu carácter artesanal, com recurso a materiais de ocasião, seja um cartão de uma caixa rasgado irregularmente ou uma folha de papel, pregados numa tira de madeira ou cartão, ou transportado e mostrados com as mãos.

O material usado reforça os eixos semânticos de improviso, autenticidade e singularidade que encontrámos já noutras vertentes. Mas deve ter-se em conta, também, o carácter estratégico destas opções, que, entre outras funções, estão ao serviço da construção do *ethos* coletivo.

De facto, os autores dos cartazes não são necessariamente os portadores dos cartazes, ainda que estes, por força das relações dinâmicas texto-contexto, não sejam alheios à construção dos sentidos. A convocação, para construir cartazes é recorrente: em cartazes (*Rossio 18 horas vamos pintar cartazes*), em fotografias que mostram arrecadações onde já se empilham, prontos a serem distribuídos, ou ainda na imprensa, acentua a pertinência desta distinção teórica:

(9) As cinco “marés” vão juntar-se no topo da Avenida da Liberdade, sob o olhar atento do Marquês que reconstruiu a cidade de Lisboa após o terramoto de 1755, sendo que *a partir das 14 horas haverá uma “oficina de produção de cartazes” com designers e artistas*. (Protestar e pôr o país a cantar a Grândola nas ruas, por Fábila Maciel 02/03/2013 – 00:00, *Público online*)

5.2. Os portadores de cartazes: dar corpo a uma voz

Os portadores de cartazes e faixas assumem o estatuto de locutores empíricos. Dão corpo (empírico) a uma voz, constituem-se como “bases corporais” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2010, p. 124)²¹ do *ethos* mostrado nos enunciados/discursos dos cartazes/faixas que transportam.

²⁰ Alguns são impressos em telas, mas o conteúdo dos enunciados aproxima-os das singularidades que se mostram nos cartazes artesanais, de que é exemplo: *sr. Pedro, não tenho PPPs não tenho ações ou fundações para os seus cortes e subtrações. Não roube mais e sempre aos mesmos*.

²¹ Kerbrat-Orecchioni retoma aqui Maingueneau e a problemática da *corporalidade* do *ethos*. Falando de *bases corporais do ethos*, diz que “[...]os locutores não poderiam mudar radicalmente de *ethos* porque ele está ligado ao corpo: por mais trabalhada que possa ser a comunicação, sempre ficará algo de irremediavelmente pessoal no timbre da voz, nas mímicas, na postura, na aparência geral”.

Numa das faixas que analisámos, marcada mais uma vez pelo improvisado que decorre da grafia e dos materiais usados, as portadoras da faixa, com idades claramente acima dos sessenta anos, assumem a responsabilidade do enunciado, dão-lhe um rosto feminino e asseguram o sucesso da referência, na identificação de “os mais fracos” com os reformados (as reformadas), em detrimento de outras possíveis identificações (desempregados, por exemplo, ou outros setores mais fragilizados da sociedade portuguesa).

A relação dos portadores de cartazes com o conteúdo discursivo destes é duplamente importante na identificação dos referentes discursivos e do estatuto social dos portadores, porque *fazem corpo* (MAINGUENEAU, 1998, p. 82) com este modo de protestar. Há uma progressão na construção desta identificação: portador – locutor - autor.

Por isso, estamos perante uma estratégia discursiva recorrente. Numa outra fotografia da manifestação divulgada *online*, numa faixa cujos portadores são agora jovens, o conteúdo verbal precisa, de igual modo, o estatuto social que estes assumem, de estudantes, no jogo de palavras “A Troika é um erro crato” (Nuno Crato é ministro da Educação e Ciência). É um procedimento discursivo de reorientação temática e argumentativa que já encontramos nos cartazes de convocação; pela sobreposição de erro crato a erro crasso, o locutor convoca com humor outros discursos implícitos, outras leituras: Crato é um erro crasso; A Troika é um erro crasso.

Em ambas as situações os locutores mostram um *ethos* coletivo popular mas também interventivo, como já havia sido construído aquando da fase de convocação. Tal como ocorreu na construção dos cartazes, estes “corpos” não valem apenas na sua singularidade, estão investidos de uma carga simbólica, são sempre representantes de um grupo social, exemplificam as *marés* idealizadas pelos promotores da manifestação.

5.3. Os discursos dos manifestantes e a construção da relação interlocutiva: o lugar do adversário

O desfile da manifestação vai refazer o quadro comunicativo inicial, preservando, no entanto, os *ethe* construídos. Os locutores e alocutários da convocatória são agora locutores, e o alocutário é agora o adversário. O objetivo é a verbalização da contestação, que se realiza maioritariamente através de um posicionamento interventivo e agressivo, de que os discursos de convocação já davam conta, desde logo na denominação do movimento, mas também no exercício sistemático de reformulação da representação social de passividade popular.

As formas de tratamento (FT) marcam esta redefinição desta relação interpessoal, são *relacionemas* (KERBRAT-ORECCHIONI, 1994), isto é, são não só indicadores mas também construtores da relação interpessoal. De uma relação interpessoal inicial, no discurso de convocação, marcada pela relação EU/TU = NÓS vs ELES passa-se a uma relação EU/NÓS vs TU = ELE(S).

Neste confronto, os destinatários são desqualificados pelas formas de tratamento usadas. Aplicando à relação interpessoal discursiva, a categorização das FT em função dos parâmetros de poder e solidariedade, como proposto por Brown e Gilman (1960), a forma de segunda pessoa do singular (TU) assume valores contextuais diversos de acordo com os contextos em que ocorre. Se nos discursos de convocação da manifestação assegura a relação de solidariedade, numa comunicação intragrupo, nos discursos de desfile da manifestação, a FT, no quadro de uma situação de confronto, é uma marca de poder que desqualifica o adversário. Por contraste com as FT institucionalmente adotadas na relação com o Primeiro-Ministro, *Sr. Primeiro-Ministro/V.Excelência*, o uso da segunda pessoa, completado por outras FT como a forma pronominal *você*, as formas nominais *sr. Pedro* ou *Coelho*, serve a intensificação do desacordo e da desqualificação, veiculados pelo enunciado em que a FT se insere:

- (10) - *Aguenta tu*
 - *sr. Pedro*, não tenho PPPs não tenho ações ou fundações para os seus cortes e subtrações. *Não roube* mais e sempre aos mesmos.
 - *Sr. Coelho*, nem temperado *você* é desejado. É pior que as vacas loucas
 - *Coelho estás* a passos de deixares a quinta

De facto, os atos ilocutórios reforçam esta relação de confronto, e o locutor constrói um *ethos* de superioridade e agressividade, mostrado na realização de atos ilocutórios de ordem, ameaça e insulto, que podem aliás coexistir no mesmo enunciado:

- (11) - *Demite-te, Coelho*
 - Hoje estou na rua. Amanhã és tu!!
 - Volta para a toca

É sobretudo o ato de insulto que sobressai dos valores ilocutórios do *discurso manifestante* (“la dimension aggressive du discours protestataire.”, Orkibi, 2012: §31). O insulto é um ato ameaçador da face de que a agressividade é componente fundamental; é um ataque *ad personam*. Mas é também um enunciado de emoção (Plantin, 1997, Doury, 2000), expressa fúria, ódio, descontentamento. O enunciado insultuoso concentra um conjunto de atos ilocutórios de que sobressai o ato expressivo, porque é o veículo de uma emoção contra um alvo identificado, e um ato agressivo, que o desqualifica²².

Nesta manifestação, os insultos são dirigidos, preferencialmente ao Primeiro-Ministro. O alvo do insulto é construído ora (12) como objeto de discurso, em descrições desvalorizadoras pela carga axiológica negativa que carregam ora (13) como interlocutor, interpelado por diferentes locutores. Em qualquer dos casos, são estratégias discursivas que vão exacerbar a manifestação do desacordo e diabolizam a imagem do adversário-alvo:

- (12) - *A região transmontana dispensa este sacana*
 - *Pá xaputa cú parriu!*

²² Não é obviamente o único dispositivo de construção da agressividade. Outras vertentes concorrem para a acentuar, como é o caso da linguagem caricatural (BONHOMME, 2010).

- Coelhos há muitos! Mentirosos só há um...

- (13) - Passos vai bardamerda
 - Xô!
 - Volta para a toca
 - Ó Coelho anda pro Porto que a gente acerta-te os passos
 - Gatuno
 - Ladrão

O insulto é, pois, uma estratégia preferencial; usado no confronto com os poderes públicos é a marca do poder popular que desce à rua: “L’usage d’une langue obscène, caractéristique de la rhétorique de polarisation, est tout particulièrement associé à la reprise du contrôle de l’espace public par le peuple” (ORKIBI, 2012, §19).

Estes mecanismos verbais ativam um *ethos* popular, que agrega uma imagem de rudeza, intensificada no uso de linguagem obscena, associada a um *ethos* reivindicativo; a cortesia não faz parte do *ethos* do locutor do discurso manifestante, ou melhor, a descortesia faz parte do *ethos* do locutor do discurso manifestante.

A contestação e a agressividade dos insultos coexistem com uma vertente lúdica, própria do protesto político, e que nesta manifestação tem expressão em formas icónico-verbais variadas. Assim, a construção do insulto, por exemplo, assenta em formas axiologicamente negativas que jogam com o nome do Primeiro-Ministro (Pedro Passos Coelho); há uma animalização do adversário por caricaturação zoomórfica²³:

- (14) - Passos Coelho já devias estar a fritar no tacho há muito tempo

O objetivo é ridicularizar o adversário; a agressividade e o insulto cruzam-se com o escárnio. O discurso icónico participa nesta construção, permite ou reforça a identificação do referente discursivo, nomeadamente por ridicularização, como no pormenor da imagem abaixo, que complementa o enunciado *Volta para a toca*:

Figura 5.



O ludismo e a contestação associam-se ainda na criatividade linguística, sempre ligada a formas de cultura popular. O discurso manifestante é também discurso de celebração do poder popular, de um modo

²³ Bonhomme (2010) identifica esta estratégia já no século XVIII, em manifestos contra Luís XVI, apelidado de *porco*.

particular de ser povo. Num registo popular, as rimas, os jogos de linguagem a nível lexical e fonético são postos em relevo em cartazes onde o grafismo sobressai:

(15) - Relvas, Coelho e *Gaspar*
Piores que *Salazar*
- A região *transmontana*
Dispensa este *sacana*

(16) - Se o PASSOS precisa do RELVAS
nós PASSAMOS bem sem eles!
- Sócrates, Portas e Coelho vão para a troika que vos pariu!!!
- Párrem de me róbar
- Pá xaputa cú parriu!

É um uso transgressor da linguagem que não é alheio ao cómico, à irreverência e a um espírito mordaz, que conjugam, por um lado, as características de um género político que dessacraliza o poder institucional e, por outro, representações sociais do povo português que recuam às cantigas de escárnio e maldizer, por exemplo.

6. Considerações finais

A análise de um único evento discursivo, como o que acabámos de apresentar, tem necessariamente limitações, mas o seu enquadramento num movimento cívico mais alargado, de que a manifestação de 2 de março não é um “episódio único”, a par do facto de esta ter sido uma manifestação que poderemos classificar como prototípica do género e, sobretudo, o enquadramento teórico que suporta a investigação asseguram a pertinência do estudo e a transferibilidade do conhecimento obtido para outras análises e outros contextos.

Da análise da construção do *discurso manifestante*, sobressai a existência de um processo de liderança, em particular na fase da convocação da manifestação, mas que não deixa de estar presente em todo o evento discursivo ainda que apagado da superfície discursiva, ao serviço da construção de uma imagem do movimento que os seus promotores pretendem que seja uma imagem de espontaneidade, de automobilização dos cidadãos. Constrói-se, deste modo, um movimento cidadão integrador de singularidades que confluem na globalidade e unidade de um posicionamento discursivo, político, enformado, por um lado, por um *ethos* popular prévio, recuperado discursivamente em modos de dizer e fazer validados pela memória doxal, mas reformulado em algumas das suas representações sociais-discursivas ou reforçado noutras, a fim de melhor se harmonizar com a imagem pretendida de um povo de esquerda, a que a convocação de vozes símbolo da revolução dá saliência.

Mas as estratégias de mobilização popular destes “novíssimos movimentos sociais”, no apelo às origens democráticas, à soberania popular, à unidade do povo, à cultura popular, são estratégias já clássicas noutros géneros do discurso político, como refere A. Dorna (2007, p. 19):

Le discours politique, encore davantage populiste, s'appuie sur l'évocation des critères d'identité commune. C'est un *rappel de la mémoire culturelle*, afin de relancer en permanence la cohérence et la cohésion de l'ensemble. *Ce qui divise est minimisé et les éléments d'unité sont mis en relief* à travers des symboles et des commémorations. Les mots d'ordre sont toujours martelés: *revenir aux racines, ressourcer les institutions, retrouver l'âme de la nation et aller au peuple!*

Mas não são únicas. Coexistem com a dinâmica forte e, essa sim, “novíssima” da mobilização proporcionada pelas redes sociais, com impacto nacional e internacional.

Na tradição de outras manifestações populares, a construção verbal do *discurso manifestante* atualiza um estilo de gênero, que se integra na chamada *retórica dos movimentos sociais*, e onde sobressaem os jogos de linguagem, a coloquialidade e mesmo os insultos. A precariedade dos materiais usados é coerente com o estilo.

A construção de um *ethos* global do movimento resulta de estratégias multimodais, verbais e não-verbais, que dão visibilidade a pretendidos *ethe* individuais interpretáveis, no entanto, em termos de *ethe* coletivos pela simbologia que carregam; estes procedimentos visam suscitar a adesão através de um modo de dizer que é um modo de ser, operacionalizado, desde o início, como assinatura do movimento *Que se lixe a Troika!*.

A construção desse *ethos* global, um *ethos* de identificação popular, não é a mera soma de *ethe* individuais, pelo contrário, é o *ethos* global, pretendido pelos ativistas do movimento, que determina os *ethe* individuais. Neste contexto, a autoria dos discursos é uma das questões fundamentais a considerar.

As vozes que o discurso manifestante atualiza desenham um *ethos* coletivo popular de esquerda; sem marcas discursivas identificadoras, apenas alusões, as vozes vivem no discurso por uma memória comum que reforça o grupo, *Nós*, contra os outros, *Eles*.

Dois objetivos fundamentais sobredeterminam todas as estratégias de construção do *ethos*: mobilizar o povo e confrontar os poderes instituídos. E, neste caso, a manifestação propriamente dita, o desfile, confirma a realização desses objetivos com sucesso, já que a manifestação de 2 de março foi uma das maiores manifestações do Portugal democrático.

Referências bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. **La Linguistique Textuelle**. Introduction à l'analyse textuelle des discours. Paris: A. Colin, 2010.

AMOSSY, Ruth (org.). **Images de soi dans le discours**. Lausanne-Paris: Delachaux et Niestlé, 1999.

_____. **L'Argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2000.

_____. **La Présentation de soi**. Ethos et identité verbale. Paris: PUF, 2010.

BONHOMME, Marc. La caricature politique. **Mots**: Les langages du politique. 2010. Disponível em: <http://mots.revues.org/19858>. Acesso em 15 jun.2014.

BROWN, R. ; GILMAN, A. The Pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, Thomas Albert. (org.), **Style in Language**, Cambridge: MIT Press, pp. 253 – 276, 1960.

CAMARGO, João. **Que se Lixe a Troika!**, Porto, Deriva Editores, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Le discours politique**. Les masques du pouvoir, Paris, Vuibert, 2005

DORNA, Alexandre. Pistes pour une étude contextuelle du discours politique populiste. **Bulletin de psychologie**, 6, n.492, p. 593-600, 2007. Disponível em: www.cairn.info/revue-bulletin-de-psychologie-2007-6-page-593.htm. DOI: 10.3917/bupsy.492.0593. Acesso em 15 jun. 2014.

EMEDIATO, Wander. Argumentação na mídia: problematidade e avaliação ética. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato. (org.), **Análises do Discurso Hoje**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 71-92, 2010.

GRINSHPUN, Yana. Discours manifestant et contestation universitaire (2009). **Argumentation et Analyse du Discours**, n. 10, 2013. Disponível em: <http://aad.revues.org/1476>. Acesso em 15 jun. 2014.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales**, tome II, Paris: Colin, 1994.

_____. **Système Linguistique et ethos communicatif**. **Langue, Discours, Culture**, pp. 35-57, 2002.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. «O ethos em todos os seus estados», in Machado, I. e Mello, R. (org.), **Análises do Discurso Hoje**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 117-135, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Analyser les textes de communication**, Paris: Dunod, 1998.

_____. Ethos, scénographie, incorporation. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Images de soi dans le discours**. Lausanne-Paris: Delachaux et Niestlé, p. 75-100, 1999.

MARQUES, Maria Aldina. O 'povo português' nos discursos políticos parlamentares: um papel comunicativo complexo. In: CANO LÓPEZ, Pablo (org.) **Actas del VI Congreso de Lingüística General** (Santiago de Compostela, 3-7 de Mayo de 2004), Tomo 3, pp. 3121-3132, 2007.

ORKIBI, E. L'insulte comme argument et outil de cadrage dans le mouvement "anti-Sarko". **Argumentation et Analyse du Discours**, n. 8, 2012. Disponível em: <http://aad.revues.org/1335>. Acesso em 02 jun. 2014.

VION, Robert. Polyphonie Énonciative et Dialogisme. **Colloque international Dialogisme: langue, discours**. Montpellier, 2010. Disponível em: <http://recherche.univ-montp3.fr/praxiling/spip.php?article264>

Fontes

Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt>

"Que se lixem as eleições, o que interessa é Portugal." http://www.tsf.pt/paginainicial/portugal/interior.aspx?content_id=2682715 (acesso: 2 de junho de 2014)

NEGRÃO, Leonardo. Discurso de Primeiro-Ministro interrompido por "Grândola Vila Morena". **Dinheiro Vivo**. 15 fev. 2013. Acesso em 22 fev. 2013.

A Retórica do Eu e do Outro – The *Othering*. A gramática da identidade no discurso político

Alexandra Guedes PINTO (Universidade do Porto)
mapinto@letras.up.pt

1. Introdução

Partindo da assunção basilar de que a Análise do Discurso é uma área científica dispersa, onde confluem vários tipos de estudos sobre o discurso; mas, simultaneamente, uma área convergente, onde o discurso é entendido como o uso da linguagem por locutores reais em situações reais (VAN DIJK, 1992, p. 14), propomo-nos, neste trabalho, analisar os manifestos eleitorais dos dois principais candidatos às eleições presidenciais portuguesas de janeiro de 2011: Anibal Cavaco Silva e Manuel Alegre.¹

Apoiados também na conceção de que a Análise do Discurso estuda o dispositivo de enunciação que liga uma determinada organização textual a um contexto social determinado (MAINGUENEAU, 1990, p. 13), procurando no enunciado as marcas da sua enunciação, pretendemos verificar em que medida as estratégias linguísticas utilizadas em cada um dos manifestos escolhidos indiciam circunstâncias contextuais influentes na organização textual e, simultaneamente, em que medida a organização textual permite a construção de um determinado *frame* da realidade.

Assim, fundamentamo-nos numa base conceptual da Teoria da Enunciação, abrindo a mesma à análise dos discursos, com o apoio de autores como Kerbrat-Orecchioni (especialmente Kerbrat-Orecchioni, 1980); Maingueneau (1990) e Charaudeau (1983; 1995). Chegaremos, por fim, a uma Teoria da Enunciação no discurso que assume as implicações que Chilton e Schäffner (2002) extraem do uso dos deíticos, enquanto índices retóricos de construção das identidades. Nesta perspetivação da deixis enquanto veículo de ideologia, perspetivaremos a deixis interpessoal, com índices como o EU; O TU; O NÓS como elementos organizadores de um espaço em torno de um centro deítico - o EU - que não é apenas espaço físico, mas, também, espaço nocional, ligado a valores axiológicos do Bom, do Mau e a noções de Inclusão e de Exclusão. Adotando a visão destes autores, conceberemos os deíticos como pequenas palavras que concentram um grande poder nas representações sociais que potenciam, construindo facilmente a noção de *insiderness*, de *outsiderness*, de *inclusiveness*, de *exclusiveness* (CHILTON; SCHÄFFNER, 2002, p. 30) como espaços axiológicos antagónicos. Desta forma, interessar-nos-á recuperar o modo como o enunciador do Manifesto Político se posiciona face ao mundo, face ao que relata e face ao outro, perspetivando a deixis como “ancoragem” de uma identidade social.

¹ Os manifestos políticos das presidenciais portuguesas de 2011 foram já objeto de uma reflexão anterior, publicada pela autora em Pinto (2013b).

Para além destes pressupostos de base, acrescentaremos, ainda, que, sendo todo o discurso subjetivo e orientado, logo, argumentativo (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002), ele transporta necessariamente uma visão do seu locutor e é construído para agir sobre o alocutário, sendo uma forma de ação sobre o contexto. As estratégias discursivas que selecionámos para análise são, simultaneamente, marcas de um *ethos* e de um projeto de *pathos* específicos de cada candidato e de cada programa eleitoral envolvido, que nos interessam também relevar.

Aqui tocamos uma das partes centrais do nosso estudo que é a forma como estes candidatos “seres do mundo” constroem as suas imagens discursivas enquanto “seres do discurso” (DUCROT, 1990). Recorrendo à teoria das “gramáticas da identidade” de Baumann e Gingrich (2004), defenderemos que, ao contrário do que se passa noutros tipos de Ethos, como é o caso do Ethos científico, o Ethos político se constrói numa estratégia de “orientalização”, de diferenciação especular face ao OUTRO, ou seja, numa estratégia de “Othering” e de conflito.²

Acrescentamos, ainda, que assumimos o princípio de que o discurso possui uma organização transfrástica, sendo, pois, uma unidade complexa, que apenas se deixa explicar por regras de organização textual e contextual, relativas ao tipo de discurso onde se integra e a outros planos da situação de comunicação que o condicionam. Torna-se, neste contexto, importante verificar como se evidencia na superfície dos textos o tipo de discurso e o género textual em que os manifestos se inscrevem, uma vez que a integração do texto numa prática discursiva predeterminada que o condiciona é um dos aspetos da integração do texto no seu contexto.

Assim, necessitaremos de traçar alguns parâmetros básicos do género *manifesto político* dentro da grande categoria de discurso que é o *discurso político*. Com efeito, tal como fica explícito no título do nosso trabalho, a construção do Ethos Político é feita de forma específica relativamente a outros tipos de Ethos, facto que decorre diretamente das circunstâncias contextuais e de género em que este Ethos político se territorializa.

2. O contexto sociopolítico

Antes de partirmos para o estudo da construção das identidades nos documentos em análise, porque discurso é texto em contexto, convém recordar alguns aspetos da situação de enunciação que enquadróu os manifestos políticos presidenciais portugueses de 2011.

Um desses aspetos é o de que, embora o nosso estudo se foque nos manifestos de dois dos candidatos concorrentes às eleições presidenciais de 2011, na verdade, estas não opuseram dois, mas, sim, cinco

² Veja-se o que afirma Evans (2013) sobre a importância do uso da estratégia do “othering” na formação de uma identidade nacional: “Othering, otherness and exclusion, all refer to the process in which groups or their individuals are defined by the social majority as different, incompatible, unworthy, or otherwise unwanted or ostracized. This act results in the dichotomist formation of an *us-group* and a *them-group*, or in some places an *in-group* and *out-group*.”

candidatos de vários quadrantes políticos. Não obstante este facto, Cavaco Silva e Manuel Alegre, foram, de entre todos os candidatos, os que efetivamente disputaram o acesso ao cargo. Cavaco Silva, o presidente cessante, a concorrer para a reeleição, com um mandato de cinco anos no curriculum; Manuel Alegre, um candidato recorrente, a concorrer pela segunda vez numas eleições presidenciais, que já tinha perdido em 2006 contra, precisamente, Cavaco Silva.

É relevante dizer que ambos os candidatos se posicionam em forças políticas que, embora não muito distantes, são diferentes e, no quadro político português, muitas vezes se apresentam como opostas: Cavaco Silva, como o candidato de centro direita e Manuel Alegre, como o candidato de centro esquerda.

Outra das questões relevantes neste enquadramento é a grande diferença que separa os dois candidatos em termos de identidade pessoal e pública. Os manifestos de cada um dos dois vão ser um espelho destas diferenças identitárias: Manuel Alegre, que é também poeta, mais apaixonado e com uma dimensão de *pathos* mais forte e marcas de modalização e argumentação mais vincadas; Cavaco Silva, economista de formação, mais sério, mais formal, revelando no discurso um menor envolvimento pessoal e um menor grau de interpelação direta do público leitor.

Em termos de contexto político e socioeconómico, deve ser referido que estas eleições ocorreram num momento de crise económica e de alguma apatia política.

Três meses após as eleições presidenciais, que têm lugar a 23 de janeiro de 2011, o primeiro-ministro português, José Sócrates, anunciou que o seu governo havia formalizado um pedido de assistência financeira junto da Comissão Europeia de forma a assegurar financiamento para a economia interna e para o sistema financeiro. Pouco depois uma comissão técnica proveniente da Comissão Europeia (CE), do Banco Central Europeu (BCE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) – apelidada de “Troika” – aterrou em Portugal para iniciar negociações sobre o programa de assistência financeira para o país que começaria a ser aplicado em maio de 2011.³

Juntamente com a ajuda financeira, fortes medidas de austeridade foram impostas ao país, tendo aprofundado a crise económica que já se sentia, gerando um sentimento de descontentamento generalizado.

O crescimento da dívida pública, o aumento do desemprego, a perda da competitividade, a pressão constante dos mercados financeiros e as exigências europeias, cedo levaram o país a perceber que o chamado “programa de ajustamento e retoma” conduziria o país a percorrer um longo e penoso caminho de dificuldades e perda de poder económico dos cidadãos.

³ A expressão “a Troika” foi um termos popularizado durante a crise da Zona Euro para descrever o grupo formado pela Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu como o grupo de entidades que prestaram assistência financeira aos países da Zona Euro que se encontravam endividados e em crise – Irlanda, Portugal, Chipre, Grécia -, impondo, em contrapartida, conjuntos de medidas de austeridade a esses países, com vista à sua reestruturação e recuperação económica. A aplicação das medidas em cada país foi supervisionada pela comissão da Troika durante os períodos de assistência, estudados para cada caso em particular.

Ora, todo este processo de crise, que conduziria à queda do governo socialista e à intervenção da *Troika* em Portugal em maio de 2011, estava já fortemente presente no contexto das eleições presidenciais de janeiro desse ano.

Com a perda progressiva de autonomia política e administrativa por parte do governo português face à intervenção da Europa e do FMI, a consciência de perda de soberania torna-se cada vez mais forte, conduzindo o projeto de integração na Europa a uma crise de identidade interna. Quando as eleições presidenciais em janeiro de 2011 e as eleições parlamentares antecipadas em junho do mesmo ano têm lugar, estava claro para os portugueses que os resultados eleitorais seriam relativamente irrelevantes para o futuro do país que estava a ser decidido em paragens mais distantes, influenciado pelos *ratings* dos mercados financeiros e as imposições da União Europeia sobre a política económica nacional.

Um sentimento generalizado de tristeza e descrença marcou, assim, o cenário sociopolítico da altura.

Os líderes políticos, assim como os cidadãos, cultivaram sentimentos dúbios para com a intervenção da *Troika*, conscientes, por um lado, da inevitabilidade da assistência financeira, mas revoltados, por outro lado, com as fortes medidas de austeridade impostas por ela. O contexto socioeconómico é, assim, disfórico, contribuindo para um cenário de conflito potencial entre os diversos atores envolvidos – a *Troika*, a Europa, os Portugueses; o Governo português, a Presidência da República.

Esta descrença da população na importância dos atores políticos nacionais em cena marcou profundamente o tom das eleições presidenciais, que se pautou por ser cinzento e previsível. A abstenção atingiu valores muito elevados, revelando um divórcio entre as pessoas e a política.

Para além de todo este contexto negativo, a História recente da democracia em Portugal tornava previsível que o Presidente em recandidatura, neste caso Cavaco Silva, seria reeleito para mais cinco anos, visto que esta mesma situação tinha acontecido antes, no caso de Jorge Sampaio, aquando da sua candidatura para um segundo mandato.

Esta previsão comprovou-se com a vitória de Cavaco Silva à primeira volta com 53% dos votos e uma abstenção de acima de 50%.

3. O género ‘manifesto político’

Um outro aspeto muito relevante na caracterização dos dois textos em estudo é, como dissemos acima, a sua inclusão no tipo e género respetivo. Para defender porque apresentamos estes dois textos como exemplos prototípicos do seu tipo e do seu género: tipo de *discurso político*; género textual *manifesto eleitoral*, temos de enquadrar, ainda que sumariamente, estes tipo e género de discurso, propondo uma definição base dos mesmos. Para o efeito, tomaremos como referência a proposta de Adam (2001, p. 40-41) para a delimitação de géneros textuais de acordo com oito componentes, a saber: a componente semântica;

a composicional/estrutural; a enunciativa; a pragmática; a linguística (que o autor descreve como “estilística e fraseológica”) a metatextual; a peritextual e a material.

Assim, consideramos que cada texto se integra num dado género textual e que, cada género se inscreve num tipo de discurso, de acordo com a área de atividade socioprofissional em que se inserem os indivíduos que produzem os textos. Referimo-nos, assim, a tipos de discurso enquanto classes de textos que se definem e se distinguem com base num critério de natureza sociolinguística, decorrente da área de atividade socioprofissional dos respetivos locutores.⁴

Neste contexto, um manifesto eleitoral é um género de texto que se integra dentro do tipo de discurso político, porquanto é produzido por um candidato ou por um partido político no âmbito da sua atividade profissional, visando estabelecer e comunicar à população uma dada estratégia política e definir um conjunto de propostas de ação e de legislação futura, no caso de a eleição se concretizar.

O manifesto eleitoral é, normalmente, um texto de natureza expositiva e argumentativa que funciona como uma declaração pública de princípios e intenções destinada a mobilizar uma comunidade em torno de um projeto político. O enunciador marca a sua presença à superfície do discurso, através de diversos meios linguísticos, e formula as suas intenções através de atos compromissivos que constituem um elemento central e tradicional dos manifestos políticos: são as chamadas “promessas eleitorais”, que os candidatos ou partidos fazem ao público a fim de conquistarem a sua adesão. Estes elementos têm sido sempre, historicamente falando, uma parte central dos discursos eleitorais, permanecendo como tal, hoje em dia, muito embora também sejam igualmente conhecidos por serem quebrados no momento em que o político ascende ao poder. As promessas que são alvo de destaque no manifesto de um partido ou de um candidato têm legitimidade superior à de outras medidas legislativas, uma vez que é com base nas mesmas que a população decide o seu voto.

Os manifestos possuem uma estrutura relativamente estável, exibindo componentes regulares: compreendem sempre um título, que resume o lema da campanha e do candidato; uma imagem, que corresponde, no caso dos manifestos presidenciais, à fotografia do candidato; a identificação, por topicalização, dos princípios defendidos; a explicitação dos argumentos que fundamentam estes princípios; a identificação do local, da data, e a(s) assinatura(s) dos autor(es).

Os documentos integram, tipicamente, autorreferências explícitas ao género através dos títulos “Manifesto Político”⁵ e preveem uma circulação maioritária por via digital, onde coabitam com outros géneros peritextuais, tais como vídeos da apresentação pública do candidato, testemunhos de

⁴ Sabemos que a delimitação de géneros textuais é uma tarefa difícil. Por um lado, a identidade dos géneros define-se com base em fatores linguísticos e situacionais heterogéneos, que dificultam o seu levantamento exaustivo; por outro, a natureza simultaneamente flexível e mutável dos géneros inviabiliza uma descrição definitiva. Não é nosso objetivo neste trabalho discutir a complexidade dos géneros, pelo que optaremos por apresentar uma tentativa de delimitação do género em estudo, através da identificação de alguns parâmetros de género e de mecanismos de realização textuais correspondentes, de acordo com a proposta de Coutinho e Miranda (2009).

⁵ Confrontar Anexo 1.

personalidades que apoiam a candidatura, entre outros. Exibem marcas tipográficas de género ostensivas, como sejam as fotografias dos candidatos, a assinatura manuscrita, o trabalho gráfico sobre os tipos, tamanhos, cores e reforço de letra para hierarquização da informação, distinguindo, dentro do manifesto, entre títulos, subtítulos e corpo de texto.

Os manifestos políticos eleitorais têm também um propósito pragmático estável: visam transmitir as posições do locutor, comprometer o locutor à execução de atos futuros e apelar à adesão do destinatário. Em termos linguísticos, a superfície destes discursos deverá, por isso, conter fortes marcas de modalização e subjetividade, traços relacionados com a presença do enunciador no seu texto, e também fortes marcas de argumentação, que suportam a presença da controvérsia e da persuasão.

Estes manifestos, onde o candidato ou o partido definem o seu programa de governação, são elementos essenciais numa campanha eleitoral, funcionando como uma espécie de vínculo que liga o candidato ao seu eleitorado.

É relevante salientar, no caso em análise, que o candidato Manuel Alegre opta por designar o seu manifesto de “contrato presidencial” em vez de “manifesto presidencial”, marcando o seu texto com um primeiro índice de subjetividade, já não da subjetividade estrita definida por Benveniste como a inscrição do sujeito na língua, ou seja a “gramaticalização” da presença do sujeito falante no sistema linguístico, mas de uma subjetividade mais alargada, no sentido de Jakobson. Os efeitos pragmáticos desta renominalização metatextual – e quase redefinição de género textual - são os de reforçar o carácter vinculativo que uma carta de princípios desta natureza tem sobre os interactantes da mesma, a saber, o candidato e os eleitores, mostrando assim que o que Manuel Alegre enuncia no seu manifesto são mais do que promessas⁶.

4. A ‘gramática da identidade’

Tomando por referência a proposta dos sociólogos Baumann e Gingrich (2004), eles mesmos apoiados em teorizações anteriores hoje aceites como clássicas em Sociologia, ressaltamos, para efeitos do nosso estudo, a questão de a identidade étnica de um grupo se gerar no contexto de relações entre grupos mutuamente dependentes (BARTH, 1969; RIGGINS, 1997).

Esta proposta implica que o conjunto de atribuições simbólicas que constituem a identidade étnica não deve ser entendido como um conjunto de propriedades derivadas automaticamente da existência autónoma de um grupo em particular, encerrado nos seus próprios limites territoriais, mas, antes, que a identidade étnica de cada grupo depende das relações simbólicas e interacionais reais que os seus membros

⁶ O facto de MA (Manuel Alegre) ter alterado a classificação normal / tipológica do seu documento de "Manifesto" para "Contrato" é uma mudança relevante, que é de alguma forma demonstrativa do que dissemos acima sobre a sua identidade e o facto de ele ser menos submisso a convenções do que CS (Cavaco Silva). MA inovou na própria classificação do seu manifesto político, mostrando que não pretendia que o seu discurso fosse recebido apenas como uma mera apresentação das suas estratégias e intenções, mas também como um contrato legalmente vinculativo entre ele e seu público. Illocutoriamente, o seu discurso sai, assim, reforçado, ativando um complexo acional mais forte do ponto de vista diretivo.

mantêm com os integrantes de outros grupos, sendo que a identidade étnica de um grupo se constrói, pois, no processo das transações que o grupo mantém com outros grupos. Nas palavras de Baumann e Gingrich: identidade e alteridade são duas faces da mesma moeda (BARTH, 1969; BAUMANN; GINGRICH, 2004).

A hipótese de Baumann e Gingrich faz-se, pois, no domínio da definição da identidade étnica, avançando os autores com a proposta de que a etnicidade é uma prática discursiva, um discurso de identidade e alteridade. Os autores propõem três ‘gramáticas’ do sentido de processos de estruturação de identidades, justificando, logo no prólogo da sua obra, o uso deslocado que fazem do conceito de ‘gramática’⁷:

Usamos a palavra [gramática] como um simples correspondente para certas estruturas classificatórias ou esquemas classificatórios que reconhecemos de entre uma ampla variedade de processos usados no ato de definir a identidade e a alteridade. [...] Denominamos estas concepções sociais ‘esquemas classificatórios ou estruturas classificatórias’, porque não se definem pelo seu conteúdo, mas sim pelo modo como dispõem os conteúdos do *self* e os conteúdos do *outro*, utilizados para produzir estrutura (BAUMANN; GINGRICH, 2004, p. ix)⁸.

O enfoque estrutural justifica-se, precisamente, porque se centra no exame da diferença entre sujeitos sociais em relação, ou seja, nas operações de contraste entre elementos, a partir das quais se deduzem os conteúdos que dão substância ao sujeito concreto.

Um outro argumento aduzido pelos autores para justificar a escolha da palavra ‘gramática’ para a sua proposta sobre modelos de formação de identidade é o de que, tal como acontece com o conceito de ‘gramática’ nas línguas, também nas sociedades estes modelos de formação de identidade ganham um enquadramento normativo:

“Just as linguistic grammars offer a set of rules which allow sentences to be formulated, so these social grammars offer a set of rules which allow otherings to be articulated. Furthermore, grammars are assigned a normative status by the social and cultural contexts that privilege, or indeed demand, one or another grammar to be used.” (BAUMANN; GINGRICH, 2004, p. xii)

Uma outra questão importante na proposta dos autores é a prioridade analítica da *alteridade* em relação à identidade, ou, por outras palavras, a construção do OUTRO, como objeto de contraste, é analiticamente, prévia à construção do *SELF*, como objeto de identificação. Para permitir a descrição deste

⁷ Leiam-se as palavras que Baumann e Gingrich dedicam no prólogo à noção de ‘gramática’: “Grammar, one of the most imaginative discoveries we know and perhaps the most potent hypothesis about anything from a baby’s mind to that of a philosopher, has become a truly taboo word, placed on the *Index Verborum Prohibitorum* by a fear of being so polysemic that it might easily be misunderstood. One may borrow the Freudian term *überbesetzt*, or ‘overcharged’, to diagnose this fear of a word not simply overused, but successively endowed with so many different meanings or ‘levels’ of signification.” (BAUMANN; GINGRICH, 2004, p. ix)

⁸ A versão acima é uma tradução nossa do original, onde se lê: “We use the word as a simple shorthand for certain simple classificatory structures or classificatory schemata that we argue can be recognized in a vast variety of processes concerned with defining identity and alterity. Such social processes of classifying identity/alterity are intrinsically related to social conceptions which, of course, are always shaped and influenced by their respective historical and socio-political contexts. We call these social conceptions classificatory schemata or classificatory structures because they are not defined by their content, but by the way in which they arrange whatever content of self and other they are used to structure.” (BAUMANN; GINGRICH, 2004, p. ix)

processo de construção de uma gramática da identidade, os autores abordam conceitos tais como *selfing* e *othering*, que já haviam sido introduzidos por Riggins (1997), entre outros, na sua abordagem sociológica da linguagem da exclusão.

Os três modelos de **gramática da identidade**, no sentido de modalidades de formação da identidade, propostos por Baumann e Gingrich (*ibidem*) são:

- a. **Orientalization:** construção de uma identidade pela diferença. Este processo aplica-se quando, num contexto de relações interétnicas, o Self e o Outro se constituem como uma imagem especular negativa: “what is good in us is lacking in them”; mas também “what is lacking in us is (still) present in them” (BAUMANN; GINGRICH, 2004, p. x). Os autores fornecem o exemplo da relação entre as áreas geográficas e culturais ‘Ocidente’ e ‘Oriente’ como um exemplo paradigmático deste tipo de gramática. Nesta modalidade fica disponível a possibilidade de desejo pelo Outro e, por vezes, a possibilidade de relativismo auto-crítico: “It thus entails a possibility of desire for the other and even, sometimes, a potential for self-critical relativism” (BAUMANN; GINGRICH, 2004, p. x).

Na orientalização, os valores positivos associados ao *Self* são também, frequentemente, contrapostos aos valores negativos associados ao *Outro* e uma lógica de exclusividade de pertença ao grupo entra em ação.

- b. **Segmentation:** construção de uma gramática por comparação com outros grupos semelhantes. Este processo aplica-se quando os sujeitos se concebem mutuamente como membros de uma estrutura social composta de nós e hierarquias: sob um mesmo nó ramificante, dois sujeitos são formalmente iguais, muito embora estabelecendo diferentes interrelações com outros nós: “sliding scales of selfings and otherings among parties conceived as formally equal” (Baumann e Gingrich, 2004: x). Para exemplificar esta modalidade, Baumann e Gingrich fornecem o exemplo da articulação em parentesco numa linha genealógica, ou, ainda, da relação que se estabelece num regime federal entre as diferentes entidades administrativas de governação do estado.
- c. **Encompassment:** construção de uma gramática por englobamento ou inclusão, que se pode definir como a sub-inclusão hierarquizada de outros grupos num grupo englobante, sendo estes outros grupos considerados como uma parte do grupo englobante, mesmo quando os primeiros se veem a si mesmos como diferentes e como não incluídos: “hierarchized sub-inclusion of others who are thought, from a higher level of abstraction, to be really ‘part of us’”. It thus includes some others, but never all others, and it tends to minimize the otherness of those it includes.” (BAUMANN; GINGRICH, 2004, p. x-xi).

A proposta de Baumann e Gingrich revela produtividade fora do quadro empírico das relações interétnicas, para o qual foi inicialmente criada, permitindo a aplicação dos conceitos a outras formas de produção de identidade e alteridade, que é justamente o que pretendemos fazer neste estudo, no que diz respeito à construção do Ethos político.

Com efeito, certo tipo de identidades, como é o caso da identidade política, recorre, com frequência, à construção da figura do OUTRO no discurso, com a finalidade de se diferenciar, numa estratégia de polarização e até de conflito, deste OUTRO. Podemos, assim, afirmar que existe um trabalho estratégico de manutenção de “gramáticas de identidade”, “orientalizadas” no sentido de Baumann e Gingrich ou “dicotómicas”, definido por Wodak (2001) como um trabalho de “positive Self and negative Other presentation”.

Vários elementos linguísticos – lexicais, estruturais, enunciativos e pragmáticos – são usados para descrever o EU em termos positivos e o OUTRO em termos negativos, como veremos já adiante.

Antes de entrarmos na análise dos manifestos políticos das presidenciais portuguesas de 2011, objeto deste estudo, podemos demonstrar, a partir de exemplos extraídos de textos publicitários, como se codifica enunciativamente esta construção dicotómica da “positive Self and negative Other presentation”, através de uma simples oposição pronominal entre o pronome nominativo “Nós” e um pronome indefinido “os Outros”⁹, que alcança o objetivo do *othering* - a definição de um grupo “different, incompatible, unworthy, unwanted or ostracized” -, trabalhando a “dichotomist formation of an *us-group* and a *them-group*, or in some places an *in-group* and *out-group*” (EVANS, 2013). Tal construção fica evidente nos dois títulos publicitários que se seguem:

- (1) *Já alcançamos o que os outros ainda tentam desenvolver.* (Audi)
- (2) *Distinga-se dos Outros.* (Mitsubishi)

Com efeito, convém acrescentar que a questão da construção da identidade e da alteridade se relaciona também com uma outra característica dos discursos que é o facto de estes serem constitutivamente interativos. Mesmo os discursos escritos e monologais são interativos e dialógicos, no sentido de Bakhtin (1977), que é o de que existe sempre nos textos um “diálogo”, explícito ou implícito com outros locutores virtuais ou reais, com outras *voces*, com outros textos, sendo que a presença no discurso, do *Outro* / dos *Outros*, a quem o enunciador se dirige, que o enunciador convoca, por referência a quem se coloca, é fundamental na construção do sentido dos textos.

Será assim fundamental para nós também reconstituirmos este carácter dialógico dos manifestos políticos presidenciais portugueses de 2011, em particular no caso do estudo que nos propusemos apresentar aqui, para verificar em que medida a presença do OUTRO ajuda a definir a identidade do EU.

⁹ “Os outros” é aqui perspectivado como pronome com referência delocutiva – referência à terceira pessoa do discurso, a “não pessoa” como classificou Benveniste (1986 [1966]) – dando a este referente um sentido vago, impreciso e expressando uma quantidade indeterminada.

5. Os manifestos políticos das presidenciais portuguesas de 2011

Sendo os manifestos políticos selecionados para este estudo documentos extensos, que inviabilizam uma abordagem exaustiva no contexto deste trabalho, começaremos por apresentar uma “radiografia” geral dos dois manifestos, de forma a retermos aspetos centrais da sua estrutura e organização.

Assim, tendo em consideração a dimensão dos Manifestos, verificamos que o Manifesto de Manuel Alegre – doravante, MMA - é consideravelmente menor do que o Manifesto de Cavaco Silva – doravante, MCS. O MMA é composto por 11 páginas e 4.575 palavras; o MCS é composto por 15 páginas e 7.155 palavras.

Estruturalmente falando, ambos os documentos¹⁰ começam com um título, uma fotografia do candidato e a respetiva identificação. Os dois textos encontram-se, depois, divididos em segmentos bastante longos, encabeçados por subtítulos, que resumem a informação e os argumentos eleitorais dos dois programas políticos.

Figura 1. Imagem do MMA



Figura 2. Imagem do MCS



¹⁰ Extraídos dos sites de campanha respetivos: www.manuelalegre.com; www.cavacosilva.pt

Um quadro comparativo dos títulos e subtítulos dos Manifestos mostra-nos algumas diferenças estruturais entre os dois. Efetivamente, apesar de mais curto, o MMA, é dividido em mais macroestruturas; o MCS, mais longo, está segmentado em menos macroestruturas:

Quadro 1. Comparação dos títulos e subtítulos no MMA e no MCS

	MCS	MMA
Título do Manifesto	Acredito nos Portugueses. Cavaco Silva. Presidenciais 2011	Contrato Presidencial - Uma nova esperança para Portugal
Subtítulos	I Acreditar nos Portugueses II Moderador de conflitos, garante de equilíbrios III A pedagogia dos bons exemplos IV O papel do Estado V Economia e Sociedade VI Portugal no Mundo VII Portugal como desígnio	1. Um novo fôlego para a República Portuguesa 2. Um novo fôlego para a construção europeia 3. O que cabe ao Presidente dizer 4. O que está em causa nesta eleição 5. Como encaro o papel do Presidente 6. A mudança na Europa pode começar aqui 7. Uma Pátria de todos e para todos 8. O meu compromisso pelo Estado Social 9. Outra economia, outra estratégia, outro paradigma 10. Defender o território e a cultura 11. Desafio aos jovens 12. Uma nova esperança para Portugal

Para além das diferenças a nível de dimensão e de divisão macroestrutural, verificamos, ainda, que os formatos sintáticos escolhidos pelos candidatos para os seus subtítulos são bastante diferentes: frases nominais mais elípticas e amodais¹¹ no MCS; frases completas, mais extensas e com mais marcas de modalidade apreciativa e deôntica no MMA. Encontramos, por exemplo, marcas de subjetividade explícita no MMA (“Como encaro o meu compromisso”), bem como a procura de paralelismos sintáticos, recurso que o autor explora recorrentemente ao longo do seu discurso e a que o MCS quase nunca recorre. Salientamos também a insistência no adjetivo “novo” em quatro dos subtítulos em análise, bem como a progressão espiralar denunciada pelo facto de o texto iniciar e terminar com o mesmo título “Uma nova esperança para Portugal”, que revela uma preocupação constante deste candidato não só com o conteúdo, mas também com a forma do seu discurso.

Em termos de linhas de força argumentativa, que estes títulos anunciam, podemos dizer que os candidatos estão relativamente de acordo quanto aos tópicos que importa abordar na campanha. Os títulos escolhidos, embora de formato sintático diferente, mostram esta mesma concordância: as potencialidades

¹¹ Com a designação ‘amodal’ pretendemos significar a noção de ausência de traços de modalidade.

de Portugal e dos Portugueses; o papel do presidente da República na governação; o papel do Estado; a relação de Portugal com a Europa e com o mundo; a relação da economia com a sociedade.

No entanto, se os candidatos concordam relativamente aos temas que devem ser debatidos na campanha, o mesmo não se passa no que toca à substância de cada um dos tópicos abordados, sendo que o desacordo relativamente a questões centrais, como, por exemplo, o papel do Presidente da República na governação do país, é um dos argumentos mais esgrimidos nestes Manifestos.

Esta controvérsia faz com que haja momentos em que, no interior destes discursos eleitorais, que são, por natureza, monológicos, se torne quase visível o diálogo implícito que os candidatos mantêm um com o outro, na contraposição de ideias. Vejamos, apenas para ilustrar esta questão, os seguintes excertos dos Manifestos, justamente no que diz respeito às funções do Presidente da República:

a) Quando e como deve o Presidente da República falar:

(3) *Os portugueses esperam que o Presidente fale com clareza nos momentos difíceis. Que não se esconda por detrás de formalismos, ambiguidades e silêncios geradores de equívocos. A clareza e a frontalidade são um fator de estabilidade para a democracia. (...). A grande arma de um Presidente é a palavra. As palavras ajudam a mudar a vida, ajudam a criar confiança e esperança. (MMA)*

(4) *Declarações impensadas, feitas na praça pública, retiram credibilidade àquele que tem de ser um moderador de conflitos, além de poderem criar sentimentos de insegurança ou alimentar tensões numa altura em que devemos unir esforços. A voz do Presidente tem de ser uma voz serena e informada (...). As funções de Presidente da República são muito exigentes. (...) Reclamam também que o Presidente da República não ceda à tentação fácil do protagonismo mediático e seja especialmente cuidadoso e rigoroso no uso da palavra. (MCS)*

b) Como deve o Presidente da República interpretar a Constituição

(5) *Os atuais poderes que a Constituição confere ao Presidente são adequados e suficientes. Não deve inventar mais nem restringir os que tem. (...) Mas também não deve confinar-se a uma leitura redutora e formalista da Constituição. (MMA)*

(6) *(...) não é admissível que, no contexto de uma democracia consolidada como a nossa, um Presidente da República proceda a uma interpretação emotiva, passional e desrazoável do lugar que lhe compete no seio do sistema de governo português. (MCS)*

Como se pode verificar pela amostra, o confronto dos argumentos que percorrem estes textos e os põem a dialogar é um filão de análise produtivo, mostrando um carácter profundamente dialógico do género em estudo.

5.1. A construção das identidades nos manifestos políticos das presidenciais de 2011.

Pela amostra transcrita da argumentação dos dois candidatos no apartado anterior, fica já evidente que cada um deles constrói a sua identidade por ‘orientalização’, no sentido de Baumann e Gingrich, relativamente à identidade do OUTRO, à alteridade, da qual se distancia e que desqualifica. Para tal, cada um dá, nesse processo de contraste, saliência a tudo o que EU tenho de BOM e de que o OUTRO carece, bem como a tudo o que OUTRO tem de MAU e de que EU careço, numa imagem especular, tal como se espera neste tipo de construção de identidade¹².

O confronto de alguns argumentos utilizados pelos candidatos mostra que, no seio do mesmo argumento, o locutor contrapõe a Identidade – o que EU sou – à alteridade – o que o OUTRO é -, fazendo o contraste sistemático entre a identidade e a alteridade e dois eixos axiológicos antagónicos. A defesa da identidade é feita através de uma “positive self-presentation” e o ‘Othering’, através de uma “negative other-presentation”¹³. Tal eixo de contraposições pode ser representado como segue:

Quadro 2. ‘Positive self presentation e negative other presentation’

IDENTIDADE	ALTERIDADE
EU = BOM	O OUTRO = MAU
POSITIVE SELF PRESENTATION	NEGATIVE OTHER PRESENTATION

De facto, quer quando os candidatos se referem às funções do Presidente quer quando invocam o seu percurso pessoal e o seu compromisso futuro com o país, encontramos um conjunto de argumentos dicotómicos, que podem ser ilustradas pelos quadros seguintes, com excertos do MCS e do MMA:

Quadro 3. Identidade e Alteridade nos argumentos dos MCS e MMA

MCS		MMA	
IDENTIDADE Positive Self presentation	ALTERIDADE Negative Other presentation	IDENTIDADE Positive Self presentation	ALTERIDADE Negative Other presentation
<i>(7) Que o Presidente seja especialmente cuidadoso e rigoroso no uso da palavra</i>	<i>(8) Que o Presidente da República não ceda à tentação fácil do protagonismo mediático</i>	<i>(9) As palavras ajudam a mudar a vida, ajudam a criar confiança e esperança</i>	
	<i>(10) Não é admissível que um Presidente da República proceda a uma interpretação</i>	<i>(11) Os atuais poderes que a Constituição confere ao Presidente</i>	<i>(12) O Presidente da República não deve inventar mais nem</i>

¹² Veja-se acima o apartado 3.

¹³ Recuperamos aqui a proposta de Ruth Wodak, relativamente à construção dos territórios do EU e do OUTRO no discurso político, usando “strategies of positive self-presentation and negative other-presentation”, em que a autora refere estratégias de construção destes espaços dicotómicos, tais como: ‘Referential/Nomination’; ‘Predication’ ‘Intensification, mitigation’, entre outras, que, por sua vez, se manifestam através de mecanismos como a presença de ‘depersonalizing metaphors and metonyms’, ou ainda ‘intensifying or mitigating the illocutionary force or (discriminatory) utterances’. Para consultar a totalidade das estratégias e dos mecanismos previstos pela autora nesta análise, ver Wodak (2001, p. 73).

	<i>emotiva, passional e desrazoável do lugar que lhe compete no seio do sistema de governo português</i>	<i>são adequados e suficientes.</i>	<i>restringir os poderes que tem. O Presidente da República não deve confinar-se a uma leitura redutora e formalista da Constituição</i>
(13) O Presidente da República tem de ser um moderador de conflitos. <i>A voz do Presidente tem de ser uma voz serena e informada</i>	(14) <i>Declarações impensadas, feitas na praça pública, retiram credibilidade ao Presidente da República além de poderem criar sentimentos de insegurança ou alimentar tensões</i>	(15) <i>Que o Presidente fale com clareza nos momentos difíceis. A clareza e a frontalidade são um fator de estabilidade para a democracia</i>	(16) <i>Que o Presidente não se esconda por detrás de formalismos, ambiguidades e silêncios geradores de equívocos</i>

5.1.1 Estruturas linguísticas de construção da identidade: modalização, pragmática e léxico

Se atentarmos nas estruturas linguísticas em que os contrastes são promovidos, verificamos que as mesmas são padronizadas, como se pode confrontar pela análise seguinte da componente pragmática e modal das predicções:

Quadro 4. Estruturas pragmáticas e modais de construção do EU e do OUTRO

Identidade - EU	Alteridade – o OUTRO
Estrutura deôntica positiva: – Enunciação de uma regra que descreve um comportamento adequado; - Formulação de um ato diretivo de recomendação; - Implicitação de um ato expressivo de auto-elogio.	Estrutura deôntica negativa: – Enunciação de uma regra que indica a necessidade de evitar um comportamento desadequado; - Formulação de um ato diretivo de recomendação; - Implicitação de um ato expressivo de censura.
<i>O Presidente deve Espera-se que o presidente seja / faça O Presidente tem de</i>	<i>O presidente não deve Espera-se que o presidente não seja / não faça O presidente não pode</i>

O contraste é promovido também em termos lexicais, como ressalta da sistematização abaixo:

Quadro 5. Estruturas lexicais de construção do EU e do OUTRO:

IDENTIDADE	ALTERIDADE
Léxico eufórico	Léxico disfórico
<p>ADJETIVAÇÃO <i>cuidadoso e rigoroso</i> <i>adequados e suficientes</i> <i>voz serena e informada</i></p> <p>NOMINALIZAÇÕES <i>confiança e esperança</i> moderador de conflitos. <i>clareza</i> <i>frontalidade</i> <i>estabilidade</i> <i>democracia</i></p>	<p>ADJETIVAÇÃO <i>tentação fácil</i> <i>interpretação emotiva, passional e</i> <i>desrazoável</i> <i>leitura redutora e formalista</i> <i>declarações impensadas,</i></p> <p>NOMINALIZAÇÕES <i>insegurança</i> <i>tensões</i> <i>formalismos</i> <i>ambiguidades</i> <i>silêncios</i> <i>equívocos</i></p> <p>PREDICAÇÕES <i>esconder; inventar; restringir; confinar-se;</i> <i>retirar credibilidade</i></p>

A hipótese defendida por Baumann e Gingrich de que, na formação de uma identidade, a alteridade é prioritária parece encontrar repercussão nestes excertos dos Manifestos políticos das presidenciais de 2011, na medida em que o material linguístico utilizado para definir o OUTRO é mais abundante do que o material linguístico utilizado para definir o EU. Na verdade, tal como Baumann e Gingrich defendem (ibidem), a presença do OUTRO no discurso do EU é um mecanismo de construção do EU, na medida em que permite mostrar como o EU se define pela negativa, ao mesmo tempo que serve a desconstrução do OUTRO.

No quadro seguinte, em que reunimos outros excertos dos Manifestos, fica evidente como os candidatos investem na caracterização do seu *ethos*, falando do seu percurso biográfico e dos seus compromissos com o país, mas também na caracterização do OUTRO, como aquele que possui todos os aspetos negativos que estão ausentes do EU.

**Quadro 6. Identidade e Alteridade nos argumentos de MMA e MCS –
Percurso de vida e compromissos futuros**

MCS		MMA	
IDENTIDADE Positive Self presentation	ALTERIDADE Negative Other presentation	IDENTIDADE Positive Self presentation	ALTERIDADE Negative Other presentation
<i>(17) A minha vida foi feita de sacrifícios e trabalho árduo</i>	<i>(18) Não nasci num meio privilegiado¹⁴</i>	<i>(19) A história de um país e de um povo é também uma luta contínua [pela] (...) a grandeza a superação os que servem o bem comum</i>	<i>(20) [A história de um país e de um povo é também uma luta contínua [contra] (...)] a mesquinhez o comodismo os que pensam apenas em servir-se ou servir uns poucos.</i>
<i>(21) Cheguei onde cheguei com trabalho e mérito</i>	<i>(22) [Cheguei onde cheguei] não graças a favores de terceiros</i>	<i>(23) Há também depois os que não se resignam, aqueles que querem servir o país e o bem comum</i>	<i>(24) Há quem queira desistir. Há quem ache que não vale a pena. Há quem simplesmente abdique dos seus direitos de cidadania</i>
<i>(25) Conquistei a pulso o conhecimento que me permitiu prosseguir uma carreira académica extremamente exigente</i>		<i>(26) Àqueles que desejam um novo cesarismo ou um novo homem providencial (...)</i>	<i>(27) Aos profissionais do desânimo e da descrença, que acham que Portugal devia ser governado pela Chanceler Merkel ou pelo FMI (...)</i>
<i>(28) A experiência que adquiri na minha vida pública – de que muito me orgulho</i>	<i>(29) [A experiência que adquiri na minha vida pública não foi construída] a distribuir benesses por grupos nem a satisfazer interesses de clientelas</i>	<i>(30) Eu digo e desafio: se acabar com a precariedade é uma utopia, então vamos realizar essa utopia</i>	<i>(31) Há quem fale na necessidade de acabar com a utopia</i>

5.1.3 Estruturas enunciativas de construção da identidade: deixis e contraposição de espaços

Como é possível verificar pela revisão de alguns marcadores enunciativos, Enunciador e Enunciatário estão ambos fortemente inscritos na superfície dos discursos políticos eleitorais em análise. Esta inscrição torna a configuração enunciativa deste género fortemente distintiva face a outros géneros de texto.

¹⁴ Ver abaixo, no apartado 4.1.3, a forma como a negação polifónica, em estruturas de contrajunção, contribui para a definição dos territórios opostos da identidade e da alteridade.

Um indício claro das marcas explícitas do EU, resumidas no quadro abaixo, é dado pela contagem dos pronomes pessoais e das formas verbais de primeira pessoa nos dois manifestos:

Quadro 7 - Ocorrência de pronomes pessoais e formas verbais de 1ªS¹⁵ nos MMA e MCS

	MCS	MMA
Pronomes pessoais 1ªS (nominativos, dativos e acusativos)	15	25
Ocorrências de EU	1	7
Formas verbais de 1ªS	50	53

Como podemos concluir, a partir dos dados acima, embora no MMA a presença dos índices deste primeiro grau de subjetividade seja superior à do MCS, ambos os textos se encontram marcados à superfície do discurso pela presença explícita do EU. O EU, tanto num texto como no outro, enuncia maioritariamente os seguintes tipos de atos ilocutórios, prototípicos do género de texto em análise:

a. Atos assertivos de descrição do real, mais ou menos avaliativos:

(32) *Portugal confronta-se hoje com uma das mais complexas crises da sua História. (MCS)*

b. Atos compromissivos de promessa:

(33) *Caso os eleitores me honrem com a sua escolha, irei trabalhar incansavelmente para fortalecer a confiança e incentivar a esperança. (MCS)*

c. Atos expressivos de manifestação de variados tipos de emoção, como sejam o elogio, a censura, a saudação:

(34) *Orgulho-me de pertencer a um país com quase 9 séculos de História, que já passou por muito, que já deu muito à Europa e ao Mundo (...) (MMA)*

(35) *O actual PR tem sido, tanto nos silêncios quanto nas intervenções sibilinas, um agente activo do lado do que está errado e um sonoro ausente do lado do que é justo: a defesa do Estado português e da legitimidade social que ele deve ter. (MMA)*

(36) *Viva a República, Viva Portugal! (MMA)*

d. Atos diretivos de exortação à mobilização:

(37) *Não tenhamos dúvidas: Portugal atravessa um momento decisivo. (MCS)*

(38) *É preciso actuar, agir com firmeza e determinação. (MCS)*

As contraposições semântico-axiológicas que temos vindo a retratar ao longo do estudo são simultaneamente contraposições de natureza deítica, na medida em que a construção de um território eufórico do EU e de um território especular disfórico do OUTRO se faz também através dos índices enunciativos.

¹⁵ Abreviamos Primeira Pessoa do Singular para 1ªS.

Através do confronto dos instrumentos deícticos usados para identificar as pessoas do discurso, verificamos que tanto no MMA como no MCS, em contraponto com a referência gramatical ao EU, os autores usam fórmulas linguísticas de impessoalização seguidas de predicções semântica e pragmaticamente disfóricas para identificar o OUTRO e o desqualificar. Isto fica visível na oposição linguística entre o pronome pessoal nominativo de primeira pessoa ‘Eu’ e as fórmulas pronominais de referência delocutiva ao Outro ‘Os que’; ‘Há quem’; Muitos:

Quadro 8. Deixis pessoal e construção da identidade

IDENTIDADE	ALTERIDADE
Eu	Os que Há quem Muitos

Este contraponto fica ainda visível no uso do determinante artigo definido a anteceder o Nome ‘Presidente’, sempre que a referência desta nominalização é o EU, comparativamente com o uso do determinante artigo indefinido a anteceder este Nome, sempre que a referência desta nominalização é o OUTRO:

Quadro 9. Deixis e construção da identidade

IDENTIDADE	ALTERIDADE
O Presidente	Um Presidente

Vejamos este contraste nos exemplos seguintes:

(39) (...) não é admissível que, no contexto de uma democracia consolidada como a nossa, **um Presidente da República** proceda a uma interpretação emotiva, passional e desrazoável do lugar que lhe compete no seio do sistema de governo português.

(40) **Um Presidente sectário e de facção**, que actue em nome de um grupo, que se deixe envolver em lutas partidárias e que pretenda impor ao País uma agenda ideológica concreta, ao invés de influenciar o processo de decisão pelo uso da palavra e pela força do exemplo, perderá rapidamente qualquer capacidade de intervenção relevante na vida política.

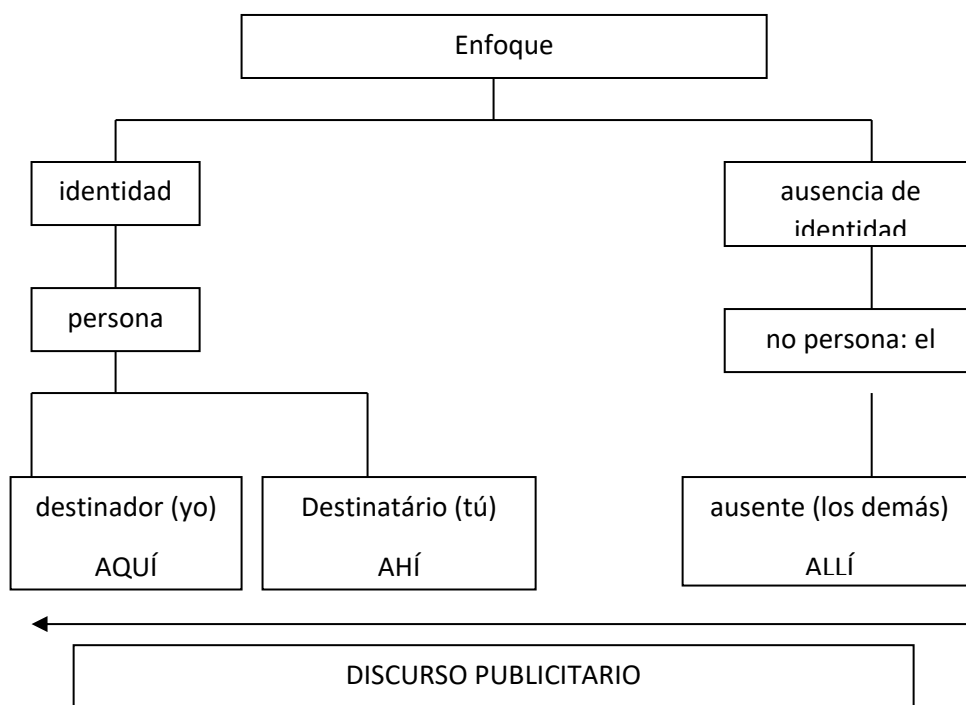
(41) Através de um discurso claro e directo, que os Portugueses entendam, **o Presidente** exerce uma função da maior relevância, deixando alertas e avisos precisos e concretos, nas alturas próprias, chamando a atenção para problemas que devem ser combatidos (como a corrupção e a falta de transparência da vida política), estimulando iniciativas meritórias, promovendo consensos estratégicos em torno de grandes objectivos nacionais.

(42) **O Presidente da República** deve ser o primeiro garante da coesão nacional.

Defendemos, assim, que é possível aplicar à configuração enunciativa dos manifestos políticos aquilo que Sánchez Corral (1991: 142) propõe para a configuração enunciativa do discurso publicitário, a saber, que

os marcadores dêiticos pessoais, possessivos e demonstrativos, a par dos de lugar e os de tempo¹⁶, contribuem para a construção e contraposição de dois universos, os universos intra e extrapublicitário; um, eufórico; outro, disfórico. Estes elementos linguísticos atuam, pois, como mecanismos da estratégia persuasiva do discurso, favorecendo a metamorfose e o trajeto que o TU tem de experienciar a fim de se identificar com o EU, Enunciador do discurso. O movimento sugerido é sempre um movimento centrípeto em direção ao centro do espaço Enunciativo representado pelo EU-AQUI-AGORA. Transcrevemos, seguidamente, o esquema proposto por este autor para tornar visível esta configuração¹⁷:

Quadro 10. Esquema proposto por Sánchez Corral



Podemos exemplificar este funcionamento esquematizado por Sanchez Corral, considerando os seguintes títulos publicitários, que tornam clara a forma como o EU se instancia como centro de todo o campo mostrativo e referencial que se instaura no discurso:

(43) *Venha ver o milagre das cores.* (Volkswagon Polo)

(44) *Novo Nissan Micra. Venha experimentá-lo.* (Nissan Micra)

(45) *Concentre-se nesta nova paisagem.* (Anúncio publicitário da Sical cuja imagem representa bagos de café).

(46) *Esta é a sua nova sala.* (Cozinhas Norema)

¹⁶ Por necessidade de limite temático da pesquisa, não trataremos neste estudo os índices dêiticos de espaço e de tempo. Veja-se, no entanto, o enunciado com que Manuel Alegre termina o seu manifesto e o aproveitamento que faz da combinação de dêiticos das várias subclasses: “E eu estou aqui, com todos vós, para lutar e para vencer.”

¹⁷ Para uma leitura mais aprofundada da proposta deste autor, ver Sanchez Corral (1991).

O convite centrípeto que o enunciador efetua nos textos acima representados é, simultaneamente, um convite para uma deslocação física e nocional/axiológica/ideológica de aproximação do centro do espaço deíctico, onde se encontra este EU, e que implica a fusão com o EU, O AQUI E O AGORA. Este movimento deíctico é um movimento físico/cognitivo, mas também um movimento ideológico, na medida em que a aproximação ou fusão/identificação com o EU / AQUI / AGORA significa uma fusão com o produto almejado, com um mundo bom, ideal, desejado, representado pelo produto/marca que o anúncio promove.¹⁸

A questão importante a reter é que, em termos discursivos, a “viagem” física e ideológica recomendada pelos atos diretivos destes títulos publicitários é veiculada por elementos linguísticos de natureza deíctica tais como:

- a. os verbos de movimento (físico e cognitivo) com pressuposição deíctica como “venha” e “concentre-se”;
- b. o determinante demonstrativo “esta” que possui informação deíctica espacial relativa à localização do EU, ativando a pressuposição de proximidade física entre o produto e o centro do espaço deíctico que é o EU;
- c. o determinante possessivo “sua”, que, no contexto do anúncio, recria uma espécie de posse antecipada, imaginada, do produto, relativamente à posse real, sendo que esta posse antecipada, imaginada, que conduz o TU a uma viagem em direção ao EU, AQUI e AGORA, tem um estatuto intradiscursivo;
- d. as formas verbais com marcas do TU e o determinante possessivo “sua” que transportam informações sobre a entidade que deverá sofrer o movimento de aproximação física e ideológica do EU;
- e. as formas verbais com marcas implícitas do EU, cuja localização fica latente no verbo “venha” e no demonstrativo “esta”. O EU está junto do produto almejado promovido pelo anúncio;
- f. o tempo verbal do presente do indicativo, falsamente coincidente com o AGORA, representado na forma verbal “é” e o tempo verbal do presente do conjuntivo, de valor imperativo, com valor ilocutório de convite, presente nas formas verbais “venha” e “concentre-se”, que veicula a ideia de imediatez e da necessária fusão com o AGORA.¹⁹

Note-se que no esquema proposto por Sanchez Corral o EU e o TU partilham o mesmo território eufórico conotado com valores positivos. O TU é trazido para dentro do discurso do EU por meio de um procedimento linguístico tal como o do NÓS *inclusivo*.

¹⁸ Para uma análise mais desenvolvida do papel dos deícticos no discurso publicitário, cf. Pinto (1997).

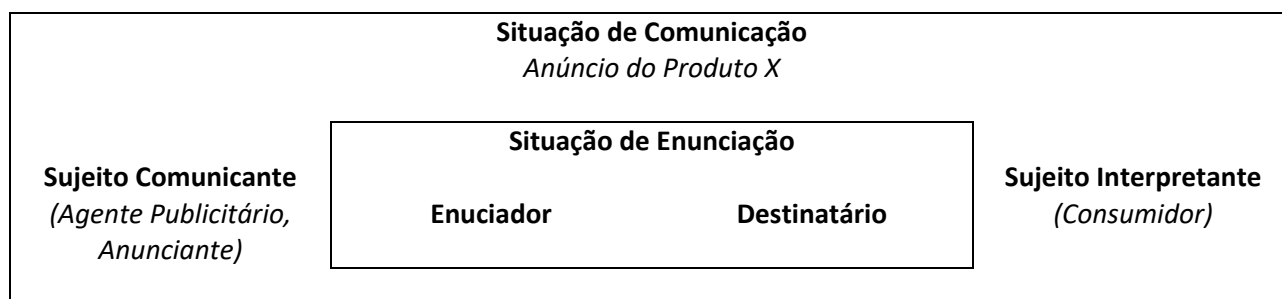
¹⁹ Embora o estudo da componente visual não esteja dentro dos nossos propósitos neste estudo, podemos lançar também a pista de investigação sobre o impacto da semiótica visual na construção dos pontos de vista do enunciado, na medida em que os pontos de vista espaciais (o centro deíctico) assumidos na imagem correspondem também a pontos de vista ideológicos. Ver uma abordagem desta questão em Hart (2014).

O *NÓS inclusivo* é, justamente, uma das instâncias linguísticas que coloca em evidência o fenómeno da heterogeneidade enunciativa, ao transformar o destinatário da mensagem em coenunciador da mesma. Num movimento argumentativo de envolvimento do destinatário, este último é levado a acumular as funções de destinatário e de enunciador, solidarizando-se com o discurso.²⁰

Patrick Dahlet (1985) descreve estes usos como estratégias de simulação de interação enunciativa, no intuito de fazer crer que o discurso resulta não de uma ação intencional do locutor sobre o alocutário, mas de uma ação conjunta: “discours coopté par les énonciateurs” (*idem*: 346).

Em resultado desta configuração comunicativa complexa, Charaudeau (1995: 102) propõe um quadro em que estas instâncias, que configuram uma heterogeneidade enunciativa marcada, surgem situadas visualmente²¹:

Quadro 11. Proposta de Charaudeau



Embora o discurso em análise não seja de natureza publicitária, mas, sim, de natureza propagandística, ambos partilham a vocação argumentativa e persuasiva que lhes confere muitos marcadores em comum. No caso da polifonia e da heterogeneidade enunciativa através do *NÓS inclusivo*, o desdobramento de vozes torna-se claro e explicável pelos mesmos métodos em ambos os discursos.

Em todos as ocorrências de emprego explícito do *NÓS* nos manifestos em estudo, estamos perante casos de *NÓS inclusivo*. Não podemos rever todos os exemplos, uma vez que eles ascendem a mais de uma centena, mas passaremos em revista aqueles em que os locutores efetivamente enunciam o pronome ‘nós’, de acordo com o quadro e os excertos abaixo:

²⁰ Charaudeau apresenta, no seu estudo de 1983, algumas propostas de análise do texto publicitário que visam caracterizar a pluralidade enunciativa e pragmática deste tipo de discurso. A distinção entre os *circuitos interno / enunciativo* e *externo / económico* permite, segundo o autor, pôr em evidência a complexa rede interacional que se tece entre os vários participantes no processo publicitário. Estes circuitos possuem óbvias relações de condicionamento mútuas, mas não uma relação de transparência recíproca absoluta (*idem*: 118-121). Uma das ocorrências discursivas que coloca em evidência o fenómeno da heterogeneidade enunciativa dá-se quando não existe correspondência entre os actantes do circuito externo e os actantes do circuito interno. Um desses casos é protagonizado pelo *Nós inclusivo*.

²¹ Veja-se igualmente a aplicação deste esquema à análise da heterogeneidade enunciativa no discurso publicitário em Pinto (2013a).

Quadro 12. O NÓS nos MCS e MMA

	MCS	MMA
Pronomes Pessoais 1ªP ²²	7	7
Nominativos 1ªP	1	5
Possessivos 1ªP	42	44
Formas Verbais 1ªP	52	63

(47) *Esta não é a hora de nos fecharmos sobre **nós** próprios e de enfraquecermos a representação externa de Portugal. (MCS)*

(48) *Esta geração não tem a segurança que **nós** tínhamos em relação ao nosso próprio futuro individual. Não podemos dizer-lhes que não vão chegar onde chegaram os pais. (MMA)*

(49) *Aos profissionais do desânimo e da descrença, que acham que Portugal devia ser governado pela Chanceler Merkel ou pelo FMI, eu digo: Portugal vale sempre a pena, e **nós** estamos aqui por Portugal. (MMA)*

(50) *Mas não sou só eu que me candidato. Somos todos **nós**, os que acreditamos nos valores da liberdade, da justiça social e da solidariedade; todos **nós**, os que queremos uma democracia melhor; todos **nós**, os que dentro de partidos ou fora deles queremos uma nova esperança para Portugal. (MMA).*

Como verificamos em todos os casos, o NÓS é sempre um NÓS inclusivo. Poderemos distinguir uma certa graduabilidade na inclusão, visto que há certos contextos em que o NÓS inclui todos os destinatários sem diferenciação e outros contextos em que o NÓS particulariza apenas um segmento do conjunto dos destinatários. No caso de (48), por exemplo, o NÓS enunciado é um NÓS inclusivo, mas que particulariza um segmento do grupo de destinatários que é transformado em coenunciador: todos aqueles que não integram “esta geração”.

No caso do enunciado (50), vemos também um NÓS inclusivo, mas apenas para “os que acreditamos nos valores da liberdade, da justiça social e da solidariedade; (...), os que queremos uma democracia melhor; (...), os que dentro de partidos ou fora deles queremos uma nova esperança para Portugal.”, verificando-se, assim, a restrição do escopo da inclusão através da frase relativa apostada ao NÓS.

Não obstante esta graduabilidade da inclusão nas formas da 1ªP, na totalidade dos exemplos atestados, o NÓS integra na mesma figura discursiva o EU e o TU do discurso, transformando-se numa estratégia enunciativa persuasiva de integração da voz dos destinatários no interior do discurso do locutor, forçando aqueles a solidarizarem-se com este. Torna-se, por esta via, um mecanismo central do exercício de influência constitutivo do discurso político.

²² Abreviamos ‘Primeira Pessoa do Plural’ para 1ªP.

Neste apartado sobre a contribuição dos índices deícticos para a construção da identidade e da alteridade, torna-se igualmente relevante verificar a inscrição do enunciatário – o TU – na superfície dos textos. Com efeito, como verificamos acima, o TU ocupa, juntamente com o EU, a posição ideológica do EIXO DO BEM, distanciando-se nesse sentido do OUTRO, que se encontra no EIXO DO MAL.

Em termos de ocorrências da Segunda Pessoa, verificamos que nos manifestos apenas surgem formas pronominais de 2ªP (Segunda Pessoa do Plural), na forma do Vós e que este enunciatário apenas é identificado desta forma no MMA:

Quadro 13. o TU nos MMA e MCS – formas de deixis pessoal

	MCS	MMA
Pronomes pessoais 2ªP	0	5
Pronomes possessivos 2ªP	0	10

Num quadro mais alargado, podemos confrontar as formas pronominais da deixis pessoal com as formas nominais da deixis discursiva, utilizadas nos manifestos para nominalizar o TU:

Quadro 14. o TU nos MMA e MCS – formas de deixis discursiva

MMA	MCS
<p>Os que não se resignam A todos aqueles a quem dirijo esta mensagem Àqueles que desejam um novo cesarismo (...) Os portugueses Todos vós Os nossos compatriotas Os muitos milhares de jovens qualificados, Às novas gerações: A nossa aposta é o vosso futuro, o vosso emprego, o vosso primeiro emprego, a vossa realização, o vosso bem-estar. E por isso vos digo: assumam o vosso destino, ousem romper e propor, ousem combater pelos vossos direitos e pelo vosso lugar no vosso e nosso país. Por isso digo aos jovens: se eu for eleito Presidente, serei o vosso companheiro de viagem, estarei convosco para que mude o paradigma. todos nós, os que acreditamos nos valores da liberdade, da justiça social e da solidariedade; todos nós, os que queremos uma democracia melhor; todos nós, os que dentro de partidos ou fora deles queremos uma nova esperança para Portugal. Dirijo-me às mulheres, aos homens e aos jovens do meu país, aos independentes e membros dos movimentos cívicos que estão na génese da minha candidatura, dirijo-me aos meus camaradas do</p>	<p>Os nossos concidadãos Os meus concidadãos Os Portugueses O povo português Os eleitores</p>

<p>Partido Socialista, dirijo-me aos companheiros do Bloco de Esquerda e da Renovação Comunista, dirijo-me a todos os que se reclamam da Doutrina Social da Igreja e a todos os portugueses e portuguesas que estão descontentes e querem dar a volta à política para construir uma sociedade mais justa e mais humanista: esta é uma hora de unir, de somar e de mobilizar.</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Como se torna claro pelo quadro acima, existem diferenças assinaláveis entre os dois textos na configuração discursiva do TU. No MMA, existem marcas explícitas da 2ª pessoa linguística, tanto através de pronomes pessoais nominativos, dativos e acusativos como de pronomes possessivos. No MCS não encontramos uma única dessas formas pronominais. No MMA encontramos formas verbais de conjuntivo com valor de imperativo, formas verbais na terceira pessoa do plural com valor de segunda pessoa, instâncias linguísticas que se encontram ausentes do MCS. O MMA também utiliza outras formas pronominais de designação do TU – *Todos aqueles* - normalmente acompanhadas por um complemento relativo que especifica, restringe o universo dos sujeitos a quem ele se dirige, sujeitos que partilham uma série de qualidades positivas, eufóricas em contraponto com as qualidades disfóricas do OUTRO, que está fora deste universo do EU + TU: “alguns” “aqueles”, “há quem”. Também as expressões lexicais usadas para nominalizar o TU são mais numerosas e específicas no MMA, que segmenta uma série de TU’s na classe genérica dos seus destinatários.

Podemos, desta forma, concluir que o MMA é mais interativo, no sentido em que interpela diretamente o TU, incorporando-o, e à sua imagem, de forma mais clara no texto, através de formas de deixis pessoal - pronominal, verbal - e de deixis discursiva. Os jovens, as mulheres, os camaradas de partido, os eleitores de outros partidos de esquerda, são alguns dos enunciatários a quem dirige atos diretivos de apelo.

23

Em alguns destes apelos, transcritos acima, o TU funde-se com o EU gerando, como vimos acima, o NÓS inclusivo. Esta fusão consubstanciada pelo deíctico pessoal NÓS é reforçada pelas predicções axiológicas eufóricas atribuídas ao NÓS, que destacamos nos segmentos abaixo:

(51) (...) todos nós, os que acreditamos nos valores da liberdade, da justiça social e da solidariedade;

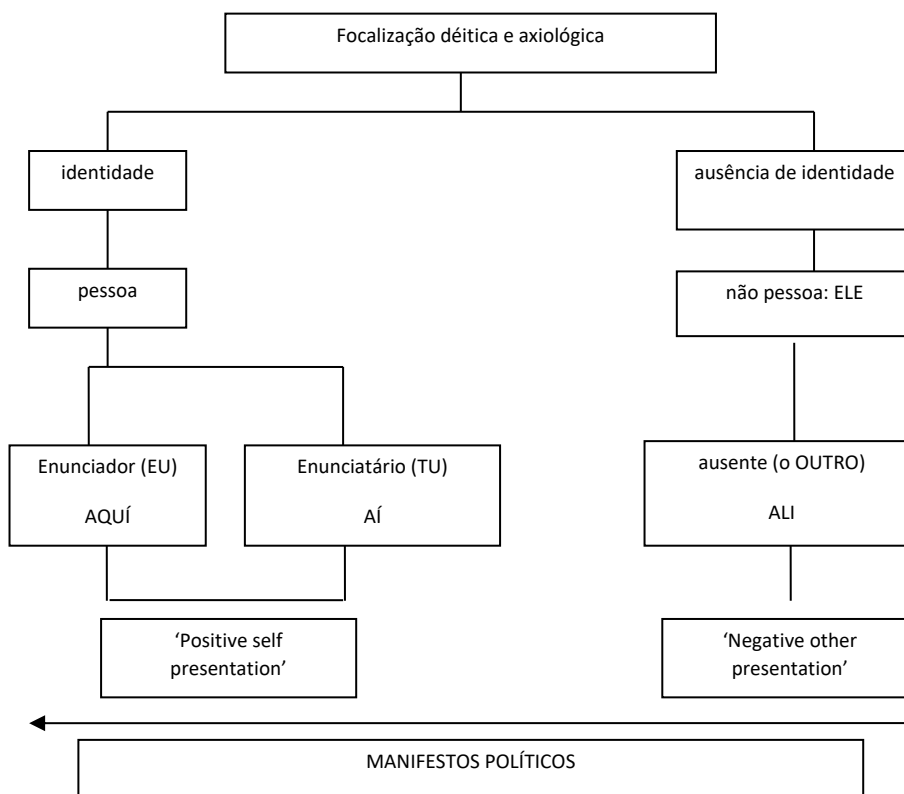
(52) todos nós, os que queremos uma democracia melhor;

(53) todos nós, os que dentro de partidos ou fora deles queremos uma nova esperança para Portugal.(...)

²³ Para confrontar uma análise contrastiva destes dois manifestos, ver também Pinto, 2013b.

Em termos de construção de identidade, podemos confirmar, através dos índices déíticos, a configuração de um território do EU e do TU, oposto, orientalizado face ao território do OUTRO, que podemos representar através de uma adaptação do esquema de Sanchez Corral transcrito acima:

Quadro 15. Identidade / Alteridade e focalização déítica²⁴



5.1.3 Polifonia e construção da identidade

Um outro recurso que merece relevância na construção desta gramática da identidade por orientalização é o recurso da negação polifónica.²⁵ Com efeito, encontramos muitas destas formas de negação nos manifestos em análise, como formas de “contraposição entre vozes – entre a voz do Locutor e a voz de Outros, que ele põe em cena” (FONSECA, 1998, p. 13), marcando um carácter de polemicidade no discurso.

Retomando a distinção introduzida por Ducrot (1973, p. 123-124) entre uma negação descritiva e uma negação polifónica:

“Nous distinguons deux sortes de négations. Une négation ‘polémique’ qui correspond à un acte de parole de négation, et qui se présente donc comme réfutation de l’énoncé positif correspondant (...). Et d’autre part une négation ‘descriptive’, qui est l’affirmation d’un contenu négatif, sans référence à une affirmation antithétique.»

²⁴ Adaptado de Sanchez Corral (1991).

²⁵ Usaremos, neste contexto, a conceção de polifonia proposta por Ducrot (1990) e particularizaremos a mesma nas instâncias linguísticas da negação polifónica.

verificamos que este recurso linguístico potencia a dramatização de vozes e a construção de identidades ‘orientalizadas’. Podemos comprovar isto mesmo a partir dos excertos extraídos dos Manifestos no quadro 11:

Quadro 16. Negações polifônicas em MMA e MCS

MMA	MCS
<p>(54) <i>O pacto social construído no pós-guerra está a ser rompido (...). Não é este o caminho.</i></p> <p>(55) <i>A resposta à crise não é só económica, é e tem de ser política.</i></p> <p>(56) <i>Cabe ao PR dizer que a economia não é os mercados especulativos nem a finança internacional sem rosto.</i></p>	<p>(57) <i>Não é com meras palavras nem com radicalismos, criticando tudo e todos, que ultrapassaremos a crise em que o país está mergulhado.</i></p> <p>(58) <i>O presidente da República não é uma figura decorativa nem meramente simbólica.</i></p> <p>(59) <i>Este é um domínio em que, à semelhança de muitos outros, não bastam proclamações eloquentes nem a retórica dos afetos. Há que passar das palavras aos atos.</i></p> <p>(60) <i>Daí que, ao contrário do que muitos pretendem fazer crer, o debate não deva situar-se na questão Estado vs mercado</i></p>

Poderíamos reconstituir em cada uma destas negações polémicas o diálogo virtual que opõe as duas vozes em discordância. A polifonia ativada nestas construções representa a contraposição entre a voz do candidato e a voz do seu oponente que ele põe em cena para desmascarar e destruir. O exemplo do MCS identificado acima como (60) torna explícito este diálogo que ocorre implicitamente em todos os casos listados:

(60) *Daí que, ao contrário do que muitos pretendem fazer crer, o debate não deva situar-se na questão Estado vs mercado. (MCS)*

Neste caso, CS dá voz explícita ao contradiscurso do enunciador, que traz para a cena para rebater, através da sua negação polémica:

Enunciador 1 (Voz do candidato oponente): Eu digo: o debate deve situar-se na questão Estado vs mercado.

Enunciador 2 (Locutor CS): Eu refuto: o debate não deve situar-se na questão Estado vs mercado.

Também a distinção proposta por Ducrot (1995, p. 145) entre “*modificateurs réalisants et déréalisants*”²⁶ pode ser aplicada a muitas das proposições acima, dizendo respeito a modificadores de várias classes gramaticais (advérbios, adjetivos) que podem acompanhar o predicado verbal ou nominal e que produzem o efeito de mudar a força argumentativa desse predicado. Os modificadores “*réalisants*”

²⁶ Cf. a noção de “*modificateurs réalisants et déréalisants*”, que determinam um predicado, modulando o seu valor argumentativo: atenuando-o, reforçando-o, invertendo-o (Ducrot, 1995).

aumentam a força argumentativa do predicado, os modificadores “*déréalisants*” diminuem a força argumentativa do predicado.²⁷

Nos enunciados acima, verificamos que elementos como *meras*, *meramente*, *apenas ou só* cumprem a função de modificadores “*déréalisants*”, que atenuam a força argumentativa dos predicados a que se associam.

Conviria aqui deixar claro que estas manobras discursivas de construção do EU são simultaneamente manobras argumentativas e que como Van Eemeren e outros (2007, p. 2) defendem:

We do not consider argumentative indicators to be merely words and expressions that directly refer to argumentation, but consider argumentative indicators to include all words and expressions that refer to any of the moves that are significant to the argumentative process. Thus argumentative markers can be found far beyond the morphological class of conjunctions and discourse connectives. We should not restrict the notion of “indicator” to one type of expression (e.g. to one word class, for example, nouns or adverbs; or to one level of language, such as morphology).

Efetivamente, ao lado das negações polifónicas, de conjunções contrastivas contra-argumentativas, como o “*mas*”, de paralelismos estruturais, também a contraposição de isotopias, que se constroem por meios lexicais, semanticamente muito marcadas e contrastantes, através dos traços de positividade e negatividade são um indicador argumentativo do texto.

6. Conclusão

A construção da identidade política - *o ethos* político – faz-se normalmente por um processo de polarização face a um actante externo - *the Other* – face ao qual o EU se posiciona sempre numa perspetiva de conflito. Existe, assim, um trabalho estratégico de manutenção de “gramáticas de identidade” (Baumann e Gingrich, 2004) dicotómicas e hierárquicas: “positive *self* and negative *other* presentation” (Wodak, 2001), do qual depende fortemente a construção da retórica do EU no discurso político.

Neste trabalho, conceitos como os referidos acima foram aplicados à análise dos manifestos políticos das eleições presidenciais portuguesas de 2011. Efetivamente, como pudemos comprovar, nos manifestos políticos dos dois principais candidatos em análise, constatamos uma conceptualização polarizada, extremada do EU face ao OUTRO. Esta conceptualização do real que maximiza o Otherness para afirmar o Selfing é construída em sede de discurso por estratégias linguísticas tais como o uso do material deítico, das

²⁷ Veja-se a análise aplicada que propõe Tseronis (2011, p. 5) destes marcadores a discursos de controvérsia no domínio do discurso científico: “For instances, in the following two sentences, “difficult” is a realising modifier for the noun “problem”, while “easy” is a de-realising one for the same noun: There is a problem, and it is even difficult [RM]. There is a problem, but it is easy [DM].”

estruturas sintáticas, semânticas e pragmáticas e do material lexical que correspondem não apenas a categorizações linguísticas, mas simultaneamente a categorizações sociais e axiológicas.

No entanto, tal como propõem Baumann e Gingrich (2004: 4): “Yet othering and belonging are mutually constitutive components of identity”, o que nos leva a deduzir que o processo de *othering*, tão explorado no discurso político eleitoral, serve três propósitos simultâneos que, embora relacionados entre si, são distintos:

- a. Em primeiro lugar, a construção deste modelo de gramática da identidade /alteridade permite a formação de um Ethos forte, diferenciado e conotado com valores positivos;
- b. Em segundo lugar, é um modelo que deixa espaço para apelar ao sentido de “belonging” e de “sameness”, ou seja, que deixa espaço para que o TU possa fazer o percurso ideológico de aproximação necessário para pertencer ao grupo do EU, ou seja, ao grupo do Eixo do Bem;
- c. Em terceiro lugar, ao mesmo tempo que se gera o efeito do “belonging”, também se cultiva o efeito dos perigos do “othering”, na medida em que o OUTRO se encontra conotado com o Eixo do Mal, ou seja, nas palavras de Cap (2008, adaptado), “Them instigates actions that physically endangers Us” leading to a forced construal of a conflict between US and THEM and an urge to start acting NOW against the THREATEN that THEM poses”. Atuar contra a ameaça que o OUTRO representa implica o distanciamento do TU relativamente ao OUTRO e à aproximação especular do TU relativamente ao EU, que é o fundamento do projeto discursivo num manifesto político eleitoral.

Referências bibliográficas

- ADAM, Jean-Michel. En finir avec les types de textes. In : BALLABRIGA, Michel (Org.), **Analyse des discours. Types et genres**: Communication et interprétation. Toulouse: EUS, 2001, p. 25-43.
- BAKTHINE, Mikhail. **Le Marxisme et la Philosophie du Langage** – essai d’application de la méthode sociologique en Linguistique. Paris: Éditions de Minuit, 1977.
- BAUMANN, Gerd and GINGRICH, Andre (org.). **Grammars of Identity/Alterity**. A Structural Approach. New York: Bergham Books, 2004.
- BENVENISTE, Émile (1986). **O Homem na Linguagem** (tradução portuguesa de “L’Homme dans le langage” In: Problèmes de linguistique générale. Paris: Gallimard, 1966). Lisboa: Veja.
- CAP, Piotr. Towards the proximization model of the analysis of legitimization in political discourse. **Journal of Pragmatics**, 2008, 40, p. 17-41.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Language et Discours**. Paris: Hachette, 1983.
- _____. Une analyse sémiolinguistique du discours. **Langages**, 117, 1995, p. 96-111.
- _____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dictionnaire d’Analyse du Discours**. Paris: Le Seuil, 2002.
- CHILTON, Paul. and SCHÄFFNER, Christina (org.). **Politics as Text and Talk**: Analytic approaches to political discourse. Amsterdam: John Benjamins, 2002.
- COUTINHO, Maria Antónia e MIRANDA, Florencia. To describe textual genres: problems and strategies. In: BAZERMAN, Charles; FIGUEIREDO, Débora; BONINI, Adair (Orgs.) **Genre in a Changing World. Perspectives on Writing**. Fort Collins, Colorado: The WAC Clearinghouse and Parlor Press, 2009, p. 35-55.

DAHLET, Patrick. Un language efficace: l'ilocution indirecte - contribution à une représentation pragmatique du discours publicitaire. *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Línguas e Literaturas*, 2ª Série, Vol. I. Porto, 1985, p. 343-347.

DUCROT, Oswald. **La preuve et le dire** – Language et Logique. Paris: Mame, 1973..

DUCROT, Oswald. **Polifonia y argumentación**. Conferencias del seminário teoria de la argumentacion y analisis del discurso. 1 ed. Cali: Universidad del Valle, 1990.

_____. Les modificateurs déréalisants. *Journal of Pragmatics*, 24. London: Elsevier, 1995, p. 145–165.

EVANS, John (2013). **The Use of Othering in the Formation of a Nationalist Society**. Portland State University. 2013. Disponível em: http://www.academia.edu/1338990/The_Use_of_Othering_in_the_Formation_of_a_Nationalist_Society

FONSECA, Joaquim. “Elogio do sucesso”: a força da palavra/o poder do discurso. In. Fonseca, J. (org). **A organização e o funcionamento dos discursos**, Tomo III. Porto: Porto Editora, 1998, pp. 9-78.

Kerbrat-Orecchioni, Catherine. **L'Énonciation de la subjectivité dans de langage**. Paris: Armand Colin, 1980.

Hart, Christopher. **Viewpoint in Linguistic Discourse: Space and Evaluation in News Reports of Political Protests**. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/8919968/Viewpoint_in_linguistic_discourse_Space_and_evaluation_in_news_reports_of_political_protests

MAINGUENEAU, Dominique. **L'Analyse du Discours**. Paris: Hachette, 1990.

PINTO, Alexandra Guedes. **Publicidade: um discurso de sedução**. Porto: Porto Editora, 1997.

_____. Olhares discursivos plurais no/sobre o discurso dos media: a heterogeneidade enunciativa no discurso publicitário. In: LUQUES, Solange; MIRANDA, Daniela da Silveira; PUH, Milan (orgs.) **Discurso em suas pluralidades teóricas**. São Paulo: Editora Paulistana, 2013a, p. 221-234. Disponível em: <http://eped.fflch.usp.br/node/21>

_____. Dialogismo, polifonia e heterogeneidade enunciativa nos manifestos políticos das presidenciais de 2011. **Estudos Linguísticos, Gramática e Texto**. Universidade Nova de Lisboa: Edições Colibri, 2013b, 8: 195-212.

RIGGINS, Stephen. The Rhetoric of Othering. In: RIGGINS, Stephen (org.). **The Language and Politics of Exclusion: Others in Discourse**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997, p. 1-30.

ROULET, Eddy; FILLIETTAZ, Laurent; GROBET, Anne; BURGER, Marcel (2001). **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Peter Lang.

SÁNCHEZ CORRAL, Luis. Los marcadores déicticos en la Publicidad, una estrategia del discurso. **Lingüística Española Actual XIII**, 1. Madrid: ICIA, 1991, p. 133-151.

WODAK, Ruth. The discourse historical approach. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (org.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001, pp. 63-94.

VAN DIJK, Teun. **La ciencia del texto**. 3ª edição. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

VAN EEMEREN, Frans; HOUTLOSSER, Peter; SNOECK HENKEMANS, A. Francisca **Argumentative indicators in discourse**. A pragma-dialectical study. Dordrecht: Springer, 2007.

Fontes

Manifestos políticos das eleições presidenciais de 2011 extraídos dos sites de campanha de Manuel Alegre e Cavaco Silva: www.manuelalegre.com; www.cavacosilva.pt

Linguística Textual – história e tendências

Leonor Lopes FÁVERO (USP- PUCSP – CNPq)
lplfavero@uol.com.br

1. Considerações iniciais¹

O trabalho examina os primeiros momentos da Linguística Textual, no Brasil, passando rapidamente pela Europa, sem pretender alcançar a exaustividade, pois essa é uma das dificuldades com as quais o pesquisador sempre se depara. Quanto mais o inventário aumenta, mais esfumada a noção de exaustividade, ou melhor, “mais seu caráter ilusório e ideológico se afirma” (DELESALLE e CHEVALIER, 1986, p. 13). Ao pesquisador cabe recolher *os fios* que constituem esse saber, identificá-los, *esticá-los* para atá-los às diferentes áreas. Depois disso esses fios devem ser estendidos

(...) para trás no tempo, afim de determinar *as origens* do evento e, para a frente no tempo, afim de determinar seu *impacto e influência* sobre os eventos subsequentes. Essa operação termina no ponto em que *os fios* desaparecem *no contexto* de algum outro evento ou convergem para provocar a ocorrência de algum novo evento (WHITE, 1992, p. 33).

A pesquisa parte dos pressupostos da História das Ideias, parte da História cultural cujo principal objeto é identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada à luz (Chartier, 1990), concordando com Braudel (1989, p.35), para quem “não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas”.

O ato de saber possui um horizonte de retrospectão e um de projeção (Auroux, 1989) e esse saber não destrói seu passado; ao contrário, ele o organiza e o escolhe, do mesmo modo que antecipa seu futuro, pois como diz o mesmo Auroux (1989, p. 14): “Sans mémoire et sans projet, il n’y a tout simplement pas de savoir”.

2. A Linguística Textual na Europa

As fontes de que vou me servir são o livro de Wolfgang Dressler, publicado em alemão, em 1972, com o título *Einführung in die Textlinguistik* em tradução italiana, *Introduzione alla linguistica del testo* (1974), e o livro *La Linguística textuale*, organizado por Maria Elisabeth Conte e publicado em 1977.

A Linguística textual se desenvolveu especialmente na Alemanha federal e democrática; houve um verdadeiro “boom”. Os principais centros foram Münster, Colônia, Berlim Oriental, Constança e Bielefeld. O

¹ Versão resumida deste trabalho foi publicada sob o título *Linguística Textual: memória e representação*, em *Filologia e Linguística Portuguesa*, 14 (2), 2012, p.224-232.

impacto foi muito grande e um levantamento bibliográfico feito em 1973 por Dressler e Schmidt documentava quase 500 títulos, verbetes em vários dicionários e enciclopédias, como os artigos *Textlinguistik* de Kallmeyer e Meyer-Hermann e *Texttheorie/Pragmalinguistik* de Schmidt, publicados no *Lexikon der Germanistischen Linguistik*, organizado por Althaus, Henne e Wiegand, publicado em 1973, além de números especiais, monográficos, de revistas, como *Replac*, 1 (1968) *Poetics*, 3 (1972), *Langages*, 26 (1977).

O termo Linguística Textual aparece já em 1955, no trabalho de Cosériu, *Determinación y Entorno*, porém, no sentido que lhe é atribuído, foi empregado pela primeira vez por Weinrich, em 1967. Devido à diversidade de concepções de texto, várias são as denominações: Teoria de Texto (Schmidt), Textologia (Harweg), Teoria da Estrutura do Texto – Estrutura do Mundo (Petofi), Análise do Discurso (Harris), Translinguística (Barthes).

Dentre os pesquisadores, destaco:

Alemanha Münster	Hartmann (transferiu-se depois para Constança): Harweg: 1968,1969,1971,1974 – (transferiu-se depois para Bielefeld) Alfred Koch
Alemanha Colônia	H.Weinrich (1966, 1969,1971,1972) Elisabeth Gulich (1970, 1972, 1974) Wolfgang Raible ((1972). (Os três transferiram-se para Bielefeld)
Alemanha Berlim Oriental	M. Bierwisch: Heidolf Isenberg E. Lang
Alemanha Constança	Janos Petofi – transferiu-se depois para Bielefeld Rieser Siegfried Schmidt
Fora da Alemanha:	
Amsterdã	van Dijk
Viena	Wolfgang Dressler

Sua hipótese é que o texto e não o enunciado é o signo linguístico primário. Procuravam-se respostas a indagações como: O que é um texto? Como se constitui? Em que se distingue de um conjunto de frases? Quando pode ser considerado completo? Quais os contextos extralinguísticos, mental e social que fazem

com que um texto seja dotado de sentido? Que funções têm os diferentes elementos linguísticos do texto? Como se constitui o sentido de um texto? O que é competência textual?

Como afirma Conte (1977), as causas de seu desenvolvimento foram, dentre outras, as falhas da gramática do enunciado no tratamento de fenômenos, como a correferência, a definitivização, a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a *consecutio temporum*, que só podem ser explicados em termos de texto.

3. A Linguística Textual no Brasil

A Linguística textual inicia-se, no Brasil, na década de 80 do século passado. O primeiro trabalho de que se tem notícia é o do Prof. Dr. Ignácio Antônio Neis da PUCRS, intitulado *Por uma gramática textual*, publicado na revista *Letras de Hoje*, revista do curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras e do Centro de Estudos Portugueses da PUCRS, em junho de 1981, no. 44. Seguem-se, em 1983, duas obras:

- *Linguística de texto – o que é e como se faz*, de Luiz Antônio Marcuschi, publicado pela Série Debates – Revista do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Pernambuco em 1983;
- *Linguística Textual - introdução*, de Leonor Lopes Fávero e Ingedore Villaça Koch, publicado em São Paulo, pela Editora Cortez, em 1983.

Esses pesquisadores foram fortemente influenciados, dentre outros, pelos trabalhos de:

1. Beaugrande & Dressler, Weinrich, Motsch & Pash, Gulich & Kotschi – Alemanha;
2. Halliday & Hasan – Inglaterra;
3. Charolles, Adam, Vigner, Combettes – França;
4. Van Dijk – Holanda;
5. Brown & Yule, Chafe, Givón, Minsky, Johnson-Laird – Estados Unidos.

São apresentados, nas páginas seguintes, os primeiros trabalhos publicados sobre o tema.

3.1. Por uma gramática textual – Ignácio Antônio Neis

O artigo objetiva dar uma visão de conjunto quanto ao surgimento e ao objeto da gramática textual. Divide-se em quatro partes mais uma introdução em que diz ser de grande interesse a hipótese de que

... a comunicação linguística se efetua, não com frases sucessivas, mas com textos, e em qualquer texto, encontram-se elementos essenciais, ausentes ou inexplicáveis dentro das frases tomadas isoladamente (NEIS, 1981, p.21).

E continua:

Constatando a existência de relações específicas interfrasais e a possibilidade de se definir um texto como um todo coerente, um grande número de linguistas modernos europeus desde a década de 60, passaram a formular hipóteses e a estabelecer princípios de novos modelos de descrição Linguística que ultrapassem o âmbito da frase; e procuraram elaborar

gramáticas que deem conta dos problemas de coerência textual e que sejam adequadas tanto para caracterizar os diversos aspectos dos diferentes tipos de textos quanto para engendrar modelos de produção de textos bem formados de acordo com determinada língua (NEIS, 1981, p.21).

Quero chamar a atenção sobre dois aspectos aqui ressaltados e que marcaram essa primeira fase da Linguística textual: a construção de gramáticas do texto e a importância dada à coerência, vista então como propriedade do texto.

Na sequência, o autor faz, primeiramente, uma menção a pesquisas anteriores sobre problemas do discurso e da narrativa, e um apanhado da evolução da linguística que possibilitou chegar-se à gramática de texto; a seguir, uma apresentação sistematizada das motivações que levaram os linguistas a se debruçarem sobre problemas específicos do texto; e, enfim, uma exposição sobre os elementos fundamentais que constituem o objeto da gramática do texto.

Partindo de Van Dijk (1972), afirma que, entre as teorias Linguísticas, foi, sem dúvida, a gramática gerativo-transformacional a que melhor realizou uma teorização. Diz ele:

A gramática textual não só está diretamente interessada nos aspectos discutidos pela gramática gerativa [pressuposição, tema/rema, mundos possíveis, etc.], como também sustenta que eles não podem ser descritos adequadamente por uma gramática frasal. De qualquer forma, é na Linguística gerativa que se encontra um conjunto de procedimentos metodológicos e de descrições empíricas que servirão de base sólida para se proceder à extensão da gramática frasal para uma gramática textual (NEIS, 1981, p. 26; colchetes meus).

Mostra, em seguida, as contribuições da pragmática, ressaltando os nomes de Schmidt (1978) e Van Dijk (1972) que, juntamente com os desenvolvimentos linguísticos e metodológicos da gramática gerativa, fundamentaram hipóteses e teorias que possibilitaram a elaboração de uma gramática de texto. As principais categorias abordadas pela pragmática eram: o emissor e o receptor, as categorias de tempo e de lugar relacionadas com a enunciação, como base para a explicação dos diferentes advérbios, tempos gramaticais, termos dêiticos, aspectos contextuais, os diferentes tipos de enunciações ou atos ilocucionários, com suas condições de uso, os diferentes tipos de discurso, definidos em função dos próprios objetivos e de suas normas sociocomunicativas vigentes, etc.

As tentativas iniciais da Linguística textual — à qual se associam nomes de linguistas e de teóricos da literatura, dentre os quais destaca Bellert, Danes, Dressler, Hartmann, Harweg, Heidolf, Schmidt e, talvez, acima de todos, Van Dijk com sua obra fundamental *Some aspects of text grammars*, publicada em 1972 — ainda estão, de modo geral, ligadas às gramáticas estruturais e gerativas, mas que, com a introdução da pragmática, procuram estender a gramática para a descrição e geração de sequências gramaticais de frases.

Argumenta com Van Dijk que

(...) se o falante pode produzir/interpretar um número infinito de discursos diferentes, sua competência é necessariamente textual. Será função da gramática textual formular as regras e restrições para a concatenação das frases (ao nível de microestrutura) bem como

para a organização do todo, em vista da coerência global (ao nível da macroestrutura) (NEIS, 1981, p. 32).

Na última parte do seu trabalho, apresenta os elementos fundamentais de uma gramática de texto, afirmando, como já ressaltai, que “a noção fundamental da gramática textual parece ser a de coerência” (NEIS, 1982, P. 32).

Neis não faz distinção entre coesão e coerência, denominando-as de coerência microestrutural e coerência macroestrutural, respectivamente. Esta não distinção entre coesão e coerência é adotada, à época, por muitos pesquisadores, como Isenberg, linguista alemão da academia de Ciências de Berlim, um dos mais importantes centros de gramática gerativa da Europa.

Isenberg, em seu trabalho de 1971, intitulado *Reflexões sobre a teoria do texto*², cita treze fenômenos somente explicáveis no âmbito da estrutura textual, por exemplo, a anáfora, a seleção de artigos, a pronominalização e os elementos pró-adverbiais, a sucessão dos tempos, que podem ser considerados elementos de coesão, ao lado de diversos tipos de textualização, ou seja, relações entre os enunciados assindeticamente conjugados, por exemplo, conexão causal conexão de motivos, tematização de objetos novos, estes podendo ser considerados elementos de coerência.

Como se pode ver, o trabalho de Neis foi realmente importante e pouco se faz referência a ele

3.2 Linguística de texto – o que é e como se faz – Luiz Antônio Marcuschi

Em 1983, convidei o Prof. Marcuschi, por sugestão de Madre Olívia, para pronunciar uma conferência na PUCSP no IV Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa do Instituto de Pesquisas Linguísticas³. Ele apresentou o texto *Linguística de texto – o que é e como se faz*, do qual fez, depois, uma cópia simples na UFPE (disse-me, certa vez, que se arrependera, pois deveria tê-lo publicado logo por uma editora conceituada). Não preciso dizer que Marcuschi, com seu carisma e competência, fez o maior sucesso. Ultrapassou em muito o tempo da conferência; as pessoas exigiram e tivemos de arrumar uma outra sala para que ele continuasse até o fim.

Inicia o texto, afirmando que a Linguística Textual “dispõe de um dogma de fé: o texto – unidade linguisticamente superior à frase – e uma certeza: a gramática de frase não dá conta do texto” (MARCUSCHI, 1983, p.16).

Diz que, procurando evitar discussões teóricas, concentrar-se-á nos tópicos:

1. análise de algumas definições de texto;
2. definição provisória da Linguística Textual e seus focos de atenção;
3. análise de alguns aspectos teóricos em função de sua aplicabilidade.

² Sirvo-me da tradução presente em Conte (1977).

³O congresso, que era realizado a cada dois anos, era destinado principalmente a professores do ensino de primeiro e segundo graus e alunos de pós-graduação.

Afirma:

Todos nós sabemos, intuitivamente, diz ele, distinguir entre um texto e um não-texto. Também sabemos que a produção Linguística geralmente se dá em textos e não em palavras isoladas. (...) Apesar desta noção intuitiva de texto, não saberíamos definir intuitivamente o que é que faz de uma sequência Linguística um texto. (MARCUSCHI, 1983, p.4)

Dentro de duas alternativas básicas para defini-lo – partindo de critérios internos ao texto ou de critérios temáticos ou transcendentais ao sistema – apresenta a seguir várias alternativas, trazendo concepções de diferentes autores, como:

- alternativa 1: Harris (1952), Harweg (1968), Bellert (1970) e Weinrich (1976);
- alternativa 2: Petofi (1972), Van Dijk (1977, 1978), para, finalmente, chegar a sua, apoiado em Beaugrande e Dressler (1981): “o texto é o resultado atual das operações que controlam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema linguístico numa ocorrência comunicativa.” (MARCUSCHI, 1983, p.30).

Partindo das concepções de texto apresentadas, propõe que se veja a Linguística Textual como o “estudo das operações Linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais” (MARCUSCHI, 1983, p.12).

Apoia-se nas propostas de Beaugrande & Dressler (1981), Beaugrande (1980), Harweg (1974 e 1978) e Halliday & Hasan (1976), entre outros, especialmente no que se refere à conceituação da coesão e coerência e, sem preocupação classificatória — “não podemos ir além de breves incursões em terreno tão vasto” (MARCUSCHI, 1983, p.31) —, apresenta o esquema geral provisório das categorias textuais, lembrando que, com essas categorias⁴, não se esgotam os aspectos de observação do texto e faz um alerta importante: “as regras do texto não são as mesmas do sistema da língua, um texto é sempre situacionalmente condicionado, ao passo que a língua, não” (MARCUSCHI, 1983, p.14). Devo ressaltar que Marcuschi faz acréscimos a essas propostas, não as seguindo *ipsis litteris*.

Explicando que seu interesse é mais prático que teórico, pois visa sobretudo ao aproveitamento no ensino da língua, na perspectiva textual, traz o esquema geral e provisório das categorias textuais⁵:

1. fatores de contextualização: contextualizadores (assinatura, localização, etc.) e perspectivas (título, início, autor, etc.);
2. fatores de conexão sequencial (coesão): repetidores, substituidores, sequenciadores e moduladores;
3. fatores de conexão conceitual-cognitiva (coerência): relações lógicas e modelos cognitivos globais;

⁴ O autor usa o termo “categoria” como classe de aspectos, isto é, “as categorias propostas são de natureza funcional” (MARCUSCHI, 1983, p.13).

⁵ Dadas as limitações de um trabalho desta natureza, apresento somente um esquema da proposta. Para maiores informações, consulte-se a obra.

4. fatores de conexão de ações (pragmática): intencionalidade, informatividade, situacionalidade, aceitabilidade e intertextualidade⁶.

Leitura indispensável a todos os que se iniciam na área, visa, sobretudo “ao enfoque do aproveitamento da linguística textual em função do ensino da língua na perspectiva textual”.

3.3 Linguística textual – introdução – Leonor Lopes Fávero e Ingedore Villaça Koch

Em 1982, convidei a Profa. Ingedore Villaça Koch para escrevermos sobre a Linguística Textual, resultando nesse livro publicado no ano seguinte (atualmente na 10ª edição) e lançado no IV Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa na PUC/SP, o mesmo em que Marcuschi apresentou seu trabalho, aqui referido. O objetivo da obra era apresentar ao leitor brasileiro uma visão da Linguística Textual, então um recente ramo da ciência da linguagem.

O livro compõe-se de três capítulos. O primeiro, introdutório, indica a origem do termo Linguística Textual, encontrado em Coseriu (1955) porém, no sentido que lhe é hoje atribuído, em Weinrich (1966, 1967). Seguindo Conte (1977), aponta as causas de seu desenvolvimento: dentre outras, as falhas no tratamento de fenômenos, como a referência, a correferência, a seleção dos artigos (definidos e indefinidos), as relações entre sentenças não ligadas por conjunções, a *consecutio temporum*, e outras que só podem ser explicadas em termos de texto.

Apresenta, ainda, as diferentes abordagens teóricas e a não unanimidade, entre os estudiosos na conceituação do termo texto, afirmando que o termo pode ser tomado em duas acepções:

Texto em *sentido amplo* designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (uma música, um filme, uma escultura, um poema, etc.), e, em se tratando de linguagem verbal, temos o *discurso*, atividade comunicativa de um sujeito, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou pelo locutor e interlocutor, no caso dos diálogos) e o evento de sua enunciação (FÁVERO; KOCH, 1983, p.25).

O texto é, assim, manifestado, linguisticamente, por meio de textos (em sentido estrito).

O segundo capítulo, indica os precursores, *lato* e *stricto sensu*, indicando três linhas de pensamento que podem ser consideradas como precursoras: a retórica, a estilística e o formalismo russo:

Em seus primórdios, a Retórica é, acima de tudo, uma técnica que deve permitir, a quem a possua, atingir, dentro de uma situação discursiva, o objetivo desejado; ela tem, portanto, um caráter pragmático: convencer o interlocutor da justeza de sua causa. (TODOROV, 1971, p. 81)

Explica, também, como as cinco partes da *techne rhetorike* da Antiguidade Clássica (*inventio, dispositio, elocutio, actio e memória*) vieram a sofrer modificações no correr dos tempos e sua preocupação inicial –

⁶ Marcuschi avisa que não vai tratar dos fatores desse grupo, posteriormente estudados em diferentes publicações por Fávero (1985a; 1985b) e Koch (1985; 1986).

“descobrir especulativamente o que, em cada caso, pode ser apropriado à persuasão” – passou ao estudo das figuras, restando apenas a *elocutio*. A partir do início do século passado, começa a receber atenções que se concretizam com o trabalho de Perelman, *Traité de l’Argumentation – La nouvelle Rhétorique* (1958). Das cinco partes da Antiga Retórica, duas têm influência na Linguística Textual: a *dispositio* (ordenação do pensamento) e a *elocutio* (formulação Linguística).

Pode-se afirmar que a importância da retórica se torna, atualmente, visível em dois aspectos: na definição precisa de operações Linguísticas subjacentes à produção do texto (microestrutura) e na localização do texto no processo global de comunicação (microestrutura). (FÁVERO; KOCH, 1983, p.29)

Em relação à estilística, afirmam as autoras que a Linguística Textual não se limita a analisar textos políticos, jurídicos ou literários, já que tem como objetivo “caracterizar as propriedades inerentes à estrutura dos textos em geral”.

Em relação aos formalistas russos, lembram o nome de Propp, Sklovsky e Jakobson que, rompendo com a análise tradicional dos textos, põem a imanência no centro de seus estudos, isto é, rejeitam toda consideração exterior ao texto, estudando-o somente em si mesmo.

Quanto aos precursores *stricto sensu*, mencionam autores, representantes da linguística estrutural que refletiram sobre o texto e estenderam-se além dos limites do enunciado, como Hjelmslev, Harris, Pike, Jakobson, Benveniste e Pêcheux, além de linguistas da Escola Funcionalista de Praga (entre os quais, Jakobson e Danes) e os gerativistas americanos (Chomsky, Katz e Fodor) que, se, inicialmente, haviam negado o estudo do texto, passaram a se preocupar, mais tarde, com fenômenos que ultrapassam os limites do enunciado, como a pressuposição e a referência.

O terceiro capítulo faz uma resenha informativa de autores, quer estruturalistas, quer gerativistas que se preocuparam com as propriedades específicas dos textos (Halliday, Ducrot, Weinrich) ou com a construção de modelos de gramáticas textuais (Isenberg, Dressler, Petofi e Van Dijk).

Para Halliday & Hasan (1973), autores que muito influenciaram os pesquisadores nessa primeira fase da Linguística Textual no Brasil, o texto é uma

(...) realização verbal entendida como uma organização de sentido que, tem o valor de uma mensagem completa e válida num contexto dado O texto é unidade de língua em uso, unidade semântica, (...) não de forma e sim de significado (FÁVERO; KOCH, 1983, p. 38)

O que faz com que um texto seja um texto, isto é, a textualidade, depende de fatores responsáveis pela coesão que, segundo eles são a referência, a substituição, a elipse, a conjunção e a coesão lexical.

É preciso ressaltar o caráter pioneiro da obra e a necessidade que havia de se ocupar um espaço destinado aos estudos do texto. Não foi feita uma resenha crítica das obras, nem se discutiu o que faz de um texto um texto porque o objetivo era o de dar aos leitores uma visão do que se vinha fazendo na área, sem, como já disse, pretender chegar à exaustão.

O livro constitui um instrumento importante para todos aqueles que se interessam por essa área, especialmente, alunos e professores de graduação e pós-graduação.

4. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi o de apresentar um panorama dos primeiros momentos da Linguística Textual na Europa e nos Estados Unidos e os três primeiros trabalhos elaborados na área publicados no Brasil. Essas obras, resultado de cuidadosas pesquisas, visam a pôr em evidência os inúmeros problemas provenientes do estudo da conceituação de texto, suas propriedades, os momentos fundamentais da passagem da teoria da frase à teoria do texto, as causas do surgimento desta última e a descrição de alguns modelos já propostos para a abordagem textual.

Como se pode observar, fato já apontado por Marcuschi (1998, n.p.), não houve um desenvolvimento homogêneo e “seu surgimento deu-se de forma independente em vários países da Europa continental simultaneamente com propostas teóricas diversas”. Hoje, têm importância especial as questões de ordem sociocognitiva – conhecimento prévio (a partir dos trabalhos de Heinemann e Viehweger, 1991) –, referência, inferência e, em especial, o estudo dos gêneros textuais, da oralidade e sua relação com a escrita, ganhando importância não só estudos sobre a correção, repetição, paráfrase, hesitação, truncamentos, mas também, sobre princípios que regem a dinâmica interacional como a cortesia e a interação.

Referências bibliográficas

- AUROUX, Sylvain. **Histoire des idées linguistiques**. Paris: Pierre Mardaga éditeur, Tomo 1, 1989.
- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. **Einführung in die Textlinguistic**. Tübingen: Max Niemeyer, 1981.
- BRAUDEL, Ferdinand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CONTE, Maria Elisabeth. **La Linguística textuale**. Milano: Feltrinelli, 1977.
- COSERIU, Eugênio. **Romanistisches Jahrbuch**, n.7, p.29-54, 1955.
- DELESALLE, Simone; CHEVALIER, Jean Claude. **La linguistique, la grammaire et l'école (1750-1914)**. Paris: Armand Colin, 1986.
- DIJK, Teun Adrianus van. **Some Aspects of Text Grammar**. Paris: The Hague, Mouton, 1972.
- DRESSLER, Wolfgang. **Einführung in die Textlinguistic**. Tübingen: Neimeyer, 1972. Trad. ital. Introduzione alla Linguística del Texto. Roma: Officina, 1974.
- _____; SCHMIDT, Siegfried Johannes. **Textlinguistik: Kommentierte Bibliographie**. München: Wilhem Fink, 1973.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
- HEINEMANN, Wolfgang e VIEHWEGER, Dieter. **Textlinguistik eine Einführung**. Tübingen: Max Niemeyer, 1991.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos da produção de sentido**. 1998, mimeo.
- SCHMIDT, Siegfried Johannes. **Linguística e teoria do texto**. São Paulo: Pioneira, 1978.
- WEINRICH, Harald. **Sprache in Textes**. Stuttgart: Klett, 1976.
- WHITE, Hyden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Tradução de José Laurênio Melo São Paulo: EDUSP, 1995.

Fontes

- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. **Linguística Textual - Introdução**. São Paulo: Cortez. 1983.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto – o que é e como se faz**. Recife: Série Debates 1, Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- NEIS, Ignácio Antônio. Por uma Gramática Textual. **Letras de Hoje**, 44, PUC/RS, 1981

Dimensões do texto e do discurso

Elisa GUIMARÃES (USP/UPM)
elisaguimaraes4@gmail.com

1. Introdução

Nas suas diferentes modalidades, nas diversas possibilidades de ser interpretado e produzido, presta-se o texto à recuperação de fatos reais da Língua em funcionamento. Atribuir-lhe, pois, função apenas ilustrativa como forma de preencher uma determinada unidade temática é negar-lhe a condição primordial de repositório das virtualidades da Língua.

Há três décadas, vem-se projetando um movimento de valorização do texto – realização que se deve às propostas da Linguística Textual, segundo as quais uma descrição- explicação do funcionamento da Língua que se detenha no nível da frase é insuficiente para servir de base teórica ao ensino-aprendizagem do funcionamento do texto.

De fato, a competência textual identifica-se como uma competência específica e não como simples expansão de uma competência frásica, dado que, não obstante realizar-se numa sequência de frases, o texto configura-se numa unidade global, dando expressão a uma intenção comunicativa unitária.

Nessa configuração de unidade global é que se captam os recursos discursivos dos quais os aspectos textuais se fixam como expressão e como vias de acesso à essência do discurso.

Faz-se, pois, pertinente a identificação do texto como o documento no qual se inscrevem as múltiplas possibilidades do discurso.

Desse fato aceita-se a substituição do termo dicotomia texto/discurso por intersecção texto/discurso, uma vez que a distinção entre os dois planos deve ser considerada como mero instrumento operatório para elucidar alguns aspectos essenciais da composição macroestrutural do texto, e não como distinção absoluta de dois domínios autônomos. Trata-se, antes, de dois planos inseparáveis que só uma exigência metodológica permite isolar.

Ocupando a forma mais elevada na hierarquia das unidades da linguagem – fonema, morfema, lexema, frase, texto – o texto há de ser concebido como a realização de comunicação social que integra os parceiros de comunicação, com todos os seus horizontes de experiência e de expectativa. Delineiam-se aqui os contornos do discurso. Corrobora essa ideia a definição de Bernárdez:

O texto é a unidade de conexão dos discursos: a unidade linguística em que os discursos aparecem conectados entre si. Não há propriamente discurso sem que constitua parte de um texto (BERNÁRDEZ, 1995, p. 73).

Completa-se a definição de Bernárdez com a afirmativa de Nuñez e Teso (1996, p. 207):

Cada discurso requer e recolhe as suas formas de manifestação, que pertencem também ao âmbito do texto.

Tem-se, pois, no texto o material concreto – a realização efetiva pela qual se chega ao discurso. De fato, é por meio da manifestação linguística vazada no texto que se poderia buscar o discurso e suas significações, entender como o discurso se engendra num processo mais amplo em que o próprio texto se integra.

2. Texto: sentido e implicações

As relações dinâmicas que constroem o texto corporificam-se nos mecanismos seguintes:

a. no **texto**, à luz da construção da linguagem e da organização textual;

b. no **contexto**, que, próximo ou longínquo, interno ou externo, refere-se ao jogo das implicações não formuladas, posto que um texto acumula sobre cada enunciado, num dado momento de seu desenvolvimento, uma seleção das informações que o precederam ou que a ele se seguiram;

c. no **intertexto**, que aponta para o jogo das transferências implícitas ou explícitas de texto para texto.

Cabem essas relações nos três níveis de estrutura de um texto: a **microestrutura**, a **macroestrutura** e a **superestrutura** ou **hiperestrutura**. A **microestrutura** é responsável pela estruturação linguística do texto, isto é, representa todo um sistema de instruções textualizadoras de superfície que auxilia na construção linear do texto por intermédio de palavras e frases, organizadas como elementos e mecanismos de coesão. A **macroestrutura** diz respeito aos componentes que possibilitam a organização global de sentido do texto e que são responsáveis por sua significação. São esses componentes que tornam possíveis o planejamento, a compreensão, a memorização e a reprodução das ideias do texto. À macroestrutura associam-se, portanto, os elementos e mecanismos que visam manter a coerência do texto – o que lhe confere importante função de natureza cognitiva, comunicativa e de interação. A macroestrutura textual é um elemento essencial para a compreensão; ela dá conta do conteúdo global do texto de base, num processo de sumarização, por meio da aplicação de regras de redução de informação semântica. A aplicação dessas regras depende do tipo de texto em questão, já que uma certa informação pode ser relevante em um texto e não em outro. A **superestrutura** descreve-se em termos de categorias e de regras de formação. As regras determinam a ordem em que se apresentam as categorias. Entre as categorias do conto figuram, por exemplo, a introdução, a complicação, a resolução, a moralidade. As regras de formação determinam a ordem em que essas categorias devem ocorrer. A estrutura esquemática textual controla a formação de macroproposições e determina se o texto está completo ou interrompido e que tipo de informação cada categoria requer. Esse esquema superestrutural deve ser conhecido previamente pelo produtor do texto. Definindo a forma de diferentes discursos, a superestrutura auxilia na identificação de discursos, como sendo, por exemplo, um romance ou um relato científico.

Essas relações micro, macro e superestruturais traçam no texto uma rede relacional hierárquica, ou seja, uma unidade decomponível em partes ligadas entre elas e ligadas ao texto por elas constituído.

É preciso que o usuário da Língua saiba construir linguisticamente o primeiro nível, ou seja, organizar com acerto a sequência textual; elaborar condensações semânticas ou proposições nucleares – o que perfaz o segundo nível; reconhecer determinados modos de organização do texto ou de tipologia textual – o que configura o terceiro nível de organização do texto, ou seja, uma modalidade de estrutura também global que caracteriza um tipo convencional de “molde” do texto, uma espécie de esquema formal a que todo texto se adapta.

Dessas relações resulta a multifuncionalidade do texto, permitindo a riqueza do discurso e oferecendo um arsenal de dados para a garantia da transmissão e da assimilação da mensagem. Essas mesmas relações tornam possível a visão do texto na sua dupla natureza de atividade e objeto – atividade comunicativa e atividade cognitiva – ao mesmo tempo que objeto sobre o qual se pode sistematizar e categorizar.

O dinamismo das relações que edificam o texto permite ainda a visão da leitura e da redação como dois momentos complementares do estudo e da atividade didática. Ou como dois polos de um mesmo processo pragmático.

Tanto os exercícios de leitura e interpretação quanto a prática de produção de texto devem levar ao aperfeiçoamento da competência comunicativa, alargando-a e matizando-a, por meio da sensibilização às características específicas de cada tipo de texto.

Aceito o princípio de que só o texto reflete todos os fenômenos envolvidos no ato da comunicação, e uma vez que a gramática frasal não dá conta de muitos fatos de natureza linguística, estes devem ser abarcados em um programa de gramática do texto – o que vem sendo efetivado à luz das propostas da Linguística Textual.

Pense-se, a título de exemplo, nas lacunas da gramática de frase em relação ao tratamento de fatos, como a correferência, a pronominalização, a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico/comentário ou tema/rema, as relações entre frases não ligadas por conectivos, o uso dos tempos verbais explicado em termos de texto.

Pense-se ainda, a título de exemplo, nas lacunas da gramática frasal com referência ao contexto situacional – fator poderosamente elucidativo da carga semântica do texto. O que se faz, pois, necessário é uma maior preocupação com questões morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas extraídas de um corpus mais extenso que a frase, para a fixação de uma gramática de texto. O convívio com o texto rasga, pois, horizontes no processo de desvendamento dos traços configuradores da dimensão linguístico-discursiva da realidade textual.

Exibe ainda o texto um movimento complexo dos usos linguísticos entretecidos sob as mais diversas formas do fazer e do prazer do autor.

Não nos parece, pois, despropositado conjugar o papel do texto com a possibilidade de uma relação lúdico-afetiva em que a Língua, através do mesmo texto, é simultaneamente expressão e objeto de desejo e de fruição.

Completa-se nesse campo – o do sentimento – a relação intelectual em que a Língua é, a um tempo, meio e objeto de conhecimento – caso em que se surpreendem as linhas do texto literário.

Uma e outra relação comprometem-se ainda com a dimensão hipertextual que se corresponde sempre com outros textos, traçando, por isso, uma rede de intertextualidade – cuja captação é fator importante no exercício de interpretação do texto.

É, pois, múltiplo o domínio das relações textuais – o que se comprova ainda pela sensibilização aos laços de interdependência entre texto e contexto –, o âmbito sócio-histórico que o envolve e lhe atribui sentido.

A leitura e produção de textos estão condicionadas ao conhecimento das circunstâncias que os motivam.

3. Função Pragmática do Texto

Considerado o texto à luz de uma função pragmática, isto é, dentro das finalidades de informação a que se destina, é válido insistir na ideia de que todo e qualquer texto existe numa situação comunicativa. E tanto mais esse texto cumprirá sua função, quanto mais atingir um nível de significação em relação a esse contexto comunicativo.

De fato, é privilégio dessa interdependência a captação das características do espaço comunicativo com o qual o texto se articula, bem como a apreensão da rede discursiva à qual esse aspecto dá lugar.

A concepção pragmática se opõe à ideia de que a língua seja apenas um instrumento para transmitir informações; coloca em primeiro plano o caráter interativo da atividade de linguagem, recompondo o conjunto da situação de enunciação.

O nível pragmático funde-se, fixa-se imbricado nos níveis gramatical e léxico-semântico – as variadas interações que se dão no texto. Referindo-se ao funcionamento do texto enquanto atuação informacional e comunicativa, a pragmática salienta o uso que o sujeito faz da língua. Portanto, o que se enquadra na dimensão pragmática é o que se relaciona com a exploração das atitudes do produtor e do receptor do texto, nas situações de comunicação. Ligam-se, por conseguinte, nesse quadro, os traços textuais da intencionalidade referentes a atitudes do produtor; os da aceitabilidade ligados a reações do receptor; os da situacionalidade relacionados com as situações comunicativas.

Consideram-se, pois, intencionalidade e aceitabilidade fatores que se definem em relação às atitudes, objetivos e expectativas daquele que produz e daquele que recebe o texto.

A situacionalidade é uma propriedade ligada às condições de maior ou menor relevância do texto vinculado a uma dada situação.

Mantém-se a coerência pragmática textual pelos mecanismos enunciativos, entre os quais se distribuem as vozes que se expressam no texto (Bronckart, 1999, p.131) e que podem ser reagrupadas em três subconjuntos:

- a. a voz do autor empírico;
- b. as vozes sociais de outras pessoas ou de instituições humanas exteriores ao conteúdo temático do texto;
- c. as vozes de personagens, ou seja, as vozes de pessoas ou de instituições que estão diretamente implicadas no percurso temático

Produtor e receptor/interpretador do texto, na medida em que manejam a linguagem, mobilizam uma série de estratégias – de ordem sociocognitiva, interacional e textual – com vistas à produção de sentido. A análise desse manejo tem seu instrumental na teoria dos *atos de fala*. Segundo Austin (1990), os atos de fala manifestam três possíveis realizações, ou seja, há três tipos de atos de fala:

- a. **Atos locutórios ou locucionais**, representados por frases coerentes e contextualmente adequadas. Exemplo: *o dever foi bem cumprido por todos*.
- b. **Atos ilocutórios ou ilocucionais**, configurados em frases linguisticamente operativas, reveladoras da intenção do falante. Exemplo: *Prometo que não incorrerei no mesmo erro*.
- c. **Atos perlocutórios ou perlocucionais**, expressos em frases cujo sentido exige interação do ouvinte. Exemplo: *Responda-me, por favor: os livros foram bem aproveitados?*

No que diz respeito aos atos ilocutórios e perlocutórios, considera-se que o que os distingue é que o ilocutório promove o reconhecimento da intenção do locutor por parte do alocutário – o que não acontece com o ato perlocutório. Está presente no ilocutório um certo ato mental, mediante o qual ele reconhecerá a intenção do falante.

Para Austin (1990), o caráter acional dos enunciados está ligado ao uso de certos verbos da Língua, como *declarar, prometer, aprovar, avisar, apostar, pedir*. São os verbos denominados *performativos*. Sua natureza performativa corresponde à realização de ações.

Das considerações apresentadas por Austin, vê-se a caracterização dos atos ilocutórios fortemente centrada sobre o locutor, sobre sua intenção comunicativa. A pragmática linguística concebe, pois, o emissor de uma mensagem gerando um ato emanado de uma indiscutível intencionalidade e adaptado a um contexto, movido por um ato de fala capaz de mover a vontade de ação do receptor.

É válido lembrar que a associação entre uma teoria da ação e uma descrição da linguagem propicia a ocorrência de fatos significativos, notadamente para a descrição daquilo que a gramática tradicional chama os **tipos de frases**. Assim, nos seguintes exemplos — (1) Pedro chegou.; (2) Pedro chegou?; (3) Chegue, Pedro. — cujo conteúdo proposicional é idêntico, cumprem-se três atos diferentes em três tipos de frase – **assertiva**,

interrogativa e **imperativa** – que correspondem às três funções mais importantes do texto: **afirmar**, **perguntar** e **ordenar**.

Essas três funções refletem os três principais comportamentos do homem que fala e age sobre seu interlocutor por meio do seu discurso: transmitir um dado conhecimento, obter uma informação ou dar-lhe uma ordem, respectivamente.

A diferença entre esses três atos ilocucionais ou ilocutórios está na forma das frases correspondentes, ou seja, na estrutura sintática e na entonação. É essa diferença que diz respeito à linguística.

Pode ainda acontecer que um enunciado não cumpra o ato ilocutório associado a sua forma. Assim, a frase *you can open the door?* não significa geralmente uma pergunta, mas uma ordem. Nesse tipo de caso, diz-se haver um ato de fala indireto. Cabe à estrutura interrogativa a função de veicular perguntas; no entanto, essa estrutura pode servir de suporte significativa a outros valores ilocutórios – fato do qual decorre a conveniência de se estabelecer uma distinção entre os conceitos de interrogação e pergunta.

Examinemos as frases seguintes:

(4) Pergunto-te se sabes o final da história;

(5) Não sei se sabes o final da história.

Esses dois casos, embora sintaticamente considerados frases interrogativas indiretas, são, do ponto de vista pragmático, bastante diferentes. (4) veicula um ato de discurso direto explicitado pelo emprego do verbo performativo – perguntar; (5) exprime a pergunta só de modo indireto.

Os campos de atenção preferidos pela pragmática são os fatores que intervêm nas situações naturais de comunicação e, de forma mais concreta, os atos ilocutivos.

O peso das considerações de ordem sociológica não pode, não obstante sua importância, relegar para segundo plano o processo de construção linguística do texto – interesse primeiro de uma aula de Língua Portuguesa.

Courtine pressupõe que “o texto materializa o contato entre o ideológico e o linguístico no sentido de que ele representa no interior da Língua os efeitos das contradições ideológicas” (Courtine, 1982, p.240).

Lembra ainda Schmidt (1978, p.196) que

os textos têm uma relevância sócio-comunicativa na medida em que a textualidade do ato comunicativo, a título de instituição social, vem constituir um elo entre a interação social e o encadeamento de elementos linguísticos.

Concebe-se, assim, o texto como produto determinado e definível simultaneamente no nível linguístico e no nível social – o que exclui sua concepção como estrutura puramente verbal e abordável exclusivamente por fatores linguísticos.

Há, portanto, como estabelecer harmoniosa conjugação: propondo-se como objetivo o desenvolvimento da competência discursiva, o ensino da Língua deixa de restringir-se à busca da competência linguística – o que, contudo, não significa que deve ser esquecido o componente linguístico da

competência discursiva. Significa, isso sim, que é necessário alargar o seu âmbito à luz da relevância que deve ser dada aos mecanismos de construção do texto. Assim, é preciso atribuir um lugar de destaque ao conjunto dos procedimentos linguísticos e discursivos que fundamentam a estabilidade e homogeneidade do texto.

Tenha-se, por exemplo, o parágrafo como ponto canalizador dos diferentes movimentos que dinamizam o texto e que, bem concertados, fazem desembocar ideias simples em ideias complexas. Acentua-se a importância da função do parágrafo enquanto espaço onde se distinguem os fatores de coesão estrutural, bem como os de coerência conceptual.

É, por conseguinte, de suma importância que nos processos constituintes da organização do texto se dê especial relevo à maneira como se integram, se estruturam, se combinam e se desenvolvem no texto os elementos que garantem a coesão e coerência discursiva.

A percepção desses mecanismos, decorrente do trabalho com o texto, acaba por inspirar uma certa disciplina mental de abordagem – fato do qual decorre a transformação do leitor num leitor ativo, ou seja, capaz de julgar o texto, de relacioná-lo, de analisá-lo adequadamente.

No processo de captação das linhas organizadoras, bem como das linhas definidoras da significação do texto, há etapas progressivas. A trajetória pelas linhas e entrelinhas, pelo dito e pelo “não dito” (emprestada a já consagrada expressão de Ducrot) cumpre-se num trajeto que se estende da compreensão referencial à leitura crítica. A sintonia dos dois processos significará a leitura madura, produtiva. Os dois exercícios – o de leitura e o de produção de texto – ter-se-á efetivado, por exemplo, em torno de uma leitura que permita resposta às linhas essenciais do texto, num exercício concomitante de reconhecimento e seleção entre essência e acidente, linhas fundamentais e linhas secundárias.

Esta parece ser a via indicada para a tarefa de construção da textualidade, entendida como “La cohérence particulière qui fait qu’un texte est un texte” (WEINRICH, 1989, p.25), ou a textualidade entendida como a rede de relações que faz com que um texto não se reduza a um simples somatório de frases; antes, revela uma conexão entre as intenções e as unidades linguísticas que o compõem, por meio de encadeamento de enunciados dentro do quadro estabelecido pela enunciação (HALLIDAY; HASAN, 1975).

É este ainda o caminho proposto para orientar o falante no sentido de operar, não tanto sobre a linguagem, mas com a linguagem, por meio de textos produzidos por ele próprio.

O exercício de produção de texto oferece margem para a aplicação da multiplicidade de recursos existentes na Língua; completa, por isso, o exercício de captação, de análise e de interpretação dessa mesma multiplicidade.

Por sua vez, a consonância desses dois exercícios propõe-se como instrumento de transformação do falante em sujeito de produção – proposta de extrema conveniência, se não de indiscutível necessidade, uma vez que a atual tecnologia da comunicação rouba praticamente do falante a oportunidade de convivência com a palavra escrita.

Acrescente-se a esse fato a possível ocorrência de se estar formando linguistas que não tenham domínio do próprio desempenho linguístico na modalidade escrita.

4. Discurso: sentido e implicações

A noção de discurso não se opõe à de gramática, nem é desta um mero complemento. O discurso deve ser entendido como um tipo de sentido – um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa na língua, embora não mantenha uma relação biunívoca com recursos de expressão da língua. É pela exploração de certas características da Língua que a discursividade se materializa. O discurso emerge no e através do texto. Ou seja, o discurso se constitui pelo trabalho com e sobre os recursos da expressão, que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com posições e condições de produção específicas. Analisa-se, pois, a Língua não como um conjunto de aspectos eminentemente gramaticais, mas como um processo integral. É subordinada à dimensão discursiva que a dimensão textual realiza a dinamização das categorias linguísticas, situando-se o discurso mais acentuadamente no domínio do implícito.

Para que um ato de compreensão discursiva se concretize, é necessário que o sujeito reúna determinadas condições: possua a competência pragmática correspondente às mensagens do discurso; domine traços de referência de conteúdos; busque no texto a mensagem pretendida pelo autor; utilize estratégias e habilidades adequadas ao exercício de composição/interpretação. Essas atividades facilitam trabalhar com o texto como unidade de análise, buscando estabelecer as relações dos modos de funcionamento textuais com as funções discursivas nas quais se enquadram. Passa-se a analisar a Língua não como um conjunto de aspectos puramente gramaticais, mas como um processo integral que situa o discurso na totalidade de suas dimensões significativas.

Entre essas dimensões significativas, pode-se definir o discurso como entidade histórica (ideológica) que se elabora socialmente, através de sua materialidade específica, que é a Língua manifestada no texto. É próprio do discurso privilegiar a natureza funcional e interativa e não o aspecto formal e estrutural da Língua. A língua enquanto discurso é interação - um modo de produção social; não é neutra, na medida em que está engajada numa intencionalidade. Cabe aqui mencionar a subjetividade – fato expresso por sujeitos dominados por intenções e propósitos definidos. Pense-se, por exemplo, no discurso político, onde se surpreende um sujeito explícito dos enunciados e um sujeito coletivo da enunciação, utilizando-se de uma linguagem de poder decisivo no processo de disputa eleitoral. Os dois interagentes do discurso político – orador e auditório – compartilham o contexto de maneira muito especial e bem definida, pois o orador aspira ao poder de governança; o auditório é o juiz que, com o voto, ratifica o cumprimento das aspirações do orador.

As considerações ventiladas até aqui permitem ver no processo da ideologia o cerne da significação do discurso. Pode-se definir ideologia como o fato cuja natureza congrega indivíduos em torno de determinadas crenças, de determinados propósitos ou ideais. Daí poder-se falar em ideologia configurada em diversos tipos – burguesa, liberal, fascista. Um conjunto de representações que permitem ao sujeito reconhecer-se como tal e compreender o laço social que o une aos demais e à sociedade em geral. É, de qualquer forma, uma participação pró ou contra os fatos, implicando uma determinada maneira de relacionamento com os objetos, os fatos, as pessoas – maneira que se identifica como uma forma de tomar partido. No espaço da ideologia, cabem os processos denominados Formação Ideológica e Formação Discursiva. Ambas completam-se para a caracterização de uma conjuntura social num dado momento. Assim, por exemplo, num discurso historiográfico, a formação ideológica e a formação discursiva podem ser analisadas dando ênfase: a – aos princípios gerais que regem a formação historiográfica característica de época (o critério de verdade, por exemplo); b – à demarcação dos tipos discursivos próximos do discurso historiográfico (por exemplo, a diferença entre história, crônica, anais); c – à caracterização das macroestruturas comprometidas com o sentido geral do discurso.

As formações discursivas determinam o que se pode dizer; as formações ideológicas determinam o que se deve pensar.

Segundo o filósofo francês, Paul Ricoeur (1991), a ideologia comporta três níveis de compreensão:

- a. ideologia é distorção da realidade;
- b. ideologia é, também, uma legitimação dessa realidade;
- c. ideologia é integração.

A realidade é distorcida a partir de um conjunto de representações por meio do qual os homens tentam explicar e compreender sua própria vida individual e social, e estabelecer as relações com o natural e o sobrenatural – distorcendo a realidade.

Por outro lado, não há nenhuma ordem social que opere exclusivamente pela força, mas procura o assentimento daqueles que são governados por essa ordem social. É desse assentimento que resulta a ideologia configurada como legitimação da realidade, como reflexo das estruturas sociais. Essas estruturas passam a impor aos sujeitos sentidos institucionalizados, tomados como naturais. Dá-se aí a inserção histórica, o assujeitamento ideológico do falante. Trata-se de um sinal de significação que pode estar presente em qualquer tipo de mensagem.

É oportuno lembrar que a ideologia é fonte essencial de construção do sujeito e floresce a partir das formações discursivas adotadas pelo mesmo sujeito. Por exemplo, o editorial caracteriza-se como um espaço discursivo privilegiado para a prática da discussão e ainda se constitui como um texto que melhor define a personalidade ancorada pela ideologia do jornal.

A técnica apropriada para a captação da ideologia do discurso está concentrada nas propostas da Análise do Discurso, tema que passamos a explorar.

5. Análise do Discurso

Trata-se, em relação à Análise do Discurso, de uma técnica que se acomoda em um domínio próximo da Linguística do Texto, e que é desenvolvida por diversos autores: Maingueneau, Bronckart e Roulet exploram os processos de funcionamento do discurso em geral; Anscombre e Ducrot detêm-se no processo de argumentação; Sperber e Wilson tratam da questão da relevância do discurso; Schmidt dedica-se ao estudo da teoria do texto; Adam propõe a distinção entre análise do discurso e análise de discurso, uma análise que seria uma teoria geral da discursividade (análise de discurso) e uma análise concentrada na diversidade das práticas discursivas (análise do discurso).

São tendências diversificadas em relação ao eixo em torno do qual se movem as teorias. Todas, entretanto, proporcionam uma nova percepção do funcionamento da Língua e incitam a repensar a natureza desse fenômeno cognitivo e social – o discurso.

Interessa-se a Análise do Discurso, em primeiro plano, pelo mecanismo que articula o conteúdo significativo da transtextualidade. Efetiva não propriamente uma interpretação semântica de conteúdo, mas uma elucidação de como e por que o texto diz. As palavras figuram sempre carregadas, ocupadas por outros discursos. É o interdiscurso que atravessa o intradiscurso, ou seja, o dizer presentificado no texto. Constituem o intradiscurso as relações entre os constituintes do mesmo discurso, enquanto no interdiscurso fixam-se relações desse discurso com outros discursos. Todo discurso é, em princípio, interdiscurso, ou seja, é sempre interpelativo ou apelativo em relação a outros discursos. A totalidade com a qual trabalha a Análise do Discurso é o estudo dos interdiscursos – a historicidade do discurso se sustentando no repetível. Esse fato aponta para a necessidade de conhecimento do universo discursivo, isto é, de campos discursivos que marcam uma determinada época. Por exemplo, se não se lê a *Eneida*, de Virgílio, pouco ou mesmo nada se compreenderá de Camões em *Os Lusíadas*.

As concepções vigentes numa determinada época são caudatárias das concepções da época em que a obra foi escrita – o que marca a historicidade própria do discurso – aspecto altamente explorado na Análise do Discurso.

Engendra-se, assim, o discurso num processo amplo, determinado por questões históricas, sociais, culturais e ideológicas. Nesse sentido, o discurso é linguagem em ação, revelando a própria prática que interpela os indivíduos historicamente determinados.

Esse fato explica por que a Análise do Discurso leva em conta “repetições”, “paráfrases”, “enunciados parentéticos”, “metaenunciações”.

Entende-se por metaenunciação o processo pelo qual os locutores comentam aquilo mesmo que dizem. O sujeito usa a metaenunciação para tornar sua relação com o interlocutor mais bem sucedida, para evitar malentendidos. Para a Análise do discurso, o sujeito usa a metaenunciação por estar em uma posição que o leva a impedir que o discurso se confunda com outro – premido por circunstâncias externas. Os

processos metaenunciativos são efeitos simultaneamente do interdiscurso e das circunstâncias. A Análise do Discurso afirma que o locutor não é a fonte de seu discurso, mas que ele enuncia a partir de uma posição. O que explica a ocorrência de uma ou de outra parafraseagem é a posição discursiva, no caso a doutrina que o doutrinador adota. A metaenunciação é, pois, uma questão de discurso, e não uma questão de relevância, no sentido pragmático. Por exemplo, a palavra “sadio” representa um ponto de encontro de várias formações discursivas, dependendo das circunstâncias ou de um lampejo do locutor.

Do exposto pode-se concluir a respeito do peso dos fatores históricos na determinação do discurso e dos sentidos – exercício largamente desenvolvido pela engrenagem própria da Análise do Discurso.

O sentido é um efeito de sentido porque resulta de uma enunciação, e não simplesmente dos signos, das palavras, dos enunciados, ou seja, da Língua. O sentido não é apenas a contraparte do significante; ele é um efeito do significante em dadas condições. Mas ele não é puramente um efeito do significante, mas um efeito da enunciação do significante em situações históricas mais ou menos precisas. O papel da enunciação é mais relevante que o papel do significante. O modo de funcionamento típico do discurso é retomar um sentido. É o que significa, basicamente, reformular um discurso.

Qualquer enunciação supõe uma posição, e é a partir dessa posição que os enunciados (palavras) recebem seu sentido. Melhor ainda: qualquer uma dessas posições implica uma **memória discursiva**, de modo que as formulações não nascem de um sujeito que apenas segue as regras de uma Língua, mas do interdiscurso, vale dizer, que as formulações estão sempre relacionadas a outras formulações. Não se trata, pois, de efeitos de significantes, mas de relações interdiscursivas mais complexas: a instância da enunciação privilegia a novidade; a posição enunciativa privilegia a repetição.

Portanto, em todos os caminhos que levam a seu objeto, o discurso encontra o discurso de outrem e estabelece com ele uma interação, isto é, o discurso é dominado pela memória de outros discursos – daí a historicidade discursiva.

No relacionamento entre formulações - o que implica uma memória discursiva – situa-se o provérbio – fonte de inspiração para a formulação de novos enunciados. O provérbio é validado por determinada coletividade, estando presente em todas as línguas. Tomemos como exemplo os seguintes fatos traduzidos ou sintetizados em formulações ou repetições de conhecidos provérbios:

José Simão, no jornal *Folha de S. Paulo*, de 30 de julho de 1994, durante a cobertura da Copa do Mundo, escreveu: “Os americanos jogam rápido porque ‘Time is Money’”, e situa o Bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, traduzindo “Templo é dinheiro” por “Tempo é dinheiro”. O enunciado “Templo é dinheiro” funciona, neste contexto, como uma crítica ao Bispo. Porém, o que mais interessa destacar é a diferença entre enunciar um provérbio, isto é, um discurso de outro numa determinada circunstância, e produzir este novo enunciado com base no material de outro discurso.

Jô Soares, em um de seus programas humorísticos, criou uma personagem, uma prefeita que lembrava muito o então prefeito de São Paulo – Jânio Quadros – de linguagem erudita, arcaica, repleta de mesóclises.

A personagem recitava, entre outras coisas, provérbios conhecidos em linguagem de “estilo alto”: “Não importa que a azêmola claudique, o que eu quero é acicatá-la”; “Não importa que a mula manque, o que eu quero é rosetá-la” e “De cereal em cereal, o galináceo empanturra o bócio”; “ De grão em grão, a galinha enche o papo”.

É evidente que o discurso daquela prefeita é calcado num outro discurso.

Os provérbios produzem estas outras formas por sua própria conta? Sabemos que não. São necessárias algumas condições. Dentre elas, um sujeito que intervém ativamente e produz algo novo. Haver trabalho do sujeito é uma característica fundamental do discurso em forma de provérbio. Categorias relevantes para os analistas do discurso são os pré-construídos, a memória discursiva.

Outra forma de um sujeito invadir um discurso, ainda nos provérbios, é fazer o que fez Chico Buarque em *Bom Conselho*: inverter a ideologia e a forma dos provérbios: “Quem espera nunca alcança”; “Aja duas vezes antes de pensar”; “Devagar é que não se vai longe”. Vê-se que os provérbios correntes podem ser reconhecidos aqui. Constata-se também ser o provérbio uma categoria relevante para analistas do discurso.

É preciso observar se se reconhece algo de velho nas palavras novas e se o resultado, em termos de sentido, apela para algum tipo de memória. Pode-se demonstrar que o que dizemos pode já ter sido dito – o que leva a concluir que o sujeito não está na origem do seu discurso. O que importa é desvelar as pistas das manobras do sujeito. É como se, sobre um fundo discursivo prévio, cada sujeito, por pertencer a determinado grupo, retirasse dessa experiência histórica a matéria com a qual dá sentido a um texto peculiar, que ele eventualmente adapta a uma situação específica. Nisso não há nada de individual, mas, ao contrário, tudo de social e de histórico.

É oportuno lembrar, a partir das considerações apresentadas, as condições às quais se submete a Análise do Discurso:

- a. considerar a linguagem na sua dimensão psicossocial, ou seja, verificar que, por exemplo, um mesmo enunciado pode comportar efeitos diferentes, dependendo da relação que se firma entre os enunciatários;
- b. analisar as formações discursivas que compõem o tom polifônico do discurso, ou seja, o concurso de várias vozes integradas na do enunciador;
- c. perceber as marcas diferentes dessas vozes – marcas que se consideram de vários pontos de vista intelectual (o enunciador revela, ao falar, o grau de sua instrução); do ponto de vista social, o enunciador projeta-se como pertencente a uma determinada classe social); do ponto de vista psicoafetivo (o enunciador manifesta o estado de seu humor);
- d. verificar traços contrastivos – por exemplo, o discurso publicitário atual é bastante diferente da publicidade na década de 1950, quando não se enfatizava a imagem como produtora de mensagem – o que hoje se faz com particular insistência.

Nota-se, por conseguinte, que, no cenário atual dos estudos linguísticos, a Análise do Discurso tem trazido como resultado imediato a compreensão do fenômeno da linguagem numa extensão mais ampla – o termo *discurso* e seu correlato *Análise do Discurso* remetendo ao modo de apreensão da linguagem como, a um só tempo, integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais. A ênfase na natureza discursiva da linguagem exerce papel importante no processamento do discurso.

Essa amplitude leva a considerar que a Análise do Discurso:

- a. não se restringe a dar conta de certos fatos da estrutura de uma Língua ou de certas propriedades da natureza da linguagem;
- b. estende-se no sentido de justificar o modo pelo qual os falantes interagem quando colocam em funcionamento uma Língua, quando agem em função dela, quando a usam para informar ou desinformar, quando dela se utilizam para comunicar ou para mandar calar;
- c. não se interessa tanto por aquilo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas seu interesse está voltado para o como e por que o texto o diz e mostra;
- d. interessa-se por explicar os modos de dizer conducentes ao mecanismo que articula o conteúdo significativo transtextual. Conteúdo identificado enquanto dependente das circunstâncias da enunciação e dos destinatários aos quais o discurso é dirigido;
- e. interessa-se em considerar o discurso como noção integradora de duas dimensões: o texto e a interação prática discursiva.

Não pode, portanto, o discurso ser objeto de uma investigação puramente linguística. Seu domínio é muito mais vasto, estando a Análise do Discurso presa entre o real da Língua e o real da História. Língua e História – repetimos – constituem dois caminhos para um trabalho em Análise do Discurso. Nessa tarefa, tanto podemos partir de uma materialidade, que é própria da Língua, quanto partir do conhecimento, que é próprio da História. A materialidade do discurso configura-se na Língua, enquanto o social constitui-se como materialidade da História.

O caráter histórico do texto/discurso é um fator relevante à Análise do Discurso, visto que se discursivizam aí ideias e concepções de um grupo social de uma determinada época; *que* encarado como suporte do discurso, destaca-se pelas determinações ideológicas nele presentes, colaborando diretamente com a construção do contexto.

6. Considerações finais

Num primeiro passo para uma retomada interpretativa das ideias exploradas neste ensaio, reafirma-se ser discutível o emprego do termo *dicotomia* para referenciar a relação texto/discurso. Mais adequado seria o emprego do termo *intersecção* para definir os elos articuladores entre os processos textual e discursivo.

Foi nota dominante neste trabalho a ênfase dada ao múltiplo domínio das relações textuais e discursivas – domínio comprovado pela sensibilização aos laços de interdependência entre texto, discurso e contexto – o âmbito histórico que os envolve e lhes atribui sentido.

Demonstrou-se haver na fusão texto/discurso uma forma linguística histórica, sendo que a abordagem da Análise do Discurso conjuga a Língua com a História, constituindo-se o texto como unidade de sentido na situação discursiva.

Desse fato resulta o princípio de que o constitutivo do texto não é a forma nem o estilo, mas o mecanismo em que se baseia sua coerência interna, sua estrutura discursiva específica.

Deu-se relevância ao fato de a historicidade do discurso se sustentar no repetível. Exemplificou-se esse fato explorando-se a questão do provérbio – discurso que reflete a sabedoria popular pela qual nos deixamos contagiar.

O nível profundo de estrutura do texto está na mensagem transmitida pelo discurso. Em Análise do Discurso, o texto deve ser pensado em relação ao discurso; o texto remete ao discurso; o discurso valida o texto como unidade de significação. É por essa razão que se diz que o sentido atravessa o texto, assim como o discurso é atravessado por outros discursos – o que comprova o princípio que postula situar os discursos no âmbito da interdiscursividade – noção concernente à enunciação, isto é, ao processo de produção discursiva.

Identifica-se a interdiscursividade como interação com um dado discurso, uma *memória discursiva*, que constitui um contexto global que envolve e condiciona a atividade linguística.

Torna-se, portanto, impossível a apreensão do discurso sem a percepção das relações dialógicas, ou seja, sem história.

É preciso que o universo, isto é, o conjunto de campos discursivos numa determinada época seja conhecido para uma interpretação válida do discurso.

As considerações que permeiam o ensaio deixam também patente que a enorme variedade de discursos na sociedade reflete as várias representações sociais suficientes, mas também, em especial, adapta-se a diferentes contextos de produção: quem disse o que, onde, quando, com que objetivos. Observa-se que o discurso não é passivo em relação ao contexto, não é um simples efeito dele, mas é constitutivo de sua contextualização.

A consideração do discurso como um todo, como texto contextualizado, realiza uma sinonímia entre enunciação e contexto, de um lado, e entre enunciado e texto, de outro. O contexto é de uso privilegiado por quem adota uma perspectiva pragmática ante o problema da enunciação. Ainda: a concepção pragmática opõe-se à ideia de que a Língua seja apenas um instrumento para transmitir informações; coloca em primeiro plano o caráter interativo da atividade de linguagem, recompondo o conjunto da situação de enunciação. Salienta, pois, o uso que o sujeito faz da Língua.

Os comentários alusivos ao processo de intersecção texto/discurso – essência deste ensaio – permitem concluir que o textual e o discursivo mantêm entre si relações intrincadas e não têm limites categóricos. Os termos texto/discurso são distintos, de natureza heterogênea, e não se reduzem um ao outro, ainda que se entrelacem no fato de que o objeto que busca examinar não é a frase, mas sim o texto. Não se podem separar, como estanques, termos que se imbricam e até se superpõem. Não se pode também, contudo, tomar um pelo outro, numa espécie de reconhecimento indevido.

A análise da convergência leva a considerar que texto e discurso constituem uma mesma materialidade, ou seja, um mesmo conjunto de palavras e ideias organizadas com coesão e coerência. A diferença entre texto e discurso não está na materialidade, mas nos traços com que o processo da enunciação marca a materialidade textual.

O conjunto de palavras deixa, pois, de ser texto e se transfigura em discurso, quando o leitor ou o ouvinte focaliza o objetivo de suas intenções. Desse modo, a análise do discurso inicia-se com a análise do texto. Apreende-se, então, o texto como *repertório do discurso*, não existindo o sentido sem a forma que o materializa.

Há, assim, perfeita adequação na concepção do texto como um processo organizacional e na visão do discurso como uma engrenagem de natureza interacional, ambos constituindo-se num todo, num processo integral.

Referências bibliográficas

- AUSTIN, John. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BERNÁRDEZ, Enrique. **Teoría y Epistemología del texto**. Madrid: Ed. Cátedra, 1985.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividades de linguagem: textos e discursos**. São Paulo: Educ, 1999.
- COURTINE, Jean-Jacques. Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. **Philosophiques**. vol. IX, n. 2, out. 1982.
- HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqaya. **Cohesion in English**. London: Longman, 1975.
- NUÑEZ, Rafael; TESO, Enrique del. **Semántica y Pragmática del texto**. Madrid: Ed. Cátedra, 1996.
- RICOEUR, Paul. **Ideologia e Utopia**. Trad. Teresa Louro Peres. Lisboa: Edições 70, 1991.
- SCHMIDT, Siegfried. **Linguística e Teoria de Texto**. Trad. de Ernest Schumann. São Paulo: Livraria Pioneira, Editora, 1978.
- WEINRICH, Harald. **Grammaire Textuelle du Français**. Paris: Didier Hatier, 1989.

As Influências dos Pressupostos Filosóficos do Círculo de Bakhtin Para a Construção de Teorias Enunciativas e Discursivas

Ana ZANDWAIS (UFRGS)
zand@ufrgs.br

1. Introdução

As bases filosóficas da obra do Círculo de Bakhtin, embora tenham sido amplamente divulgadas no contexto do oeste europeu, desde a década de 1970, com a tradução, para as línguas Inglesa e Francesa da obra ‘Marxismo e Filosofia da Linguagem’, respectivamente em 1973 e 1977, tendo esta sido publicada, originalmente, pela Editora ‘Ressaca’ de Leningrado em 1929¹, ainda permanecem desconhecidas, em sua real complexidade, nas Academias tanto européias como latino-americanas, quer pela dominância dos estudos lingüísticos de base formalista, quer pela hegemonia de uma tradição de base estruturalista.

Começamos esta reflexão, em primeiro lugar, situando o Círculo de Bakhtin em seu contexto histórico próprio. Este coletivo constituído por intelectuais de diferentes formações e considerado inexpressivo no contexto soviético durante os anos 1920-1930, somente é referido como um Círculo, pela primeira vez, em 1967 pelo psicolinguista Aleksej Leontev², cujo interesse girava em torno das relações entre linguagem, mundo e consciência, tomadas desde uma ótica sociológica.

E o próprio Mikhail Bakhtin, conforme observa Inna Tilkowsky Ageeva (2012, p.21) em seu livro intitulado “Volochinov en Contexte”,³ começa a utilizar a expressão ‘Círculo de Bakhtin’ nos anos 1970, em sua entrevista com Viktor Duvakin, na qual este, ao questionar se Bakhtin já era conhecido durante os anos 1920-1930 na URSS, obtém como resposta de Bakhtin de que ele seria conhecido apenas em círculos muito restritos: em Nevel, Vitebsk e Leningrado.

Não obstante a modéstia de Mikhail Bakhtin por meio da declaração dada a Duvakin em entrevista, pode-se dizer que após sua morte este filólogo e historiador tem sido o intelectual russo mais citado e conhecido por pesquisadores de diferentes domínios das ciências Humanas e Sociais, tanto no oeste europeu

¹ É importante observar que um dos primeiros textos a que se tem acesso sobre a obra do Círculo ‘A Arte e a Responsabilidade’ foi publicado em 13 de setembro de 1919 no Almanaque de Nevel comemorando o “Dia das Artes”, conforme pesquisa realizada por Boukharaeva (1997).

² Aleksej Leontev iniciou seus estudos na Faculdade de História e Filologia da Universidade Estadual de Lomonosov de Moscou, tendo, posteriormente, trabalhado como colaborador de Lev Vigotsky. Suas incursões pela obra do Círculo de Bakhtin estão notadamente relacionadas a uma concepção sociológica de linguagem.

³ Trata-se de um Ensaio de epistemologia histórica publicado pela Editora Lambert-Lucas (2012), no qual Inna T. Ageeva investiga, sobretudo, as fontes de que se serviu Volochinov para elaborar suas concepções de língua, de signo, dialogia e para contestar as idéias estruturalistas dominantes no início do século XX no contexto europeu.

quanto na América Latina, ainda que o Círculo tenha sido constituído também por grandes intelectuais como Pavel Medvedev, Valentin Volochinov, Matvei Kagan, Lev Pumjanski, Boris Zubakin, Lev Pumpianski, I. Sollertinski e Maria Yudina⁴.

Pois bem, reportando-nos também às referências feitas na Introdução da re-tradução de ‘Marxismo e Filosofia da Linguagem,’ por Patrick Sériot (2010, p. 19), de que o Círculo de Bakhtin seria uma designação tardia para um coletivo praticamente desconhecido à época, remetendo a obras, cujos textos seriam muito ‘disputados⁵,’ em termos de autoria, e também ao fato de que alguns destes textos seriam pouco conhecidos e estudados por pesquisadores, é que nos propomos a explorar, em alguns textos, determinadas noções oriundas da produção do Círculo, colocando em destaque, notadamente, as bases do pensamento de Mikhail Bakhtin e de Valentin Volochinov.

Situando-nos, deste modo, fundamentalmente, no contexto dos anos 1920-1930, na tentativa de caracterizar as origens de muitos conceitos que emergem em diferentes obras e tomando como referência obras como “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (1986), “Hacia Una Filosofia del Acto Ético. De los Borradores y otros escritos” (1997), “Chto Takoe Jazik”⁶ (2010) e “Estética da Criação Verbal” (2011)⁷, buscamos caracterizar determinadas concepções que entendemos ser fundamentais para a compreensão da obra do Círculo, tais como: língua/linguagem (jazik), signo, ideologia, interioridade/exterioridade, enunciado/acontecimento, heteroglossia e gênero discursivo, com vistas a refletir em torno das características que tais noções assumem nos debates do “Leste” e do “Oeste,” determinando, em consequência, algumas das orientações que pautam os estudos enunciativos e discursivos atuais desenvolvidos tanto no contexto europeu como no contexto latino-americano.

2. A Noção de Língua Nos Contextos do ‘Leste’ e do ‘Oeste’

Começamos por situar a noção de língua no contexto soviético, a partir das leituras realizadas por Bakhtin/Volochinov (1986) em ‘Marxismo e Filosofia da Linguagem e por Volochinov em ‘Qu’est-Ce Que La

⁴ É importante lembrar que um dos pontos que articulou a coesão do ‘Círculo’, enquanto um grupo heterogêneo formado por um filólogo e historiador (Mikhail Bakhtin), uma pianista (M. Yudina), um filósofo (M.Kagan), um especialista em Literatura (L. Pumpianskii), um estudante de Direito, filólogo, lingüista e musicólogo (V.Volochinov), um poeta (Boris Zoubakin), um historiador da Literatura e crítico literário (Pavel Medvedev), um historiador da arte e Professor do Conservatório de Leningrado (Sollertinsky), foi a própria concepção de ciência na sociedade soviética, pensada de forma holística, o que possibilitou grandes avanços na produção intelectual deste coletivo.

⁵ Nossa reflexão buscará deixar de lado a disputa da autoria e servindo-nos do pensamento de Júri Medvedev e Daria Medvedeva (2008) em torno do modo de produção do Círculo de Bakhtin, propomos caracterizar este Círculo como um ‘coletivo heterogêneo’ e, ao mesmo tempo, como um ‘coletivo de pensamento’, enfim, suas obras são o resultado da ação conjunta do coletivo e da própria formação intelectual de seus membros.

⁶ Buscamos analisar questões relativas a esta obra através da tradução do Russo para Francês sob os títulos “ Chto Takoe Jazik” e “Quest’ Ce Que La Langue Et Le Langage” realizada por Patrick Sériot e Inna T. Ageva (2010) , mas comparando com os textos que estão traduzidos para a Língua Portuguesa sob o título ‘O Que é a Linguagem (In: “A Construção da Enunciação e Outros Ensaios”, organizada por João Wanderley Geraldi) e para língua Espanhola “Que Es El Lenguage” (traduzida por Guillermo Blanck) em função de diferenças de compreensão.

⁷ É importante lembrar que a circulação dos textos que compõem a obra “Estética da Criação Verbal” é mais tardia. O texto aparece publicado em Moscou pela Editora Iskustvo em 1979.

Languet et Le Langage” [Chto Takoe jazik] (2010). Porém, antes de iniciarmos esta reflexão, uma questão terminológica se faz necessária. O termo *Jazik*, em língua Russa, designa ao mesmo tempo, língua e linguagem, não havendo duas palavras distintas para designar o que é de ordem sistêmica e o que pertence ao domínio da prática, das condições de uso efetivo da língua como ocorre, por exemplo, com as línguas latinas.

Este termo, entretanto, tão importante para que se entenda tanto o discurso sobre a língua, como os pressupostos epistemológicos que fundamentam os estudos filosóficos da linguagem no contexto soviético, não pode ser acentuado simplesmente em função do fato de que não há dois itens lexicais para duas noções distintas, tais como as construídas pela Linguística européia: *languet, langage, lengua, language, língua, linguaggio*.

É preciso considerar, pois, o fato de que as bases dos estudos soviéticos sobre a língua, durante os anos 1920-30, são sedimentadas em pressupostos sociológicos e materialistas históricos e dialéticos, os quais determinam, substancialmente, a deliberação de que os estudos sobre a língua Russa não poderiam opor, de um lado, as questões teóricas e de outro, as questões de uso concreto da língua. E estes fundamentos nos remeterão a uma ótica distinta sobre a língua no contexto do ‘Leste’, o que se torna bastante difuso no contexto do ‘Oeste’.

Deste modo, considerando que as questões materialistas inscrevem-se no universo sociológico dos estudos linguísticos no contexto dos anos 1920-30, onde diferentes línguas (Bielorussa, Estoniana, Lituana, Ucraniana, Moldaviana, etc.) constituem o universo plural e fragmentado de uma mesma língua, e onde, para se compreender o funcionamento real da língua, é preciso compreender tanto as diferenças de cultura como suas realizações heteroglóssicas concretas, não haveria como se sustentar a oposição entre língua e linguagem, própria dos estudos do contexto do oeste europeu, desencadeada, notadamente, também no início do século XX, e sedimentada, sobretudo, através das reflexões geradas a partir do ‘Curso de Linguística Geral’,⁸ onde a antinomia entre língua e linguagem cristaliza uma oposição tanto entre o que é sistêmico e o que pertence à dimensão da fala, como entre o que é da ordem social e individual.

Assim, se a oposição entre língua e linguagem, sedimentada no contexto dos estudos lingüísticos do oeste Europeu não é questionada, via de regra, pelos estudos da linguagem desenvolvidos neste contexto e também não vem a afetar as dimensões sociológicas em que as pesquisas lingüísticas são realizadas na Academia até o momento atual (nos domínios da Pragmática, das teorias Enunciativas e Discursivas) é porque nos contextos europeu e latino-americanos, por exemplo, vive-se ainda sob a hegemonia de uma tradição notadamente estruturalista e formalista, dentro da qual pressupostos de base materialista histórica

⁸ É importante lembrar que a relação de oposição entre língua e linguagem encontra respaldo na Academia europeia a partir do ‘Curso de Linguística Geral’ (1991) que opõe a língua à fala. Mas também que ao entrar no contexto soviético, traduzida para língua Russa, durante os anos 1930, a obra divide até mesmo os lingüistas russos.

e dialética sempre foram ‘balcanizados’, ficando, em geral, à margem dos interesses das pesquisas acadêmicas⁹.

Não haveria, pois, dentro destas condições históricas razões para questionar a diferença de nomenclatura, desconstruindo os alicerces que a sustentam, ou pelo menos tentando formular algumas respostas sobre as razões pelas quais a Filosofia da Linguagem de vertente russo-soviética não se posicionou favoravelmente à oposição saussureana entre língua (sistema) e linguagem (fala).

Tais questões, portanto, têm sido levantadas em alguns estudos sociológicos e materialistas¹⁰ que se debruçam sobre as fontes da história dos estudos linguísticos dos anos 1920-1930 e em torno dos fundamentos do pensamento soviético da época¹¹, fora deste espectro a questão parece não ter adquirido maior relevância.

Com base nesta reflexão queremos mostrar, deste modo, que a própria concepção do que se entende por ‘domínios sociológicos dos estudos da linguagem’ nos contextos do ‘Leste e do ‘Oeste’ não é coincidente, não tem reciprocidade. Daí a necessidade de revermos algumas noções desenvolvidas no contexto do ‘Leste’ como forma de estabelecer determinadas características próprias da Filosofia da Linguagem e dos estudos linguísticos dos anos 1920-30.

Enquanto os estudos sociológicos desenvolvidos pelo ‘Círculo de Bakhtin’, notadamente, por Volochinov, seguindo as pegadas de Jakubinsky¹² e por Bakhtin, imerso na filosofia alemã, estavam voltados para os processos de inflexão ideológica no interior da língua, para a descrição de seus acentos heteroglóssicos, analisados de acordo com os interesses e as formas variadas de produção simbólica da infraestrutura, com vistas a explicar as condições de funcionamento concreto da língua, dos enunciados e dos diferentes gêneros discursivos, os estudos sociológicos desenvolvidos no contexto do ‘Oeste’ são notadamente oriundos dos estudos formalistas, filológicos e comparatistas, onde as variações linguísticas são balizadas por meio de estatísticas, as questões estruturais ocupam espaços hegemônicos e onde a sistematização se torna dominante para atender à necessidade de não se sair do mesmo escopo descritivo.

Este tipo de reflexão pode ser muito bem ilustrada a partir da ótica de ‘Marxismo e Filosofia da Linguagem’ (1986) sobre o papel da língua nos estudos linguísticos, já que para Bakhtin/Volochinov (1986, p.127) “ a língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma abstração

⁹ Esta referência não diz somente respeito aos anos 1920-30, mas pode ser comprovada também nos estudos realizados na França por Michel Pêcheux (1990) em relação à alienação da Academia, e, sobretudo, no Brasil, na atualidade do mês de junho de 2014, em circunstâncias através das quais diferentes unidades de Universidades como a UFRJ, a UNICAMP, a UFRGS, e o CEMARX-UNICAMP uniram-se a fim de questionar publicamente os fundamentos de parecer acadêmico que desmereceu pesquisa institucional por estar vinculada a pressupostos de base teórica materialista.

¹⁰ Queremos dar destaque, aqui, aos textos publicados em “The Bakhtin Circle. In The Master’s Absence” (2004) organizado por Craig Brandist, David Shepherd e Galin Tihanov, que remontam aos anos soviéticos e às fontes de noções apresentadas pelo Círculo.

¹¹ Sobre esta questão consultar, sobretudo, os textos de Irina Ivanova (2003) e (2008).

¹² Lev Jakubinsky foi professor de V. Volochinov e seu estudo ‘O dialogiceskoj rech’ (La parole dialogale), produzido em 1923, causou um forte impacto sobre os estudos dialógicos na URSS., sobretudo em relação ao papel da função responsiva vem a adquirir na concepção dialógica de língua do Círculo.

científica que só pode servir a certos fins teóricos e práticos particulares. Essa abstração não dá conta de maneira adequada da realidade concreta da língua”.

Pode-se compreender, a partir de determinações históricas, portanto, porque o contexto dos estudos lingüísticos do “oeste” sempre privilegiou o fator normativo em detrimento da observação das condições em que a língua se torna instável, das circunstâncias em que suas sistematicidades passam a ser desestabilizadas, em função dos acontecimentos e das necessidades das forças sociais, das contingências que a tornam suscetível a mudanças e das formas de produção e de divisão das classes que não a mobilizam de forma indiferente.

Volochinov (2010, p. 535), em “Quest Ce Que La Langue et Le Langage”, posiciona-se em torno da questão, considerando que, “na própria base do desenvolvimento cultural humano, na atividade do trabalho, encontra-se a necessidade do homem de unir-se em grupos”, de constituir coletividades que redundam em cruzamentos de tribos, de castas, de classes, profissões, e destes cruzamentos resultam diferentes formas de hibridações lingüísticas ou realizações heteroglóssicas que diferem de um determinado agrupamento para outro. A língua, portanto, somente funciona de modo orgânico por suas condições de hibrididade e de transformação.

Tratar da língua sob condições empíricas, concretas implicaria ter de abandonar a hegemonia do campo teórico sobre os domínios das práticas, ter de lançar um olhar sobre o seu funcionamento, e, sobretudo, às diferentes formas de comunicação ideológica como fatores de ‘movimentação’ permanente desta.

Há que se considerar também o papel da História. A idéia de representar a língua como ‘produto acabado que se transmite de geração para geração’ (1986, p. 103), como fez o ‘Curso de Linguística Geral’ (1991), colocou o papel da História em um lugar marginal, durante muito tempo, privilegiando, simplesmente, os estudos diacrônicos¹³, e deixando inexplicáveis as relações dialéticas entre o trabalho das forças centrífugas e centrípetas, capazes de elucidar as condições de funcionamento dos enunciados, que, no âmago de tais relações dialéticas se tornam concretos, remetendo para questões empíricas que ligam os sujeitos às suas experiências e ao vivido, e, enfim, à pluralidade dos sentidos que as palavras adquirem nas atividades languageiras cotidianas.

Um olhar crítico em torno de tais questões permite-nos observar, por outro lado, que as reflexões lingüísticas de caráter formal-sistemático tornaram-se hegemônicas também no contexto soviético, durante

¹³ Faz-se necessário ressaltar que a concepção de História, sob a ótica dos estudos materialistas, não trata as relações entre os fatos e acontecimentos sob o eixo da sucessividade, da linearidade, embora não a negue, mas coloca em questão, sobretudo, relações de causalidade.

o período que antecedeu a Revolução de 1917. Não sendo, portanto, “privilégio” do contexto europeu durante o final do século XIX e durante os anos 1920-30.¹⁴

O que vem a identificar a dominância dos estudos formalistas nestes dois contextos, que adotaram uma postura conservadora e até mesmo hostil em relação ao tratamento das línguas vivas, é que eles acabaram deixando para os estudos da retórica, da estilística e da poética importantes reflexões em torno do modo como se caracteriza a heterogeneidade de uma língua, se observada a partir das condições de produção dos falares de diferentes grupos sociais organizados, dos acontecimentos que pluralizam os sentidos e das formas como os diferentes gêneros discursivos emergem, retratando as práticas sociais, linguageiras e os interesses dos grupos socialmente organizados.

Eis porque para Bakhtin/Volochinov existe um ‘abismo’ entre o papel da sintaxe e as questões de ordem discursiva, já que as estruturas que constituem um enunciado somente podem ser compreendidas quando este estiver inscrito em um domínio simultaneamente sociológico e ideológico.

Desde esta ótica, não haveria como conciliar os acentos plurais que as palavras adquirem ao funcionar em um enunciado concreto com a rigidez da descrição abstrata dos significados das palavras, com base em um olhar formal em torno do enunciado, enquanto um recorte da língua ou como um decalque transparente da realidade. E de acordo com esta perspectiva, “a ficção da palavra como um decalque da realidade ajuda mais ainda a congelar sua significação.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1986, p. 107)

A este olhar que não percebe a própria dialética que encarna a língua viva, os enunciados concretos, as condições de produção dos gêneros discursivos, enquanto modalidades de produção que refletem os conjuntos de interesses, as formas de produção, de estratificação e de transformação dos coletivos sociais, de acordo com os contextos sócio-políticos em que estão inseridos, Bakhtin/Volochinov (1986) denominam de objetivismo abstrato, para demarcar o fato de que não pode haver, de modo concreto, uma consciência linguística fora de uma consciência social traduzida pelo viés da experiência dos sujeitos, e considerando, sobretudo, que a consciência que os sujeitos adquirem da língua que falam não é a mesma para todos, embora falem a mesma língua.

Pode-se observar, com base nas questões acima postas, que a orientação da palavra, para Bakhtin/Volochinov (1986), está sempre determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que é dirigida ao outro, situado em um determinado contexto social. Este outro, no entanto, pode estar em um espaço disperso, no passado, no presente, na memória do locutor, ou ainda constituir-se em um locutor empírico, sendo esta última condição fundida às demais.

¹⁴ É importante observar que esta característica não é somente ‘privilégio’ dos anos que antecedem à Revolução de 1917 no contexto russo, pois no contexto europeu, ao longo das décadas seguintes, os estudos realizados em torno da complexidade de relações entre variação dialetal e questões de subjetividade social e histórica, ou fundamentos da enunciação parecem não ser prioridade nos domínios da Linguística.

3. A Diversidade dos Modos de Produção e os Gêneros de Discurso

Uma das maiores dificuldades para tratar com o funcionamento heteroglóstico de uma língua e com os gêneros discursivos, que reproduzem as formas de realização heteroglóstica dos diferentes grupos sociais, consiste no fato de que mesmo sendo constituídos por uma materialidade linguística, os gêneros de discurso não se reduzem a ela. Assim, ao serem descritos simplesmente como dados empíricos de língua perdem seu viés sociológico, perdem a própria observação das diferentes práticas que espelham as relações de produção de um determinado corpo social em um corpo material, vindo, em última instância, a descaracterizar a própria noção de gênero.

Sob uma ótica que toma a língua como um corpo material reflexo de um corpo social, por outro lado, os agrupamentos legitimados por “especializações” de classes permitem ilustrar o modo de divisão do trabalho de uma sociedade, bem como os novos coletivos formados a partir de modos de produção emergentes nas sociedades em transformação e que criam tanto novas profissões formais como informais, tais como os camelôs, os marketeiros, os personal trainers, os sacoleiros, os catadores, os recicladores de lixo, os cambistas, os funkeiros, etc.

É sob a observação de tais transformações das relações de produção, de divisão do trabalho que se pode melhor ilustrar sob que modalidades a concepção de gênero de discurso, enquanto reflexa de um determinado modo de produção, pode vir a espelhar as contradições que povoam o modo de organização das forças sociais, em uma sociedade, e as próprias correlações de força entre as classes.

Mas definir gênero discursivo a partir desta acepção implica ter de admitir que, na mesma medida em que os falantes servem-se de uma mesma língua para retratar suas necessidades concretas, para reconhecer-se uns aos outros, para identificar-se ou contra-identificar-se pelo modo como se organizam socialmente, esta língua é dividida, heteróclita. Ou seja, a forma linguística e a estrutura sintática por si próprias não balizam, quer o funcionamento discursivo de uma língua, quer os sentidos que as palavras adquirem em horizontes sociais distintos.

As formas linguísticas são materialidades indispensáveis, mas o que as torna signos de caráter ideológico, um elemento de discurso, é a sua flexibilidade, sua condição de abstrair-se da possibilidade de serem invariáveis, de serem idênticas a si mesmas. Em outras palavras, estas precisam ser compreendidas como matéria, cuja orientação sógnica depende das condições históricas e sociais em que operam.

É importante, portanto, dar destaque às especificidades que vêm a caracterizar a noção de gênero discursivo na obra de Mikhail Bakhtin (2011), considerando, em primeiro lugar, o fato de que não é a construção composicional, o tema, o estilo ou os traços sintáticos que se reiteram no discurso que vêm a constituir um gênero, já que o gênero discursivo, embora venha a ser caracterizado por determinadas características que se apresentam como estáveis em suas formas de produção e circulação, é antes de tudo gênero por emergir a partir de determinadas condições de produção que são sociológicas.

A complexidade, a heterogeneidade dos gêneros de discurso, deste modo, envolvem tanto o modo de produção das classes e agrupamentos sociais como o material verbal de que se servem para poderem expressar-se diante das condições objetivas em que vivem.

Desde esta ótica, podemos delimitar diferentes gêneros de discurso de agrupamentos sociais: aqueles onde a escrita torna-se dispensável ou secundária, como ocorre em determinadas tribos indígenas e quilombos, por exemplo. O essencial de um gênero discursivo pode ser caracterizado a partir de um inventário de temas que vêm a caracterizar suas crenças, seus dogmas, seus mitos e que traduzem os valores que são atribuídos a determinados significantes em detrimento de outros, a partir de narrativas orais, da linguagem não-verbal, onde os próprios significantes remetem a formas de vida.

Assim também os diferentes gêneros de discurso produzidos no cotidiano da vida de sociedades capitalistas e que possibilitam espelhar as formas de divisão e de segregação entre diferentes grupos estigmatizados, sob aspectos culturais, sociais e éticos, tais como os estelionatários, os traficantes, as “mulas”, os contrabandistas, por exemplo, configuram-se como gêneros por traduzirem, em primeira instância, os conjuntos de interesses e de “normas” de conduta que caracterizam as condições de produção e de intervenção destes grupos na sociedade.

Os temas e o estoque lexical que os diferenciam, portanto, permitem configurar, sob o aspecto discursivo, suas formas simbólicas de ação e de intervenção à margem das sociedades em que vivem. E é somente através de tais combinações entre as práticas, os modos de produção e o material verbal propriamente dito que podemos caracterizar o funcionamento de um gênero discursivo.

É, pois, a partir de relações intrincadas entre o que é exterior à matéria verbal e o que vem a caracterizar sua essência que podemos compreender o que constitui um gênero de discurso e o que vem a tornar esta noção distinta das noções de gênero que compreendem o universo de outras teorias que prescindem do tratamento de questões sociológicas e históricas.

4. A Palavra Como Signo

A palavra como signo é sempre extraída de um estoque social não limitado por uma situação “pontual” de enunciação, mas reportado a determinadas condições históricas e materiais de produção, à experiência do vivido, às orientações produzidas em um determinado horizonte social de produção simbólica e ideológica.

Assim, a palavra maçã, por exemplo, para além de seu valor utilitário imediato, remete à idéia de ‘pecado original’ no ordenamento simbólico do discurso bíblico, construindo um fundamento ideológico-histórico em torno da fragilidade da mulher que cede à “tentação da serpente”. Mas se nos reportarmos aos discursos da modernidade, a maçã remete também à ideia de sedução (o lado “positivo” da sexualidade) que coloca em uma relação de inseparabilidade o significante e o desejo, construindo, portanto um novo

imaginário em torno da relação entre desejo e sexualidade que vem a caracterizar a sexualidade como uma força, ao contrário do valor que esta adquire no discurso religioso. Podemos, ainda, de modo mais recente, na sociedade tecnologizada em que vivemos, remeter o significante maçã, dentro do mercado econômico, à idéia de um logotipo de alta tecnologia americana – ‘apple’- e que vem a identificar o quanto pode valer alguém por seu poder aquisitivo, conferindo status aos que utilizam esta tecnologia, construindo, em última instância, um imaginário de sucesso, de êxito social a partir de um símbolo que retrata, em uma sociedade marcada pelo consumo, ‘quem é quem’ .

É a partir deste olhar centrado em torno das relações entre os significantes, das relações sociais e da prática da ‘língua viva’ que traduz as modalidades distintas através das quais as palavras incorporam valores que se pode caracterizar a diversidade discursiva de uma língua e, enfim, o funcionamento dos enunciados e os modos através dos quais os enunciados concretos precisam inscrever-se na história para significar.

É preciso considerar, pois, que a estrutura é a matéria constitutiva da língua, a palavra, mas, ao mesmo tempo, que toda palavra está sempre carregada de um conteúdo que discursivamente precisa ser entendido como ideológico, estando atrelado a determinadas condições de produção sociais, carregado de valores e de significados adquiridos através das formas de divisão das classes, de divisão do trabalho, de produção de consciência a partir de vivências que refletem as condições objetivas de subsistência de cada classe.

São tais relações, portanto, que permitem refletir sobre o modo de conversão das categorias lingüísticas em enunciados concretos, considerando que os enunciados se tornam concretos por superarem as relações de fragmentação entre o lingüístico e o ideológico, por se inscreverem em universos sociológicos e históricos complexos e heterogêneos.

5. O Signo Ideológico, a Ação e o Espaço da Interpretação

Observemos, então, como em sua teoria sobre o signo, Bakhtin/Volochinov (1986, p.31) abordam a questão dos objetos físicos, tomados primariamente como objetos de consumo, mas que precisam ser, ao mesmo tempo, desinvestidos de seu valor imediato, para que signifiquem em um universo mais complexo como o da ordem simbólica engendrada pela história.

A primeira questão a pontuar acerca da natureza do signo ideológico é que ele não pode ser compreendido simplesmente como uma extensão mais “ampla” do signo lingüístico. E por isso não pode ser apenas um reflexo, uma “sombra” da realidade, já que nem a realidade é diretamente acessada pelos signos lingüísticos, nem os valores que transformam os signos lingüísticos em signos ideológicos são universais, homogêneos, colocando, portanto, à condição do signo de ser ideológico a tarefa de lidar com o instável, com as diversidades culturais e históricas e, enfim, com fragmentos da ordem do real, que não pode ser percebida em sua totalidade.

É justamente em virtude da própria condição de inacessibilidade do real como um todo que o signo é tomado apenas como parte deste real. E sob esta determinação inevitável é que ele vem a refletir e a refratar, de modo contraditório, aspectos que constituem o todo.

É importante salientar, também, que se o signo está sujeito a critérios de avaliação ideológica é porque a base de seu “peso”, sua carga semiótica está calcada na noção de valor. Não haveria como tratar de questões ideológicas, sob uma ótica dialética, sem conferir ao signo “pesos” que se tornam diferentes em termos de valores, quando inseridos em contextos históricos distintos.

Portanto, Bakhtin/Volochinov ao tratarem do signo ideológico conferem a este um espaço bem peculiar no interior da Filosofia da Linguagem de feição soviética ao articularem, conforme Lähteenmaki (2012)¹⁵, o ideológico e o semiótico (*znakouy*), para tratar do fato ideológico não apenas nos limites da linguagem verbal, mas para além dela, nos domínios dos valores extralinguísticos, dos fenômenos do mundo exterior.

Assim, o signo precisa ser compreendido como constituído tanto pelo material não-verbal: gestos, imagens, sons, sinais, enfim, através das diferentes modalidades por meio das quais a massa física – a matéria – pode ser percebida e significada, como a partir de suas relações de intersecção com a linguagem verbal e com os acontecimentos que adquirem determinada expressão e valores.

É a partir desta ótica que o ser do discurso precisa ser entendido como o ser do acontecimento (*sobytie*), e o discurso, propriamente, como uma materialidade inscrita em um contexto ético, que subjaz a todas as questões estéticas, já que a base da filosofia sobre o funcionamento da língua, sob a perspectiva do Círculo, encontra sustentação, de forma dialética, no ato ético, na ‘razão prática e nos modos de percepção de questões estéticas para além de seu conteúdo formal.

Para que possamos compreender, assim, as questões de ordem estética é preciso, em primeiro lugar, que compreendamos como estas se articulam aos domínios do ético. E como essência e aparência, sob uma perspectiva dialética, constituem um todo não simétrico, um todo desigual.

No que tange ao princípio de soberania do ato ético, pode-se afirmar, conforme Bubnova (2013, p. 11), que a existência concreta do sujeito e seus atos precisa ser compreendida em virtude do fato de que estes são dotados de valores, sujeitos a riscos, sujeitos ao devir, mas que, ao mesmo tempo, vinculam-no ao mundo e a uma responsabilidade em relação ao outro.

São tais relações que definem as bases do que se pode entender como ‘ato concreto’. Ou seja, toda ação condiciona o ser para o outro, e para a dimensão que o outro ocupa no ser de cada um, como condição de ser, condição de interpretar a realidade. É, pois, a imagem, a representação, (*bild*)¹⁶ do outro que se traduz

¹⁵ É importante salientar que o texto-fonte, explorado por Lähteenmaki (2012), por se tratar da tradução inglesa, faz referências somente a Volochinov como autor de ‘Marxismo e Filosofia da Linguagem’.

¹⁶ O termo que corresponde à idéia de representação em alemão é *bild*, que configura um referente, permite conferir-lhe uma referência, uma significação, um valor. Daí a idéia humboldtiana de *Bildung* que se pode conceber como construção.

para o 'eu' e o 'caráter' que sua ação assume frente aos desafios do contingente, que nos permitem compreender a essência que o ato ético assume na relação entre o eu- o outro e o mundo.

Em relação ao princípio da razão prática, pode-se aproximá-la, sobremaneira, da concepção ético-crítica de Karl Marx (2008)¹⁷, a partir da qual Marx critica os filósofos de sua época, afirmando que estes “sempre buscaram explicar o mundo, no entanto tratava-se de transformá-lo”.

Transpondo, pois, esta questão à obra de Bakhtin (2012), 'Para Uma Filosofia do Ato Responsável', é somente pelo viés da ação que se pode intervir sobre a ordem do real, mas, ao mesmo tempo, a ação precisa ser entendida como fruto da necessidade, e como sendo derivada da consciência que se produz pela existência. A qualidade do que se pode entender por ação, sob esta ótica, portanto, provoca mudanças e implica a tomada de consciência, a tomada de posição e comprometimento com o outro e com os acontecimentos.

Ainda em 'Hacia uma Filosofia Del Acto Ético (1997, p. 8), Mikhail Bakhtin observa que é somente no mundo do vivido que podemos realmente conhecer, interpretar e criar, já que é através das experiências concretas, vivenciadas a partir de determinados lugares que produzimos juízos de valor e atribuímos, dentro das circunstâncias em que vivemos, sentido às coisas. Portanto, segundo Bakhtin, toda razão teórica perde sua consistência se não estiver fundamentada na razão prática, porque é da razão prática que emerge a sustentação do sujeito “no acontecimento singular de ser.”

A partir de tais reflexões é que se faz possível compreender melhor os rumos tomados pela “Filosofia do Ato Responsável” para inscrever o espaço da ação no espaço do político e sobretudo para compreender o fato de que não haveria como tratar dos processos de significação em uma 'língua viva' senão a partir de relações intrincadas entre as esferas de produção econômica, social e cultural.

Aqui, uma observação que entendemos ser fundamental para uma leitura crítica nos domínios dos estudos filosóficos e materialistas. Toda a base da leitura de Karl Marx, desde “A Ideologia Alemã” (2008), em torno das relações de produção sócio-econômicas e do funcionamento da ideologia, está calcada em uma teoria que coloca a questão do valor¹⁸ como alicerce à descrição sobre o modo como se produz a desigualdade entre as classes, a exploração, as relações entre as formas de produção e os modos de representação, pelos trabalhadores, de suas formas de produção.

É preciso considerar, no entanto, que Marx não conseguiu - e talvez nem tivesse como propósito - estabelecer uma ponte entre a noção de valor, com a qual ele explica as relações de desigualdade social, com questões linguageiras e, sobretudo, com a questão das formas de representação dos símbolos pelo viés da língua. E este propósito, segundo nossa ótica, parece ser um dos aspectos que adquire maior relevância na

¹⁷ Reportamo-nos à obra 'Contribuição à Crítica da Economia Política' (2008), traduzida por Florestan Fernandes.

¹⁸ Esta temática que perpassa toda obra de Karl Marx em torno da questão do valor é mais fortemente detalhada em 'Contribuição à Crítica da Economia Política' (2008), em que ele examina o sistema da economia burguesa considerando os papéis do capital, da propriedade e do trabalho assalariado.

leitura marxista de feição soviética desenvolvida pelos membros do Círculo de Bakhtin, pois seria justamente essa a ponte para realizar a passagem do lingüístico para o ideológico e, portanto, para o discursivo.

Em outras palavras, a noção de signo ideológico, proposta em ‘Marxismo e Filosofia da Linguagem’ (1986) já em 1929 apontou, de modo objetivo, para o fato de que o signo não é simplesmente uma concepção “fortuita do pensamento”, uma realidade de natureza totalmente psíquica desvinculada da lógica do modo de produção das idéias e de suas relações de valor, mas uma das formas através da qual a ordem do simbólico permite estabelecer relações de mediação entre as formas de produção históricas e os valores que os referentes adquirem no seio das sociedades organizadas.

Esta concepção, segundo nossa ótica, constitui-se em uma leitura genuinamente marxista que coloca em um viés dialético as materialidades da língua, as experiências vividas e suas formas de valoração e, portanto, de representação ideológica nos planos verbais e não-verbais.

Deste modo, se a condição essencial do signo ideológico é a de representar, de ser o elo, a cadeia de mediação entre o real e o simbólico, engendrado na história, mas de forma assimétrica, não transparente, ora refletindo, ora refratando o real, de acordo com valores e conjuntos de interesses distintos que movem as classes, este funcionamento complexo precisa ser observado, sobretudo, em diferentes esferas da produção, a fim de que possamos compreender que as esferas de criatividade ideológica não somente têm seu “repertório” de valores determinados, mas também se legitimam, cristalizam através de um repertório verbal próprio.

O modo como os signos se inscrevem e adquirem valores nos domínios da arte, da literatura, do direito ou das ciências biológicas, por exemplo, traduz modalidades específicas de objetivação da ordem do real e de produção de cada uma destas ciências. Assim, nenhum signo pode subsistir de forma separada das formas de produção simbólicas que são, notadamente, sociais e históricas, mas, ao mesmo tempo, orgânicas e mutáveis.

6. A questão da ideologia e suas materialidades

É importante ressaltar também que Bakhtin/Volochinov estabelecem uma distinção entre dois tipos de ideologia, sobre as quais tecemos algumas considerações.

A) A ideologia tomada como Ciência dos signos (*nauka ob ideologiiak*), que possibilita compreender a atividade simbólica de representação e de produção dos sentidos nas diferentes esferas da sociedade, para além de uma atividade meramente lógico-formal.

Em relação a um dos propósitos apresentados em “Marxismo e Filosofia da Linguagem” de formalizar uma Ciência dos signos, torna-se fundamental que consideremos a influência do pensamento de Ernst Cassirer sobre a obra de Bakhtin/Volochinov (1986), notadamente no que tange a suas reflexões sobre a

condição simbólica do signo. É, sobretudo, com base na obra "Filosofia das Formas Simbólicas" (CASSIRER, 2001), em que Cassirer reflete sobre a especificidade das relações entre a matéria e suas representações, compreendendo que o mundo da matéria não encontra em si mesmo sua natureza, sua 'verdadeira pátria' (CASSIRER, p.12), sua condição de ser, que Bakhtin/Volochinov buscam tratar das relações de assimetria, de pluralidade de correspondência entre o significante e seus possíveis significados.

O olhar de Cassirer sobre a questão da representação tem como ponto de partida uma leitura crítica em torno dos conceitos formulados pelas ciências formais, tais como a Física, a Química, a Mecânica, a lógica simbólica, a partir dos quais ele conclui que a ciência deveria "renunciar à esperança e à pretensão de apreender e reproduzir de maneira "imediate" a realidade." (CASSIRER, p. 16) Para Cassirer, portanto, as formas de objetivação do real não passam de mediações, não podendo ser senão representações.

Mas como conciliar, então, o signo com a realidade? Eis o dilema de 'Marxismo e Filosofia da Linguagem.' Certamente, não seria por imobilizá-la, já que o real, na acepção de Bakhtin/Volochinov não poderia ser imobilizado por ser inapreensível em sua totalidade. Assim, faz-se necessária a língua, como matéria estruturante da ordem simbólica, enfim do próprio signo lingüístico, mas por outro lado, é também necessário que o signo se inscreva nas formas históricas de organização sócio-política para que lhe sejam conferidos valores plurais. Para que a forma linguística seja compreendida, portanto, é sempre necessário um contexto ideológico, porque as palavras estão sempre carregadas de valores, são boas, são más, ingênuas, desprezíveis, confortantes, desestimulantes, inseqüentes, verdadeiras, falsas...

É, pois, a condição do signo de ser mediador, de buscar objetivar o real, que serve de referência para a construção de uma teoria do signo ideológico para Bakhtin/Volochinov.

É preciso considerar, no entanto, que a Ciência dos signos, no contexto soviético, ao revés de uma ciência formal, seria uma ciência mestra que permitiria explicar como funcionam as diferentes formas de expressão semiótica da criatividade ideológica, remetendo, ao mesmo tempo, para relações históricas, para a linguagem verbal e para a linguagem não-verbal, a partir de relações dialéticas.

Em uma segunda acepção, a ideologia é tomada por Bakhtin/Volochinov como visão de mundo produzida no cotidiano da vida pelas forças sociais, independente do fato de que os sujeitos tenham consciência de sua existência como tal, bem como de seus efeitos.

Esta concepção remete às experiências vivenciadas pelos sujeitos de forma direta e de modo indiferente ao fato de que tais experiências possam ser mediatizadas ou interpretadas por meio de sua inscrição em uma ordem simbólico-histórica. Este seria, pois, o estágio que precede àquele de produção dos sentidos à ciência.

Torna-se importante, deste modo, ressaltar que enquanto as experiências vividas e percebidas de forma mais imediata constituem a 'matéria prima' para os estudos desenvolvidos pela ideologia tomada como Ciência dos signos, é a própria ideologia tomada enquanto ciência dos signos que viria a fornecer os pressupostos, a "ação de retorno", conforme Lähteenmäki (2012:96), do conhecimento acerca da

experiência, do vivido, pelas forças sociais, intervindo nas condições de compreensão das atividades simbólicas do cotidiano.

Deste modo, se determinadas relações causais são refratadas na ordem do simbólico, no cotidiano da vida, o estudo das condições em que os sentidos se refletem e são refratados em diferentes contextos, em virtude dos interesses que dominam entre as classes, entre os coletivos socialmente organizados, são desenvolvidos pela ideologia como ciência que busca explicar tanto as condições através das quais os sentidos se refratam, como o modo através do qual se relacionam de forma instável com os significantes, a fim de preservar interesses distintos de classe.

É sob esta ótica que, para Bakhtin/Volochinov (1986, p.38), os processos de refração ideológica corresponderiam às próprias condições de refração ideológica dos sujeitos, ou por estarem alienados da compreensão de suas práticas, de seu próprio processo de produção, ou cerceados por suas 'condições de vida'.

A história dos modos de ordenamento jurídico e de seus efeitos - coerções de ordem superestrutural que intervêm sobre as formas de expressão verbal dos sujeitos, sobretudo em regimes de exceção, por exemplo, pode bem ilustrar esta última condição. No Brasil, pode ser ilustrada pela Lei Adolpho Gordo¹⁹ (1906), durante a Primeira República, que dispunha sobre a extradição de estrangeiros 'indesejados', uma vez que suas práticas políticas eram tidas como ameaças à segurança nacional. Também pelo Decreto AI-5, que legislava, durante a ditadura militar, em torno das críticas realizadas por profissionais da imprensa e por civis contra o regime militar. E ainda, pelo Decreto 1545²⁰, do Regime Vargas, expedido por órgãos de Segurança Nacional, que impunha a proibição, a todo imigrante ou descendente de imigrante, de falar uma língua estrangeira no país.

Ao 'imobilizar', assim, os sujeitos, o que se imobiliza, na verdade, é a sua própria condição de subjetivar-se, de assumir uma identidade em face da realidade em que vive. São, portanto, as coerções tomadas enquanto formas de violência contra a expressão subjetiva das diferentes classes, etnias e grupos sociais que nos permitem entender que todo processo de 'refração ideológica do ser, conforme Bakhtin/Volochinov (id., p.38), precisa estar acompanhado simultaneamente de refração ideológica verbal'.

Cabe observar, por outro lado, que tal relação dialética posta entre a ideologia como práxis imediata e como trabalho de representação de ordem simbólica e mediatizada é que permite a Bakhtin/Volochinov (1986) tratar da questão das relações entre infraestrutura e superestruturas e das relações contraditórias entre ambas.

¹⁹ Decreto nº 1641 de 7 de janeiro de 1907. Foi a primeira lei de expulsão de estrangeiros no Brasil, elaborada pelo Deputado e Senador Adolpho Afonso da Silva Gordo. Esta lei visava a extradição dos estrangeiros 'indesejados' pela República.

²⁰ O Decreto de nº 1545, expedido pelo Ministério da Defesa em 25 de agosto de 1939 dispõe sobre as formas de 'adaptação' em território brasileiro dos imigrantes e de seus descendentes.

Tomando como parâmetro a necessidade de explicar o trabalho da ideologia, a partir das relações contraditórias entre a ordem superestrutural e as forças sociais (a infraestrutura), Bakhtin/Volochinov já começam a situar-nos em relação ao próprio papel da História. Isto é, considerando que as relações entre as superestruturas e a infraestrutura são sempre relações contraditórias, os acontecimentos que se historicizam a partir do discurso, das narrativas superestruturais não coincidem com os discursos historicizados, a partir das narrativas da infraestrutura. Isto é, nem sempre a história narrada oficialmente por representações superestruturais, enquanto gênero discursivo, converge com a versão histórica das forças sociais.

Deste modo, ao afirmar que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (id.p.41) Bakhtin/Volochinov tratam de uma questão essencial: das diferenças qualitativas que caracterizam os interesses super e infraestruturais e do modo como os signos refletem e refratam, de formas distintas, a realidade das diferentes esferas de organização sócio-política.

Não só as correlações de força materiais entre as superestruturas e as forças sociais são representadas dialeticamente, mas também as relações discrepantes entre as formas de ação e de expressão do corpo social através de um corpo material: a língua. É, pois, nesta conjuntura que as relações intrincadas entre o trabalho do signo e o trabalho das ideologias constituem os enunciados concretos.

É somente nesta acepção que podemos entender a função responsiva, presente no ato de compreensão e no ato de dizer. O ato de compreensão é uma forma de resposta, conforme Bakhtin/Volochinov (id, p.94), por inscrever o objeto da compreensão em outro contexto discursivo, outras condições históricas. A compreensão, deste modo, já se constitui em uma forma de diálogo, pois ela é o centro organizador da função responsiva. E esta, como réplica ao outro, à palavra do outro é, sobretudo, uma reação que desperta em nós “ressonâncias ideológicas”.

Se nossos enunciados não podem reduzir-se a meros atos psico-físicos ou à fala empírica, necessitando inscrever-se em um mundo concreto, vivido, é porque eles vêm a exteriorizar o modo como as referências exotópicas se internalizam e voltam a exteriorizar-se, na qualidade de função responsiva.

Seria esta, portanto, uma das condições essenciais para tratar do discurso como práxis. E não simplesmente o discurso dialógico, como fala, já que a orientação dialógica do discurso envolve não somente relações de imbricação entre o discurso de outrem no discurso de cada um, tornando suas fronteiras tênues e opacas, mas também orientações para múltiplos valores e linguagens sociais nos limites de uma ordem do real que é ao mesmo tempo heteróclita e fragmentada.

Compreender, pois, ‘o acontecimento de um enunciado’ (*sobytie vizkazivanie*) implica situar-se em seu universo, histórico, ideológico, inserindo-o em um contexto ativo, que é fundamentalmente de caráter responsivo, já que a própria compreensão da palavra do outro consiste em uma modalidade de diálogo com o outro. Não há, portanto, realidade dialógica pressupondo uma compreensão passiva, sem orientação à palavra do outro e sem uma resposta a esta palavra.

Finalmente, podemos concluir, mesmo que provisoriamente esta reflexão, caracterizando o fato de que é no cruzamento entre diferentes vozes produzidas em tempos e espaços distintos e a partir das ressonâncias ideológicas que elas permitem, tomadas na contingência do acontecimento, que a noção de discurso se constitui, afastando-se, portanto, de uma perspectiva positivista, onde as razões teóricas são determinantes e as sistematizações formais são condições suficientes para explicar a natureza e o funcionamento de seu objeto.

Referências bibliográficas

- AGEEVA, Inna T. **Vološinov en contexte**. Essai d'épistemologie historique. Limoges: Ed. Lambert-Lucas, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail, VOLOCHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud, Yara F. Vieira et al. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.
- _____. **Hacia una filosofía del acto ético**. De los borradores y otros escritos. Trad. Tatiana Bubnova. Puerto Rico: Ed. Anthropos, 1997.
- _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2011
- _____. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2012.
- BOUKHARAEVA, Louiza Mansurovna. **Começando o diálogo com Mikhail Mikhailovitch Bakhtin**. Ijuí: Ed. da Universidade de Ijuí, 1997.
- BRANDIST, Craig, SHEPHERD, David, TIHANOV, Galin. **The Bakhtin circle**. In the master's absence. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- BUBNOVA, Tatiana. O princípio ético como fundamento do dialogismo em Mikhail Bakhtin. Tradução de Maria Inês Batista Campos; Nathália Rodighero Salinas Polachini. **Conexão Letras**, v. 8, n. 10, 2013, p. 9-18.
- CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**. Vol I: A linguagem. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. **Izbrannye trudy pó jazykoznaniju** [Obras escolhidas de linguística] Moskva: Ed. Progresso, 1968.
- JAKUBINSKIJ, Lev. **Lev Jakubinskij, une linguistique de la parole**. SÉRIOT, Patrick, IVANOVA, Irina (Ed.) Limoges: Ed. Lambert-Lucas, 2013.
- IVANOVA, Irina. Le dialogue dans la linguistique soviétique des années 1920-1930. **Cahiers de l'ILSL**, nº 14, Lausanne: Université de Lausanne, 2003, p.157-182.
- _____. Le role de l'Institut Živogo Slova (Petrograd) Dans la culture russe du début du xxe siècle. **Cahiers de l'ILSL**, nº 24, Lausanne: Université de Lausanne, 2008, p.149-166
- LÄHTEENMAKI, Mika. Valentin Voloshinov: signos, ideologia e sentido. In: **História das idéias: diálogos entre linguagem, cultura e história**. ZANDWAIS, Ana (org.), Passo Fundo: Ed. UPF, 2012, p. 92-119.
- MARX, Karl. **Contribuição á crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008
- MARX, Karl, ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008

MEDVEDEV, Jurij, MEDVEDEVA, Daria. Trudy i dni Kruga M.M.Baxtina. [Les travaux et les jours du Cercle de M.M. Bakhtine]. **Zvezda.**, nº7, 2008 <http://magazines.russ.ru/zvezda/2008/7/me14.html>.

PÊCHEUX, Michel, FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. GADET, F., HAK T. (orgs.) Campinas: Ed. da Unicamp, 1990, p. 163-252

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antonio Chelini et al. São Paulo: Ed. Cultrix, 1991

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA SAÚDE. Decreto nº 1545. **Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Educacional, 1942.

VOLOŠINOV, V.N. **Marxism and the philosophy of language**. Translated by Ladislav Matejka and I. R. Titunik. Harward: Harward University Press, 1973.

_____. **Marxisme et philosophie du langage**. Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. Trad. Patrick Sériot et Inna T. Ageeva. Limoges: Ed. Lambert-Lucas, 2010 Trad. par Patrick Sériot et Inna Tylkowsky-Ageeva

_____. Que es el language. BLANCK, Guillermo (org.). Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1998.

_____. Quest ce que la langue et le langage. Dans '**Marxisme et philosophie du langage**. Les problèmes fontamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. Limoges: Ed. Lambert-Lucas, 2010, p. 521-566.

_____. **A Construção da Enunciação e outros ensaios**. Trad. João Wanderley Geraldi GERALDI, João Wanderley (org.). São Carlos: Ed. Pedro & João, 2013.

ZANDWAIS, Ana. O funcionamento da subjetividade: um contraponto entre estudos comparatistas e a filosofia da linguagem russo-soviética. . In: **Conexão Letras**. História das idéias: nos domínios da linguagem. ZANDWAIS, A., TUTIKIAN, J. (orgs.). Porto Alegre: Ed. UFRGS, nº 10, 2013, p. 47-58

Da escrita à imagem: uma análise dialógica do discurso*

Maria Inês Batista CAMPOS (USP)
maria.maricamp@gmail.com

1. Introdução

A rotina! Oh, a natureza! Os homens estão sozinhos na terra, essa é a desgraça! [...] Os homens estão sozinhos, rodeados pelo silêncio – isso é a terra.

Dostoiévski

O crítico literário, memorialista, analista político, Fiódor Mikhailovitch Dostoiévski (1821-1881), foi um leitor contumaz de jornais diários, assumindo posições políticas frente ao regime czarista e transformou muitas notícias da sua época em narrativas ficcionais. A partir de um suicídio ocorrido em 30 de setembro de 1876 em São Petersburgo e “registrado pelo jornal *Nôvoie Vrêmia* [O Novo Tempo]” (NIKITIN, 2003, p. 8), o escritor procurou desvendar uma onda de suicídios¹ que ocorria no seu país. Dois meses depois dessas notícias, *Uma criatura dócil*² foi publicada. Tornou-se uma das obras mais bem-acabadas de escritor russo do século XIX produzidas na sua fase da maturidade, embora pouco conhecida do grande público.

Neste artigo, escolhemos o tema da dor, do exílio e do vazio desta novela com o objetivo de comparar a mulher apresentada pelo narrador-protagonista com as litografias de Lasar Segall (1917), a fim de compreender as múltiplas dimensões do sofrimento feminino. Também cruzar duas leituras feitas do mesmo objeto: a do lituano Lasar Segall (1917) e a do russo Mikhail Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski*, 1963, que em diferentes épocas releeram o texto para melhor entender a dor da exploração humana, em especial, da mulher. Como o corpo material e o social são apresentados sob esses dois olhares a partir da leitura de *Uma criatura dócil*?

No que concerne ao momento histórico, Dostoiévski viveu em Moscou durante o regime de Nicolau I, quando o país enfrentava fortes reações anarquistas contra o regime czarista devido a prolongadas e dispendiosas guerras, o que acabou por desencadear surtos de fome e pobreza na população. Ele se tornou um importante jornalista e se indignou contra a exploração da mulher, chegando a debater com o crítico

* Este texto contou o apoio de uma bolsa de Pós-Doutorado da Fapesp na Université Paris 8, França.

¹ Artigo Dois suicídios publicado em *O diário do escritor*. Trad. Frederico dos Reis Coutinho. Rio de Janeiro: Vecchi Ltda, 1943, p.286-88.

² O texto tem duas traduções brasileiras diretamente do original russo com diferentes títulos: *A dócil*, tradução de Vadin Nikítin, Ed. 34, São Paulo, 2003; *Uma criatura dócil*, tradução de Fátima Bianchi, Ed. Cosac & Naify, São Paulo, 2003. Essa edição publicou as litografias de Lasar Segall pela primeira vez, tendo uma nova edição da Cosac&Naify Portátil, 2013 (edição citadas neste artigo). E duas traduções indiretas com os títulos *Ela era doce e humilde*, presente na coletânea *O livro de bolso de contos russos*, tradução de Valdemar Cavalcanti. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d; e *Krotkaïa: conto fantástico*, publicada em *Os mais brilhantes contos de Dostoiévski*, tradução de Ruth Guimarães. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1970, p. 227-65. A tradução francesa, diretamente do russo, feita por André Markowicz, com notas preparatórias e variantes do autor, tem o título *La douce*, 1992. No entanto, essa palavra remete o leitor a um caminho diferente do que vai encontrar na novela porque a mulher não é dócil nem doce.

conservador, Kátkov, que afirmava que o maior defeito das mulheres era sua falta de originalidade, que copiava o modelo do suicídio. O escritor russo assumiu uma posição em defesa da mulher, procurando desmascarar o assunto e o fez por meio da ficção com o tema do suicídio feminino.

Como sugere o título russo, *Krôtkaia*, na etimologia da língua russa, é um termo que vem do adjetivo substantivado *krôtkaa*, colocado na forma feminina, e conjuga o sentido de uma jovem “amansada ou domesticada por castração” (NIKITIN, 2003, p. 9). Essa palavra remete a uma pessoa submissa, que precisa ser refreada para que sirva ao jogo do outro, nesse sentido não se refere ao que o dicionário do Houaiss apresenta no verbete como “temperamento fácil; brando, manso”. Assim, já o título traz o conflito da mulher subjugada pelo marido, relegada ao silêncio. Na narrativa, a criatura dócil é uma jovem que não tem nome e as designações lhe são dadas por atributos e elementos circunstanciais, a partir da perspectiva do protagonista: “ela era boa e dócil” (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.16), tinha “um ar de troça bem sarcástico, no qual aliás, transparecia muita ingenuidade” (2013, p.18) e “um sorriso desconfiado, silencioso, nada bom” (2013, p.36); “uma criatura impetuosa, agressiva, não vou dizer descarada, mas desvairada, que estava atrás de confusão. [...] Sua docilidade, entretanto, constituía um empecilho” (2013, p.48). Nota-se que a repetição de adjetivos quase opostos e contraditórios acabam por caracterizar a mulher ao longo da narrativa como sendo, de um lado, submissa, servil, de outro, revoltada, impetuosa, insolente, independente, irônica, orgulhosa.

O livro começa com uma introdução “Do autor”, em que explica ao leitor o subtítulo e o esclarece quanto à distinção entre ficção e realidade:

Agora sobre a história em si. Intitulei-a “fantástica”, ainda que eu mesmo a considere realista no mais alto grau. Mas aqui de fato ocorre o fantástico, e justamente na própria forma da história, o que eu considero necessário esclarecer de antemão.

Acontece que não se trata nem de um conto nem de memórias. Imaginem um marido, em cuja casa, sobre a mesa, jaz a própria suicida, que algumas horas antes atirou-se de uma janela. Ele está perturbado e ainda não conseguiu juntar os pensamentos. Anda pelos cômodos da casa e tenta entender o que aconteceu, “concentrar os pensamentos em um ponto. De mais a mais, trata-se de um hipocondríaco inveterado, daqueles que falam sozinhos. Aí é que está, ele fala consigo mesmo, conta o ocorrido, tenta *esclarecê-lo* para si próprio (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.7-8).

A escritura do autor leva para o texto literário uma tragédia da vida real tão chocante e viva que parece ser mesmo ter sido inventada. Dostoiévski expõe com detalhes os pensamentos do ex-oficial agiota, empregando o recurso da 1ª pessoa, e fala consigo mesmo ou com um interlocutor imaginário como se fosse um juiz, procurando uma explicação para a morte da sua mulher. A narrativa se estrutura em duas partes revelando o diálogo interno do sobrevivente e o silêncio da morte. Na primeira parte, há seis capítulos: 1. Quem era eu e quem era ela, 2. O pedido de casamento, 3. O mais nobre dos homens – mas nem eu acredito, 4. Planos e mais planos, 5. A criatura dócil se rebela, 6. Uma recordação terrível; na segunda, quatro capítulos: 1. Um sonho de orgulho, 2. A venda caiu, 3. Entendo muito bem, 4. Não me atrasei mais que cinco minutos.

O narrador se apresenta no primeiro capítulo como quem sabe de tudo, no entanto, suas reflexões avançam e recuam no tempo, o que marca as tensões do seu processo de elaboração para compreender os motivos do suicídio de sua mulher. Ele mostra o primeiro encontro com a órfã na sua casa com o propósito de penhorar pequenos objetos para fazer anúncios em busca de trabalho e mostra o mais precioso objeto que lhe foi entregue: a imagem da Virgem Maria. A narrativa prossegue e eles se casam. No capítulo 3, o narrador expõe o conflito entre os dois a fim de mostrar o quanto a desigualdade entre eles o deixava feliz:

Agradavam-me também outros pensamentos, por exemplo, o de que eu tinha quarenta e um anos, enquanto ela acabava de completar dezesseis. Isso me fascinava, essa sensação de desigualdade, era muito doce, doce demais” (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.31).

O homem se encarrega de aprofundar seu esquema básico de monólogo e mantém a contraposição entre “eu e “outro”, explorando os enigmas criados para construir sua identidade, na expectativa que a esposa decifre suas múltiplas faces. O profundo silêncio que se desenvolve na relação entre o homem e a mulher acaba por transformar o amor em ódio e a solidão entre eles se aprofunda, mantendo uma situação de ruptura:

Já bem de início, por mais que tentasse se conter, atirava-se para cima de mim com amor, quando eu chegava ao anoitecer, vinha ao meu encontro com arroubos, contava balbuciando (o balbuciar encantador da inocência!) toda a sua infância, a primeira infância, a casa paterna, o pai e a mãe. Mas eu arrefecia todo esse enlevo, no mesmo instante, com um balde de água fria. Aí está, justamente, no que consistia a minha ideia. Aos arroubos eu respondia com o silêncio, benévolo, é claro ... mas ela rapidamente percebeu tudo, que éramos diferentes e que eu era um enigma! E eu, o que é pior, até me deixei levar pelo enigma! (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.32).

As razões que levaram esse homem a assumir uma postura defensiva têm relações com acontecimentos ocorridos no seu passado, antes de exercer a profissão de agiota. Começou com o insulto que sofreu no exército por ter fugido de um duelo que considerou inútil e, antes disso, levava uma vida sem graça.

Não, vamos, pegue um ato magnânimo, um ato difícil, sem estardalhaço, sem ressonância, sem brilho, acompanhado de uma calúnia, no qual haja muito sacrifício e nem um pingote de glória, em que o senhor, pessoa em pleno esplendor, é exposto diante de todos como um canalha, quando é a pessoa mais honrada na face da terra – então vamos, tente este ato! Não, meu senhor, o senhor recusaria! Quanto a mim, não tenho feito outra coisa na vida toda a não ser carregar esse ato (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.35).

O diálogo do narrador com seu interlocutor está presente em muitas outras vozes, sendo que, algumas vezes, ele as refuta, nega, na tentativa de neutralizá-las. Ainda que se dirija a alguém, o paradoxo é constante porque o *continuum* existencial é a ruptura. Essa situação é semelhante com a esposa porque ele alimenta uma aproximação para dominá-la e, logo em seguida, a afasta. “Uma mulher que ama, ora, uma mulher que ama endeusa até mesmo os vícios, até mesmo os crimes do ser amado. Ela nem sequer chegaria a sentir o cheiro dos seus crimes, de tantas justificativas que encontraria para ele”. (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.41). A relação do homem e da mulher, enquanto um aspecto social, no final do século XIX, tem formulações complexas e tensas e elas precisam ser olhadas de maneira conjunta.

O poder do homem se decide pelo sucesso ou fracasso no que o define como homem, isto é, pelos valores sociais. O (não) poder das mulheres decide pelo que a define como mulher, isto é, na sua relação com o homem. O homem procura, portanto, na mulher a compensação para a falta de poder social; ele a procura exercendo o poder que ele tem sobre ela - o que lhe outorga a sociedade – numa ilusão enigmática da relação. A mulher só pode responder a essas propostas enigmáticas procurando evitá-las, tornando-se assim um enigma. (MIZZAU, 1987, P. 45)

A imagem de esposa dócil vai se transformando quando ela trai o marido com um companheiro do antigo regimento militar. A traição rapidamente é interrompida pelo agiota que procura neutralizar a rebeldia da mulher frente a uma transformação da relação do casal em que ela o confronta. Após esse momento, segue a doença da mulher interrompida no momento em que ela encontra, como saída para o seu silêncio, o canto:

Está cantando, e na minha presença! *Será que ela me esqueceu?* (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.77).

Se tinha cantado na minha presença, então era porque tinha me esquecido – e isso era claro e terrível. Era o que meu coração sentia. (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.78).

Com esse tipo específico de atuação, a jovem consegue sair do sistema de dominação imposto pelo marido e assume uma posição de indiferença diante dele, de modo que ele termina por se modificar diante dela. Mesmo doente e debilitada, ela assume sua voz e, mais uma vez, o homem tenta subjugar-la com novas promessas: pedido de perdão, declarações de amor, oferecimento de um novo relacionamento. Sua tentativa, no entanto, é dar um sentido ao suicídio da mulher:

O pior, o que é uma afronta, é que isso tudo foi por acaso – um acaso rotineiro, corriqueiro, cruel. Que afronta! Cinco minutos, não mais, não me atrasei mais que cinco minutos! Que eu tivesse chegado cinco minutos antes, e o momento se dissiparia como uma nuvem, e depois nunca mais nem lhe teria passado pela cabeça. E ela acabaria por compreender tudo. (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.97).

[...] Mas vejam que também foi por acaso que as pessoas estavam ali e viram. Não, isso tudo não passou de um momento, um momento de descontrole. Uma coincidência e uma fantasia! Então por que é que estava rezando diante da imagem! Isso não quer dizer que estivesse em face da morte. O momento deve ter durado coisa de uns dez minutos, não mais, a decisão tomada justamente quando estava encostada à parede, com a cabeça apoiada na mão, e sorrindo. A ideia acudiu-lhe à cabeça, teve uma vertigem e.... diante disso não consegui manter o equilíbrio.

Houve nisso um flagrante mal-entendido, não estão vendo? Ainda poderia viver comigo. E se foi a anemia? E se não passou de uma anemia, de um esgotamento da energia vital? O inverno deixou-a extenuada, foi isso.... Cheguei tarde!!! (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.97).

As diferentes variações apresentadas pelo protagonista procuram alimentar os vazios da relação até a definitiva situação irreversível. A dimensão pragmática impõe-se como se a solução de todas as aflições do homem fosse resultado do simples atraso de poucos minutos. Essa condição contraditória entre os dois ganha leituras em diferentes perspectivas feitas por Bakhtin e Segall: o primeiro destacando as relações dialógicas entre as personagens por meio do solilóquio; e, em Segall, pelas litografias.

2. A Dócil na perspectiva de Bakhtin

No mundo de Dostoiévski a morte nada conclui, porque ela afeta o principal nesse mundo: a consciência de si.

M. Bakhtin

Em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1963), Bakhtin destaca alguns aspectos centrais de *Uma criatura dócil* como o solilóquio, discurso interior das personagens, as evasivas em alguns capítulos dessa densa obra. No início do capítulo 2 intitulado A personagem e seu enfoque pelo autor na obra de Dostoiévski (BAKHTIN, 2008, p. 52-86), o foco se volta para a autoconsciência na construção da personagem, e cita quase integralmente o prefácio para explicar que “só na forma de declaração confessional de si mesmo é dada a última palavra sobre o homem, realmente adequada a ele” (BAKHTIN, 2008, p. 63). No capítulo 4, Peculiaridades do gênero, do enredo e da composição das obras de Dostoiévski (BAKHTIN, 2008, p. 115-206), o filósofo da linguagem focaliza, de maneira sintética, o percurso discursivo da narrativa de *Uma criatura dócil*, o solilóquio, como “um diálogo consigo mesmo” (BAKHTIN, 2008, p. 137), tema já aprofundado em várias páginas anteriores, explicando o discurso interior da personagem. Ele explica o quanto a novela se estrutura em um dos procedimentos fundamentais do diálogo socrático, a anácrise, isto é, “os métodos pelos quais se provocam as palavras do interlocutor, levando-o a externar sua opinião e externá-la inteiramente” (BAKHTIN, 2008, p. 126).

Do trágico tema transformado em novela, Bakhtin (2008, p. 71) afirma que “[...] Toda a obra de Dostoiévski, quer no aspecto da forma, quer no aspecto do conteúdo, é uma luta contra a *coisificação* do homem, das relações humanas e de todos os valores humanos no capitalismo”. E explica como o romancista russo oferece elementos para iluminar seu trabalho de ficção de modo que “[...] sempre retrata o homem no limiar da última decisão, no momento de crise e reviravolta incompleta – e não-predeterminada – de sua alma” (BAKHTIN, 2008, p. 69).

Exatamente o que encontramos no discurso do narrador uma vez que ele vai se modificando de acordo com seus interesses, mesmo quando fala sobre si. Também adota o mesmo procedimento quando usa a jovem para empobrecê-la ainda mais. Entre os poucos discursos diretos existentes no texto, por exemplo, a mulher, ao se dirigir à caixa do agiota para penhorar sua imagem da Virgem com o Menino, interroga o comerciante pela negativa quanto às reais intenções dele na negociação do objeto: “– O senhor não está se vingando da sociedade, está? [...]” (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.18). O autor apreende o espaço da desigualdade social no próprio desenvolvimento do enredo por meio dessa indagação. Continua a narrativa, marcando a perspectiva autoritária e desigual da figura do homem que submete a dócil a servi-lo: “[...] Cheguei até a presentear as tais [tias] com cem rublos e prometi mais. [...] As tias ficaram uma seda no mesmo instante (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.32).

O ser humano é tratado como objeto a ser comprado por qualquer preço à semelhança de qualquer outro objeto físico ou produto de consumo. O narrador se empenha também em reforçar sua credibilidade

diante do interlocutor ausente nas ressalvas e nas repetições. A atribuição da morte da mulher a seu atraso e sua queixa da ausência de bilhete inocentando pessoas próximas são construções evasivas apontando para um discurso inibido, que antecipa um possível julgamento em desfavor do protagonista. Temendo não ser convincente, ele utiliza estratégias discursivas para conquistar a adesão de seu interlocutor em relação aos relatos proferidos. Teme a elucidação dos fatos e o julgamento de valor atribuído pelo outro e por si mesmo: “Coragem, homem, seja orgulhoso! Você não é o culpado! Pois bem, eu direi a verdade, não tenho medo de me ver cara a cara com a verdade: *ela* é culpada, a culpada é *ela!*” (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.43). Esse deslocamento para o lugar discursivo do outro é parte do processo de expiação de culpa experienciado pelo opressor. A “verdade” que ele persegue não corresponde à compreensão do ocorrido em sua totalidade ou em suas várias dimensões, mas à “verdade” criada por ele. Na Rússia czarista, o agiota narra em primeira pessoa, dando verossimilhança à desigualdade das relações entre homens e mulheres de diferentes classes sociais, à exploração do trabalho humano e à anulação do trabalho da mulher, todos os elementos marcam o corpo social da sociedade.

Não devia então me justificar? O pior nisso tudo era essa caixa de penhores. “Permitam-me, senhores: eu sabia que uma mulher, e ainda mais de dezesseis anos, não pode fazer outra coisa a não ser submeter-se completamente a um homem. Não há originalidade nas mulheres, ou seja, isso é um axioma, e mesmo agora, e ainda hoje, ainda hoje isso é para mim um axioma! [...] A perdição das mulheres é unicamente a falta de originalidade. O que há, repito, o que os senhores estão me apontando lá em cima da mesa? E por acaso é original o que está em cima da mesa? Ora, bolas!” (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 40- 41).

No capítulo 5, O discurso em Dostoiévski (p. 207-310), na seção 3, intitulada O discurso do herói e o discurso do narrador nos romances de Dostoiévski, outro aspecto fundamental destacado por Bakhtin é o “desconhecimento consciente” presente na narrativa. O protagonista tenta se dissimular diante do leitor e por meio de diferentes estratégias discursivas, entre elas as evasivas, ele esconde de si mesmo o que, na realidade, já conhece.

A novela *Uma Criatura Dócil ...* se constrói diretamente a partir do motivo do desconhecimento consciente. O próprio herói oculta de si e elimina vaidosamente do seu discurso algo que está sempre diante dos seus olhos. Todo o seu monólogo visa a fazê-lo ver finalmente e reconhecer aquilo que, no fundo, ele já sabe e vê desde o início. Dois terços desse monólogo são determinados pela tentativa desesperada que o herói empreende a fim de contornar aquilo que interiormente já lhe determina o pensamento e a fala como uma “verdade” invisivelmente presente. A princípio ele procura “concentrar seus pensamentos num ponto” situado no lado oposto dessa verdade. Mas acaba sendo forçado a concentrá-los no ponto da “verdade” terrível para ele. (BAKHTIN, 2008, p. 287).

O protagonista usa o recurso das evasivas para disfarçar seu amor, parecendo estar bem perto da consciência. No entanto, o momento seguinte volta uma ignorância consciente. Um exemplo pode ilustrar essa divisão crítica que tanto atordoia o marido:

E o mais importante é que então eu já a olhava como minha e não duvidava do meu poder. Os senhores sabem como esse pensamento é voluptuoso, quando já não se tem qualquer dúvida.

Mas o que se passa comigo? Se continuar assim, quando é que vou concentrar tudo num ponto? Mais rápido, mais rápido – não é disso absolutamente que se trata, oh, Deus! (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 21).

[...] Não consegui pegar no sono. E como é que poderia, se uma espécie de pulsação martela na minha cabeça? Gostaria de assimilar tudo isso, toda essa lama. Oh, que lama! Oh, de que lama eu a tirei então! Pois ela mesma devia compreender isso, apreciar o meu procedimento! (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 31).

Essa ignorância consciente do agiota acaba por colocar luz na lucidez da mulher que encontra uma saída no limite da sua consciência, a janela para o suicídio. Como analisa Bakhtin sobre esse processo de explicação a si mesmo: “Quando o herói se aproxima da verdade acerca de si mesmo, concilia-se com outro e se assenhora de sua autêntica voz, começar a mudar seu estilo e seu tom. Assim, por exemplo, o herói de *Uma Criatura Dócil*, chega, pela intenção do autor, à verdade”. (BAKHTIN, 2008, p. 289).

3. A Dócil na perspectiva de Segall

Cega, cega! Está morta, não pode ouvir! [...] Oh, pouco importa isso tudo, a única coisa que importa é que abra os olhos, ao menos uma vez!

Dostoiévski

41 anos mais tarde, em 1917, o pintor Lasar Segall produziu as litografias a partir de *Uma criatura dócil* durante a primeira fase de sua obra expressionista (1916-1918). Reunidas em álbum (*5 Lithographien nach der Sanften*) em 1918, seu amigo e crítico Will Grohman atribuiu título a cada desenho e sugeriu uma sequência de leitura, a partir da qual se estabeleceu a relação novela/imagens (BIANCHI, 2009, p.95). O crítico explica: “Os elementos da expressão gráfica, que em Segall tendem sempre a levar vida própria, capitulam e se fundem à melodia dolorosa de uma tragédia humana compartilhada” (BIANCHI, 2009, p.96). Em 2003, a edição brasileira da Cosac&Naify publicou esta narrativa juntamente com as gravuras³ de Lasar Segall.

Nessa composição gravuras / texto literário, há uma presença dos elementos cubistas como a centralização dos corpos da mulher e do homem, o caráter simbólico e o monocronismo. As poucas referências espaciais da imagem (banco, mesa, parede) constroem visualmente seus conflitos interiores. No exercício de se movimentar em busca de saída, os traços negros e pontiagudos encarregam-se de exprimir as tensões e angústias vivenciadas pela jovem que se movimenta para o vazio. Segall relê a narrativa no ano da Revolução Russa, apontando a existência de uma passagem do lugar de negação da mulher para um espaço de abertura de novos valores. A ausência de lugar da mulher na sociedade czarista torna-se objeto de indignação e de crítica na sociedade socialista russa e os traços do Expressionismo alemão na pintura exprimem-se assim e mostram que o mesmo povo tem uma de suas minorias excluídas.

³ No Museu Lasar Segall em São Paulo, há um exemplar completo das gravuras. Em 1921, sete gravuras foram feitas por. Na década de 1920, Otto Möller fez sete gravuras para essa novela; há pelo menos três edições comerciais ilustradas por Willi Geiger, Bruno Krauskoph e Martha Worringer (TITAN JR, 2011, p. 251).

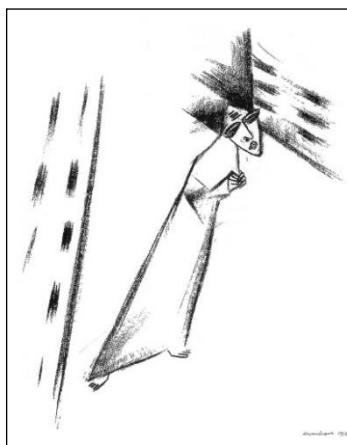
A voz da mulher predomina nas litografias, mas não apaga a voz do narrador, uma vez que dos cinco desenhos três trazem a imagem dele junto à personagem. Essa composição permite entender que a representação do corpo do homem está em função do corpo dela. Enquanto na novela, o narrador privilegia o campo de visão do homem, nas gravuras, a mulher caminha como quem estabelece um primeiro diálogo com o leitor.

O conjunto dos desenhos configura uma simultaneidade de pontos de vista que não somente definem o lugar existencial da dócil, mas projetam seu campo de visão e as transformações de sentido da sua vida em relação ao tempo e ao espaço, isto é, sua aproximação da morte. Nota-se um atravessamento dos valores sociais em torno do papel da mulher que pode ser constatado com as litografias apresentadas na página esquerda do livro de modo a dialogar com o texto colocado à direita. Elas trazem a seguinte sequência: “A caminhante” aparece na página seguinte da abertura do capítulo 1 (p.12); o desenho “Homem e mulher” vem na página seguinte à abertura do capítulo 4, intitulado Planos e mais planos (p. 38). A segunda parte é marcada por uma folha de papel negro, simbolizando o vazio para onde caminha a dócil, aí “Duas cabeças” aparece duas páginas depois do início do capítulo Um sonho de orgulho (p.66); a litografia “Em oração” está posta no meio do capítulo três, Entendo muito bem; e, no meio do capítulo final, Não me atrasei mais que cinco minutos, está a gravura “Leito de morte”.



Figura 1. Lasar Segall, *A Caminhante*, 1917.

Fonte: Dostoiévski, 2013, p.12.



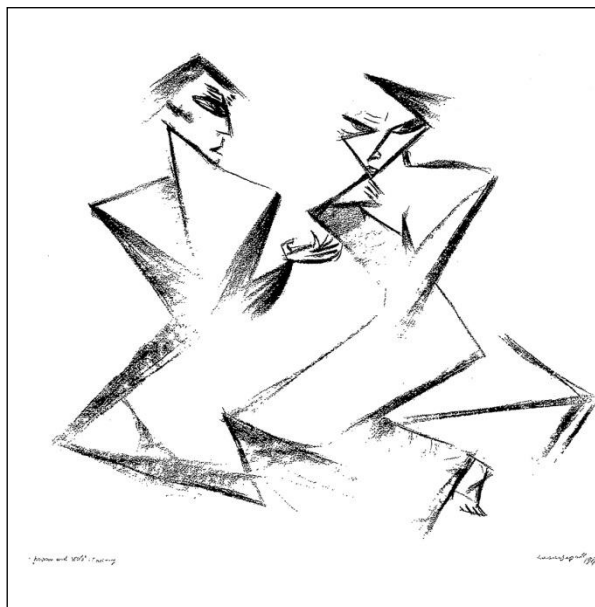
A caminhante é a primeira litografia. A figura feminina está só no centro da página. Há linhas e manchas em diagonal formando uma estrada ou um caminho. Vem de corpo inteiro, com a cabeça e o dorso na

diagonal, demonstrando sua fragilidade como alguém que está sob alguma ameaça. Seus olhos abertos, franzida e mãos entrecruzadas indicam uma suave movimentação como se procurasse enxergar algo ou alguém ou mesmo escutar o que os outros têm para lhe contar. A simplicidade do manto que a veste com pés descobertos e dedos das mãos espremidos lhe concedem um aspecto ingênuo, quase infantil. A busca da mulher por um possível interlocutor também é um movimento de imersão nos relatos do protagonista de Dostoiévski. Procurando se encontrar, a personagem olha para si mesma e vai para a direita, na tentativa de expressar suas angústias e sofrimento.

Na segunda litografia, intitulada *Homem e mulher*, o protagonista está ao lado da jovem, mas separados.

Figura 2. Lasar Segall, *Homem e mulher*, 1917

Fonte: Dostoiévski, 2013, p.38.



No centro do espaço, o homem tem seu corpo e olhar voltados para a mulher e uma de suas mãos estendidas para ela. A mulher, no entanto, está de frente para o leitor e pode contemplá-lo. Assim, não há reciprocidade de olhar. O homem enxerga alguém que não lhe vê. Essa disjunção visual está marcada pela flecha que indica a direção para fora, a mesma direção do olhar do homem. Eles estão próximos, mas não há gestos de interação, uma vez que as mãos e o olhar são elementos expressivos e significativos que mostram como o homem se lança. O corpo que sai dele e não sabe para onde vai. Há uma proximidade distante.

Com os pés descalços, seu contato com o mundo exterior é tênue, apontando sua fragilidade diante do marido. Tal condição se acentua pela cabeça baixa, testa franzida, boca muito pequena, os olhos abertos e afastado do marido, a dócil não se mostra receptiva ao gesto de aproximação do “*mais nobre dos homens*” (DOSTOIÉVSKI, 2009, p.27).

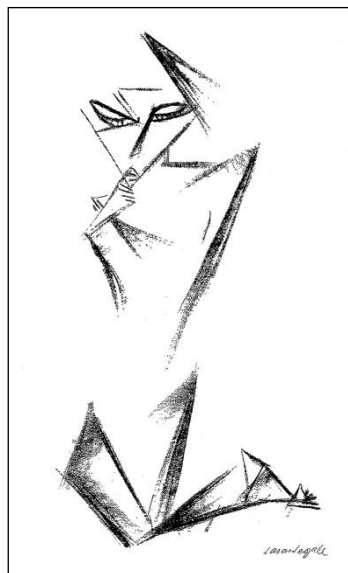
Figura 3. Lasar Segall, *Duas cabeças*, 1917.

Fonte: Dostoiévski, 2013, p.66.



A terceira gravura *Duas cabeças* é o eixo central do conjunto em que a cabeça do marido aparece em posição vertical, com os olhos fixados na esposa, e a cabeça da esposa, em posição horizontal, faz parte do corpo do homem, está aglutinada ao seu corpo, numa fusão. Os traços do rosto do homem marcam uma deformação, transformando-o em algo soturno, monstruoso, sombrio. As formas e linhas contrastam em densidade quanto ao negro no rosto do homem e o cabelo da mulher que se torna na cor cinza. Essa linguagem dos contrastes das cores das formas transmite angústia enquanto o rosto da mulher vem com expressividade.

Figura 4. Lasar Segall, *Em oração*, 1917
Fonte: Dostoiévski, 2013, p.90.

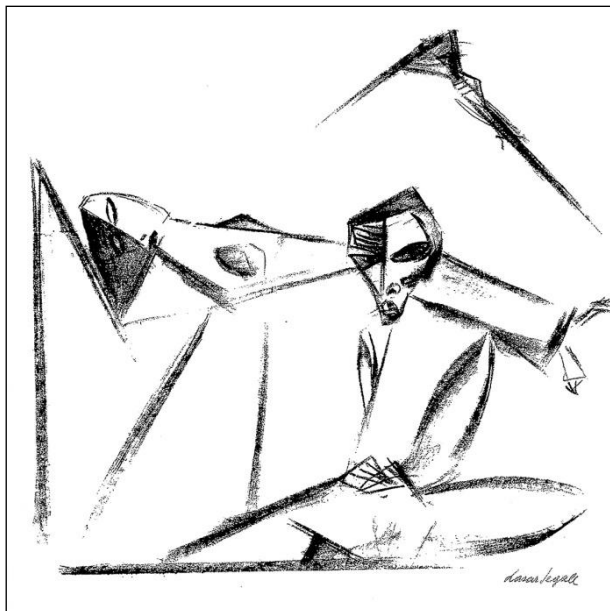


A representação da mulher em sua complexidade ganha reforço na quarta litografia, intitulada *Em oração*. Ajoelhada, com os olhos fechados e a cabeça para baixo, todo gesto corporal sugere uma posição de prece. A ausência de linha na parte superior da cabeça, os olhos grandes, mas fechados e uma das mãos cerradas e elevadas ao rosto flagram a introspecção da jovem. Dessa perspectiva, no diálogo com o outro, a jovem encontra-se consigo mesma e, na busca pelo ser superior, encontra sua superação e alívio para o

sofrimento. Essa conquista tem seu ápice alcançado no capítulo seguinte, dedicado aos relatos de seu suicídio.

No leito de morte finaliza com a litografia que foca a personagem gélida.

**Figura 5. Lasar Segall, *Leito de morte*, 1917.
Fonte: Dostoiévski, 2013, p.98.**



O corpo da mulher deitado sobre o que parece ser uma mesa e seu rosto, dividido com claro escuro, virado para o leitor tem à sua frente a presença do marido sentado no chão. O corpo do homem martirizado e uma expressão facial de prostração como se não tivesse mais nada a ser feito. Também a Dócil pode ser vista sobre os ombros do herói, levemente inclinado para frente. A linha que desenha o corpo da mulher é a mesma do ombro do homem, de modo que o peso da heroína recai sobre ele. No canto superior direito, nota-se um crucifixo, expressando as bases éticas de Dostoiévski.

A criação poética de um herói que fala sobre si mesmo, por meio de autoconfissão, capta as profundas questões sociais da exploração humana, expondo a dor do corpo social; em Segall, a presença da heroína ganha movimentação na sequência das pranchas: ela caminha, ela reza e morre. Pelas linhas, traços, formas e cor preta e branca, a mulher pode ser conhecida em seu íntimo, tem seus conflitos e angústias flagrados em seu ato de submissão ao marido? O olhar da arte vai contra as práticas da opressão de uma Rússia czaristas e a mulher se torna objeto da narrativa na medida em que se suicida e na arte coloca o corpo material invertendo a relação social.

4. Considerações finais

A relação entre o corpo social e material, uma das temáticas de *A criatura dócil*, entra nos quadros e expressa como a solidão humana na sociedade capitalista explora os mais fracos e não lhes permite ter esperança. A busca desesperada por felicidade, “por uma ‘perversa ironia do destino e da natureza’, parece

sempre inatingível” (BIANCHI, 2008, p. 339). Em Dostoiévski, as personagens estão sós, mesmo quando em meio a outros. A relação com o outro é descompassada e indissolúvel e a solidão implacável. A mulher se torna objeto da narrativa na medida em que se suicida e, na arte de Segall, o corpo feminino ganha destaque, invertendo a relação social. Bakhtin, com clareza, ilumina a visão estética, mostrando a natureza dialógica da vida social e da vida de todo ser humano:

[...] O capitalismo criou as condições para um tipo especial de consciência permanentemente solitária. Dostoiévski revela toda a falsidade dessa consciência, que se move em um círculo vicioso. Daí a representação dos sofrimentos, das humilhações e do não-reconhecimento do homem na sociedade de classes. Tiraram-lhe o reconhecimento e privaram-no do nome. Recolheram-no a uma solidão forçada, que os insubmissos procuram transformar em uma solidão ativa (passar sem o reconhecimento, sem os outros). (BAKHTIN, 2008, p. 323).

Referências bibliográficas

- _____. (1963). **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. do russo por Paulo Bezerra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail/ VOLOCHINOV, Valentin (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem**. 11ª ed. Trad. do francês por M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BEZERRA, Paulo. Prefácio à segunda edição brasileira. In: DOSTOIÉVSKI, Fiodor. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. do russo por Paulo Bezerra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. V-XII.
- BIANCHI, Maria de Fátima. Sobre as gravuras de Lasar Segall. In: DOSTOIÉVSKI, Fiodor. **Uma criatura dócil**. Trad. de Fátima Bianchi. Ilustração de Lasar Segall. 2ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003/2009, p. 95-7.
- _____. O tema da submissão feminina na novela "Uma criatura dócil". In: CAVALIERE, Arlete, GOMIDE, Bruno, VÁSSINA, Elena, SILVA, Noé (org.). **Dostoiévski**. Caderno de literatura e cultura russa, v. 2. São Paulo: Ateliê, 2008, p. 325-39.
- DOSTOIEVSKI, Fiodor. **O diário do escritor**. Trad. Frederico dos Reis Coutinho. Rio de Janeiro: Vecchi Ltda, 1943, p. 286-88.
- _____. **Uma criatura dócil**. Tradução de Fátima Bianchi. Ilustração de Lasar Segall. 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, Portátil, 2013.
- _____. **Uma criatura dócil**. Tradução de Fátima Bianchi. Ilustração de Lasar Segall. 2ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- _____. **Dois narrativas fantásticas: a dócil e o sonho de um homem ridículo**. Trad. Vadim Nikitin. São Paulo: 34, 2003.
- KANDINSKY, Wassily. **Do espiritual na arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LOPONDO, L.; ALVAREZ, A.G.R. **Diálogo no limiar e diatribe: mecanismos de construção da autoconsciência do sujeito**. In: *Bakhtiniana*, São Paulo, 7 (2): 5-18, Jul./Dez. 2012, p. 5-18.
- MIZZAU, Marina. Silence à deux voix. **Langages**, n. 85, 1987, p. 41-53. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1987_num_21_85_1528, acesso em 01 ago. 2015.
- TITAN JR., Samuel O outro duplo: Dostoiévski ilustrado. In: DOSTOIÉVSKI, Fiodor. **O duplo: poema petersburguense**. Trad. Paulo Bezerra. Desenhos Alfred Kubin, 2011, p. 249-53

O posicionamento axiológico do autor-enunciador e suas implicações para a leitura em sala de aula

Maria Bernadete Fernandes de OLIVEIRA (UFRN)
mariabernadete01@gmail.com

1. Introdução

As Ciências da Linguagem, principalmente em suas vertentes que se dizem críticas, vêm acompanhando o debate epistemológico e teórico que defende uma produção de conhecimentos que diga respeito à vida concreta dos humanos, a heterogeneidade e a pluralidade dos posicionamentos discursivos, circulantes na sociedade. Muitos são os estudiosos que reivindicam uma ciência da linguagem que atravesse fronteiras, muros, investindo em abordagens transdisciplinares que venham contribuir para a compreensão da complexidade do ser humano e de suas práticas discursivas, entendidas como práticas sociais (MOITA LOPES, 2006, BOHN, 2005).

No campo da Linguística Aplicada, mais especificamente na subárea Linguagem e Educação, há muito tempo que se defende o ponto de vista de que o processo de ensino das línguas comprometa-se com a construção de leitores e escritores, capazes de compreender e interpretar nas práticas discursivas circulantes, nas diversas esferas da vida social, os posicionamentos axiológicos dos autores dos enunciados, como uma das formas de atender às exigências da responsabilidade social da escola com o processo de construção da cidadania (OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA E SZUNDY, 2013). Contudo, como diz Signorini (2008), é visível nas pesquisas, realizadas no campo do ensino, que as demandas mais recentes, de natureza sociopolítica, emergentes no campo epistemológico dos estudos da linguagem, pouco tem afetado a dinâmica de redes de poder e de saber, presentes nas práticas escolares e acadêmicas.

Nesse sentido, uma revisão da literatura sobre estudos que envolvem a relação entre Linguagem e Educação aponta para o fato de que a sala de aula de línguas, de uma certa forma vem atendendo orientações oficiais, contidas em documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os Projetos Pedagógicos para os Cursos de Licenciatura em Letras, entre outros, no que tange à exploração da noção de gênero, discursivo ou textual, como objeto de estudo, desde as séries iniciais do ensino fundamental. Contudo, é também visível que uma outra orientação contida naqueles documentos, qual seja a realização de atividades que possibilitem analisar, compreender e interpretar, nos textos circulantes em sala de aula, o funcionamento dos recursos expressivos materializados na língua, artifícios no sentido de reconhecer nos enunciados posições de sujeitos, sobre aspectos dos mais diversos da vida social, carece de ser implementada

A compreensão do posicionamento discursivo e enunciativo dos autores dos enunciados, materializando múltiplas vozes sociais, muitas vezes em relações dialógicas de oposição ou de

desqualificação do seu outro, torna-se relevante, por exemplo, ao se refletir sobre o ensino da leitura e compreensão de textos. Ainda mais quando a informação circulante em revisões das pesquisas afirma que grande parte dos textos, utilizados em sala de aula, nos níveis fundamentais e médio, são provenientes da grande mídia, uma esfera de criação ideológica por demais poderosa, onde os sentidos e valores não são aleatórios nem mero entretenimento (THOMPSON, 1995).

A reflexão sobre os múltiplos sentidos e valores presentes nos enunciados concretos traz à tona uma discussão sobre as questões da ética em sua relação com a estética, discussão essa que no dizer de Jameson (1997) foi sepultada por uma dada vertente da pós-modernidade que anunciou a morte do ético e sua substituição pela estetização da vida.

Assim sendo, o foco de nosso texto diz respeito a discutir, nos limites das relações entre ética e estética, a importância do reconhecimento dos posicionamentos axiológicos assumidos pelo autor do enunciado em práticas discursivas, como um dos aspectos relevantes no processo de compreensão de textos, nos limites da esfera escolar.

2. Revisitando noções de enunciado, de acabamento e do posicionamento axiológico

A relevância da linguagem para os autores do Círculo de Bakhtin faz-se presente desde os primeiros textos desses autores, iniciando-se com o dizer de Bakhtin (2010) de que o acesso ao ato ético, as ações humanas valoradas, processa-se pela linguagem. É a linguagem que enuncia esse ato e, para sua realização, requer a inteira plenitude da palavra, tanto em seu aspecto de conteúdo e de imagem, como no que diz respeito ao seu aspecto valorativo. Essa noção de uma relação constitutiva, e não de complementaridade, entre linguagem, ação, realidade (mundo da vida) e sujeito, é retomada e explorada longamente por Voloshinov em *O discurso na vida e na arte* (1997), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1969) e por Bakhtin (1990) em *O discurso no romance* quando sintetiza uma noção de língua como uma heteroglossia axiologizada, cujo modo de funcionamento é dialógico, sendo elemento constitutivo do plurilinguismo social, existente no mundo da vida.

A noção de língua ideologicamente saturada, construída em um meio plurilíngue, atravessado pela diversidade, pelas diferenças sócio-ideológicas, opõe-se a visão de uma língua unitária como um sistema de normas fixas e imutáveis, contudo que não se constitui como um imperativo abstrato, mas resulta da ação de forças sociais, “ a cidade das letras “, no dizer de Geraldi, que historicamente tentam firmar uma língua única (BAKHTIN, 1990).

Nesse contexto plurilíngue, concreto, saturado de conteúdo e acentuado, emerge a noção de enunciado, semiotização do ato ético, como sendo a unidade de análise da comunicação verbal que se realiza nas múltiplas esferas da atividade humana. Entre as características do enunciado, destacamos aquela que diz

respeito ao fato de que todo enunciado tem um acabamento, determinado por aspectos específicos, de forma a assegurar a possibilidade de uma resposta, de uma compreensão responsiva. Para tanto, o enunciado precisa ser considerado como um todo acabado, portando uma totalidade de sentido, determinado pela ideia de que, naquele momento, o sentido do objeto do enunciado encontra-se esgotado, por um projeto de dizer do enunciador e por sua inserção em um gênero do discurso.

Revisitando a noção de acabamento em Medviédev (2012), entendemos com esse autor que o acabamento, em seu significado primário, é uma operação específica da atividade estética que se realiza na esfera da arte, cujo significado reside no fato de que, nessa esfera, o autor criador dá acabamento à totalidade do seu objeto, em seus aspectos composicional, temporal, espacial e semântico. Assim sendo, o autor-criador realiza o acabamento de sua obra, enforma esse objeto, estruturando seu conteúdo a partir de uma relação valorativa estabelecida com seu herói (BAKHTIN, 2003).

A atividade estética, sendo uma operação que objetiva dar acabamento ao todo da obra artística, pressupõe ainda a noção de distanciamento que, possibilitada pelo excedente de visão, próprio da posição exotópica ocupada pelo autor, é a pedra angular para a realização dessa atividade. É assim que o acabamento é responsável pela seleção dos elementos estilísticos, plásticos, pictóricos, rítmicos, até a articulação das vozes sociais e suas visões de mundo, articulando as formas composicionais e arquitetônicas do enunciado (BAKHTIN, 1990).

A partir dessas colocações, e entendendo com o próprio Bakhtin que “todo texto tem um sujeito, um autor” (BAKHTIN, 2003. p.308) e que existem vários tipos de autoria, todos com sua responsabilidade autoral, pensamos que é possível defender que a construção de enunciados em outras esferas de criação que não a literária também exige uma atividade estética de seu autor em relação ao seu próprio enunciado, ainda que, essa operação de acabamento assuma sua natureza dispersa, correspondendo a respostas a manifestações singulares, em um dado momento, e não ao todo do ser humano. Na vida, não há autor-criador, “não nos interessa o todo do homem mas apenas alguns de seus atos com os quais operamos na prática”(BAKHTIN, 2003,p.11).

Assim é possível autorar em enunciados produzidos em esferas das atividades humanas, que não apenas a literária e esse autorar implica na realização de uma atividade estética, um dar acabamento ao todo do enunciado, compreendido como materialização semiótica do ato ético, resultante de ações realizadas pelos sujeitos, nesse mundo, portando uma posição axiológica que determina seu tom emocional-volitivo e fonte da responsabilidade ativa do não álibi no ser, através do qual o ser se reconhece e pode ser reconhecido. Em “Arte e Responsabilidade” (BAKHTIN, 2003), aquele pensador afirma que o ser deve responder com sua própria vida por aquilo que realizou e compreendeu na arte, postulado esse que pode ser estendido para os atos realizados em outras esferas da criação ideológica.

Bubnova (1997) considera o ato ético como um documento assinado que não possibilita álibi para o ser, que exige um autor, responsável e responsivo, cujo núcleo é a responsabilidade, entendida não como

um termo jurídico, nem como uma obrigação normativa e abstrata, mas como um ato concreto que vincula o ser humano ao mundo da vida.

Esse ato ético, semiotizado no enunciado, a unidade concreta de comunicação verbal, mantém uma relação constitutiva com a realidade social, dela fazendo parte, residindo sua singularidade em ser uma realização histórica em dada época e com dadas condições social e é a partir dessa singularidade que os sentidos e valores dos enunciados entram no horizonte concreto dos falantes/escreventes, estabelecendo entre o sentido, o valor e o ato enunciado uma ligação cuja natureza é sempre orgânica, histórica, e concreta, existindo apenas para esse dado enunciado e não para outros.

Essa discussão permeia a noção de enunciado e se faz presente quando a noção de acabamento, uma das características fundamentais do enunciado, compreende como um de seus aspectos constitutivo, o projeto de dizer do autor. Esse projeto de dizer, também denominado de intenção discursiva, corresponde ao momento subjetivo do enunciado, assegurando uma unidade de sentido para o tema em foco, sendo limitado pelo gênero do discurso no qual se insere e ainda responsável pela seleção dos aspectos estilísticos que conferem visibilidade às vozes sociais que subjazem aos posicionamentos axiológicos do autor em relação ao seu projeto de dizer (BAKHTIN, 2003).

Em outras palavras, considerando que em qualquer das esferas da criação ideológica, o enunciado não pode dispensar entre seus elementos constitutivos, a intenção do autor e a realização dessa intenção através do uso de elementos estilísticos e linguísticos, os quais relacionam as formas composicionais e arquitetônicas de cada enunciado, nos limites de sua materialidade, acreditamos ser possível falar de atividade estética em processos de criação verbal não restritos à esfera artística, pautando-se no próprio Bakhtin, para quem, qualquer enunciado “sempre cria algo novo e singular e que ainda por cima tem relação com o valor” (BAKHTIN, 2003, p.326), emoldurando seu objeto tema e inserindo-o em um contexto, a partir de uma visão de mundo que possibilita um posicionamento axiológico do autor.

Assim é que a atividade estética, seja realizada pelo autor-criador, seja pelo autor-enunciador, instaura uma relação constitutiva com o ato ético, nesse processo o autor posiciona-se sobre seu objeto de uma forma responsável e responsiva e, nas esferas não-artísticas, ressalvadas a fluidez dos movimentos da própria vida social e a singularidade do sujeito, assume sua natureza sempre provisória sobre aspectos do tema em questão. Ou seja, a intencionalidade discursiva do autor-enunciador, um dos aspectos a serem considerados ao dar acabamento ao enunciado, não pode ser pensada fora do eixo valorativo – relação com a ética- por consequência, de expressar posicionamentos ideológicos (VOLOSHINOV, 1969).

Ao ser portador de valor, de uma avaliação social, a qual determina a escolha das palavras e sua forma, tendo algumas dessas valorações sociais uma duração mais estável, mais profunda, perdurando através dos tempos, outras tem uma vida mais curta, dizem respeito às vezes ao tema do dia, da hora, do momento, o posicionamento axiológico do autor-enunciador insere-se no campo da discussão ideológica.

A construção semiótica do posicionamento axiológico está relacionada e discussão realizada por Voloshinov (1969), a partir de sua afirmação de que o signo reflete e refrata a realidade concreta, que lhe é exterior, o que permite a inscrição nos enunciados da diversidade de pontos de vistas, das experiências históricas dos indivíduos em sua singularidade, ou dos grupos sociais institucionalizados. Ao discutir-se posicionamentos axiológicos não se pode, portanto, dispensar um olhar sobre a questão ideológica, na medida em que o Círculo de Bakhtin é, pelo menos, no âmbito dos estudos da linguagem, responsável pela construção discursiva dessa noção, ao considerar que ao lado do mundo material existe o mundo da cultura, o mundo dos bens simbólicos, espaço privilegiado de produção de valores, de ideologia no dizer do Círculo.

Voloshinov (1969) estabelece duas noções de ideologia, de um lado, a ideologia do cotidiano, que materializada semioticamente, organiza-se em graus, desde aquela ideologia caótica, um senso comum, sem qualquer sistematização, inteiramente casual e casuística, até aquela, organizada, se quisermos usar a metalinguagem gramsciana, o bom senso. Essa ideologia, o bom senso, seria a base para a construção dos sistemas de criação ideológica complexos, tais como a ciência, a política, a arte, a religião, a mídia, entre outros. Por outro lado, esses sistemas ideológicos complexos alimentam a ideologia da vida, a ideologia do cotidiano. Medviédev (2012) considera que cada esfera da criação ideológica, ciência, religião, arte, entre outras, possui suas formas e artifícios próprios de uso da linguagem, ou seja, seus modos específicos de refratar a realidade semioticamente.

À discussão desse artigo, interessa, no momento, uma peculiaridade especial do enunciado, qual seja seu projeto de dizer em sua relação com seu autor, mais especificamente o posicionamento axiológico do autor, aquele que irá configurar seu ato ético, e cujo posicionamento orienta a seleção estilística e composicional do enunciado.

Em resumo é através de seu projeto de dizer, o autor-enunciador expressa sua posição individual em uma situação concreta de comunicação discursiva, com relação ao objeto de sentido (tema) de seu enunciado. Por outro lado, a fonte geradora do elemento expressivo reside, de uma lado, no contato que o autor estabelece entre a língua e a realidade, de outro entre seu autor e seu outro. Além disso, as palavras não são selecionadas do dicionário e sim dos enunciados alheios. Assim é que cada enunciado responde a relação do enunciador com o enunciado alheio, e não apenas com seu objeto/tema/sentido. Nesse sentido o objeto do discurso se torna palco de encontro de opiniões de interlocutores imediatos ou pontos de vista, visões de mundo.

Por outro lado, o posicionamento axiológico do autor do enunciado, elemento essencial à noção de acabamento do todo do enunciado, configurado como imprescindível à realização da atividade estética e sua articulação como o ato ético, assume ainda uma relação imprescindível com a alteridade, que trataremos no item a seguir.

3. A relação com a alteridade na construção de posicionamentos axiológicos

A alteridade é entendida como ser o “outro”, diferente do eu. Os estudos sobre a alteridade tornam-se tema importante na contemporaneidade face à sua relação com a problemática de como o outro é compreendido o que implica em atitudes de aceitação ou de discriminação desse outro, em geral levando em consideração aspectos relacionados à raça, à etnia, ao gênero, à idade, à classe social e a posicionamentos ideológicos. .

Nos tempos atuais, múltiplos são os exemplos de práticas discursivas situadas nas quais proliferam relações de intolerância, indiferença e de demonização em relação ao outro que lhe é diferente ou desigual. No dizer de Canclini (2005), em uma sociedade globalizada, ao conviver-se diariamente com os diferentes, crescem os riscos de que essas diferenças se tornem conflituosas, de tal modo que, em alguns momentos, “a tolerância humanística, como simples apelo ético, é insuficiente” (CANCLINI, 2005, p. 286). Para a pesquisadora Sonia Kramer (2000), seria urgente e fundamental buscar superar essas dificuldades, pois, segundo ela, é no reconhecimento e no respeito ao outro, que nos é diferente, que nos tornamos plurais, que nos tornamos singulares como seres humanos.

Buscando também compreender “o outro” na contemporaneidade, Duschatzky e Skliar (2001) afirmam que a alteridade pode ser apreendida nas seguintes formas: o outro como a fonte de todo mal; o outro como sujeito pleno de uma marca cultural; e, o outro como alguém a tolerar. Segundo esses autores, o século XX configura-se como campeão em construir estratégias de demonização do outro, transformando-o seja em sujeito ausente, seja criando a perversa ética da inclusão e exclusão, seja ainda pela própria eliminação física desse outro. Nesse entendimento o outro é sempre nomeado como diferente de uma forma negativa, em geral, fazendo-se uso de estratégias discursivas e ideológicas de desqualificação do outro (THOMPSON, 1995). Uma outra forma de apresentar a alteridade é a de considerar o “outro” como um sujeito pleno, a partir de uma marca cultural, ou seja, considerando que a cultura representa comunidades homogêneas de crenças e estilos de vida, que outorgam sentido pleno a todos os seus membros. Nesse caso a alteridade em sua diversidade é um pressuposto epistemológico, um já- dado preexistente, tendo sido explorada por um tipo de multiculturalismo conservador que abusa do termo diversidade para encobrir uma ideologia da assimilação, impondo a convivência dos diferentes, sem qualquer alusão a situações nas quais as diferenças resultam de desigualdades sociais. Conceber o outro como alguém a tolerar seria uma terceira maneira de ver a alteridade. Contudo, esses autores discutem a ambiguidade da tolerância, marca, dizem eles, das teorias pós-modernas, as quais têm deixado de enfrentar questões cruciais como, por exemplo, a de se interrogar se é possível aceitar os grupos sociais cujas marcas são os comportamentos anti-sociais ou opressivos. Indagam eles, será que essa tolerância, a utopia do reconhecimento da alteridade, é o cenário para a reconstrução dos laços de solidariedade social? Para esses autores, a tolerância é uma palavra fraca, que nos exime de tomar posições e de nos responsabilizar, exatamente porque ao apresentar uma grande

familiaridade com a indiferença, corre o risco de tornar-se mecanismo de esquecimento e de eliminar as memórias da dor, subestimando o confronto, podendo significar a morte da ética frente às questões sociais.

Para os estudiosos do Círculo de Bakhtin, a problemática da alteridade é tratada, desde seus primeiros textos, no bojo de uma discussão sobre as condições de uma filosofia que pretenda descrever a arquitetura do mundo da vida – o mundo concreto, habitado por seres humanos também concretos, situados no espaço e no tempo, agindo valorativamente. Mais precisamente, um mundo de “nomes próprios”, cujos momentos fundamentais organizam-se em torno dos centros de valores do eu e do outro, nas dimensões do eu-para-mim, do outro-para-mim e do eu-para-outro. São, segundo Bakhtin, em torno desses momentos que os valores são construídos, desde aqueles científicos, políticos e até aqueles do cotidiano, ao longo da historicidade da existência dos seres humanos, desde aqueles científicos, religiosos, políticos e até aqueles do cotidiano (BAKHTIN, 2010).

A problemática da relação com a alteridade, inerente ao pensamento bakhtiniano, está presente em suas análises sobre o romance de Dostoiévsky, quando Bakhtin trata da relação entre o autor e seus personagens, que poderíamos dizer como sendo uma relação marcada pela tolerância entre iguais, na medida em que nos escritos de Dostoiévsky seus personagens não são escravos mudos em relação ao seu autor-criador. Ao contrário, são pessoas livres, capazes de colocar-se “lado a lado com seu criador” (BAKHTIN, 1997, p.4), para com ele concordar, discordar, rebelar-se até. Retrata Dostoiévsky, no dizer de Bakhtin, um mundo no qual existem sujeitos investidos de plenos direitos, diríamos um mundo de cidadãos, com direito de ouvir e de ser ouvido. Mas Bakhtin também fala nesse mesmo texto de tipos de relações dialógicas, de natureza monológica, nas quais um dos sujeitos domina a verdade, estabelecendo-se desta forma uma relação sistematicamente assimétrica entre interlocutores, orientando uma forma de relação/ação, um modo de operar, tendente ao dogmatismo, negando ao mesmo tempo o sujeito e o seu direito de dizer e de fazer-se ouvir.

Independentemente do tipo de relações que se estabeleçam entre interlocutores, para Bakhtin (2010) o ser não tem alibi para sua existência, de forma que ao “assinar” aquilo que se diz e que se faz, o sujeito torna-se responsável por seus atos, merecendo destaque nessa concepção o caráter performativo atribuído ao sujeito.

Em síntese, como muito bem o diz Faraco (2005), Bakhtin, desde seus primeiros textos, apresenta a interação como constitutiva e sustento da condição humana, inovando as análises da interação ao entendê-la como o encontro de posições socioaxiológicas. É nesse quadro que se situam as *relações dialógicas*, remetendo para a dinâmica de múltiplas interrelações responsivas entre posições socioavaliativas.

4. Algumas considerações sobre a compreensão de posicionamentos axiológico

Iniciamos esse artigo apontando para a necessidade de que a sala de aula de leitura na escola formal atente para aspectos do enunciado que propicie a compreensão e interpretação do posicionamento axiológico do autor-enunciador em seu projeto de dizer, como um dos mecanismos que possibilita o acesso ao acabamento do todo do enunciado. Conforme afirmamos em nosso objetivo, essa preocupação decorre do fato de que, em nosso entendimento, a contribuição da escola à construção da cidadania, passa pelo acesso às práticas discursivas produzidas e circulantes na vida social, e a compreensão das múltiplas vozes sociais e seus pontos de vista sobre o mundo semiotizadas nessas práticas.

Nosso entendimento sobre a noção de compreensão e de interpretação ancora-se no pensamento do Círculo, para quem a noção de compreensão implica tanto em um movimento em direção ao sujeito/objeto a ser compreendido, como também em exercer um processo ativo de atribuir juízo de valor, de forma que a compreensão “completa o texto: exerce-se de uma maneira ativa e criadora” (Bakhtin, 2003, p. 378). Afasta-se a ideia de que a noção de compreensão implica apenas em reproduzir o outro, ou copiá-lo e dessa forma reafirma-se a noção de que a compreensão se realiza na interação entre duas consciências, igualmente ativas e responsivas. Por outro lado, é interessante perceber que se a noção de compreensão exige uma aproximação, um ir até a subjetividade alheia, reconhecer seus pontos de vista, com eles dialogando, o processo de interpretação daquilo que é objeto de compreensão, por sua vez, exige do pesquisador um distanciamento em relação aos seus dados, de forma a possibilitar o confronto com outros sentidos, porque no dizer de Bakhtin, “a distância é a alavanca mais poderosa da compreensão...” (Bakhtin, 2003, p. 366).

Ao direcionar-se ao objeto a ser compreendido, algumas operações de ordem metodológica devem ser observadas, entre elas torna-se imprescindível estabelecer o horizonte social no qual o enunciado se constrói e o que desse horizonte é comum entre os interlocutores (no caso autor e leitor), de forma a possibilitar a compreensão da relação que se estabelece entre a situação extra-verbal e o próprio enunciado, materializado no posicionamento axiológico do autor-enunciador. Isso porque, no dizer de Voloshinov (1997), a situação extraverbal intergra-se ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação, sendo que a dimensão daquilo que é de ordem extra-verbal varia de um horizonte, por exemplo, circunscrito a relações familiares, cotidianas até a relações mais complexas em função da esfera de criação ideológica na qual o enunciado está inserido.

Considerando a atividades de compreensão de textos em sala de aula, no sentido estabelecido pelos próprios PCN, quais sejam o de possibilitar o reconhecimento das vozes sociais e de suas relações, como forma de exercitar a construção de uma cidadania, estas deveriam reger-se por princípios estabelecidos pelo Círculo, de que o estudo da linguagem não pode ser dissociado da vida social e, como tal, não poderia dispensar em suas análises noções de horizonte social, no pequeno e no grande tempo, do nível do conhecimento partilhado entre os interlocutores do enunciado, da relação entre os interlocutores presentes

e virtuais no enunciado, da avaliação social, compreendida como a entonação apreciativa, e suas implicações para a relação forma arquitetônica e forma composicional do enunciado. Em última instância, o que sugerimos é que o aluno, no processo de leitura, seja apresentado a ideia de que compreender um texto implica em uma atividade complexa que envolve elementos múltiplos e principalmente que as formas que o material (oral ou gráfico) assume não são aleatórias, pelo contrário, estão a serviço de um projeto de dizer. A atividade de ler, compreender e interpretar, enunciados torna-se ainda cada vez mais complexa, ao se tratar de enunciados inseridos em gêneros discursivos secundários, construídos a partir de sistemas ideológicos organizados, entre eles os enunciados midiáticos, os quais, como dissemos anteriormente, constituem uma grande parte dos textos, utilizados como modelo de referência na escola, principalmente nos últimos anos do ensino fundamental e naqueles do ensino médio.

Na visão de alguns estudiosos, afirma-se que os textos veiculados pela mídia possuem cunho ideológico e agem nas lutas políticas e sociais, entre outros impactos, modelando opiniões políticas e a vida diária influenciando comportamentos e construção de identidades (KELLNER, 2001). Segundo esse autor, nos textos midiáticos estão presentes mecanismos de indução, que levam as pessoas a se identificarem com opiniões, atitudes, sentimentos, inseridos em uma dada visão de mundo hegemonicamente construída pelos detentores do poder.

Nesse sentido, cabe lembrar a discussão realizada por Bakhtin (1990) sobre a palavra autoritária e seu papel assumido no mundo da vida, no processo de formação ideológica do ser humano. Essa palavra exige o reconhecimento e a assimilação de uma forma incondicional, acrescentando que em cada época, em cada círculo social sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom. Ainda segundo esse autor, a palavra de autoridade, ao comportar-se como uma palavra sagrada, exige uma repetição reverente, é uma palavra que “inibe e bloqueia o pensamento” (BAKHTIN, 2003, p. 368). - Ou seja, para Bakhtin, as práticas discursivas nas quais a palavra de autoridade assume papel determinante ou mesmo hegemônico manifestam discursos que dificultam ou impedem mesmo o posicionamento de outras vozes, devido ao exercício, sobre elas, das relações de poder.

Afirma Bakhtin (1990) que, algumas vezes, o discurso político, o da mídia, o da publicidade, no intuito de convencer seu ouvinte/leitor, recorrem amplamente a acentuações e reacentuações do pensamento alheio, deformando-os pelo uso de um dado enquadramento contextual que dissimula ou substitui seu tema, degenerando em um jogo verbal formalista. Diz esse autor que o uso da retórica em diversos gêneros constitui material extremamente favorável ao estudo das diversas formas de posicionamento sobre o outro, em muitos casos, apoiando-se puramente em discordâncias que conduzem a desqualificação do outro, exercendo o que considera uma retórica inferior.

De outro lado, compartilhando posicionamentos semelhantes aqueles defendidos por Michael de Certeau (1994), de que, apesar do pensamento hegemônico, tendente a instituir um pensamento único, os

indivíduos podem construir e atribuir sentidos e valores às suas leituras, acatando ou rejeitando os modelos dominantes, Bakhtin (1990) também considera que a palavra autoritária pode ser profanada.

Em outras palavras, como diz Martín-Barbero (2004), tratar com a palavra autoritária é função da escola, no sentido de possibilitar ao aluno reconhecer entre um noticiário independente e confiável e aquele manipulador, percebendo como se formam e se fortalecem os preconceitos ou se são renovadas e ressignificadas as concepções sobre família, política, cultura e sexualidade.

Em última análise, objetivamos nesse artigo discutir em que medida a compreensão do posicionamento axiológico do autor-enunciador de textos em esferas não-literárias poderia contribuir para a ruptura com os processos canônicos de ensino da leitura da língua materna e também com processos formativos de docentes que iluminem uma outra prática docente em suas atividades de sala de aula.

Ancorada em ensinamentos de autores do Círculo de Bakhtin, refletimos sobre a ideia de que qualquer texto não existe sem um autor-enunciador que orquestre os recursos expressivos da língua, para manifestar seu posicionamento axiológico sobre um dado tema, recursos estes que não são pré-existentes ao seu uso. Assim sendo, compreender esse posicionamento no contexto do projeto de dizer do autor é um dos caminhos para o entendimento de como se configura a articulação entre a ética e a estética nas práticas discursivas, considerando as relações com a realidade e com a alteridade.

Assim pensando, talvez seja tempo de investir na construção de uma nova metáfora orientadora para o ensino, introduzindo em sala de aula, uma concepção que considere o domínio das propriedades enunciativas e discursivas da linguagem como recurso para que se possibilite reconhecer nas práticas discursivas a relação com o diferente, a desmistificação da naturalização do social, exercitando uma prática que pronuncie o mundo, na visão freiriana.

E, para finalizar, diríamos que, longe de uma visão pronta e acabada, pensamos que a superação de dilemas no ensino da língua materna, sejam eles teóricos ou metodológicos, em qualquer de seus aspectos, estão longe de serem esgotados, portanto, continuam exigindo uma reflexão contínua sobre o significado desse ensino, a quem ensinar, o que e como.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do Ato**. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

_____. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Questões de estética e de literatura**. Trad. Aurora Bernardini. Hucitec: São Paulo, 1990.

- BOHN, Hilário. As exigências da pós-modernidade sobre a pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. In: FREIRE, Maximina; ABRAHÃO, Maria Helena; BARCELOS, Ana Maria (Orgs.). **Linguística Aplicada e Contemporaneidade**. São Paulo: ALAB; Campinas: Pontes Editores, 2005
- BUBNOVA, Tatiana. El principio ético como fundamento del dialogismo em Mijail Bajtin. **Escritos, Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje**, n.15-16, 1997.
- CANCLINI, Nestor. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Trad. Luiz Sergio Henrique. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DUSCHATZKY, Silvia e SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (orgs.). **Habitantes de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. Interação e linguagem: balanço e perspectivas. **Calidoscópio**, vol.3, n.3. Unisinos, 2005.
- JAMESON, Frederic. **A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Trad. Ivone Castillo Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.
- MARTIN-BARBERO, José. Uma escuela ciudadana para una ciudad-escuela. **Cátedra de Pedagogia**: Bogotá una gran escuela. Bogotá: IDEP, 2004. Disponível em: www.mediaciones.net. Acesso em 28 de agosto de 2010
- MEDVIÉDEV, Pavel. **O método formal nos estudos literários**. Trad. Ekaterina V. Américo e Sheila Carmargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006 .
- OLIVEIRA, Maria Bernadete F. de. Formação de professores de língua materna e a sociedade do conhecimento: discutindo concepções de linguagem. In: ZOZZOLI, Rita Maria Diniz; OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de (org.). **Leitura, Escrita e Ensino**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Bernadete F. de; SZUNDY, Paula. Práticas de multiletramentos na escola: por uma educação responsiva à contemporaneidade. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 9 (2), 2014, p. 184-205.
- SIGNORINI, Inês. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: Signorini, Inês. (Org.). **Situar a língua(gem)**. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VOLOSHINOV, Valentin. La palabra em la vida y la palabra em la poesia. In **Hacia una filosofia del acto ético**. Barcelona: Anthropos Editorial., 1997
- _____; BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Laud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1969.

O caráter naturalmente recategorizador das anáforas

Mônica Magalhães CAVALCANTE (UFC)
monicamc02@gmail.com

Mariza Angélica Paiva BRITO (UNILAB)
marizabrito02@gmail.com

1. Introdução

Este trabalho assume a ideia de que o fenômeno da recategorização compõe a dinâmica natural de retomada anafórica, pela qual os referentes, ao mesmo tempo que se mantêm no texto por algum tipo de associação, também evoluem em diferentes proporções, em proveito da progressão temática. Assim, a recategorização não consiste em mais um tipo de processo referencial à moda da introdução, da anáfora e da dêixis, mas integra, isto sim, todas as retomadas anafóricas.

A recategorização também não se define, para nós, como uma operação de designação lexical, tal como foi primeiramente concebida por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), que a viam como um ato de nomeação fundamentalmente intersubjetivo, oriundo das tentativas de escolhas lexicais apropriadas para as estratégias persuasivas de cada momento da interação. Como afirmamos em estudo anterior (CAVALCANTE, 2011, p. 84), não se trata de como as expressões referenciais são selecionadas para representar entidades em dado contexto,

mas sim, de como os referentes, mesmo quando nem foram ainda designados no cotexto, já podem estar acessíveis no mundo do discurso, até irem, aos poucos, se estabilizando e, em seguida, se desestabilizando, num jogo de coconstrução que só chega ao seu termo quando os participantes se dão por satisfeitos com algum tipo de consenso para cada circunstância.

Desta forma, reiteramos, não estamos examinando as expressões lexicais, mas o jogo que permeia toda a coconstrução referencial empreendida pelos participantes no momento da interação.

Ainda que reconhecendo esse ato de designação como complexo e dinâmico, porque ele se verifica sempre que o locutor supõe como inadequada ou insuficiente uma forma de nomear o referente, a recategorização, para Apothéloz e Reichler-Béguelin, se restringia ao modo como as expressões referenciais refletiam os propósitos argumentativos, mesmo quando eram admitidas como flexíveis e remodeladas pelos cruzamentos discursivos.

Esclarecemos que, a despeito de os pressupostos da noção de referenciação pelos quais nos pautamos serem semelhantes àqueles sustentados por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) para propor as estratégias de recategorização lexical, nossa caracterização deste fenômeno em suas diversas nuances não vincula o processo sociocognitivo-discursivo de transformação dos referentes à expressão lexical, conforme temos pleiteado em vários trabalhos desenvolvidos pelo grupo Prottexto/UFC.

A justificativa para esse redimensionamento da recategorização nos parece bastante evidente. Se nos é cara a ideia de que o referente, como objeto de discurso, se representa na mente dos interlocutores à medida que o texto, como enunciado, vai acontecendo na enunciação, e se o processo sociocognitivo-discursivo da referenciação considera o plano de dizer dos interlocutores e a representação de seus modelos de experiência, então não seria coerente descrever as recategorizações apenas por formalizações lexicais.

2. A proposta de recategorização lexical de Apothéloz e Reichler-Béguelin

Para que se compreenda em que aspectos estamos nos afastando de posicionamentos anteriores, resenharemos, muito sumariamente, os casos de recategorização lexical descritos por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) e amplamente repetidos por todos os que pesquisamos em referenciação.

Assumindo que todo referente é, por definição, evolutivo, de vez que seu estatuto informacional está permanentemente se modificando na memória discursiva dos interlocutores, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) conceberam a recategorização como um recurso referencial pelo qual uma entidade já introduzida no universo do discurso sofre transformações que seriam perceptíveis pelo emprego de expressões referenciais renomeadoras. A necessidade de renomear adviria da sensação de inadequação de determinadas formas de designar, pois, como observara Mondada (1994), quando o falante sente que um dado lexema fornece uma descrição insuficiente ou insatisfatória de um referente, ele apela para um sintagma nominal mais ou menos longo que atenda melhor a seus interesses enunciativos. Tendo em vista, assim, a motivação funcional das formas referenciais selecionadas para o texto, os autores classificaram três situações de recategorização, a saber:

1) A primeira situação de recategorização ocorre quando a modificação do referente se dá apenas no momento em que se emprega uma expressão anafórica redesignadora. Para os autores, essa recategorização lexical pode ser:

- a. explícita (com função de argumentação, de denominação reportada, de aspectualização e de sobremarcação da estrutura textual);
- b. implícita (manifestada por pronomes quando o gênero gramatical do pronome anafórico não coincide exatamente com o modo como o antecedente foi apresentado no texto);
- c. por modificação na extensão do objeto denotado (com repetições do mesmo item lexical que correspondem a referentes completamente distintos).

Por razões óbvias, não podemos condescender em dizer que uma recategorização se elabore apenas no momento em que se emprega a expressão anafórica que renomeia o referente, pois, pelo contrário, estamos defendendo que o processo referencial não se concentra no uso de uma nova forma de designar o referente. Mas reconhecemos que, em termos informacionais e avaliativos, a forma referencial, neste caso,

colabora mais para as mudanças por acréscimo do que na terceira situação (ver abaixo), em que a expressão se presta à homologação de uma recategorização já iniciada anteriormente.

Também não podemos estar de acordo com uma subdivisão que se regula por critérios dissonantes, na qual a recategorização “explícita” se opõe à “implícita”, por um lado, mas as duas não se opõem, pelos mesmos parâmetros, à “mudança na extensão do objeto denotado”, por outro lado. Além disso, o que os autores consideram como recategorização “explícita”/ “implícita” só concerne ao uso ou não uso de uma dada expressão referencial que traga ou não acréscimos ao objeto referido, não a todas as outras pistas que também pontuam explicitudes de toda ordem.

Na proposta de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), as recategorizações lexicais “explícitas” e “implícitas” se dividem em subtipos que parecem apontar para possíveis funções discursivas que seriam desempenhadas pelas expressões referenciais. As recategorizações “explícitas” cumpririam, de acordo com os autores, os seguintes tipos de função, denominadas de “argumentação”, “aspectualização”, “denominação reportada” e “marcação de subtópico já demarcado por parágrafo”.

A função de “argumentação” possivelmente recobre os casos de termos atributivos, mais declaradamente avaliativos, dentro da expressão referencial (desencadeando uma reinterpretação), como no exemplo¹:

(1) [Artigo relatando o julgamento de um motorista responsável por um acidente]. Ele reconhece ter rodado bêbado (...) O Tribunal de correção infligiu ontem uma pena fechada a **este recidivista**.

A função de “aspectualização” torna mais explicitamente saliente um aspecto do referente ao retomá-lo (o que evolui, neste caso, é um aspecto sob o qual o objeto é provisoriamente considerado); veja-se o exemplo²:

(2) No começo do séc. XX, alguns poetas suprimiram a pontuação de suas obras, achando que **estes reparos da análise gramatical** não correspondiam mais à nova forma de dicção poética.

A função de “denominação reportada” imputa uma designação avaliativa a uma voz diferente da voz do locutor, como neste exemplo³:

(3) Se ninguém duvida da piedade da rainha Isabel, muitos estimam que os meios utilizados para impor sua fé não têm sido muito católicos. É ela, com efeito, que assina a lei que bane 150.000 judeus da Espanha e que fez perseguir, espionar, espolar, torturar **estes infieis**.

¹ “[Article relatant d’un automobiliste responsable d’un accident.] Il reconnaît avoir roulé ivre, se souvient mal et en rigole. Saoul, il rallie Broc depuis Payerne et démolit au passage une vitrine. Le Tribunal correctionnel a infligé hier une peine ferme à **ce récidiviste**. (*La Liberté*, 10.2.1993.)”.

² “Au début du XXe siècle, certains poètes ont supprimé la ponctuation de leurs oeuvres, estimant que ces repères de l’analyse grammaticale ne correspondaient plus à la nouvelle forme de diction poétique. (*Grammaire Larousse du français contemporain*, 1989,39).”

³ “(...) si nul ne doute de la piété de la reine Isabelle, beaucoup estiment que les moyens mis en oeuvre pour imposer sa foi n’ont pas été très catholiques. C’est elle, en effet, qui signa l’édit de bannissement de 150.000 juifs d’Espagne et fit persécuter, espionner, depouiller, torturer **ces infidels**. (*L’Hebdo*, 28.12.90)”.

A função de marcar um subtópico já assinalado por uma demarcação paragrafíca tem um caráter enfatizador, pois chama a atenção do interlocutor para um novo subtópico.

Já as recategorizações lexicais “*implícitas*”, realizadas por pronomes, se prestariam ou a desfazer ambiguidades, ou a salientar um dado aspecto do objeto, ou a evitar, como nos casos de silepse, situações de estranheza em que o gênero gramatical contrasta com o “gênero natural”, como neste clássico exemplo de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995):

(4) “(Depois de uma informação sobre a hospitalização de Madre Teresa) O prêmio Nobel da Paz deverá voltar para a casa **dela** este fim de semana.” (cf. p. 13).

Percebe-se que o pronome no feminino é usado para evitar uma sensação de estranheza, que, segundo os autores, até poderia levar ao ridículo, pela não correspondência entre o gênero “natural” de Madre Teresa e o masculino relativo à denominação de “Prêmio Nobel da Paz”.

Os autores ainda chamam a atenção para ocorrências em que a escolha do pronome no masculino ou no feminino se deve a uma avaliação implícita do referente, como neste caso:

(5) “O guarda traz a refeição.

Primeiro preso: - Que é isso?

Guarda: - Le potage du chef au vermicelle...

Os homens começam a comer...

Segundo preso: - **Ela** não é ‘comível’.” (APOTHÉLOZ E REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 255)

O anafórico que nos interessa aqui é o pronome feminino *ela*, por meio do qual o segundo preso se refere ao objeto precedente categorizado pelo guarda como “consomê” (nome masculino). Este pronome remete ao substantivo *sopa*, que constituiria, então, uma recategorização implícita do objeto designado pelo guarda. Portanto, os substantivos *consomê* e *sopa* não têm o mesmo valor denotativo nem conotativo: o primeiro designa um manjar mais ou menos refinado, enquanto que o segundo pode ter emprego pejorativo. A escolha do pronome pelo segundo prisioneiro é, assim, bastante coerente com o que ele afirma a propósito da comida que o guarda trouxe: não é digerível.

Por sua vez, na situação em que há *mudança na extensão*⁴ do objeto, entre a âncora e o anafórico existe apenas a alusão ao mesmo item lexical, propositalmente escolhido e repetido para gerar a quebra de expectativa. Efetiva-se, assim, uma transformação tão radical da entidade referida que ela se transforma em outra completamente distinta. Entre as duas, permanece apenas a coincidência da mesma forma de designar, que possibilita o jogo polissêmico, como no exemplo dado pelos autores:

⁴ As expressões referenciais, como formas designadoras, podem apresentar dois tipos de valor semântico, conforme já explicaram os filósofos da linguagem: um extensional e outro intensional. Os possíveis tipos de entidade a que a expressão referencial poderia aplicar-se constituem sua extensão, ou conjunto de objetos que ela denota. Já o conceito, ou os traços semânticos contidos nessa expressão, representam sua intensão, o seu significado propriamente dito. Quando se diz, pois, que houve uma mudança na extensão da expressão referencial, quer-se mostrar que o conjunto de objetos denotados passou a ser outro. Assim acontece com a expressão “sua”, que remete a *coração* no exemplo em foco: o valor extensional deixou de aplicar-se a “coração” denotando qualquer órgão que recebe e impulsiona o sangue nos vertebrados para aplicar-se ao termo *coração*.

(6) ... um artigo... de setembro último e consagrado inteiramente ao CORAÇÃO, a sua etimologia e a **suas** significações. (p.257)

Para Apothéloz e Reichler-Béguelin, opera-se aqui uma passagem inesperada de um procedimento de *uso* para um procedimento de *menção*, pois a forma designativa do referente é a mesma que nomeia a própria forma de designar, num emprego metalinguístico.

Como observam os autores, isso surte um efeito aparentemente paradoxal, “de um lado, tudo se passa como se houvesse correferência, e, em seguida, revela-se que não há correferência” (p.257). Esta é uma situação particularmente curiosa dentro da proposta dos autores, porque, ao contrário das demais que eles descrevem, não acontece como um processo de anáfora correferencial. Por isso a temos tratado como uma ocorrência de anáfora indireta.

Essa mudança total do referente pode corresponder (se não se prender à forma de manifestação) a um tipo de *correção* referencial, definida por Custódio Filho (2011) como uma transformação diretamente envolvida na mudança de estatuto do referente, que se orienta em sentido contrário ao que se vinha construindo até então. A modificação *corrige* a construção referencial, a fim, principalmente, de que a nova formulação cause impacto no interlocutor.

Outras possibilidades de “mudança na extensão do objeto” são descritas por Apothéloz e Reichler-Béguelin como “metonimizáveis”, “fragmentações” e “fusões de referentes”. Os exemplos citados geralmente se realizam por formas pronominais oblíquas a que o locutor recorre para desfazer ambiguidades ou para retomar o referente por meio de uma generalização que reafirme a manutenção referencial, num processo que serve à confirmação de referentes, como em certas metonimizáveis, por exemplo:

(7) “Pierre Grosz [um compositor] explica suas relações com aqueles que **o** cantam” (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p.258),

O pronome anafórico se refere às “composições do artista”, embora esta expressão não apareça, e a forma gramatical do oblíquo *o* remeta a “Pierre Grosz”. Valendo-se de uma metonímia, o falante retoma o artista no lugar de sua produção, mudando a extensão do objeto referido.

Apothéloz e Reichler-Béguelin tratam como “fragmentação de objetos de discurso” a ocorrência em que a expressão anafórica retoma um dos objetos denotados por um hiperônimo, ou por um termo genérico, como se verifica na relação entre o referente de “um casal enlaçado” e “ele”, “a”:

(8) No metrô parisiense, um afixo publicitário. Via-se um **casal** enlaçado, boca a boca. **Ele a** tinha em seus braços... (p.260)

A mudança na extensão, neste caso, consiste na passagem da classe de objetos de discurso (“o casal”) para apenas um dos elementos desse par, a cada vez.

Podemos abrigar, nessas generalizações, que concebemos como hiperonímicas/hiponímicas, também aquilo que os autores consideram como “fusão de objetos de discurso”, numa operação inversa à de

“fragmentação”, pois por ela é possível ir do objeto individual à classe de objetos. O exemplo dos autores é o seguinte:

(9) Uma noite ele [o sobrinho] se reuniu em Genebra com uma cabeleireira que se tornou prostituta. O sobrinho a convenceu a parar suas atividades de luxúria e de lucro. **O casal...**(APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 261)

2) A segunda situação de recategorização acontece quando o referente já foi transformado anteriormente no texto por meio de um ou mais atributos, mas o anafórico **não** expressa essas modificações, como em:

(10) “Neste quadro, as conversas durante a enquete assumem uma importância particular e descabida em relação a **seu** papel habitual.” (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p.256).

O possessivo, neste exemplo, retomaria anaforicamente o nome *conversas* de um modo geral, não “conversas durante a enquete” e o que se diz sobre elas. Na verdade, o que é tomado como “abandono das modificações já operadas” talvez se deva apenas a uma necessidade de retomar o referente em sua genericidade, ou se deva até mesmo a uma questão de economia linguística. A recategorização consiste, convenientemente, nestes casos, numa retomada por generalização, que, dependendo do contexto, pode dar espaço a novos acréscimos para o objeto de discurso.

3) A terceira situação de recategorização tem lugar quando a transformação também já se deu ao longo do texto, e o anafórico a contempla, homologando-a, como no exemplo seguinte:

(11) Uma japonesa pode escolher o melhor dos 353 lugares de um Jumbo, ao encontrar-se sozinha a bordo de um Boeing 747, anunciou a British Airways. Não podendo transferi-la para um outro voo, a companhia se viu obrigada a manter o voo para **esta única passageira**. (APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p.254)

Observe-se que o texto já informava que a japonesa estava sozinha no avião, de modo que a expressão anafórica simplesmente confirma a maneira como o referente já fora apresentado. A despeito dessa evidência, não sustentaremos que esta situação seja a única a homologar o referente já introduzido anteriormente, pois a função de confirmação é condição para que exista o próprio processo anafórico, o qual, por definição, é um fenômeno de continuidade ou manutenção referencial. O diferencial deste caso reside apenas no fato de uma dada expressão referencial manifestar, com outras palavras, o objeto de discurso retomado, à moda de uma constatação enfática.

Um fenômeno, para nós, muito prototípico da homologação de referentes são os chamados encapsulamentos anafóricos. Os encapsulamentos, quando não introduzem referentes, operam retomadas com função de confirmar referentes e de recategorizá-los por acréscimos de dados. Isso acontece porque o referente instituído pelas formas de encapsulamento já se encontra pelo menos “esboçado” por diversas âncoras textuais, responsáveis pela gestação do objeto de discurso. Quanto mais lexicalmente explícita for a paráfrase que resume os conteúdos dispersos que ancoram os encapsulamentos anafóricos, mais claramente o interlocutor define em sua mente o referente que supõe pretendido pelo locutor e mais facilmente

compreende os pontos de vista indiciados por essas âncoras. Um exemplo patente disso é o trecho seguinte, em que o encapsulamento, que indiretamente retoma a novela em apreço, estabiliza um referente que vai evoluir por todo o artigo de opinião, confirmando-se e progredindo pelos acréscimos de inúmeras âncoras, dentre elas a expressão “um quê moralista que destoou do tom pesado e altamente sexual da novela como um todo”:

(12) Após investir em tramas ousadas, Verdades Secretas tem **final moralista**

Um triângulo amoroso envolvendo mãe, padrasto e enteada. Uma agência de modelos de fachada para agenciar prostitutas. Jovens de classe média alta envolvidos com drogas. **As tramas de Verdades Secretas**, a novela das onze de Globo que terminou nesta sexta-feira (25), apostaram na polêmica. Por isso, a novela conseguiu manter ligado o interesse da audiência mesmo com o horário de exibição tardio.

O folhetim de Walcyr Carrasco teve audiência elevada e gerou discussão nas redes sociais, mas os capítulos finais tiveram **um quê moralista que destoou do tom pesado e altamente sexual da novela como um todo**. Correções e punições fecharam a história de personagens e deixaram de lado a ousadia apresentada e condizente com o horário. (...)

(disponível em: <<http://goo.gl/7IF4y5>>. Acesso em: 25 set. 2015)

A introdução referencial “tramas ousadas”, neste exemplo, é retomada pela expressão anafórica indireta “Verdades Secretas” e também por “final moralista”. Mas “final moralista”, curiosamente, exerce, além disso, a função de encapsular tudo o que o locutor vai analisar, mais à frente”, como “final moralista” e o que vai ser homologado pela expressão “**um quê moralista que destoou do tom pesado e altamente sexual da novela como um todo**”. Os processos referenciais mantêm, assim, uma rede de intercomunicação que faz do texto uma grande teia. Uma expressão que estabiliza uma anáfora indireta, como vimos, pode também iniciar uma outra cadeia referencial, que, por sua vez, vai ser aos poucos confirmada e acrescida no decorrer do texto.

Toda essa resenha só corrobora a ideia de que a descrição de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) incide sobre explicações de como as formas de designação dos objetos de discurso expressam, ou não, propriedades atribuídas a eles no momento em que são nomeados. Não estamos subestimando o valor das formas de expressão referencial na complexa tessitura das redes referenciais evolutivas, presentes em qualquer texto. Mas, para a concepção de referenciação que adotamos, não é suficiente considerar apenas o fato de a expressão anafórica explicitar as transformações sofridas pelo referente. Nem sempre elas são reveladas pela expressão designadora em si, pois outras pistas do contexto são responsáveis pela indicação de que o referente foi recategorizado.

Marcuschi e Koch (2002) já haviam intuído que o processo da recategorização não poderia estar subjugado à escolha da expressão referencial a cada momento do texto. Por isso afirmaram que a recategorização se apoiava em um tipo de remissão a um aspecto co(n)textual, que podia ser tanto um item lexical como uma ideia ou um contexto que operava como espaço mental para a inferência. Essa constatação reforça nossa reivindicação de que a recategorização seja um processo que transcende os limites do emprego

de expressões referenciais, o que é muito mais coerente com a própria visão de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 239-240) , como podemos perceber pelo comentário abaixo:

Uma vez promovido ao estatuto de objeto de discurso, ou assimilados a qualquer prática social, a identidade desses realia torna-se o produto de uma interação entre o sujeito humano e seu ambiente. Não podemos mais, desde então, falar deles unicamente como referentes no sentido mundano do termo, na medida em que estes objetos adquiriram o estatuto de construtos culturais e, por consequência, sua "essência" comporta forçosamente um parâmetro antropológico. Dessa forma, a noção de referente evolutivo recobre ambiguamente, no raciocínio dos que a utilizam, a coisa extralinguística - como realidade externa do mundo - e o objeto de discurso, representação alimentada pela atividade linguística. Acharmos primordial distinguir entre estas duas entidades, porque o estado da memória discursiva (ou da esquematização em curso), determinante para a interpretação dos anafóricos, não se confunde com o estado do mundo. Assim, vamos conduzir nosso esforço de modalização não para as metamorfoses que afetam os objetos do mundo extralinguístico, mas para os que afetam a bagagem de conhecimento de que dispõem, a cada momento do discurso, os interlocutores a propósito de um dado referente, bagagem que constitui, propriamente falando, a identidade do objeto de discurso. Se nos situamos, como linguistas que somos, ao nível de tais objetos, forçoso é constatar que o problema dos referentes evolutivos não é apenas de um: todo objeto de discurso é, por definição, evolutivo, porque cada predicação a ele relacionado modifica seu estatuto informacional na memória discursiva.

No próximo item, argumentaremos em favor do ponto de vista de que os processos sociocognitivo-discursivos das anáforas desempenham funções de confirmação e de recategorização dos objetos de discurso.

3. O papel de manutenção e de recategorização das anáforas

Além de os referentes poderem ou não apresentar-se no cotexto como expressões referenciais, também podem explicitar-se por um conjunto de diferentes formas semióticas. Todas essas manifestações do cotexto atuam como trilhas para a reconstrução das entidades e, de maneira mais ampla, da coerência e da argumentação configuracional engendrada em todo e qualquer texto (ver, sobre isso, CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014). Concordamos com Costa (2007) quando defende o constitutivo entrelaçamento entre a materialidade textual e as relações intercognitivas estabelecidas entre os interlocutores. Acrescentaríamos a essa integração – indiscutível – as influências socioculturais, que, numa via de mão dupla com o cotexto, operam em contínuas desestabilizações e estabilizações de categorias. Costa põe em questão a distinção precisa e absoluta entre as categorias referenciais, como, por exemplo, a introdução referencial e a anáfora indireta, uma vez que não se poderia determinar um ponto da materialidade textual em que cada uma delas aconteceria. O exemplo (12), acima, representa uma boa comprovação para a reivindicação da autora.

Todavia, aceitamos esse posicionamento apenas parcialmente, pois insistimos na necessidade de discretizar os fenômenos linguísticos para que seja possível falar sobre eles e descrevê-los. Tomar tal decisão

não implica em “localizar”, com acurada precisão, os limites de um e outro fato linguístico, nem tampouco de atrelar a referência a uma fôrma específica, mas, sim, em caracterizar cada um pelos papéis que desempenham nas práticas discursivas.

Com base nesse pressuposto, podemos, de partida, falar de *texto* como uma unidade de coerência e de comunicação que os interlocutores representam mentalmente na atividade negociada da interação. Diremos que o texto acontece num evento comunicativo, único a cada vez, e que deve ser concebido como um *enunciado* de começo, meio e fim, com uma duração que tem de vir a termo, por mais difícil que seja delimitá-lo em algumas conversações presenciais ou virtuais, e por mais que ele entre em diálogos intertextuais potencialmente intermináveis. Divisar a unidade *texto* é condição essencial, e lógica, para se propor qualquer análise intertextual, assim como falar de discurso em alguma medida é indispensável para se abordar qualquer relação interdiscursiva.

Por essa razão, também as categorias analíticas do texto, dentre elas a referenciação, requerem uma demarcação definicional, o que não significa que estejamos pleiteando que a forma de manifestação seja exclusivamente responsável pela representação do referente, mas significa, sim, que todos os elementos semióticos (incluindo as expressões referenciais) cooperam na construção intercognitiva e socialmente situada do referente.

As formas de realização dos referentes no texto não só ajudam a ancorá-los, por diferentes evocações, como também a estabilizar as confirmações (ou manutenções) e os acréscimos das recategorizações que eles sofrem na construção da coerência textual. O procedimento anafórico consite, então, nesses movimentos de ancoragem e estabilização. É com essa ideia subjacente que ratificamos a existência de processos de introdução referencial, de anáfora e de dêixis. A noção de recategorização que aqui assumimos é a que está definida em Lima (2009) como um processo sociocognitivo-referencial – diríamos também discursivo -, pelo qual a transformação de referentes não incide sobre pontos precisos, pois se dá em direções imprevisíveis e requer muitas idas e vindas de uma âncora para as outras (como expressões referenciais, imagens, recursos tipográficos etc.), em sucessivas formulações de hipóteses pelos interlocutores. Como observa a autora, “é preciso passar pelos vários elementos em que ela se ancora para, num movimento inverso, chegar-se à (re)construção do processo” (LIMA, 2009, p. 47).

Os referentes completam um percurso no texto que vai desde os modos como o locutor escolhe introduzi-los até as diferentes maneiras (sempre multimodais) pelas quais vai orientando o interlocutor sobre como espera que ele os interprete (embora jamais se possa assegurar que essas ações se deem conforme as expectativas de cada participante). Os processos de introdução referencial e de anáfora são, portanto, estratégias sociocognitivo-discursivas de estabilização dos objetos de discurso no texto.

No que segue, argumentaremos em favor de uma caracterização das estratégias de introdução referencial e de recategorização das anáforas numa reformulação das “etapas de construção da referência”, propostas por Custódio Filho (2011). Porém, diferentemente de Custódio Filho (2011), não consideraremos

a existência de introduções referenciais recategorizadoras, pois entendemos que a função das introduções é apresentar o referente no universo textual. A recategorização se elabora na mente dos interlocutores ao longo da interpretação do texto, por isso a reputamos como um fenômeno peculiar às anáforas. Uma vez introduzidos no texto, os referentes iniciam seu percurso de evolução, orientado por todas as pistas contextuais engatilhadas pelas marcações formais do cotexto, que cerceiam possíveis interpretações não autorizadas.

Para Bonomi (1994), após identificado o referente no texto, ele entra em relação com vários outros, formando uma espécie de rede, que o autor denomina de “espaço anafórico”. Inspirando-se nas ideias de Bonomi (1994) sobre esse esquema de rede de relações anafóricas, e salientando que um referente pode *confirmar-se* e *modificar-se* por outros referentes e por outros traços contextuais, Custódio Filho (2011) propõe duas grandes “etapas” da construção referencial: a *apresentação* do referente e as *mudanças por acréscimo, por confirmação e por correção*.

A apresentação corresponde exatamente à introdução referencial, mas salienta um aspecto fundamental: os diferentes modos pelos quais um referente pode ser mostrado ao interlocutor na primeira vez em que aparece no texto.

O processo de mudança engloba todas as alterações feitas aos referentes, as quais possibilitam a percepção de que tais referentes modificam o estatuto de sua significação ao longo do texto. As mudanças constituem, portanto, os indícios que orientam as etapas de evolução da referência. O autor chama de mudança por acréscimos aos elementos que modificam a situação inicial de apresentação do referente. Já na mudança por correção, os indícios apontam para uma ruptura em relação à compreensão que se tinha do referente até então. Por isso o autor propõe que este caso se distinga da mudança por acréscimo, já que a modificação que se imprime ao referente tem a função específica de corrigi-lo, a fim de que a nova formulação cause um efeito surpresa no interlocutor.

Por fim, a mudança por confirmação consiste em uma etapa de uso de indícios que reiterem algum traço do referente já apresentado anteriormente. Como afirma Custódio Filho, trata-se de uma etapa em que é mantido o que já foi assentado por reelaborações anteriores, mas isso faz destacarem-se certos traços, de acordo com o projeto de dizer de cada locutor. O autor constata que, em sequências narrativas mais longas, com as quais lidou na tese, os procedimentos de *confirmação* são ainda mais indispensáveis:

Parece-nos que a confirmação é um recurso essencial aos textos longos. No caso dos textos narrativos, a construção dos personagens e a verossimilhança que deve balizar suas ações carecem de uma ênfase em determinados traços. A cada vez que uma confirmação acontece, há um reconhecimento com alguma mudança, porque, por exemplo, a ênfase destacou algo que antes não vinha sendo ressaltado ou, ainda, uma mesma característica foi percebida a partir da ação do personagem em outro contexto. Se pensarmos que, mesmo nas narrativas em que não há quebra de expectativa, a evolução dos personagens pode passar por transformações radicais, podemos considerar que a confirmação tem a função de deixar ainda mais clara uma determinada representação para que, quando

ocorrerem acréscimos e correções, os efeitos sejam ainda mais notados. (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 196)

A proposta do autor pode ser visualizada no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1. A proposta de Custódio Filho



Estamos sugerindo, neste trabalho, em primeiro lugar, que as mudanças por acréscimo, por correção e por confirmação correspondam às recategorizações, e que elas sejam encaradas como inerentes ao processo evolutivo das anáforas. Na esteira desse pensamento, seria redundante subespecificar que as mudanças se realizam por acréscimos (já que por “acréscimos” se entendem “alterações”), porque toda modificação implica a inserção de um novo viés. Por isso, substituímos a designação de “mudança” pela de recategorização, sem que seja necessário informar que ela se constrói por acréscimos. Os processos de construção referencial poderiam, desse modo, ser descritos em termos funcionais, conforme a seguinte distribuição:

Quadro 2. Funções intrínsecas aos processos referenciais



Estamos sugerindo que os movimentos de apresentação e de retomada recategorizadora sejam descritos como duas funções discursivas mutuamente excludentes que são próprias dos processos referenciais. Como funções dos processos referenciais, elas não podem ser flagradas numa única forma verbal ou não verbal, mas são indiciadas por marcações cotextuais várias, de diferentes aspectos semióticos, para atenderem a diferentes propósitos argumentativos.

Os processos de retomada anafórica, quer sejam indiretos, quer sejam diretos (incluindo os encapsulamentos), se engendram por recategorizações que servem a um duplo objetivo: manter os

referentes na tessitura do texto e, ao mesmo tempo, fazê-los progredir. Essa progressão pode, por vezes, resultar na transformação total de um referente em outro (como nos casos que Custódio Filho chama de “correção”). Para manter os objetos de discurso no texto e, simultaneamente, fazê-los progredir, o locutor labora as diversas formas de estabilização do referente, fazendo as âncoras colaborarem entre si, a fim de permitirem aos interlocutores a construção das anáforas. É preciso, portanto, reconhecer a distinção entre anáfora como processo sociocognitivo-discursivo de retomada recategorizadora e formas diversas de indiciamento; assim como entre a introdução referencial que apresenta referentes e as formas diversas de indiciamento.

Como mera consequência dos processos de manutenção e de progressão, podem ocorrer os casos em que o referente que vem sendo retomado se transforma inteiramente em um referente mudado. Cremos que essa mudança radical, que redundava em quebra de expectativa, possa ser vista como um jogo de figura e fundo⁵, em pelo menos duas possibilidades:

a) Muda-se o referente de modo que o novo se apresente como figura, numa quebra de expectativa, e o referente antigo seja “substituído”. O contexto dos filmes e séries de suspense, como descreve muito bem Custódio Filho (2011), é bastante propenso a viabilizar situações como esta, as quais o autor trata como “correção”. Nelas, a ideia que se tinha de um certo personagem era completamente outra, e a imagem “verdadeira” passa a imperar. Queremos pleitear que tais transformações radicais podem acontecer também em textos pouco extensos, igualmente com quebra de expectativa, como nas anedotas – o que pode ampliar o poder descritivo desse tipo classificatório. Não chamaremos essas mudanças de “correções”, apenas as concebemos como transformações, em que o referente inteiramente mudado fica saliente como figura, como se sua configuração atual prevalecesse sobre a anterior, embora, na verdade, essa configuração primeira, mesmo tendo sido “substituída”, ainda permaneça em estado latente, como fundo. Observemos um exemplo:

(13) A menina conversando com seu pai:

- Pai, papai!

- O que foi, minha filha?

- De onde viemos?

- Filha, o homem é descendente de Adão e Eva.

A menina, um pouco confusa, diz:

- Mas, papai, a mamãe me disse que somos descendentes do macaco!

- Olha, querida, é muito simples. Uma coisa é a família da sua mãe, outra é a minha...

(Piada disponível em: <http://www.piadas.com.br/>)

Na piada acima, o contexto guia o leitor de maneira a que ele estabilize uma imagem estereotípica de relação de conflito doméstico, na qual a tensão entre as famílias se revela: a família da mãe e a família do pai. A mãe, provavelmente, já teria explicado à filha sobre a evolução humana a partir da origem do homo

⁵ O conceito de figura e fundo tem seu nascedouro na psicologia da Gestalt e concerne à tendência para organizar as percepções do objeto de modo a salientar alguns traços e reservar aos demais aspectos uma condição mais contextual. Torna-se figura aquilo para o qual se volta maior atenção; torna-se fundo o contexto no qual a figura está inserida.

sapiens como espécie proveniente de outros homínídeos, dos grandes macacos. A quebra de expectativa, peculiar aos textos humorísticos, é programada para acontecer ao final, quando a frase “Uma coisa é a família da sua mãe, outra é a minha...” induz o leitor a modificar, definitivamente, essa imagem para a de alguém de aparência feia – traço que o personagem pai estende a toda a família da esposa. Colaboram especialmente para essa transformação substitutiva as expressões referenciais correlatas “uma coisa/outra” e “a família de sua mãe/ a minha”, postas em evidente contraste neste tipo de construção sintática.

b) Muda-se o referente, porém sua imagem anterior convive com a nova, que se torna saliente, mas sem ser incompatível com ela, sem substituí-la. O objeto de discurso mudado vira figura, mas permanece ainda sua configuração anterior como fundo, e ambos cooperam para a construção de sentidos do texto. Atentemos para a seguinte charge sobre programas eleitorais gratuitos, exibidos na televisão:

Figura 1. Instrumentos de tortura



Na charge em apreço, o referente de “instrumentos de tortura” inclui entre as imagens concernentes a tais instrumentos uma televisão exibindo o “programa eleitoral gratuito”. Pela disposição classificacional desses objetos usados em sessões de tortura, o interlocutor é conduzido a metaforizar os programas eleitorais como um deles, fazendo-o estabilizar a anáfora na retomada recategorizadora, por meio da semiose verbo-imagética.

Mas, ao contrário do item (a), em que o referente modificado como “mãe feia” substitui o referente de “mãe não feia”, neste caso (b), o objeto de discurso recategorizado como “instrumento de tortura” não elimina o referente de “programa eleitoral gratuito”, e os dois convivem no mesmo espaço contextual da charge. A relação metafórica exige os dois referentes para estabelecer seus domínios. Programa eleitoral gratuito se destaca como *figura*, mas permanece como *fundo* a entidade instrumento de tortura; na ação interpretativa da coerência textual, esse jogo pode se inverter no percurso de estabilização desses dois referentes, que não terminam como incompatíveis.

Assim sendo, quando a progressão do objeto de discurso que vem sendo mantido origina a transformação do referente em outro, essas duas situações são possíveis. Podemos exibi-las da seguinte maneira:

Quadro 3. Transformações com mudança de referente



Essa visualização tem fins meramente didáticos para a compreensão das possibilidades que estamos buscando caracterizar. Nosso propósito é tornar mais abrangentes as explicações para as transformações referenciais que resultam em mudança de um referente em outro e para os efeitos de sentido que essas transformações produzem nos mais diversos textos. O jogo de *figura e fundo*, arquitetado pelo locutor com as projeções que faz de seus interlocutores, interfere diretamente nas variadas maneiras de ancorar as retomadas anafóricas, orientando o interlocutor quanto ao modo como se espera que ele as recategorize.

O trabalho de elaboração dos referentes é uma atividade partilhada, intercognitiva e situada em dada cenografia. Não se constroem versões da realidade somente de acordo com a intencionalidade do locutor. Os objetos de discurso se submetem à aceitação de outros participantes de interlocução e são negociados na cenografia em que se desestabilizam e se estabilizam continuamente. E não poderia ser diferente, já que a ação de referir é inerentemente social. O produtor faz os arranjos necessários para que seu texto seja considerado pertinente e coerente pelos interlocutores; para tanto, organiza a construção referencial de uma dada maneira. A recategorização acontece ao longo de toda a construção da coerência textual, na mente dos interlocutores, em movimentos de idas e vindas às formas de ancoragem cotextual.

4. Considerações finais

O referente pode sofrer transformações, chamadas de recategorizações, ancoradas em diferentes pistas formais que revelam como o texto o apresenta e como ele poderá ser reconstruído pelo interlocutor. A recategorização é algo tão inerente ao processo referencial que acontece o tempo inteiro, e as expressões referenciais apenas colaboram entre si e com outras âncoras formalizadas no cotexto para a necessária tentativa de estabilização das anáforas, em estratégias cruciais para a construção de uma unidade de coerência textual.

Este trabalho propõe uma mudança de ponto de vista: que as anáforas e suas funções recategorizadoras, bem como as introduções referenciais e suas funções apresentativas, sejam consideradas como processos sociognitivo-discursivos e que as expressões referenciais, assim como outras formas multimodais, sejam tomadas como indícios que guiam as tentativas de estabilização referencial.

Referências bibliográficas

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUÉLIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, Alain; REICHLER-BÉGUÉLIN, Marie-José. (eds.). **Du syntagme nominal aux objects-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores**. Neuchâtel: Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995, p. 227-71.

BONOMI, Andrea. Descrizioni. In: **Lo spirito della narrazioni**. Milão: Bompiani, 1994, p. 51-63.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação – sobre coisas ditas e não-ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Maria Helenice Araújo. **Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. **Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação**. 331p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LIMA, Silvana Maria Calixto. **Entre os domínios da metáfora e da metonímia: um estudo de processos de recategorização**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio; KOCH, Ingedore. **Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada**. In: ABAURRE, Maria Bernadete; RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. (orgs.). Gramática do Português Falado, v. VIII. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002. p. 31-56.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: Approche linguistique de la construction des objets de discours**. Lausanne: Université de Lausanne, Thèse, 1994.

Exclusão e inclusão na mídia paulista: uma análise cognitivo-retórica da construção dos rolezinhos na *Folha de S. Paulo*

Paulo Roberto GONÇALVES-SEGUNDO (USP)
paulosegundo@usp.br

1. Introdução

No final de 2013 e no início de 2014, os *rolezinhos* — encontros de jovens realizados, primariamente, em shopping centers de grandes cidades brasileiras — tornaram-se notícia nacional e motor de calorosas polêmicas na mídia nacional, mobilizando especialistas de distintas áreas, que tendiam a polarizar os eventos como manifestações orientadas ora pela diversão, ora pela contestação social. Dentre o jornalismo impresso, a *Folha de S. Paulo* destacou-se por apresentar uma cobertura extensiva da prática, abordada em editoriais, artigos de opinião, notícias, reportagens e cartas do/a leitor/a.

O objetivo deste artigo é analisar a construção discursiva dos *rolezinhos* nas cartas do/a leitor/a publicadas na *Folha de S. Paulo* entre os dias 13 e 27 de janeiro de 2014, período no qual os textos sobre o assunto tomaram o Caderno *Cotidiano* do periódico e chegaram, inclusive, a ocupar o nobre espaço do Caderno *Opinião* — tanto da seção de *Tendências e Debates*, mobilizando autoridades jurídicas, quanto do próprio editorial, gênero discursivo que apresenta, por excelência, o posicionamento ideológico do jornal em face da realidade tematizada.

Para a realização de tal estudo, tomar-se-ão como base os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso — em especial, o modelo faircloughiano (2003) e as reflexões de Chilton (2005) — e o instrumental analítico viabilizado pela Linguística Cognitiva, com ênfase no modelo de Dinâmica de Forças, proposto por Talmy (2000) e aplicado aos estudos discursivos por Hart (2010, 2014) e por Gonçalves Segundo (2014a), e na abordagem de Proximização, conforme Hart (2014), inspirada em Cap (2013) e em Chilton (2014).

O texto encontra-se organizado do seguinte modo: na próxima seção, serão apresentados os pressupostos teóricos fundamentais de uma abordagem crítico-discursiva e o potencial da Linguística Cognitiva como instrumental de análise; na seção 3, será abordada a dimensão semântico-conceptual e as categorias de análise ligadas ao modelo de Dinâmica de Forças; na seção 4, será exposta a abordagem da Proximização em distintas perspectivas, com seus respectivos eixos de análise; em 5, será realizada a análise dos dados; e, por fim, serão tecidas considerações finais que apresentam conclusões acerca do estudo realizado.

2. A abordagem crítico-discursiva e a perspectiva cognitivista da linguagem: diálogos

Para Hart (2014, p. 2),

A Análise Crítica do Discurso (ACD) consiste em uma forma particular de análise discursiva que [...] busca depreender as propriedades ideológicas e persuasivas dos textos [...]. A ACD não é crítica no sentido ordinário da palavra. Ela é crítica na medida em que está ‘enraizada na crítica radical das relações sociais’ (Billig, 2003, p. 38) e objetiva desvelar o papel da linguagem em criar e sustentar tais relações sociais. Em última análise, a ACD visa a alcançar a mudança social.¹

Nesse sentido, difere-se de outros modelos de estudos discursivos por assumir, explicitamente, um foco na investigação de como elementos do sistema linguístico funcionam para a representação de eventos, para a construção de relações sociais e de identidades e para a estruturação, confirmação e contestação de hegemonias. Em outros termos, trata-se de uma abordagem discursiva engajada politicamente, assumindo como bandeira a desmistificação de ideologias, a defesa de grupos minoritários, a denúncia de relações de preconceito, de exclusão e de dominação realizadas sociossemioticamente.

Para alcançar tais objetivos, Fairclough (2010 [1995]) propõe um modelo tridimensional de análise discursiva constituído de três etapas: a **descrição** textual, a **interpretação** discursiva e a **explicação** social.

A primeira delas consiste no estudo linguístico e multimodal do texto, a partir da seleção de categorias semântico-pragmáticas, léxico-gramaticais e fonético-fonológicas ou grafológicas de análise pertinentes em relação ao objetivo de pesquisa delimitado. Para tal, parte-se de alguma teorização linguística que busque relacionar a configuração do sistema/gramática ao uso efetivo. Nesse sentido, tanto a Linguística Sistemico-Funcional (LSF) (HALLIDAY, 2004; MARTIN & WHITE, 2005; LAVID, ARÚS & ZAMORANO-MANSILLA, 2010; GONZAGA, 2011; FIGUEIREDO, 2011; FUZER & CABRAL, 2014; GONÇALVES SEGUNDO, 2014b) quanto a Linguística Cognitiva (LC) (LANGACKER, 2008; TALMY, 2000; CHILTON, 2005; HART, 2010, 2014; GONÇALVES SEGUNDO, 2014a) consistem em modelos teóricos capazes de estabelecer essas relações de modo profícuo. A primeira enfatiza a relação entre língua, texto e sociedade, especialmente o polo do falante e o processo de produção, ao passo que a segunda destaca a relação entre língua, discurso e cognição, principalmente o polo do ouvinte e o processo de interpretação.

A segunda etapa — a **interpretação** discursiva — é responsável pela depreensão das coerções sociossemióticas de representar (discursos), de agir (gêneros) e de ser/aparentar (estilos) que marcam uma determinada prática discursiva, o que envolve os processos de produção, distribuição, consumo e interpretação de textos. Para Pedro (1998), trata-se de um objeto de análise primordial, na medida em que as relações entre os participantes e seu acesso às etapas desse processamento é, em geral, desigual, o que

¹ Tradução minha. No original: “Critical Discourse Analysis (CDA) is a particular form of discourse analysis which [...] seeks to disclose the ideological and persuasive properties of text [...] CDA is not critical in the ordinary sense of the word. Rather, it is critical in so far as it is ‘rooted in a radical critique of social relations’ (Billig, 2003: 38) and aims at illuminating the role that language plays in creating and sustaining those social relations. Ultimately, CDA aims at achieving social change”.

já aponta para relações de poder e dominação. Essa etapa depende, crucialmente, da apreensão de padrões advindos da descrição textual.

A terceira etapa, por sua vez, envolve explicar — com base em abordagens sociais, históricas, econômicas, antropológicas, culturais e/ou psicológicas, dentre outras possibilidades, a depender do objeto de pesquisa — as relações de poder e de solidariedade, os mecanismos coercitivos e legitimadores das instituições, as ideologias subjacentes às práticas e às estruturas, procurando concatenar língua e discurso, por um lado, e discurso e sociedade, por outro. Assim, visa-se, nesta etapa, a apreender aquilo que está “oculto” na configuração sociosemiótica e que serve como meio de legitimação e de mobilização de dadas ações, identidades e representações sociais em detrimento de outras.

É nesse sentido que Hart (2014) destaca o recente *boom* da integração cognitivista nos estudos crítico-discursivos. Nessa perspectiva, denominada por ele CLA (*Cognitive Linguistic Approach*), busca-se investigar, primariamente, os reflexos cognitivos das formas de representação e avaliação no discurso, por meio de uma teorização que relaciona as construções linguísticas instanciadas nos textos aos processos mentais de conceptualização dos falantes/ouvintes, o que permite investigar, com maior precisão, os mecanismos de internalização de atitudes, ações, valores e crenças que embasam a produção e a interpretação discursivo-textuais por meio das relações entre os significados esquemáticos e específicos suscitados pela elaboração linguística e multimodal e os processos cognitivos de atenção, perspectivação, categorização, memória, comparação, dentre outros.

Tal abordagem visa, portanto, suprir uma das lacunas anunciadas por Chilton (2005) — a de que a ACD tende a ignorar a dimensão mental ou conceptual, não obstante os inúmeros avanços das Ciências Cognitivas na contemporaneidade, o que lhe diminuiria o teor explicativo. Ademais, o autor também destaca que uma abordagem cognitivista poderia aprofundar a compreensão da proposta de que os textos são socialmente estruturados e socialmente estruturantes (FAIRCLOUGH, JESSUP & SAYER, 2010) ou de que o discurso é tanto socialmente constitutivo quanto socialmente formado (FAIRCLOUGH & WODAK, 1997).

Por conceber o significado como **baseado no uso e na experiência**, como inerentemente **perspectivado e enciclopédico, flexível e dinâmico** (GEERAERTS, 2010), a Linguística Cognitiva permite um diálogo fino com a ACD, na medida em que:

1. toma a **experiência** sociocultural corporeada do indivíduo em interação com outros indivíduos — ou conceptualizadores — em diferentes contextos como premissa para a compreensão dos processos linguístico-discursivos. Para dar conta de tal correlação, são propostas as noções de *frame*, Modelo Cognitivo Idealizado e Esquema Imagético (CIENKI, 2007), a fim de “entender como as estruturas pré-conceptuais e conceptuais humanas intermedeiam a relação entre o potencial e a abstração sistêmica, por um lado, e a concretude e a instanciação textual, por outro” (GONÇALVES SEGUNDO, 2014a, P. 34);

2. assume que os conceptualizadores constroem seus enunciados a partir de um determinado ponto de vista, distribuindo atenção para as entidades e para os eventos que julgam mais pertinentes, manipulando

perspectivas, assumindo maior ou menor comprometimento, enfatizando ou minimizando interações entre forças, ocultando ou destacando formas de causação externa, dentre outras possibilidades. Todas essas alternativas são investigadas a partir da correlação entre o uso, a estruturação gramatical e as capacidades cognitivas humanas, conforme se observará na próxima seção. Nesse sentido, as diferentes **perspectivas** podem tanto promover empoderamento, na medida em que contestam as hegemonias discursivas e as ideologias dominantes, quanto ratificar as relações de exploração e exclusão vigentes. Entretanto, tal processo só é viável, na medida em que se concebe o significado como **flexível e dinâmico**;

3. permite vincular a ideologia à gramática e ao conhecimento enciclopédico, por entender que “os significados estão conectados em redes, na qual uma entrada pode atuar como elemento contextualizador no que se refere à ativação e à recuperação de outros significados a ela associados, a partir de probabilidades ligadas a protótipos” (GONÇALVES SEGUNDO, 2014a, p. 35). Segundo Dirven, Polzenhagen & Wolf (2007), a LC permite relacionar a ideologia a fenômenos linguísticos e conceptuais que estabelecem, mesmo que de forma inconsciente, determinadas perspectivas sobre a realidade, predispondo os falantes a elas. Uma das consequências básicas desse processo é a **naturalização** de comportamentos, de conceitos e de valores.

Isso posto, passa-se à exposição das categorias de análise selecionadas para este trabalho — a Dinâmica de Forças (TALMY, 2000), ligada às operações de **esquematisação** das cenas (HART, 2014), e a Proximização (HART, 2014; CAP, 2013), vinculada às operações de **ponto de vista e dêixis** (HART, 2014).

3. A Dinâmica de Forças e os estudos discursivos

Talmy (2000) propõe um conjunto de sistemas esquemáticos cognitivos universais que estruturam a organização semântica das línguas. São eles: (1) a estrutura configuracional, que diz respeito à configuração temporal e espacial de uma cena; (2) o ponto de perspectivação, que abarca a possibilidade de os recursos linguísticos guiarem a conceptualização de uma cena, a partir de pontos fixos ou móveis ao longo do tempo; (3) a distribuição de atenção, que envolve o grau de saliência atribuído a distintas entidades da cena e do cenário; (4) o estado cognitivo, que abrange o comprometimento do falante ou o estatuto de realidade por ele atribuído à cena; e, por fim, (5) a dinâmica de forças, que está ligada à interação entre as entidades de uma cena, em termos de causalidade externa.

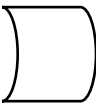
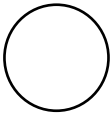


Para o autor, diferente dos três primeiros sistemas, que se relacionam mais diretamente com o campo da percepção visual, a Dinâmica de Forças envolve a nossa experiência de movimentação e de pressão, que, inclui, segundo Croft e Cruse (2004), as noções de EQUILÍBRIO, FORÇA CONTRÁRIA, COMPULSÃO, RESTRIÇÃO, HABILIDADE, BLOQUEIO e ATRAÇÃO. Tais experiências, enraizadas cognitivamente, embasam, segundo Hart (2010), o uso tanto de recursos linguísticos de classe fechada — gramaticais — quanto de classe aberta — lexicais.

Talmy (2000), proponente do modelo, ressalta que essa categoria semântica permite abordar, a partir de um mesmo conjunto de instrumentos teórico-analíticos, uma grande diversidade de fenômenos

linguísticos, desde o uso de preposições, conjunções, modalizadores e verbos causativos até o direcionamento de expectativas no discurso. É nesse sentido que Oakley (2005, p. 467) destaca que “os padrões de Dinâmica de Forças cumprem um papel crucial na estruturação de conceitos nos níveis lexical, sintagmático e oracional locais, que, por sua vez, produzem efeitos estratégicos no nível retórico global²”.

O modelo de Talmy (2000) conta basicamente com quatro componentes: a. as entidades de força; b. a tendência intrínseca de força de cada entidade; c. a intensidade relativa dessa força; d. a resultante da interação. Cada um dos componentes é representado por símbolos, expostos na figura abaixo, que atuam no sentido de facilitar a compreensão do procedimento analítico:

Quadro 1. Representações básicas do esquema de Dinâmica de Forças (baseado em TALMY, 2000, p. 414 e extraído de GONÇALVES SEGUNDO, 2014a, p. 38)

a. Entidades de Força		Antagonista (ANT)		Agonista (AGO)
b. Tendência intrínseca de força	>: voltada à ação		•: voltada ao repouso	
c. Equilíbrio de forças	+: entidade mais forte		-: entidade mais fraca	
d. Resultante da interação de forças				
	Ação (movimento)		Inação (repouso)	

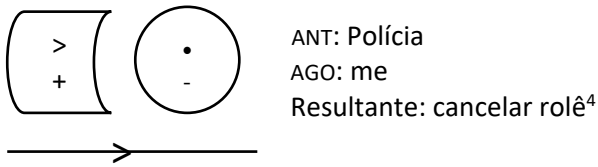
A entidade focal primária consiste no Agonista (AGO), representado pela circunferência. Ele possui uma tendência intrínseca ao movimento/ação ou ao repouso/inação, o que é marcado, respectivamente, pelos símbolos > ou •³, inseridos na parte interna da figura. O Antagonista (ANT) consiste, por sua vez, na entidade que confronta a tendência do Agonista (AGO), podendo vencer o embate e, assim, levar a uma alteração em relação às expectativas projetadas, ou sair derrotado, o que não altera o curso natural da entidade primária. A resultante, assinalada por uma linha reta abaixo das entidades em análise, marcará a tendência vencedora, o que decorre da intensidade das forças que se confrontam.

Segue um exemplo extraído do título de uma das notícias da *Folha de S. Paulo* (Cotidiano, C5, 18.01.2014):

² No original: “Force-dynamic patterns play a critical role in structuring concepts at the local lexical, phrasal, and clausal levels, which in turn produce strategic effects at the global rhetorical level.”

³ Moura (2012) destaca que a noção de movimento ou repouso não é objetiva e que depende da perspectivação da cena. Logo, pode-se admitir que a tendência inferida se constitui em aspecto ideológico relevante a ser analisado.

I. *Polícia me pressionou a cancelar 'rolê', diz jovem.*



Em primeiro lugar, deve-se observar que o AGO, ou entidade focal primária, consiste naquele que tende a agir ou não, a partir da perspectivação autoral. No caso, tem-se que o jovem, construído em primeira pessoa a partir do discurso citado, tende a *não cancelar o 'rolê'*⁵. Nesse sentido, concebe-se que a expectativa é a de que ele possa exercer livremente sua tendência de inação. Entretanto, não foi o que ocorreu. O ANT *Polícia* é construído como a entidade que atua no sentido de reverter a tendência do AGO e, sendo mais forte, consegue impor sua orientação, ou seja, o cancelamento do rolê, levando o jovem a agir de forma oposta à expectativa/tendência, o que é representado pelo segmento de reta abaixo das figuras curvas, com o símbolo de ação inerente ao ANT.

Isso posto, deseja-se chamar atenção para a relevância discursiva do fenômeno. Hart (2010) destaca dois efeitos estratégicos e retóricos relevantes da configuração da cena em termos de Dinâmica de Forças. Em primeiro lugar, tais padrões chamam atenção para a interrelação entre entidades que se confrontam, exercendo força uma sobre as outras, o que invoca, potencialmente, uma noção de conflito. Em segundo lugar, a atribuição do papel de Antagonista e de Agonista para uma entidade da cena a ser construída é ideologicamente relevante, uma vez que deriva da escolha do falante/escritor em termos de qual elemento deve ser construído em termos de uma tendência a agir ou não agir livremente e qual deles deve ser construído como elemento de confrontação, contestação, resistência ou compulsão. O impacto disso é relevante, na medida em que há estudos que indicam um possível papel para os componentes de força como elementos básicos de nossos julgamentos morais (NAGEL & WALDMANN, 2012).

4. A Proximização e os estudos discursivos

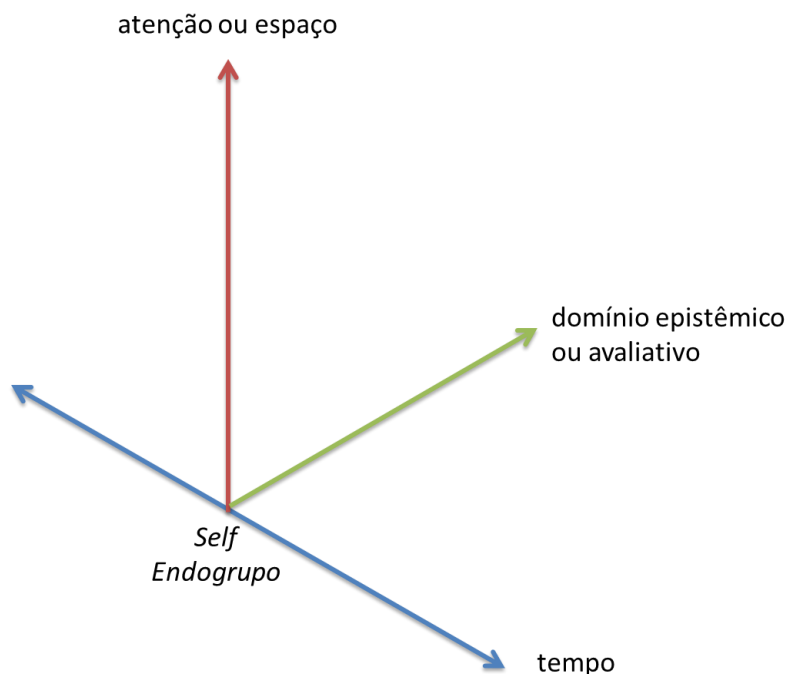
A abordagem da **Proximização**, proposta por Cap (2013), deriva, inicialmente, dos estudos relativos à Teoria do Espaço Discursivo (DST), desenvolvida por Chilton (2004) e reformulada em termos de categorias e de escopo pelo mesmo autor (Chilton, 2014) por quase uma década, sendo hoje denominada Teoria do Espaço Dêitico (DST). Trata-se de uma abordagem alternativa em relação à teorização acerca de Espaços

⁴ Pode-se conceber um esquema subsidiário ao exposto, ativado pela noção de *cancelamento*. Em outros termos, pode-se analisar o *rolê* como um evento agônico cuja ocorrência natural é bloqueada pela autoridade do jovem, ANT mais forte e orientado ao repouso, que impõe sua tendência. É a significação associada ao verbo *cancelar* que poderia dar a impressão de que tem uma resultante de bloqueio. O que se analisa aqui, contudo, é o esquema de forças subjacente ao causativo *pressionar*.

⁵ Assinala-se aqui **repouso** para os casos de tendência negativa — não agir, não sentir, não ser.

Mentais, proposta por Fauconnier (1994). Nela, todo espaço mental é visto como deiticamente organizado, a partir de uma concepção geométrica tridimensional, de base euclidiana, em cuja origem (*centro dêitico*) se encontra o *self* e sua extensão (o *in-group*, *endogrupo* ou *nós*)⁶, conforme se observa na figura abaixo:

Figura 1. Concepção gráfica do Espaço Dêitico Tridimensional



O modelo novo de Chilton (2014), entretanto, visa a explicar, de modo mais detido, a construção oracional ancorada (*grounded*), motivo pelo qual há uma mudança na natureza do eixo vertical, que deixa de ser espacial, marcando as oposições *aqui x lá*, e passar a ser atencional/referencial, tomando como base a hipótese langackeriana (2008) da oposição Trajetor/Marco, tomando o Trajetor como mais próximo do centro dêitico, por ser mais saliente, em termos atencionais, na estruturação oracional. Em termos mais usuais, Sujeitos estariam mais próximos que objetos diretos, e esses, mais próximos que indiretos, por exemplo. O autor aloca as entidades como pontos nos eixos coordenados e eventos como vetores (de posição, de translação e de força) que conectam os participantes, de modo que todos passam a ter configurações mais estáticas ou mais dinâmicas, a depender da oração, nos três eixos. A vantagem do modelo é que se podem marcar diferentes focos atencionais, distintas conceptualizações de passagem de tempo e variados estatutos de realidade em uma configuração dinâmica, interdependente e correlacionada.

Assim, nesse modelo, o semieixo coronal (vermelho) corresponde ao domínio atencional (oposição Figura/Fundo ou Trajetor/Marco), o semieixo sagital (verde) abarca o domínio epistêmico (*continuum* realis/irrealis) e o eixo transversal (azul) diz respeito ao domínio temporal (*continuum* passado, presente, futuro).

⁶ A discussão acerca da formação de *endogrupos* e *exogrupos* é antiga na ACD. Sua relação com aspectos ideológicos é ressaltada especialmente nos trabalhos de van Dijk. Para maiores detalhes, consultar van Dijk (2003). Embora haja intersecções, sua proposta não se vincula à abordagem de eixos e espaços dêíticos.

Já as propostas de Cap (2013) e de Hart (2014) buscam explicar o processamento de cenas e a distribuição de entidades, eventos, valores, cenários e situações no encadeamento textual e, por isso, podem ser mais facilmente aplicadas para análises discursivas.

Hart (2014) vale-se da abordagem para analisar as operações de **ponto de vista e dêixis**, propostas como componentes fundamentais da produção e da interpretação sociossemióticas, uma vez que estão ligadas à capacidade humana de perspectivação. Nesse sentido, estratégias de posicionamento dizem respeito ao modo pelo qual posições espaço-temporais, epistêmicas e axiológicas são ativadas no discurso, ora polarizando falante-escritor e ouvinte-leitor, ora integrando-os em um mesmo grupo, o que está associado à criação de *in-groups* (*endogrupos* ou nós) e *out-groups* (*exogrupos* ou eles). Como Chilton, o autor parte de um modelo tridimensional gráfico. Entretanto, para ele, o semieixo coronal (vermelho) corresponde ao domínio espacial (*continuum* aqui/lá); o semieixo sagital (verde), ao domínio epistêmico (*continuum* realis/irrealis) e avaliativo (*continuum* certo/errado, justo/injusto, bom/mau, etc.); e o eixo transversal (azul), ao domínio temporal (*continuum* passado, presente, futuro)⁷.

Já para Cap (2013), a **proximização** consiste em uma estratégia cognitivo-pragmática, em que o falante apresenta entidades, eventos, valores e/ou situações como uma ameaça ao *self*, na medida em que são construídos como elementos que podem, potencialmente, invadir o centro dêitico. Nesse sentido,

As escolhas léxico-gramaticais são de importância-chave para o modelo de proximização, na medida em que eles auxiliam a estabelecer o centro dêitico, a periferia dêitica e, assim, **contribuem para impor, a serviço da legitimação sociopolíticas, perspectivações conceituais simbólicas por meio das quais as entidades periféricas atravessam, no espaço discursivo, uma distância que as permitem permear o centro dêitico** (CAP, 2013, p. 9. Negrito do autor)⁸.

Em seu modelo, que destaca a necessidade de análises quantitativas e qualitativas, não se assume uma concepção tridimensional gráfica, na medida em que há um afastamento da noção de Espaço Mental. O autor trata do processo de proximização a partir de três dimensões passíveis de interrelação — a espacial, a temporal e a axiológica —, mas sem utilizar uma base axial.

Neste artigo, assume-se uma perspectiva que dialoga com os autores acima, mas não incorpora, integralmente, nenhuma das propostas. Nesse sentido, trabalhar-se-á com as dimensões espacial, temporal, epistêmica e axiológica, mas a interface gráfica será dispensada, muito embora se reconheça que processos de proximização ou de afastamento do centro dêitico em um dos eixos possam se refletir nos outros,

⁷ Desejo ressaltar que considero a proposta de Hart (2014) de integrar o eixo epistêmico e o axiológico como problemática. Em primeiro lugar, porque se trata de fenômenos diferentes. De certo modo, seria até mais simples, de um ponto de vista linguístico e cognitivo, associar tempo e modalidade epistêmica, especialmente considerando um modelo de concepção de realidade, como o de Langacker (2008). Entretanto, tal integração também acarretaria problemas. No meu ponto de vista, seria mais eficiente associar os valores axiológicos às entidades alocadas no domínio espacial, por meio de um vetor-posição, ou considerar um valor como ponto da coordenada espacial, justificado a partir de uma metáfora conceptual, condição necessária, inclusive, para a própria ideia de proximização axiológica. Contudo, tal proposta poderia dificultar a implementação gráfica.

⁸ Tradução minha. No original: "Lexico-grammatical choices are of key importance to proximization model since they help establish the deictic center, the deictic periphery, and thus **help impose, in the service of socio-political legitimization, symbolic construals whereby the peripheral entities cross the distance in discourse space to permeate the deictic center.**"

especialmente, no que tange às dimensões espacial e axiológica, por um lado, e temporal e epistêmica, por outro. Além disso, o estudo enfocará, primariamente, a proximização discursivo-textual, de caráter macroanalítico, em vez de uma abordagem oracional, de teor microanalítico.

Em termos sintéticos, observa-se **proximização espacial** quando recursos linguísticos são empregados no sentido de construir a aproximação do *out-group* em relação ao *in-group*, o que, em geral, encontra-se associado à noção de *invasão*. Tal invasão é vista como negativa, uma vez que coloca os membros do *endogrupo* em risco — tanto físico, quanto emocional, além de axiológico. Nesse sentido, determinadas metáforas podem se associar a esse padrão construcional, intensificando o afeto de *medo* ou de *ansiedade* gerado pelo quadro de proximização — o outro pode ser concebido como um fluxo de água, como um parasita ou como um exército inimigo, que se aproximam do *self* e de seu grupo.

Tem-se **proximização temporal** quando os eventos são construídos rumo ao presente ou já nele estabelecidos. Ocorre quando eventos futuros ou passados são comprimidos ao presente enunciativo, quando se expande a duração dos eventos para incluir o *agora*, ou ainda quando se introduzem recursos de frequência que criam iteratividade nos eventos, tornando-os próximos do *self*.

A **proximização epistêmica** ocorre na medida em que os eventos são concebidos como *realis*, categóricos, sem que se ponha em dúvida ou discussão sua instanciação na realidade a ser instaurada pelo falante para o ouvinte/leitor. Recursos de evidencialidade contribuem para tal processo, na medida em que podem ser instanciados para dar força de *realis* a concepções que poderiam não ter esse estatuto para o ouvinte.

Já a **proximização axiológica** ocorre quando os valores, as crenças e os posicionamentos do *exogrupo* passam a colonizar as representações do *endogrupo*, colocando em possível risco os modelos de mundo que o *nós* concebe como válidos e que dão sustentação para a coesão, para a segurança e para a proteção dos seus.

Isso posto, passa-se à análise dos dados.

5. Análise dos dados — integrando Dinâmica de Forças, Proximização e *topoi* argumentativos

Conforme mencionado anteriormente, o *corpus* selecionado para esta pesquisa consiste em trinta e três cartas do/a leitor/a publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) entre os dias 13 e 27 de janeiro de 2014, dentre as quais dez foram selecionadas para um exame qualitativo pormenorizado, por consistirem em exemplares-chave para a compreensão do conflito representacional instaurado no jornal acerca dos *rolezinhos*.

De modo geral, o *Painel do leitor* deste jornal consiste em um espaço simbólico em que se destacam três grandes atividades: a. o debate acerca da realidade vigente a partir da publicação de cartas de diversos

consumidores do jornal, que opinam e/ou analisam os acontecimentos e as práticas contemporâneas a partir de orientações e perspectivas diversas — o que não quer dizer que os padrões discursivos não sejam reiterados em diversas instâncias; b. a crítica ou o elogio dos consumidores textuais ao conteúdo do próprio jornal, que, muitas vezes, serve de base para a exposição dos próprios posicionamentos particulares; c. a reivindicação de reparos e correções relativas a alguma reportagem ou notícia publicada, o que envolve tanto inexatidões informacionais quanto possíveis distorções de declarações ou de dados; nesses casos, tende a ser o próprio lesado ou seu representante (advogado ou comunicador social) o autor da missiva. No caso dos *rolezinhos*, predominaram, claramente, os dois primeiros padrões, com discursos díspares acerca dos eventos.

Nesta seção, buscar-se-á depreender o papel da Dinâmica de Forças e da Proximização na organização cognitivo-retórica desses textos, o que abrange uma discussão acerca da noção de espaço público e a exploração de diversos *topoi* argumentativos empregados na configuração dos adolescentes, buscando articular tal procedimento à detecção e à crítica dos discursos circulantes que embasam tais posicionamentos.

Um dos principais núcleos de conflito representacional nos textos consiste na dimensão do *espaço*, mais especificamente, na definição do que seria *espaço público, privado e coletivo* e de que modo tais categorias se fundem ou se discretizam a fim de se defenderem visões diferenciadas sobre os eventos, que ora são justificados, ora são condenados.

Seguem abaixo dois exemplares textuais que apresentam visões similares acerca do fenômeno:

(1) O "*rolezinho*" é reflexo tanto do sentimento de querer ser aceito como igual no mundo do consumo dos shoppings como também da falta de lazer e de atividades culturais em determinadas áreas das grandes cidades de todo o país. (LRCJ, 13.01.2014, FSP, A3)⁹

(2) Estudei em alguns bons colégios. Passei férias na praia e no campo. Fui sócio de clubes. Eu e alguns amigos, na fase pré e de adolescência, marcávamos encontros num shopping paulistano, e o propósito, além de paquerar, era tentar entrar de costas na saída do cinema para despertar os olhos atentos dos seguranças e provocar correrias. Os "*rolezinhos*", encontros de jovens da periferia nos shoppings, apenas tomaram corpo devido ao número de adeptos, sem opções de lazer, esquecidos pelos governantes e por uma sociedade consumista, que prega o uso de Rolex como identificação de bom caráter ou de sucesso pessoal, o que, sem preconceito, influenciou o funk ostentação. Ora, onde mais poderiam ir os jovens, que querem adquirir marcas --ter direitos iguais-- e poder ter lazer e estar em local seguro? (RASSG, 19.01.2014, FSP, A3)

A primeira carta apresenta um dos discursos centrais que circularam nos diversos textos da *Folha de S. Paulo* — o *rolezinho* como resultado de um descaso governamental em termos de oferecimento de espaços e de atividades próprios para o usufruto jovem. Depreende-se, portanto, que *o desejo de ser aceito como igual no mundo do consumo e a falta de lazer e atividades culturais* consistem em ANT fortes, com tendência à ação, que levam o AGO implícito *jovens/adolescentes*, em repouso, a fazer *rolezinhos*. Tal concepção encerra

⁹ A identificação da carta será feita do seguinte modo: (iniciais do missivista, data de publicação, jornal, página na qual o texto foi publicado).

a noção de que esse tipo de evento tem origens sociais explicitamente relacionadas às características impostas pelo sistema capitalista e pelo descaso governamental com a periferia. Nesse sentido, o *rolezinho* é uma consequência natural da organização social brasileira vigente — e não o resultado de um comportamento intrínseco/natural e, portanto, essencializado da identidade adolescente/jovem.

Tal discurso é reiterado na segunda carta — os “*rolezinhos*”, *encontros de jovens da periferia nos shoppings, apenas tomaram corpo devido ao número de adeptos, sem opções de lazer, esquecidos pelos governantes e por uma sociedade consumista, que prega o uso do Rolex como identificação de bom caráter ou de sucesso pessoal [...]*. Note-se que o quantificador *apenas* circunscreve a emergência do *rolezinho* a uma condição exclusiva: a agregação de sujeitos esquecidos política e economicamente, identitariamente associados, que buscam os mesmos direitos que os membros de outra classe social. Subjaz a essa perspectivação um desejo de aproximação do grupo adolescente periférico em relação ao universo de um possível *exogrupo*, não para mudar-lhe os valores, mas para nele integrar-se, o que resultaria em uma **proximização social**. Tal categoria, não prevista em Cap (2013) ou Hart (2014), diz respeito à dinâmica de relações entre indivíduos e grupos sociais no sentido de constituir *endo* ou *exogrupos*: em geral, parece atuar em duas frentes: ou para eliminar as fronteiras entre os grupos ou para incorporar indivíduos que, *a priori*, não integram nenhum dos grupos ao *in-group*, fortalecendo-o em relação à ameaça externa.

No caso, o que se tem é a instanciação da **proximização espacial** em favor da **proximização social**: os adolescentes periféricos são construídos como atores sociais que reivindicam e desejam estar no espaço “prototípico” da elite consumista — e o fazem — como forma de buscar a integração nesse último grupo e, assim, assimilar-se em termos de comportamento — consumo — e benefícios — segurança, por exemplo. Assim, o que tal discurso parece construir é um movimento calcado na tentativa de subversão da oposição *nós x eles*.

A tomada do espaço dos shoppings é, nesse sentido, uma espécie de ação simbólica de apropriação de um lugar legitimado para o outro, justamente o espaço daquele com quem esse grupo buscaria se identificar. O discurso remete à dicotomia *parecer x ser* para superá-la. Para isso, resgata-se uma concepção que, embora não seja nova, gera uma articulação distinta: *parecendo, somos* e, por conseguinte, *estando, somos*¹⁰. Logo, em (1) e em (2), pode-se depreender que a prática do jovem é vista por uma ótica política — ainda que inconsciente — pautada por um ideal possível de transformação social.

Narciso (2009, p. 268) pontua que

O espaço público constitui ou deveria constituir uma fonte de forte representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem aos discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que constituem uma sociedade.

¹⁰ Ou ainda: *estando, parecemos* e, ao *parecer, podemos ser*.

A autora vai além, pontuando que o espaço público é o lugar por excelência do exercício da cidadania, da realização dos encontros, configurando-se em um ponto estruturante da malha urbana, definido por um aspecto formal e por um aspecto de identidade, ou seja, de vivência pessoal e social. Esse último ponto é de importância fundamental, na medida em que os rolezeiros, ao se apropriarem desse espaço, acabam por ressimbolizá-lo e, assim, modificar, potencialmente, processos identitários concernentes aos diversos grupos que ali se encontram — especialmente àqueles que se julgam como os “verdadeiros” ocupantes daquele espaço.

O texto abaixo, que já tangencia outra importante questão debatida no âmbito das cartas enviadas à *Folha de S. Paulo*, nomeadamente, a *violência*, mostra esta visão ressimbolizada e o quanto isso modifica a relação dos atores sociais com tal espaço:

(3) Vivi minha adolescência nos anos 80, onde passear no shopping de maneira civilizada era um dos programas preferidos. Hoje em dia, minhas raras e rápidas idas a um shopping center são para comprar algo ou assistir a algum filme. Acredito que não seja pedir muito que tenhamos segurança e conforto quando frequentamos esses estabelecimentos. (SG, 21.01.2014, FSP, A3)

A despeito do contraste de comportamento, anunciado pelo missivista na abertura do texto, entre o grupo adolescente que integrava no passado e o grupo atual, gerando, claramente, uma cisão *nós x eles*, deve-se chamar atenção para o último complexo oracional — *Acredito que não seja pedir muito que tenhamos segurança e conforto quando frequentamos esses estabelecimentos*.

Em termos sintático-semânticos, o *frame* do verbo *pedir* requisita, prototipicamente, um agente do pedido, um objeto ou ação solicitado/a e um responsável pela garantia do pedido (ou realizador do evento). Quanto à esquematização de forças, o verbo atualiza um esquema sociodinâmico (ou interpsicológico) de forças, na qual o agente pelo pedido é concebido como ANT que impele projetivamente o realizador do evento, AGO, à ação ou repouso.

No segmento em análise, o AGO encontra-se implícito, o que é viabilizado tanto pela construção possessiva com o verbo *ter* — *tenhamos segurança e conforto* —, que apenas prevê um participante Possuidor e um participante Possuído, mas não uma entidade que se responsabiliza por garantir a posse, quanto pela implicação do objeto indireto, que expressaria a entidade-alvo do pedido, ou seja, o responsável pela execução do evento. O que ocorre, portanto, é a subtração do AGO da janela de atenção (TALMY, 2000). Com isso, a voz autoral isenta-se de marcar explicitamente uma intervenção, muito embora ela esteja no *background*, tanto interdiscursiva — considerando notícias, reportagens e outras cartas do/a leitor/a, nas quais a ação da polícia, das prefeituras, dos shoppings e do Judiciário são constantemente textualizadas — quanto intradiscursivamente.

Na medida em que a voz autoral se constrói em oposição ao grupo que frequenta os shoppings naquele momento, caracterizando-se como *civilizado*, ele remonta à velha dicotomia *civilização x barbárie* e aos valores a ela associados, para descrever, implicitamente, os rolezeiros. Como agentes de barbárie, os

adolescentes periféricos ficam, prototipicamente, associados às sensações de *insegurança* e *desconforto* — dentre outros afetos e valores que serão expostos ao longo deste estudo —, resultantes da **proximização espacial**. Há, nesse sentido, *invasão* do espaço do shopping, e não, *ocupação*. O verdadeiro e legítimo frequentador é aquele que se caracteriza pelo poder econômico, pela capacidade de consumo — o que não é típico de bárbaros, que praticam, por exemplo, saques e arrastões¹¹.

O discurso da missiva é complexo e cabe detalhá-lo em termos de **proximização**. A voz autoral constrói um Espaço Dêitico no qual: a. o *nós (in-group)* é representado pelo grupo de consumidores do qual ela faz parte; b. o *aqui*, pelo *shopping center*; c. o *agora*, pelo momento histórico dos *rolezinhos*; d. a *realidade*, pela ocorrência/prática dos encontros. Sua realização consiste, portanto, em uma invasão do *out-group (eles)*, que ameaça a constituição do grupo legítimo que reivindica o espaço, trazendo consigo valores que se contrapõem aos que prototipicamente são aceitos e assumidos pelos membros do Espaço Dêitico interno: *segurança, conforto, liberdade, civilização, consumo*. A ameaça requisita, portanto, um restabelecimento das condições iniciais, o que pode ser garantido pela intervenção, concebida, inclusive, como de fácil execução, haja vista que a construção *não seja pedir muito* incita uma conceptualização tanto de que o esforço para tal seja mínimo quanto de que não se trata de um exagero ou de uma ousadia, o que parte de um ponto de vista de que a reivindicação autoral e, portanto, os valores por ela assumidos são legítimos e ali(nh)ados à “justiça”.

Por conseguinte, tanto em termos sociais quanto econômicos, tece-se um discurso de privatização — ou, talvez, de elitização — do espaço público, que deve ser defendido a todo custo, uma vez que esse outro, invasor, desestabiliza o espaço de pertencimento do *endogrupo* consumidor. Tal construção, que se baseia em uma série de premissas e associações de ordem ideológica, é bem similar à que Wodak (2001) e Hart (2010) encontram no discurso acerca dos imigrantes na Europa. Em ambos, os elementos do grupo externo são vistos como:

a. **criminosos** e, portanto, ameaçadores da integridade física do *in-group*. Por conseguinte, eles devem ser punidos pela força da lei — *topos*¹² do **crime**;

¹¹ Deseja-se chamar atenção para essa associação em termos de conhecimento enciclopédico, porque ela circulou largamente no período, embora não tenha sido explicitada, sobremaneira, nas cartas publicadas pela FSP. Destacam-se, entretanto, excerto do blog de Rodrigo Constantino, ligado à Revista Veja e postado em 14 jan. 2014 — *Uma turba de bárbaros invadindo uma propriedade privada para fazer baderna não é protesto ou “rolezinho”, mas invasão, arrastão, delinquência*. [...] Tudo que eles querem é causar transtorno, levar o caos a esses lugares, para serem reprimidos pela força da lei, como devem ser, e depois posarem [...] de vítimas — e trecho de notícia da FSP, de 13 jan. 2014 — *Mesmo com o aviso da proibição do “rolezinho”, eles correram pelos corredores, causando pânico entre clientes e comerciantes. As lojas fecharam por temor de saques*. Os termos em negrito atuam na construção de um modelo cognitivo de banditismo, violência e barbárie, tanto em termos de práticas, quanto de reações efetivas associadas às possíveis “vítimas”. O discurso do missivista em (3) é mais um nó na rede do discurso anti-*rolezinho* que se apoia na criminalização da apropriação do espaço pelo adolescente periférico.

¹² A noção de *topos* é complexa e há um grande número de definições. Para este trabalho, parte-se da visão de Wodak (2001, p. 74, tradução nossa), para quem os *topoi* consistem em “partes da argumentação que pertencem às premissas obrigatórias, sejam elas explícitas ou implícitas. São garantias relacionadas a conteúdos ou ‘regras de conclusão’ que conectam o argumento ou os argumentos à conclusão, à alegação”.

b. **perigosos** e, por isso, ameaçadores da paz e da estabilidade do *in-group*. Logo, seu acesso a determinados espaços deve ser controlado – *topos do perigo*;

c. **culturalmente inferiores** e, assim, não civilizados, não tendo assimilado os comportamentos superiores do *in-group*. Consequentemente, eles devem ser doutrinados – *topos da inferioridade cultural*;

d. **fardos** e, nesse sentido, incapazes de trazer vantagens e/ou acréscimos ou ainda de serem úteis ao *in-group*. Como corolário, eles devem ser excluídos – *topos da desvantagem*.

Os exemplares abaixo ilustram tais *topoi*:

(4) '*Rolezinho*' é eufemismo para um potencial arrastão. Não tem nada a ver com falta de lazer ou de acesso aos produtos dos shoppings, como dizem alguns acadêmicos. Shopping é um espaço comercial público, mas com administração privada, normas e segurança fixadas e financiadas pelos proprietários das lojas. (JS, 15.01.2014, FSP, A3)

(5) Li os textos das colunistas Vanessa Barbara ("Em Itaquera, PM dizia a quem passava: Vou arrebentar você", "Cotidiano", 13/1) e Eliane Cantanhêde ("*Rolezinho*' na elite", "Opinião", ontem). Em muitos momentos, concordo que a polícia não deve agir de forma violenta para conter manifestações ou para efetuar prisões. Mas nem todo mundo compreendeu que os espaços onde os "*rolezinhos*" são realizados não são públicos, e sim coletivos.

Imagine se skatistas resolvem andar com os seus skates dentro dos vagões do metrô de São Paulo. Com certeza, teríamos pessoas como trabalhadores, cadeirantes ou idosos machucados. (MKF, 15.01.2014, FSP, A3)

(6) Os jovens que participam dessa modalidade de expressão poderiam usar sua capacidade de mobilização para tentar mudar o ensino no país. Se eles se empenhassem nos bancos escolares da mesma maneira que se destacam nessas mobilizações, ajudariam a melhorar os índices do nosso sistema educacional. Só teremos um país melhor com a ajuda dos jovens e, para isso, todos têm de estudar, e muito. (CJM, 24.01.2014, FSP, A3)

(7) Muito curiosa esta dita militância com pretensões sociais e seus "*rolezinhos*" constrangedores que metem medo nas pessoas e inibem o comércio em shoppings, tudo em nome da ação intimidatória contra supostas discriminações em um local onde comerciantes, que pagam caro por isso, só querem paz e segurança para trabalhar.

"*Rolezinho*" combinado nas redes sociais para doar sangue, limpar escolas ou visitar um asilo ninguém faz, não é? (PB, 19.01.2014, FSP, A3)

Em (4), o missivista explicitamente associa os encontros de adolescentes aos famosos arrastões, eventos em que um grupo massivo de criminosos invade dado espaço público para assaltar ou roubar os frequentadores. Trata-se, no fundo, de uma **mesclagem conceptual** (FAUCONNIER & TURNER, 2002), por meio da qual o missivista projeta elementos de dois domínios distintos — *arrastão* e *rolezinho* —, incitando uma leitura de traços em comum, a partir dos quais emerge uma nova concepção ou definição — a **mescla**. Para Reboul (2004 [1998]), a definição consiste em um argumento quase lógico que se calca em uma identificação, impondo uma determinada perspectiva sobre a realidade; no caso, uma perspectiva que pode ser vista como reducionista, preconceituosa e excludente.

A **mesclagem** calca-se, basicamente, em uma projeção quantitativa — ambos eventos com grande contingente de pessoas — e duas projeções qualitativas — jovens periféricos concebidos como criminosos; espaços tidos como “reservados” para um grupo sendo “tomados” por outro, não obstante a modificação do termo *arrastão* pelo adjetivo marcador de *irrealis* e capacidade *potencial*, na medida em que sua inserção

em um componente predicativo já colabora para invocar associações entre os eventos, ainda que a criminalidade seja vista “apenas” como latente¹³.

Se esse é o caso, portanto, nega-se o discurso verificado em (1) e em (2), no qual o *rolezinho* se torna resultado de desigualdade econômica e descaso político — aqui, *rolezinho* é crime, e crime não se legitima; crime se combate e se previne, mesmo que implique o cercear da liberdade de alguns. Tal aspecto é patente na construção do shopping como espaço precipuamente privado, o que se reflete na construção exposta a seguir, em que o operador argumentativo *mas* atua no sentido de expor o argumento mais forte e, assim, sinalizar a concepção que deve reinar — *Shopping é um espaço comercial público, mas com administração privada, normas e segurança fixadas e financiadas pelos proprietários das lojas*.

Em termos de Dinâmica de Forças, a rejeição do discurso outro é realizada por meio da suspensão do jogo de forças — *não tem nada a ver com falta de lazer ou de acesso aos produtos dos shoppings, como dizem alguns acadêmicos*. Pela construção *não tem nada a ver com*, a voz autoral ativa uma conceptualização de que os complementos— *falta de lazer ou de acesso aos produtos dos shoppings* — não são ANT da relação causativa de forças que impele o AGO *jovens/adolescentes* a realizar o rolê, rejeitando a base da visão de mundo exposta em (1) e (2), desvalorizando, inclusive, as vozes que as defendem, por meio tanto de uma minimização quantitativa das autoridades quanto pela seleção lexical do verbo *dizer*, que informaliza a posição do cientista— *como dizem alguns acadêmicos*.

O *topos* do **perigo**, verificado em (5), está intimamente associado ao anterior. Neste, entretanto, o que se destaca não é a finalidade ilegal da conduta, mas a possibilidade de instaurar situações de risco, capazes de comprometer a paz dos ambientes e até trazer danos físicos aos ‘verdadeiros’ frequentadores dos espaços em questão. Novamente, tem-se a dinâmica de conflito entre o *endogrupo* e o *exogrupo*.

Inicialmente, deve-se destacar a dissociação entre público e coletivo instanciada pela voz autoral como uma forma de justificar, implicitamente, um intervencionismo policial nos *rolezinhos*. Posteriormente, é relevante atentar para a comparação proposta pela missivista, que atua no sentido de incitar o convencimento do/a leitor/a em relação ao perigo dos encontros adolescentes.

De fato, espaços coletivos não são necessariamente públicos. Shoppings consistem em espaços híbridos — públicos e privados —, uma vez que estão ligados a normas do direito público, ao mesmo tempo em que são administrados privadamente, e é justamente nessa tensão que reside seu potencial de sucesso nas grandes cidades. Por um lado, trata-se de espaços, em geral, seguros, marcados por discontinuidades simbólicas, uma vez que sua organização espacial ora enfatiza a tônica do lazer, ora a do comércio

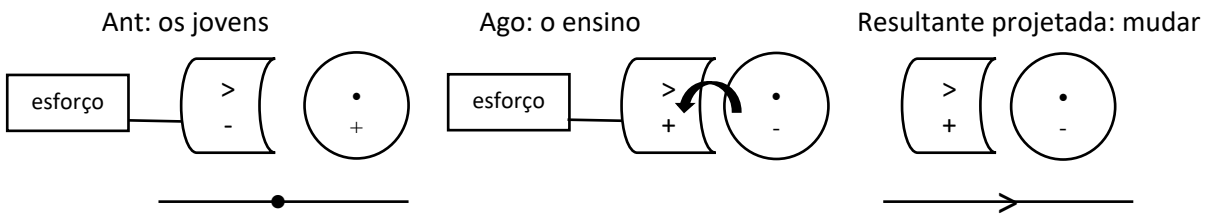
¹³ Entretanto, os casos de violência ligados aos *rolezinhos* foram — e são — pífios, como mostram as próprias notícias e as reportagens dos jornais da época, dado também tematizado em cartas de alguns leitores. Uma missiva enviada em 14 jan. 2014 trata bem desse ponto: *Gostaria de uma explicação sobre a brutalidade da PM e dos seguranças contra os jovens da periferia que se encontram em shoppings paulistanos. Ao que me consta, até o momento não houve um único episódio de furto, vandalismo ou violência provocado por eles, diferente da truculência das "autoridades", como relata Vanessa Barbara. Dessa vez houve registro, mas o que se faz, em nome da ordem, com esses jovens em bairros afastados, sem câmeras ou público?* (LM, 14 jan. 2014, FSP, A3)

(HASTREITER, 1998), e voltados a públicos diferenciados sob a coerção da potencialidade e da realidade do consumo, haja vista tratar-se de um empreendimento privado que visa ao lucro, garantido apenas pelo sucesso das empresas/lojas/serviços que ali se instalam. Nesse sentido, todos são clientes. Por outro lado, essa mesma dinâmica — que se baseia na mencionada necessidade de pluralidade, sob a unidade do consumo — colabora para a identificação de diversos grupos (PADILHA, 2006), que veem o shopping como espaço legítimo de vivência, confraternização e socialização, o que o torna um possível lugar de pluralidade e diversidade social. Contudo, conforme bem aponta Pintaudi (1992), suas redes de socialização tendem a operar na lógica da segregação, criando barreiras simbólicas entre seus frequentadores, em geral, motivadas pelas disparidades financeiras, que reprimem o acesso de determinados grupos à totalidade de bens e serviços oferecidos, o que pode levar ao questionamento acerca da real diversidade/pluralidade dos grupos que ali se encontram.

Entretanto, o fato de não serem totalmente públicos justifica uma intervenção violenta? A comparação autoral coloca no mesmo plano *shopping centers* e *metrô*, por um lado, *rolezeiros* e *skatistas*, por outro. Assim, locais de entretenimento de amplo espaço voltados a lazer e comércio, mas centrais no que tange ao processo de identificação entre grupos sociais em grandes cidades, são colocados paralelamente a um meio de transporte coletivo que atua na integração entre os espaços urbanos. Adolescentes encontrando-se em espaços que também são destinados a lazer são comparados a outro grupo de jovens, *skatistas*, que se deslocaria em um ambiente não propício a — e talvez nem passível de — tal movimentação, o que, certamente — e nesse sentido não há como discordar da missivista —, levaria a danos físicos. Entretanto, a comparação parece extrapolar o que, de fato, um *rolezinho* pode causar, construindo uma versão da realidade que se pauta na certeza de dano e de perigo associado à prática adolescente. Assim, contribui-se para a reificação de uma realidade bastante questionável, mas nitidamente ligada à segregação social, camuflada de consciência pública. Trata-se da estratégia, denominada por Thompson (2011, p. 83) de **dissimulação**. Por meio dela, “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes”. Nesse caso, a questão da consciência pública e a imagem do dano físico podem, de fato, desviar a atenção quanto ao direito dos adolescentes de se divertirem, de se manifestarem e de se encontrar em grupo nos mais distintos espaços da cidade.

Essa dimensão de consciência coletiva e contribuição social subjaz aos *topoi* de **inferioridade cultural** e de **desvantagem**. Em (6), por exemplo, ambos são instanciados, embora de forma não prototípica. A missiva atualiza uma série de esquemas de força sociodinâmicos, por meio dos quais a voz autoral posiciona-se como um ANT, forte, que incita, projetivamente, o AGO jovens a usar sua capacidade de mobilização com um fim específico: a mudança na qualidade do ensino brasileiro, conforme se observa no trecho a seguir — *Os jovens que participam dessa modalidade de expressão poderiam usar sua capacidade de mobilização para tentar mudar o ensino no país*.

É relevante observar que ocorre, na construção de finalidade, a atualização da forma verbal *tentar*, que funciona como um operador cognitivo ligado à noção de **esforço**, conforme se depreende do esquema abaixo:



O esquema de **esforço** invoca uma conceptualização complexa, na qual o ANT é, inicialmente, mais fraco que o AGO. Entretanto, a pressão daquele sobre este pode acabar fazendo com que o AGO perca força, de modo que, ao final, torna-se possível que a resultante inicial seja revertida. Trata-se de uma metáforização linguística de nossa experiência com FORÇA CONTRÁRIA. Verbos como *conseguir* ativam os três componentes do esquema, perfilando o último, ao passo que verbos como *falhar* perfilam apenas o primeiro. *Tentar*, prototipicamente, ativa o esquema de *esforço*, mas sem determinar o ponto em que a conceptualização se encerra, fator que parece estar ligado ao tempo verbal. No caso, a construção final *para tentar mudar o ensino no país* não determina o sucesso ou insucesso, de modo que é apenas a concepção de esforço que é atualizada. O resultado disso é a desvalorização da capacidade agentiva dos adolescentes.

Na sequência, a voz aural, a partir de um fundo contrafactual — que também invoca noções de esforço —, ativa um novo esquema de forças, por meio da instanciação do verbo *ajudar*: a **contribuição**. Nele, um AGENTE externo remove possíveis barreiras antagônicas contra a tendência de ação/repouso do AGO. No caso, o AGO consiste nos *índices do nosso sistema educacional*, que tendem a melhorar, não obstante a atuação de possíveis ANT, não explicitados. A *ajuda* dos jovens, AGENTE externo, simbolizada pelo seu *empenho nos bancos escolares*, seria a ação necessária para a remoção final dos meios bloqueadores. A perspectivação se destaca, na medida em que o esquema reforça uma mudança intrínseca ao sistema de ensino, que evoluiria — embora em menor grau — a despeito dos adolescentes, relegados a colaboradores. Tem-se, portanto, uma nova desvalorização de sua capacidade agentiva e transformadora.

Por fim, o missivista ainda relaciona o estudo ao destino do país como um todo em um esquema de forças complexo — *Só teremos um país melhor com a ajuda dos jovens e, para isso, todos têm de estudar, e muito*. Abstraindo da relação de **contribuição** já explorada, a forma modal *ter de* implícita a voz aural como ANT de uma relação causativa projetiva em que o AGO *jovens* é instado a *estudar muito*. Trata-se de uma resultante intermediária, em relação contrafactual à conceptualização alternativa implícita de que *jovens não estudam o suficiente*. Tal resultante torna-se, então, uma atividade antagônica que impele o AGO *país* à *melhora*, resultante final.

A carta é relevante por ser um dos exemplares que associa visões distintas sobre a juventude e sua capacidade prática. Por um lado, eles são perspectivados como Antagonista e Agentes Externos, posições de

poder, com capacidade para mudar a realidade da educação e, por conseguinte, do país, o que se baseia no *topos* de que o desenvolvimento é decorrente da educação. Por outro lado, eles são construídos como entidades que não estudam nem se esforçam o suficiente; logo, incapazes de levar, de fato, o país a esse estado de desenvolvimento. A voz autoral subtrai-lhes *tenacidade* em termos de estudo, mas a mantém no que tange à mobilização coletiva. Nesse sentido, esse jovem acaba não sendo construído como um elemento do *out-group*, mas como um membro de um *in-group* maior — o do país —, que deve ser orientado, a fim de que sua energia seja direcionada para uma atividade que contribua socialmente.

Uma consequência direta dessa visão — que reifica o *jovem* como *desinteressado* nos estudos e no bem coletivo — é justamente a sua associação, ainda que relativa, aos *topoi* de **inferioridade cultural** e de **desvantagem**. Por não estudarem, são culturalmente inferiores e, portanto, não contribuem — a despeito da potência para tal — para o desenvolvimento do país, sendo “inúteis” para o *in-group*, o que fica explícito na missiva (7) — “*Rolezinho*” combinado nas redes sociais para doar sangue, limpar escolas ou visitar um asilo ninguém faz, não é?.

Note-se que as práticas de *doação de sangue*, *limpeza de escola* e *visitação de asilos* são construídas pela voz autoral como práticas positivas para a sociedade e, portanto, como atividades que legitimariam o pertencimento dos adolescentes periféricos ao *endogrupo*, provocando **proximização social**. Entretanto, justamente por não praticá-las, são perspectivados como um **fardo** e como **perigosos**, e os grupos que os apoiam são vistos de forma igualmente negativa, constituindo, assim, um *exogrupo*.

O primeiro parágrafo desta carta instancia uma série de recursos epistêmicos, temporais e de força para construir uma crítica a esse grupo. Dentre os últimos, destacam-se os que instauram esquemas de **bloqueio**, como “*rolezinhos*” *constrangedores*, *inibem o comércio*, e de **desejo**, como em *comerciantes [...]* *só querem paz e segurança para trabalhar*. Em todos eles, os *rolezinhos* são construídos como ANT que impedem a tendência natural dos comerciantes, AGO, de vender seus produtos e oferecer seus serviços em um ambiente de paz e segurança. Logo, o retorno ao estágio inicial, em que não havia a invasão do espaço do *in-group* comercial, torna-se objeto de desejo justificado.

Os recursos temporais instanciados — notadamente, o Presente do Indicativo, com seus traços de *imperfectividade* — instalam a prática dos *rolezinhos* como incidentes em qualquer momento de conceptualização, reiterando as sensações negativas (*medo*, *inibição*, *constrangimento*, *insegurança*, *instabilidade*) no eixo do tempo concebido, de forma que elas acabam sempre próximas do *self* e do *in-group* lojista e consumidor. Trata-se de um uso prototípico de **proximização temporal**.

Já os recursos epistêmicos tendem a promover **afastamento**, inserindo na *irrealis* autoral — e na *realis* do *exogrupo* — as noções de *militância* e de *discriminação*, como se observa em *esta dita militância com pretensões sociais* e *contra supostas discriminações*. Trata-se de uma estratégia discursiva relevante, na medida em que expulsa do domínio do *in-group* os valores do grupo externo, que concebe as práticas realizadas pelos consumidores, lojistas, shoppings e Estado como resultado de preconceito e, portanto, como

passível de mobilização pelos direitos dos afetados. Na visão autoral, trata-se de uma versão deturpada da realidade; logo, *curiosa*.

Por fim, deve-se destacar, no *corpus* sob análise, o conflito emergente da representação do *preconceito*. O tema é abrangente e será objeto de um estudo posterior, que congrega cartas do/a leitor/a, notícias, editoriais e artigos de opinião. Entretanto, deseja-se assinalar três posicionamentos no conjunto de missivas acerca da questão:

a. a perspectivação de que o *preconceito* consiste em um ANT que bloqueia o AGO *adolescentes periféricos* de se encontrar nos shoppings, a fim de realizar *rolezinhos*. Nesse sentido, a legitimação de barreiras institucionais contra os encontros consiste na efetivação de um trabalho ideológico de cunho segregacionista, que reitera, no *shopping*, o confinamento espacial da periferia;

b. a visão de que o *preconceito* parte da militância e dos partidos políticos alinhados com os adolescentes, como o PT, e direciona-se aos grupos por eles denominados *elite*. Nesse discurso, os *rolezinhos* são um instrumento de manipulação política, que objetiva *cindir* a população em termos de lutas de classe — elite x periferia, criando grupos antagônicos —, a fim de sensibilizar a opinião pública e garantir a manutenção de políticas inclusivas e assistencialistas que mantêm esses mesmos grupos no poder¹⁴;

c. a concepção de que o *preconceito* é um AGO que tende a ocorrer — considerando o contexto sócio-histórico brasileiro —, mas que deve ser bloqueado pelo “bom senso”, ou seja, pelo fato de se considerar a adolescência como um estágio do desenvolvimento humano com suas características típicas, dentre elas, a experimentação, a diversão, a congregação em grupos, dentre outros¹⁵.

Seguem abaixo textos que ilustram esses padrões:

(8) A maioria dos entrevistados da pesquisa Datafolha diz que não é preconceituosa quanto à entrada de jovens da periferia nos shoppings. De outro lado, defende seu desejo de não ser importunada pelos pobres, que, na maioria das vezes, apenas estão tentando dar dimensão à sua vida social. Essas pessoas não deixam dúvida de que o desejo mesmo é excluir essa parcela da população por não considerá-la apta a contribuir para o desenvolvimento da sociedade. (IVLP, 25.01.2014, FSP, A3)

(9) A pesquisa Datafolha sobre os “rolezinhos” desmascara os ideólogos esquerdistas e mostra como eles têm preconceito contra os que não estão enquadrados no Bolsa Família, a quem eles chamam de elite. (RDA, 24.01.2014, FSP, A3)

(10) As manifestações de junho deixaram a população apreensiva por causa da infiltração de grupos violentos que não tinham a ver com as reivindicações. Por isso os “rolezinhos” nos causam tanto desconforto, mas não podemos correr o risco de criar a nossa versão do “apartheid”. Devemos tratar os jovens como jovens. Também não gosto de funk e de outros ritmos que fazem a trilha sonora dessa molecada, mas não deixo que isso distorça meus julgamentos. (MZ, 25.01.2014, FSP, A3)

¹⁴ Tal discurso é reiterado por diversas vezes tidas socialmente como conservadoras. Em suas colunas na *Folha de S. Paulo*, Pondé e Reinaldo Azevedo reiteram esse argumento. Para uma análise detalhada, conferir Gonçalves Segundo (2014a).

¹⁵ Deve-se ressaltar que esse discurso essencializa e homogeneiza os adolescentes, o que pode internalizar alguma forma de preconceito, resultado de trabalho ideológico. Entretanto, o que se pretende focar aqui é o discurso sobre o papel do *preconceito* no domínio dos *rolezinhos*.

A missiva (8) atualiza o *topos* da **desvantagem** como argumento que explica a aparente contradição revelada pela pesquisa Datafolha citada. Diz-se aparente, na medida em que, caso se observe detidamente o interdiscurso vigente nas próprias cartas, é possível encontrar a chave para esse posicionamento.

Tem-se, aqui, uma instância de conflito entre um *dever* e um *querer*, ou seja, entre a conduta cívica e a inclinação pessoal, entre o cidadão e o consumidor. Em termos de *dever*, os jovens periféricos são concebidos — pela maioria dos entrevistados da pesquisa, segundo a voz autoral — como AGO que não devem ser bloqueados ou filtrados por qualquer força antagônica, proveniente do *shopping* ou do Estado, em termos de sua atividade natural: entrar e frequentar os referidos estabelecimentos. Em termos de *querer*, por sua vez, a maioria dos entrevistados é construída como um grupo de atores sociais que não quer ser atingido pelos adolescentes periféricos, o que pode servir como primeiro passo para a legitimação de ações de bloqueio, visto que causará a reação afetiva de incômodo (*ser importunada*). Por conseguinte, depreende-se que a presença desse *exogrupo* é vista como causadora de impactos negativos no *endogrupo* consumido. Essa contradição, contudo, é apenas aparente, na medida em que o que sela a coerência desse discurso — a despeito de seu raciocínio excludente de base — é o *topos* de **inferioridade cultural**. Como exemplares de posturas não civilizadas, barbáricas, que podem culminar em saques e arrastões, esses jovens perturbam o espaço do *in-group*; caso fossem doutrinados e civilizados — escolarizados de fato, como a missiva (6) propõe que não sejam —, haveria a possibilidade de convivência harmônica. O que subjaz a esse discurso é um ideal de comportamento condizente com as expectativas do *in-group* que se considera o frequentador prototípico do *shopping center*.

É essa associação encoberta que o missivista parece denunciar em seu texto — *Essas pessoas não deixam dúvida de que o desejo mesmo é excluir essa parcela da população por não a considerar apta a contribuir para o desenvolvimento da sociedade*. O objeto-de-discurso *Essas pessoas* marca a instauração do *exogrupo* contra o qual a voz autoral se posiciona; a construção *não deixar dúvida*, ligada ao focalizador *mesmo*, insere o posicionamento de *exclusão* como elemento da *realis*, polemizando com quem poderia conceber de forma diferente, ou seja, de que haveria dúvidas a esse respeito, tendo em vista a aparente contradição anteriormente discutida.

Por meio dessa estratégia, a voz autoral incita a concepção de que há uma aparência de respeito às características e aos direitos dos adolescentes, quando, de fato, há um estímulo/desejo ao bloqueio de seus comportamentos, sempre ligado a reações afetivas *negativas*, dada sua **inferioridade cultural** e, portanto, seu estatuto de **fardo**, ligado ao *topos* da **desvantagem**.

A sucinta carta, exposta em (9), abrange o discurso do preconceito anunciado em (b), ou seja, a de que o discurso favorável aos *rolezinhos* é uma manipulação política. Nesta, é a dita *esquerda* que constitui o *exogrupo* preconceituoso. Neste discurso, o que a pesquisa Datafolha revela é justamente o fato de que a população não quer barrar ou bloquear os adolescentes — as pessoas os aceitam, diferente do que “pregam” os *ideólogos esquerdistas*, que defendem haver um rechaço do compartilhamento do mesmo espaço por

ambos os grupos. Nesse sentido, promover esse discurso seria uma estratégia para conquistar o apoio dos ditos “oprimidos” contra a dita “elite”, criando uma inexistente luta de classes e de identidades¹⁶.

Em (10), por sua vez, tem-se uma instância do discurso tático sobre o *preconceito*, na medida em que se reconhece a possibilidade de pré-julgamento, mas se estabelecem limites para a sua instanciação. Em primeiro lugar, deve-se destacar o posicionamento da voz autoral como parte do *endogrupo* que frequenta os *shoppings*, o que pode ser inferido, especialmente, de três construções — *Por isso os “rolezinhos” nos causam tanto desconforto; Devemos tratar os jovens como jovens e Também não gosto de funk e de outros ritmos que fazem a trilha sonora dessa molecada*. Nelas, há uma clara elaboração dos adolescentes como entidades que não se vinculam axiológica e socialmente à voz autoral, uma vez que os encontros acarretam sensações negativas, como *desconforto*, e o tipo de música não agrada, mostrando disjunção valorativa acerca de produtos culturais entre o *endo* e o *exogrupo*.

Contudo, a sensação instanciada pela voz autoral é *desconforto*, não *medo*, *pânico*, *perigo*. Trata-se de um valor mais baixo em uma escala de sensações de *segurança*, que é inclusive justificado em referência às manifestações de junho. Destaca-se, no caso, a ativação da metáfora GRUPO VIOLENTO É ÁGUA, a partir da qual se concebe a capacidade desses grupos de se *infiltrar* nas manifestações para práticas consideradas hostis e criminosas. O domínio-fonte de água é também utilizado pela imprensa britânica, conforme mostra Hart (2014), para a construção da atividade de imigração, que é tida como fluxo, como enchente, ao passo que as políticas anti-imigração são perspectivadas como represas e barragens que devem impedir que o país afogue, ou seja, que entre em uma situação socioeconômica caótica. Nesta missiva, os *rolezinhos* não são construídos como enchentes, mas, em analogia com as manifestações, são movimentos/encontros em cujas “brechas” pode haver infiltração, permitindo a ocorrência de possíveis casos de violência¹⁷. Como corolário, fica implícita uma necessidade de vigilância e de controle, ainda que dissimulada.

O que se destaca, entretanto, é a seguinte construção — *mas não podemos correr o risco de criar nossa versão do “apartheid”*. O termo *apartheid*, que remete ao regime segregacionista sul-africano, permite **mesclar** a oficialização do preconceito e da exclusão praticada pelos brancos em relação aos negros naquele país com a realidade do *rolezinho*, em que adolescentes periféricos se veem impedidos de se encontrar, de

¹⁶ A extrapolação analítica desta missiva pode ser considerada, por alguns, como exagerada. Contudo, ela é novamente apenas um nó nessa rede interdiscursiva, conforme já anunciado na nota 8. As cartas seguintes confirmam o que se afirmou:

(11) Reinaldo Azevedo, em “O bando de negros e morenos” (“Poder”, ontem), é perfeito quando desmascara a análise do PT sobre os “rolezinhos”. O preconceito não é da classe média, mas do PT, que mantém o cinismo e a “vigarice sociológica” para insuflar os “oprimidos.” (RC, 25 jan. 2014, FSP, A3).

(12) A ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, foi preconceituosa e grosseira ao dizer que os problemas com os “rolezinhos” são “derivados da reação de pessoas brancas” (Painel, ontem). Esse tipo de manifestação infeliz só fomenta a violência. (TK, 17 jan. 2014, FSP, A3).

(13) Estou chocado com as declarações da ministra. Além de racistas e mentirosas, esse tipo de declaração só serve para criar ódio racial (LP, 17 jan. 2014, FSP, A3).

¹⁷ A carta seguinte reitera essa metáfora e esse argumento; entretanto, fá-lo para justificar, implicitamente, uma intervenção. Segue o texto: Não acredito que o *rolezinho* ameace o mundo idealizado dos *shoppings*. Mas hoje, infelizmente, uma aglomeração, mesmo legítima, com mais de 50 pessoas, sofre com a infiltração de “black blocs”, *arruaceiros* e *pivetes*. Então há de se preservar as instituições, o comércio e as pessoas. (RCS, 27 jan. 2014, FSP, A3).

se manifestar ou de frequentar determinados ambientes por um grupo que se institui como dominante, o que recupera o discurso racista, condenado pelas vozes que se apoiam na visão de preconceito assinalada em (b). O período é relevante, na medida em que o operador argumentativo *mas* interliga o bloqueio modal autoral com a sensação de *desconforto*, cancelando a aplicação da alternativa dialógica que prevê que, *em situações de instanciação de desconforto, há risco de criação de apartheids*. Em outros termos, a voz autoral traz ao texto a memória sobre o *apartheid*, concebido, em termos de senso comum, como um episódio sombrio da história da humanidade, de modo a ativar, com isso, possíveis sensações de *indignação* e *rejeição* ao procedimento adotado no Brasil contra os adolescentes — revistas policiais, proibição de frequência via liminar, presença da PM para coibir a formação de agrupamentos, etc.

Nesse sentido, a despeito do distanciamento axiológico com o *out-group*, a voz autoral, além de inserir os valores democráticos e o direito de manifestação e de liberdade do jovem como superiores ao direito de consumo e de livre iniciativa dos *shoppings*, ataca a base do *topos* da **inferioridade cultural** e de **desvantagem**, na medida em que incita a reflexão do seu grupo acerca de uma suposta natureza *jovem*¹⁸ — *devemos tratar jovens como jovens* —, o que os eximiria de condenação e, portanto, de sofrerem as sanções, tais como doutrinação ou expulsão. Trata-se de um *exogrupo* com o qual se deve conviver.

6. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar a construção discursiva dos *rolezinhos* nas cartas do/a leitor/a publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, procurando compreender, a partir de uma articulação entre a ACD, a LC e os estudos argumentativos, de que maneira as vozes autorais instauravam representações conflitantes acerca dos encontros adolescentes, tomando como norte o debate acerca da noção de *espaço público, privado e coletivo*, os *topoi* argumentativos que legitimam os julgamentos sobre esses jovens e o debate sobre o papel do *preconceito* nas reações diante dos encontros.

As análises foram orientadas a partir da abordagem de Dinâmica de Forças, realizada na esfera oracional (micro), e de Proximização, aplicado em termos textuais (macro). Nesse sentido, a dinâmica entre a construção discursivo-textual de *in-groups* e *out-groups* revelou-se fundamental, na medida em que se pôde correlacionar a concepção de um grupo em face do outro em termos, especialmente, de proximização espacial, social e axiológica, com os esquemas de força que subjazem a ação de ambos os grupos a partir de perspectivas distintas.

Em geral, as vozes resistentes aos *rolezinhos* se constituem como membros do *endogrupo* de frequentadores e consumidores do *shopping*. Seus textos sinalizam, principalmente, **proximização espacial**

¹⁸ Ressalvo de que a ideia de *natureza jovem* traz em si possíveis pré-concepções sobre o grupo. Novamente, este não é o foco da análise empreendida neste momento. Contudo, trata-se de uma visão essencialista, combatida fortemente pelo discurso associado à concepção (a) de *preconceito* nos *rolezinhos*.

e **axiológica** hostil, sinalizando que o *shopping center* é o seu legítimo espaço de vivência e que a entrada dos adolescentes periféricos neste espaço consiste em uma **invasão**, o que acarreta sensações de medo, perigo, desconforto, insegurança. Por serem tidos como **culturalmente inferiores**, o *exogrupo* traz um novo conjunto de valores — que incluem comportamento prático, gosto musical, formas de diversão — que supostamente agridem os padrões **civilizados** do *endogrupo*. Nesse sentido, os jovens são ANT que rompem, por um lado, com a tendência do AGO *consumidores* de frequentar, em paz, seu ambiente e, por outro, do AGO *lojistas* de trabalhar em paz. A solução é, portanto, o **bloqueio** da atividade dos rolezeiros — agora, AGO — por força de ANT autorizados, com poder institucionalizado: o *shopping* ou o Estado.

As vozes favoráveis ao *rolezinho* tendem a se construir em um *endogrupo* com os adolescentes, não porque se sentem jovens, mas por apoiarem a sua movimentação, ou a se construir como uma dissidência do *endogrupo* de frequentadores, rejeitando o discurso de **bloqueio**, prototípico desta perspectiva. Nesta, os adolescentes são AGO que são levados a fazer *rolezinhos* pelas condições sociais antagônicas, em especial, a falta de opções de lazer e a busca por superar a desigualdade social pelo acesso simbólico aos espaços da elite. Não se trata, portanto, de um comportamento prototípico de adolescentes, rejeitando a visão essencialista de sua identidade. Nessa rede discursiva, é o preconceito das ditas elites o ANT que as impele a clamar por intervenções bloqueadoras; seu sucesso implica na institucionalização da **exclusão**, na valorização do direito à propriedade em detrimento do direito à manifestação.

Referências bibliográficas

- BILLIG, Michael. Critical Discourse Analysis and the Rhetoric of Critique. In: Wodak, Ruth; Weiss, Gilbert (org.) **Critical Discourse Analysis: Theory and Interdisciplinarity**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003, p. 35-46.
- CAP, Piotr. **Proximization: The pragmatics of symbolic distance crossing**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2013.
- CHILTON, Paul. **Analysing Political Discourse: Theory and Practice**. London: Routledge, 2004.
- _____. Missing links in mainstream CDA: Modules, blends and the critical instinct. In: WODAK, Ruth; CHILTON, Paul (org.) **A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis: Theory, Methodology and Interdisciplinarity**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005, p. 19-52.
- _____. **Language, Space and Mind: The Conceptual Geometry of Linguistic Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- CIENKI, Alan. Frames, Idealized Cognitive Models, and Domains. In: GEERAETS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (org.) **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. New York: Oxford University Press, 2007, p. 170-187.
- CROFT, William; CRUSE, Allan. **Cognitive Linguistics**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- DIRVEN, René; POLZENHAGEN, Frank; WOLF, Hans-George. Cognitive Linguistics, Ideology, and Critical Discourse Analysis. In: GEERAETS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (org.) **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. New York: Oxford University Press, 2007, p. 1222-1240.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- _____. **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language**. 2ª ed. Harlow: Longman, 2010 [1995].

_____; JESSUP, Bob; SAYER, Andrew. Critical realism and semiosis. In: FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language**. 2ª ed. Harlow: Longman, 2010.

_____; WODAK, Ruth. Critical discourse analysis. In: VAN DIJK, Teun (org.) **Discourse as Social Interaction**. London: Sage, 1997, p. 258,284.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. **The way we think: Conceptual blending and the mind's hidden complexities**. New York: Basic Books, 2002.

FIGUEREDO, Giacomo. **Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro: contribuições para os estudos multilíngues**. Belo Horizonte, 2011. 383 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014, p. 21-38.

GEERAERTS, Dirk. Recontextualizing grammar: Underlying trends in thirty years of Cognitive Linguistics. In: TABAKOWSKA, Elzbieta; CHOINSKI, Michal; WIRASZKA, Lukasz. (org.) **Cognitive Linguistics in action: from theory to application and back**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2010, p. 71-102.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: Integração Conceptual, Metáfora e Dinâmica de Forças. **Veredas**, v. 18, n. 2, p. 32-50, 2014a.

_____. Indignação e culpa em cartas do leitor da **Folha de S. Paulo**: um estudo sobre a construção discursiva da tragédia de Santa Maria. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 16, n. 1, p. 63-93, jan./jun. 2014.

GONZAGA, Jair João. **Intricate Cases in Clauses in SFG concerning the Grammar of Brazilian Portuguese**. Florianópolis, 2011. 263f. Tese (Doutorado em Letras/Inglês e Literatura Correspondente) - Universidade Federal de Santa Catarina.

HALLIDAY, Michael. **Introduction to Functional Grammar**. 3ª ed. Revisado por Christian Matthiessen. London: Hodder Arnold, 2004.

HART, Christopher. **Critical Discourse Analysis and Cognitive Science: New Perspectives on Immigration Discourse**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

_____. **Discourse, Grammar and Ideology: Functional and Cognitive Perspectives**. London: Bloomsbury, 2014.

HASTREITER, Silvana Taschek. **Satisfação do consumidor em shopping centers de Curitiba**. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em Administração - Setor de Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal do Paraná.

LANGACKER, Ronald. **Cognitive grammar: a basic introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.

LAVID, Julia; ARÚS, Jorge; ZAMORANO-MANSILLA, Juan Rafael. **Systemic Functional Grammar of Spanish**. Volume I. London/New York: Continuum, 2010.

MARTIN, James; WHITE, Peter. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MOURA, Heronides (2012) O rico mundo das causas e seus efeitos na gramática dos verbos. In: MOURA, Heronides & GABRIEL, Rosângela (org.). **Cognição na linguagem**. Florianópolis: Editora Insular.

NAGEL, Jonas & WALDMANN, Michael R. Force dynamics as a basis for moral intuitions. In: MIYAKE, N., PEEBLES, D., & COOPER, R. P. (org.). **Proceedings of the 34th Annual Conference of the Cognitive Science Society**. Austin, TX: Cognitive Science Society, 2012, pp. 785-790.

- NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: acção política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, ano 9, n. 2, p. 265-291, 2009.
- OAKLEY, Todd. Force-dynamics dimensions of rhetorical effect. In: HAMPE, Beate; GRADY, Joseph (org.) **From perception to meaning: image schemas in Cognitive Linguistics**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.
- PADILHA, Valquíria. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.
- PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.) **Análise crítica do Discurso**. Lisboa: Editorial Caminho, 1998, p. 19-46.
- PINTAUDI, Silvana Maria. O shopping center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGOLI JR., Heitor (Coord.). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1992, p. 15-44.
- TALMY, Leonard. **Towards a Cognitive Semantics**. Vol. 1. Cambridge: MIT Press, 2000.
- THOMPSON, John. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9ª edição. São Paulo: Vozes, 2011.
- VAN DJIK, Teun Adrianus. **Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona: Ariel, 2003.
- WODAK, Ruth. The discourse-historical approach. In: Wodak, Ruth; MEYER, Michel (org.) **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001, p. 63-94.

Fontes

- FOLHA DE S. PAULO. Painel do Leitor: 'Rolezinhos'. 13 jan. 2014 – 27 jan. 2014.
- GOMES, Camila. Dez jovens serão intimados por 'rolezinho' no shopping Itaquera, em SP. **Folha de São Paulo**, Caderno Cotidiano. 13 jan. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396818-dez-jovens-serao-intimados-por-rolezinho-no-shopping-itaquera-em-sp.shtml>. Acesso em 05 jul. 2015.
- CONSTANTINO, Rodrigo. O "rolezinho" da inveja. Ou: A barbárie se protege sob o manto do preconceito. **Veja**. 14 jan. 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/o-rolezinho-da-inveja-ou-a-barbarie-se-protege-sob-o-manto-do-preconceito/>. Acesso em 05 jul. 2015.

Expressões e ditados populares: entre a língua e o discurso

Hudinilson URBANO (USP)
prof.urbano@yahoo.com.br

1. Introdução

O vasto campo dos estudos fraseológicos, em qualquer idioma, sugere inúmeras abordagens e análises dentro e fora das gramáticas tradicionais. Nosso propósito, porém, é abordá-los na perspectiva de uma gramática da língua falada.

No presente artigo, Expressões e Ditados Populares (EDIP), ou simplesmente Expressões Idiomáticas, são enfocados como extensões do léxico da língua, em particular no discurso falado, em consonância com pensamento de Xatara (1995) de que “a expressão idiomática é, assim, o lugar em que o discurso se faz língua” e à visão de Nogueira (2013, p. 19) quando diz:

podemos entender que, juntamente com a sintaxe e a fonologia [e, acrescentaríamos, a morfologia], o léxico é parte fundamental da língua. E foi tratado tanto tempo fora da gramática [como as referidas frases feitas têm sido] porque, enquanto as outras duas partes são regidas por um número limitado de regras e combinações, o léxico sempre parece ultrapassar todas as tentativas de definição e classificação.

Evidentemente essas dificuldades, entre outras, têm afastado muitos estudiosos da língua desses recursos de inestimável eficácia, particularmente na comunicação cotidiana espontânea, o que explica a confissão de Mário de Andrade, quando justifica: “Comecei também a usar lugares-comuns brasileiros [...] Está visto que não escrevo”.

“Frases feitas, frases fixas e cristalizadas” valem como noção abrangente usada para designar quer sejam expressões idiomáticas propriamente ditas, ditados populares figurados, lugares comuns, quer sejam os próprios provérbios, axiomas etc. No presente artigo, centramo-nos nas expressões idiomáticas de modo geral, ainda que façamos alguma restrição ao próprio termo “idiomático”, restrição, porém, impossível de ser ponderada no momento. Umas e outras, grosso modo, constituem um verdadeiro vocabulário complementar da língua.

Dentro do amplo espectro das EI, propõem-se, por ora, abordagens, reflexões e análises sobre alguns de seus aspectos semântico-formais, à semelhança do que ocorre no âmbito da gramática tradicional.

Como suporte teórico, são usados, basicamente, gramáticas normativa e descritiva (BECHARA, 1999; PERINI, 1995; CEGALA, 1984), obras afins e especializadas (GENOUVRIER; PEYARD, 1974; CÂMARA, 1964; BORBA, 1971; MARCUSCHI, 2007; TAGNIN, 1989; XATARA; OLIVEIRA, 2008; URBANO, 2006, 2007, 2009) e dicionários específicos, antigos e modernos, de formatos e metodologias variados, como de Nascentes

(1966a, 1966b), Ribeiro (1960), Magalhães Júnior (1964, 1974), Mello (2009), Silveira (2010), entre muitíssimos outros. Naturalmente, alguns conceitos elementares de ordem semântica precisam também estar presentes em nossa mente, como os de denotação, conotação, referenciação, polissemia etc.

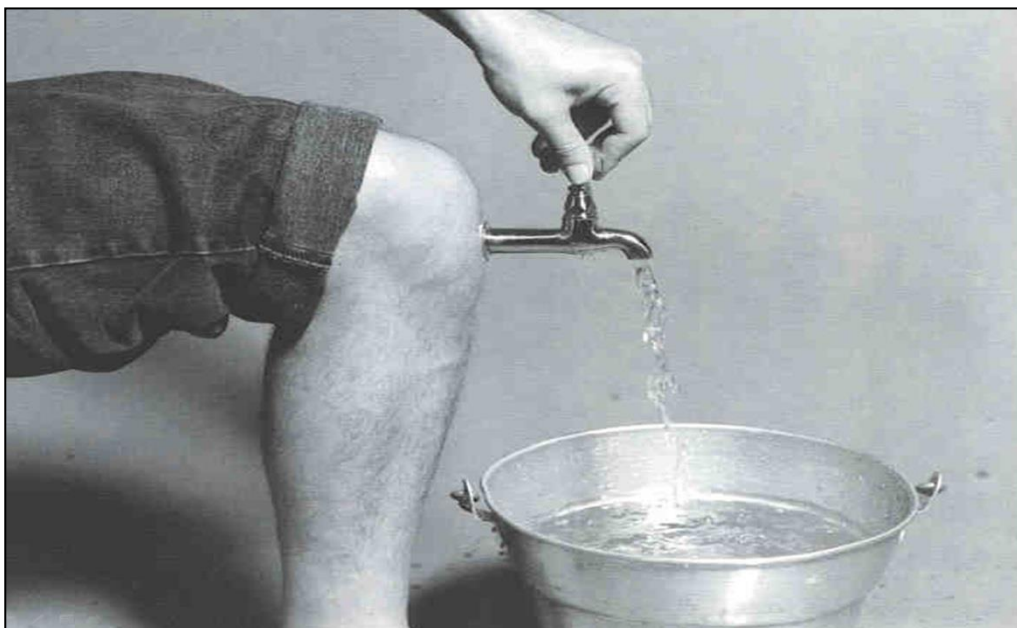
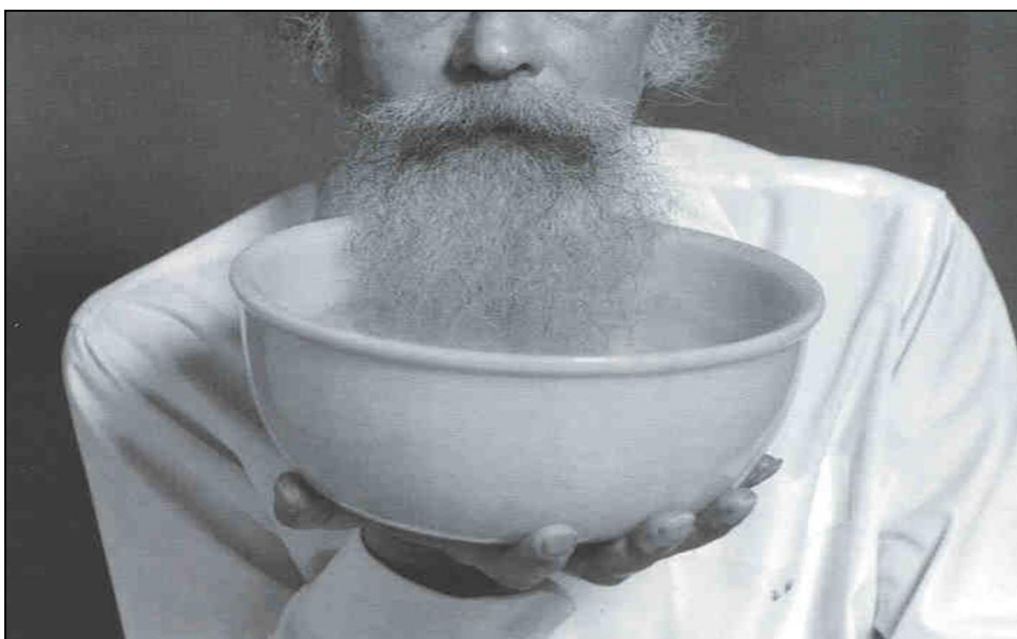
Esses tipos de frases ou expressões feitas, relativamente fixas e cristalizadas, à semelhança de muitos outros fenômenos de ordem linguística, sobretudo na linguagem falada, são universais. Isso tem justificado, inclusive, estudos e a confecção de dicionários específicos e abrangentes, contemplando línguas diferentes, ou a mesma língua de países diferentes, como é o caso de Brasil e Portugal. Ao mesmo tempo, ensejam estudos comparativos e inferenciais que podem favorecer bastante a compreensão específica de determinadas expressões ou idiomatismos.

Os levantamentos e análises dos fenômenos em questão são realizados graças a observações em algumas expressões curiosas, aparentemente inexplicáveis, como “Tirar água do joelho”, “Botar a barba de molho”, “Falar pelos cotovelos”, “Procurar pelo em ovo” etc., colhidas em pesquisa informal de campo e dicionários, de maneira qualitativa, comparativa e inferencial. Cremos ser possível, inclusive, em pesquisas mais amplas, profundas e formais, servir-se dos recursos tecnológicos da Linguística de *corpus*. Grosso modo, esse estudo abre um leque de possíveis e promissores resultados (aparentemente sem limites) quase imprevisíveis. No âmbito dos aspectos semântico-formais, porém, esboçamos um esquema em que esses fenômenos serão enquadrados e distribuídos, com vistas a fornecer parâmetros de estudos e análises sob os enfoques da sinonímia, homonímia, antonímia, paronímia, polissemia etc. Na trilha desses enfoques, abrem-se perspectivas até para a confecção de novos tipos de dicionários na área.

2. Análise preliminar de duas expressões idiomáticas

Observemos as duas fotos abaixo, extraídas do *Pequeno Dicionário Ilustrado de Expressões Idiomáticas*¹

¹ O *Pequeno Dicionário Ilustrado de Expressões Idiomáticas* compõe-se de uma série de fotos, realizadas pelos autores fotógrafos, idealizando e reproduzindo imagetivamente, a situação concreta sugerida pelo sentido literal de expressões idiomáticas.

Foto 1. Tirar água do joelho**Foto 2. Botar a barba de molho**

Como se sabe, “Tirar água do joelho” é uma expressão encabeçada por um verbo, é eufemística, figurada, significando a atividade fisiológica de “urinar”; por outro lado, “Botar a barba de molho” é uma forma verbal de estrutura semelhante, cujo sentido figurado é “precaver-se”. Evidentemente, “urinar” não significa jamais “extrair concretamente água do joelho”, nem “tirar água do joelho” descreve a ação fisiológica de urinar, bem como “precaver-se” não significa “imersão concretamente a barba num vaso contendo um líquido qualquer” nem essa ação imaginada e “fotografada” pode levar diretamente ao sentido de “precaver-se”. Trata-se de um busilis que qualquer tentativa, por meio de uma figura metafórica, dificilmente resolve e convence. Por que e como isso acontece está longe de ser lógica e inferencialmente

explicada. Mas é fenômeno indiscutível e comunicativamente eficaz. Temos de um lado sentidos literais (SL), puramente linguísticos, denotativos, concretos (*Tirar água do joelho* e *Botar a barba de molho*) e de outro sentidos não literais (SNL)², figurados, conotativos, subjetivos (“urinar” e “precaver-se”).

O sentido figurado ou SNL de *Tirar água do joelho*, “urinar”, integra uma classe semântica que *exprime ação / função fisiológica*, enquadrando-se dentro das chamadas “noções dinâmicas”, mais especificamente com a ideia de “movimento”. Por outro lado, o sentido figurado ou SNL de *Botar a barba de molho*, “precaver-se”, lembra *preocupação*, que é uma palavra que exprime uma *relação abstrata*, pertencendo à classe geral das “noções afetivas”.

Trata-se de duas “expressões idiomáticas”, cuja noção detalharemos adiante. Por ora, insistimos no entendimento de que as EI constituem um verdadeiro vocabulário complementar da língua, nisso residindo uma grande motivação para o seu estudo.

3. Sentido literal (SL) X sentido não literal (SNL)

Para uma razoável compreensão do fenômeno Expressão Idiomática (EI), precisamos ter em mente antes o entendimento de SL e SNL. Para tanto, retomemos as duas expressões traduzidas nas fotos, reproduzindo o que chamamos SL.

Com base nas ideias de Marcuschi (2007, p. 76) e à vista das duas expressões referidas e ilustradas com fotos, consideremos o processamento dos SL e SNL, e respectivas relações.

SL – *Tirar água do joelho* – O sentido primeiro da expressão revela-se, literalmente, estranho e incoerente, dificultando uma decodificação rápida e completa. Os fotógrafos dicionaristas, dentro de sua liberdade de idealização, reproduziram, da maneira mais direta, concreta, simples, comum e descritiva, o SL do enunciado como “alguém extraíndo água do joelho, por meio de uma torneira”. Daí, entre outros efeitos, já se perceber um tom jocoso, quiçá eufemístico de efeito hilário, que costuma ser uma das características mais comuns das EI.

SL – *Botar a barba de molho* – A EI tem uma análise semelhante, embora a decodificação *literal* pareça mais simples. Interpreta-se “molho”, dentro de sua polissemia, no sentido 2 previsto no dicionário Houaiss, a saber: 2. *Água ou qualquer líquido em que se imerge o peixe ou a carne salgada para lhes retirar parte do sal, ou quaisquer grãos, para amolecê-los (...)*. Particularmente, um dos sentidos atribuídos à locução *de molho* é 1. *“Imerso em água ou qualquer outro líquido, por determinado tempo (deixou o feijão de molho)”*. Assim, um dos sentidos literais possíveis no caso é *“deixou a barba de molho”*.

² Doravante serão usadas basicamente essas siglas para referência ao sentido literal (SL), concreto, denotativo e não literal (SNL), figurado, conotativo, respectivamente.

SNL – O *sentido não literal* é o verdadeiro sentido das expressões idiomáticas, a verdadeira ideia funcional a ser decodificada no uso. A imaginação dos criadores das duas expressões e o próprio uso funcional posterior lhes atribuíram, respectivamente, os sentidos não literais de “urinar” e “precaver-se”.

O SL é apenas, em princípio, a porta de entrada, normalmente pouco definida, folclórica, para a compreensão literal da expressão, enquanto o SNL é o sentido de chegada e de uso efetivo na comunicação.

4. Sentido literal X sentido não literal (noções)

Como se percebe e se deduz, o sentido literal é o sentido primeiro, comum a todos os usuários, denotativo, referencial, normalmente decodificável com facilidade como tal, embora às vezes, mas raramente, por algum tipo de deficiência do usuário (por exemplo, desconhecimento vocabular), possa demandar alguma pesquisa em dicionário. Por outro lado, o sentido não literal é o sentido final, consagrado, derivado, subjetivo, figurado, normalmente metafórico, conotativo, abstrato válido e mais significativo, definitivamente, para o estatuto e uso de uma EI.

Consideramos Expressão Idiomática uma “sequência” relativamente fixa de duas ou mais palavras combinadas, com valor de uma lexia complexa, formal e semanticamente fechada (combinatória fechada ou indecomponível). Como tal, podemos entender também uma unidade sintagmática, semântica, pragmática e discursiva, ou, de maneira mais genérica, uma unidade fraseológica típica, *sui generis*, com características peculiares de relativa fixidez e idiomaticidade, isto é, que carrega sentido global próprio, não transparente em cotejo com os sentidos literais dos seus componentes. Apoiada nos pilares do seu significante ou forma, essa sequência ou lexia complexa abarca um “conjunto de sentidos literais individuais”, que projeta, como amálgama, um “sentido global não literal compreensível”, o qual, todavia, não corresponde à simples soma transparente dos seus sentidos literais, segundo a fórmula:

Tirar água do joelho

Significantes: 1 + 2 + 3 + 4

Significados literais: 1 + 2 + 3 + 4: *extrair líquido de uma parte* de um membro inferior do corpo

Significado não literal: = amálgama = “urinar”

Se, porém, uma sequência, corresponder à forma de determinada EI e for usada somente no seu sentido literal, isto é, denotativo, denominamo-la apenas “sequência”. Assim, no enunciado “*Ao cair da cadeira de mal jeito, Ricardo ficou com uma tremenda dor de cotovelo*”, o trecho “*ficou com uma tremenda dor de cotovelo*” é uma simples sequência denotativa, construída *ad hoc* pelo falante. Todavia, no enunciado “*Ricardo separou-se da mulher por causa dos ciúmes, mas depois ficou com uma tremenda dor de cotovelo*”, o mesmo trecho “*ficou com uma tremenda dor de cotovelo*” é uma sequência conotativa, logo, uma expressão idiomática.

Também, sob esse prisma, são simples “sequências” as locuções denotativas, fixas e funcionais, como: *cara a cara* (de uso mais popular e informal) e *face a face* (mais formal e culta), ou locuções gramaticais conjuntivas, prepositivas ou adverbiais, como: *por enquanto*, *a fim de*, *na medida em que*, *às claras*.

5. Trajetória do SL para o SNL ou do SNL para o SL nas EI

Embora o foco sejam as EI, observemos, preliminarmente, o caso de uma lexia simples, em relação à passagem de seu SL ao hoje cristalizado SNL, visando a uma posterior comparação entre os dois tipos de lexias.

Ao buscar a etimologia da palavra “vermelho” no *Dicionário etimológico* de Nascentes (1966a), constatamos: “Vermelho: do lat. *vermiculu* ‘vermezinho (a cochilha)’, que aliás é um inseto, do qual se extrai uma tinta *escarlata*, o carmim. Já com o sentido de ‘escarlata’ em São Jerônimo”.

Assim, foneticamente, teríamos a seguinte evolução: *vermiculum* > *vermiculu* > *vermiclu* > *vermiclo* > *verme clo* > *vermelho*; quanto ao significado que originalmente significava literalmente *verme*, de que se extraía uma tinta *escarlata*, chegou-se ao sentido de vermelho (tinta). Houve criação e/ou evolução semântica metonímica, a partir do significado “verme”, inseto produtor da tinta natural, para a própria tinta vermelha.

Passemos agora às EI. Em se tratando dessas expressões, normalmente é impossível identificar a trajetória – se é que houve – entre o SL e SNL. Consequentemente, fica impossível também analisá-la, uma vez que, na maioria delas, são desconhecidas as condições de sua origem e criação.

Aparentemente, a EI nasce vestida de um *significante* e sua contrapartida semântica, que é o *significado*, ou *sentido literal*; *significante* e *significado*, se mantêm, em princípio, relativamente fixos. Mas o sentido que dá *status* de EI à simples *sequência* *significante / significado* vai ser o *sentido não literal* ou *figurado*, cuja ocorrência, nas EI, constitui a norma.

Esse “sentido não literal” pode ser atribuído no próprio nascedouro de uma sequência, mas também pode não ser. A expressão “*Acabar em pizza*”, por exemplo, é um caso, cujos momentos de criação e origem são conhecidos. Após uma reunião tumultuada de dirigentes do Palmeiras, eles acabaram se dirigindo a uma pizzaria. A tumultuada reunião terminou numa alegre comilança de pizzas; “acabou, pois, em pizza”. A frase denotativa ganhou depois um SNL no meio político-judiciário e em outros ambientes. “*Tirar água do joelho*” exemplifica um caso contrário, não só por se desconhecer o momento e a origem de sua criação, como também por se poder supor que essa EI tenha sido criada a partir do SNL, hoje consolidado, “urinar”. Parece-nos que a incontrolável necessidade fisiológica de urinar, surgida em ambiente social formal (numa festa, por exemplo) sugeriu, como “saída”, a criação da mencionada frase metafórica, eufemística, como poderia ter

sugerido *Verter água, Verter água do joelho* (4352)³, *Tirar água da rótula* (SILVEIRA, 2010) num registro adulto ou *Fazer xixi, Fazer pipi*, numa versão infantil. O que pegou foi *Tirar água do joelho*.

6. Analogia vocabular (da gramática ao discurso ou vice-versa)

Feitas essas observações sobre os SL e SNL das EI, com vistas a uma melhor e mais abrangente compreensão delas, teceremos preliminarmente algumas considerações práticas de caráter exploratório, sobre sua significação (literal e não literal), tendo em mente o que a gramática tradicional (normativa ou descritiva) veicula sobre a “significação das palavras simples”, a saber:

Quadro 1. Analogia vocabular (da gramática ao discurso)⁴

A) Formas/significantes		B) Significados/significações	C) Tipos de palavras
1	Diferentes (<i>erguer / levantar</i>)	Igual ou próximo (<i>pôr no alto</i>)	Sinônimas
2	Diferentes (bom / mau)	Opostos (bondoso / maldoso)	Antônimas
3	Parecidos (<u>des</u> crição: <u>dis</u> crição)	Diferentes (ato de descrever / qualidade de discreto)	Parônimas - 1
4	Parecidos (<u>ret</u> ificar / <u>rat</u> ificar)	Num sentido amplo, são opostos, mas não são opostos entre si (corrigir / confirmar)	Parônimas - 2
5	Iguais (pronúncias e/ou grafias): - <u>são</u> : a) adjetivo1; b) verbo; c) adjetivo2 - a) <u>aço</u> , substantivo; b) <u>asso</u> , verbo	Diferentes: - a: <i>sadio</i> ; b: eles “ <i>são</i> ”; c: <i>santo</i> - a: liga de ferro e carbono / b: <i>cozinho</i>	Homônimas
6	Iguais: - <u>ponto</u> : a) pontuação na ortografia; b) de teatro - <u>pena</u> : a) pluma; b) de escrever; c) <i>pena</i> , dó; d) <i>pena</i> , punição	Diferentes: - a) ponto final, sinal na gramática; b) <i>ponto</i> , profissional no teatro; - a) <i>pena</i> , pluma; b) <i>pena</i> , de escrever; c) <i>pena</i> (dó); d) <i>pena</i> (punição)	Polissêmicas - 1

³ O número 4352, SILVEIRA e DCA são remissões aos verbetes que constam nos dicionários de FONTES FILHO (2006), SILVEIRA (2010) e MAGALHÃES JR. (1964).

⁴ Analogia vocabular é entendida com a relação ou implicação entre forma e significação ou significante(s) e significado(s).

7	Iguais	Opostos (sentidos ativo / passivo): <u>emprestar</u> : 1) <i>dar de empréstimo</i> ; 2) <i>receber de empréstimo</i>) ⁵ ; <u>alugar</u> : 1) <i>dar por aluguel</i> , 2) <i>receber de aluguel</i> .	Polissêmicas-2 (um tipo de antônimas)
---	--------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Na sequência apresentamos mais um quadro que elaboramos e que traz um esquema dos tipos de EI, em termos de relação ou implicação entre formas e SL e SNL.

Quadro 2. Esquema dos tipos de EI, em termos de relação ou implicação entre formas e SL e SNL

	A) Formas e SL	B) SNL	C) Expressões: classes/categoria / tipologia	D) Exemplificação: compreendendo Formas e SL)	E) SNL: mensagens
01	Diferentes	Diferentes	Diferentes	a) Tirar água do joelho b) Botar a barba de molho	a) urinar b) precaver-se
02	Diferentes	Iguais	Sinônimas⁶ 1	a) Confiar cegamente / Assinar em branco b) Ter olho grande/Ter olho gordo c) Ser mão de vaca / Ser mão fechada d) Enxugar gelo / Tapar o sol com a peneira / Ensacar fumaça / Tirar água de pedra / Procurar pelo em ovo e) Consertar relógio debaixo d'água / Procurar agulha no palheiro f) Encher o saco / pegar no pé	a) confiar plenamente b) invejar, cobiçar c) ser sovina d) tentar realizar tarefa impossível, e) realizar tarefa muito difícil f) atormentar
03	Diferentes, mas parecidas	Iguais	Sinônimas 2	a) Com uma mão atrás outra na frente / Com uma mão na frente outra atrás b) Tirar leite de pedra / Tirar água de pedra / c) Dar com a cara na porta / Bater com a cara na porta / Dar com o nariz na porta / Bater com o nariz na porta d) Nem tudo são flores / Nem tudo são rosas	a) em estado de penúria b) tentar realizar tarefa impossível c) não encontrar ninguém procurado d) nem tudo é fácil, bom
04	Diferentes, mas parecidas	Parecidos	Sinônimas 3 (imperfeitas)	a) Procurar agulha no palheiro / procurar pelo em ovo b) Pôr as barbas de molho / Ficar com o pé atrás c) Defender fracos e oprimidos / defender pobres e oprimidos	a) Realizar tarefa muito difícil / impossível b) Precaver-se / ficar desconfiado c) Defender as minorias

⁵ Bechara (1999, p. 404, últ. §): “Às vezes ocorre a antonímia porque a palavra apresenta valor ativo e passivo: *alugar*: a) dar de aluguel / b) receber de aluguel; b) *emprestar*: a) dar de empréstimo / b) receber de empréstimo”

⁶ As sinônimas 1, 2 e 3 representam níveis, matizes ou variáveis de sinonímias; normalmente registradas no mesmo verbete dos dicionários.

05	Iguais	Diferentes	Homônimas (conforme os contextos)	Tirar leite de pedra – contexto 1 / contexto 2 – (se levarmos em conta os dois sentidos não literais, podemos considerar duas expressões)	Realizar tarefa impossível. Ser muito esperto (<i>Ouvi dizer que ele tira até leite de pedra</i>)
06	Iguais	Diferentes	Polissêmicas homônimas ⁷	<p>a) Dar em cima</p> <p>b) De mãos abanando / Com as mãos abanando</p> <p>c) Dar nó em pingo d'água</p> <p>d) Ficar de molho</p> <p>e) Deixar na mão</p>	<p>a) 1. Cortejar, paquerar 2. Pressionar</p> <p>b) 1. Sem nada nas mãos: <i>Saiu da empresa de mãos abanando</i> 2. sem disposição para o trabalho: <i>Eu aqui me matando e ele lá, de mãos abanando;</i></p> <p>c) 1. dar um jeitinho 2. causar problema</p> <p>d) 1. ficar acamado: <i>Ficou uma semana de molho por causa da gripe;</i> 2. ficar imerso em água: <i>Deixou a roupa de molho;</i> 3. sem ser utilizado por certo tempo: <i>Ficou de molho até o escalarem para a nova novela.</i></p> <p>e) 1. decepcionar 2. deixar sem socorro</p>

⁷ Trazemos, por bem oportunas, as observações de XATARA; OLIVEIRA (2008, p.128): “Difícilmente encontramos idiomatismos polissêmicos, pois eles têm menos mobilidade contextual que uma unidade lexical qualquer, isto é, são privados da possibilidade de se manifestar mais livremente em relação semântica e gramatical com outras palavras. Mas os casos encontrados foram mantidos e as diferentes acepções enumeradas: *tomber du ciel* 1. *arriver à l'improviste et fort à propôs* [sujet: *plutôt chose*] = «cair do céu»; 2. *être stupéfait* [sujet: *personne*] = «cair das nuvens; cair de costas; cair duro»

07	Diferentes	Opostos	Antônimas 1 (típicas)	<p>a) Ter pé frio / Ter pé quente</p> <p>b) Passar de cavalo a burro / Passar de burro a cavalo</p> <p>c) Levar a pior / Levar a melhor</p> <p>d) Baixar a cabeça / Levantar a cabeça</p> <p>e) Tempo de vacas gordas / Tempo de vacas magras</p> <p>f) Dar-se mal / Dar-se bem</p>	<p>a) Indivíduo azarento / pessoa que traz sorte</p> <p>b) Piorar a situação / melhorar a situação</p> <p>c) Perder / Vencer</p> <p>d) Sentir-se humilhado / Sentir-se honrado</p> <p>e) Tempos de fartura, de prosperidade / Tempos de dificuldade</p> <p>f) ter êxito / fracassar</p>
08	Iguais	Opostos	Antônimas 2 / homônimas, polissêmicas	- Prato feito	1) refeição barata, de baixa qualidade, ruim, PF (pê-e-fe); 2) situação favorável
09	Parecidas ou diferentes	Opostos	Antônimas 3 (acrescida do “não”)	<p>a) Brincar em serviço</p> <p>b) <u>Não</u> brincar em serviço</p>	<p>a) reduzir o desempenho</p> <p>b) cumprir uma obrigação com rapidez e eficiência</p>
10	Diferentes, mas parecidas	Diferentes, mas parecidos	Parônimas	<p>a) Até o osso / Até os ossos</p> <p>b) Quebrar a cabeça / quebrar a cara</p>	<p>a) ao máximo (endividou-se até o osso) / totalmente (Chegou encharcado até os ossos)</p> <p>b) refletir muito para resolver um problema / não conseguir seus objetivos</p>

A seguir, teceremos algumas considerações sobre o apanhado exposto nos quadros.

O Quadro 1 deve ser considerado como um esboço de classificação de algumas categorias de EI, permitindo, portanto, certas adaptações interpretativas em termos de análises e reflexões.

Da maneira como se apresenta, já sugere um amplo leque de observações e considerações. Restringimo-nos apenas a algumas mais pertinentes:

- Com base na “analogia vocabular” do quadro introdutório anterior (Quadro 1 acima), quando ora sob análise veicula uma espécie de analogia frasal “formal-sintático-semântica. A simples concentração na panorâmica tipológica esboçada das expressões permite muitas observações,

tanto sob o aspecto formal, quanto sob o aspecto semântico ou em ambos ao mesmo tempo, as quais, entretanto, apenas é possível pontuar algo superficialmente, pois cada enfoque praticamente enseja o desenvolvimento de uma tese.

- A linha 1 do Quadro 2 registra duas expressões diferentes, uma vez que elas possuem formas e SL e SNL diferentes. Trata-se de duas expressões distintas que em dicionários de EI possuem verbetes específicos. Estão aqui arroladas apenas para lembrar o infindável número de expressões idiomáticas que existem, revelando a riqueza delas na língua portuguesa do Brasil. Qualquer bom dicionário de expressões idiomáticas registra mais de 10.000 expressões e o cotejo entre eles deixa claro que esse número pode se multiplicar.
- Ainda na linha 1 do Quadro 2, a expressão *Tirar água do joelho* é consensualmente catalogada sob essa forma nos dicionários; já *Botar a barba de molho* é verbalizada ora como *Botar a barba de molho*, ora como *Colocar a barba de molho*, ora como *Pôr a barba de molho*, ora, ainda como *Botar as barbas de molho* etc. Essa flutuação constitui uma das grandes dificuldades para os serviços de dicionarização, o que leva vários dicionaristas a optarem pelo uso de “palavras-chave”, normalmente substantivos. No caso em questão, a seleção seria pela palavra “barba”, ou, como fez Antenor Nascentes, agrupando sob a palavra “barba” todas as expressões que contêm essa palavra: “BARBA – *Empenhar as ___ s.* Dar o mais valioso penhor ao assumir um compromisso de honra. Assim fez o vice-rei D. João de Castro na Índia. (...) *Fazer a ___ a alguém.* Enganar esta pessoa. (...) *Pôr as ___ s de molho.* Precaver-se, prevenir-se, ficar de sobreaviso”.
- Por outro lado, a formulação *Tirar água do joelho*, embora metafórica, revela seu SL (verter água) e SNL (urinar), propondo um enunciado de efeito descritivo, enquanto *Botar a barba de molho* registra no seu SNL uma noção abstrata (“preocupação”), como é muito frequente nos SNL das expressões.
- Como se observa, a grande maioria de expressões arroladas é sinônima, compreendendo diversos níveis, que é uma constante a demonstrar a riqueza de formulações verbais. Se a pesquisa ocorrer em outras línguas, o fenômeno se repete; o que parece revelar-se um fenômeno universal. Na realidade, há um constante “esforço para criar cambiantes de significação e valor estético” (CÂMARA JÚNIOR, 1964, p. 321), o que explica em parte a grande frequência de expressões sinônimas, ainda que imperfeitas.
- Sendo o nosso centro de atenção a sinonímia, parece bastante oportuna a lição de Câmara Júnior sobre esse tópico exposta no seu DFG. Além dos sempre sábios e oportunos esclarecimentos sobre a sinonímia, os enfoques são válidos para a questão da significação linguística de modo geral e particularmente da polissemia, antonímia etc. Por essa razão, reproduzimos, comentamos e parafraseamos a seguir alguns trechos.

Com relação à **sinonímia** – propriedade de dois ou mais vocábulos poderem ser empregados um pelo outro sem prejuízo do que se pretende comunicar. A sinonímia aparece em todos os planos das formas linguísticas, particularmente, para o que nos interessa, nas palavras, locuções e frases. Assim: *levantar/erguer; tenho de sair/preciso sair. Espero que ele cumpra o prometido / Confio em que ele não falte à sua palavra*. Em regra, a gramática restringe a sinonímia ao plano das palavras, mas aqui, pensando no “discurso”, incluímos o plano das EI, assumindo naturalmente toda a complexidade que lhes é inerente.

Os sinônimos distinguem-se, a rigor, entre si no âmbito da “denotação” e da “conotação”. No âmbito da denotação é preciso levar em conta a “polissemia” imanente em toda palavra, de que resulta que a sinonímia depende essencialmente do contexto linguístico em que se acha a palavra: a) *levantar* os braços = *erguer*; b) *levantar* nos braços = *erguer* ou *suspender*; c) *levantar* uma estátua = *erguer* ou *erigir*; d) *levantar* uma candidatura = *lançar*; e) *levantar* uma questão = *provocar*; f) *levantar* a lebre = *descobrir* etc. Note-se que o Dicionário Aurélio arrola 46 significados, incluindo os figurados. Entendemos com Câmara Júnior que as línguas e os respectivos falantes caracterizam-se por uma riqueza sinonímica por vários motivos, entre os quais pelo esforço para criar cambiantes de significação e valor estético.

Chama a atenção o exemplo “levantar a lebre”⁸, em que “levantar”, na combinação com “a lebre” cristalizou-se numa sequência, cujo conjunto obteve o SNL de “descobrir”, como se fosse uma lexia simples, passando a ser usada como expressão idiomática.

Por outro lado, verificam-se o valor sinonímico e as diferenças denotativas ou conotativas entre duas ou mais palavras por vários processos, entre os quais vale observar a determinação do “antônimo” comum ou diverso de cada uma delas. Assim, em (a) *o cão está livre* (sinônimo: *solto*) opõe-se a (b) *o cão está preso* (sinônimo: *amarrado*). Logo, a classe do antônimo implica a categoria da sinonímia, tanto nas lexias simples quanto nas complexas da EI.

- Nessa riqueza sinonímica há que se destacar a frequência de expressões parecidas (ou parônimas), em que, a par da igualdade ou semelhança do SNL (por isso, sinônimas), são formalmente também bastante parecidas, naturalmente dentro da maior complexidade das EI em relação às lexias simples, como: *Ter olho grande / Ter olho gordo; Ser mão de vaca / Ser mão fechada*.
- Embora não se enquadre diretamente nos limites do presente quadro discutir a questão do “contexto” (seja o situacional, seja o linguístico ou mesmo o co-texto), cabe ao menos frisar sua

⁸ A expressão portuguesa (que tem correspondente literal em francês: “*Lever le lièvre*”, com o sentido não literal “ser o primeiro a descobrir um segredo, a apresentar uma ideia) parece ter-se originado de expressão usada na arte de caçar: “fazer a caça sair de onde se ocultava” (*cães e cornetas levantaram as lebres no campo*) (Cf. HOUAISS, que dá a explicação e abonação anteriores, mas silencia quanto a origem da expressão). Em inglês, a expressão portuguesa equivale, não claramente, a *hare and hounds* (lebre e cães), com a explicação “(desp) tipo de corrida em distância imitativa da caça à lebre”. Em português, Antenor Nascentes explica: “*Levantar a lebre* – Ser o primeiro a dar com uma irregularidade, a aventar uma ideia, a excitar uma questão etc. Levantar uma caça é fazê-la sair da toca.” Parece-nos que de descobrir e fazer a lebre se levantar (sentido denotativo, concreto), o sentido passou a abstrato, ampliado, generalizado: descobrir um segredo > descobrir caminhos > descobrir motivações para iniciar debates, discussões.”

importância na precisão de sentidos que, por exemplo, expressões “homônimas” (mesma forma / sentidos diferentes: *Dar em cima*: 1 - *cortejar*, 2 – *pressionar*, exemplificada no nº 06, e homônimas antônimas (mesma forma / sentidos opostos, como aparece no nº 08, dele dependem).

- Como se observa, é muito frequente a ocorrência de expressões encabeçadas por verbos (*Tirar água do joelho*), sejam sinônimos entre si, e mais ou menos de uso fixo (*Botar / colocar / pôr a barba de molho*), sejam até de sentidos opostos (*Chegar / sair com uma mão na frente outra atrás*). A frequência de expressões verbais (frases verbais) é tão grande que Silveira (confeccionou o seu *Dicionário de Expressões Populares da Língua Portuguesa* com todas as expressões formuladas verbalmente, justificando: “Restringe-se às expressões – ou *sintagmas*, como querem os linguistas – puramente *verbais*. Ou seja, tal fraseologia passa a ter vida própria a partir da classe gramatical dos verbos.” (p. XIII). É verdade que muitas expressões são originariamente gírias, apresentando-se sob formas nominais, catalogadas em Silveira (2010) sob estrutura verbal, normalmente com o verbo “ser”, como, aliás, só acontece no uso cotidiano, como *Ser mão de vaca* (da gíria *mão de vaca*), *Ser mão aberta* (da gíria *mão aberta*): “O cara é mão de vaca, não abre a mão nem pra dar bom dia”; “Vá lá que ele é mão aberta.” (SERRA; GURGEL, 1998)
- A referência às expressões *Chegar / sair com uma mão na frente outra atrás* enseja observarmos que, embora uma das características das EI seja a irreversibilidade da ordem, expressões há, como a sob foco, que a admitem sem comutação de seus referentes e sem alteração do seu SNL, como exemplificado no Quadro 2, linha 03, a: *Com uma mão atrás outra na frente / Com uma mão na frente outra atrás*, ou, ainda, *Separar o joio do trigo / Separar o trigo do joio*.
- Uma questão que também costuma ser realizada, mas que, entretanto, extravasa nosso foco de interesse no momento, é a relação de inferência ou não entre o SL e o SNL das expressões. Cabe questionar se há uma trajetória do SL para o SNL ou deste para aquele. Talvez essa trajetória possa existir, mas não numa relação semântica direta. Uma abordagem bastante rica sobre esse assunto foi feita por Marcuschi (2007, p. 76), valendo a pena uma consulta de aprofundamento.

7. Considerações finais

As expressões idiomáticas e as frases feitas afins são um rico objeto multifacetado, de hipóteses e estudos e especulações de ordem gramatical (Cf., por exemplo, o recente artigo de Pasquale sobre o uso do subjuntivo “tussa” em *Nem que a vaca tussa*), lexical e discursiva, entre outras. Favorecem, portanto, uma extensa linha de pesquisas e levantamentos, que este artigo visa a incentivar seus estudos e a desafiar estudiosos.

Completando nossas reflexões, reforçamos uma vez mais o entendimento de que as frases feitas do tipo aqui abordadas representam um verdadeiro vocabulário, necessário no acervo lexical de qualquer falante, ainda que letrado e culto.

Uma das hipóteses mais motivadoras é a confecção de dicionários, introduzidos por reflexões dos mais variados aspectos. As diversas categorias levantadas na tipologia do quadro abrem a possibilidade para a confecção não só de dicionários gerais de EI, como também de dicionários subtemáticos específicos de expressões “sinônimas”, de expressões “antônimas” etc.

Referências bibliográficas

- ALVES, Eliane Ferraz. **Construções lexicais complexas com o verbo “levar”**. Tese de Doutorado, Recife-PE: UFPE, mimeo)
- ASRHAF, M. et MIANNAY, D. **Dictionnaire des expressions idiomatiques**. Paris: Librairie générale française, 1995.
- AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Dicionário Analógico da Língua Portuguesa** (ideias afins). Brasília: GEP/Editora de Brasília, 1974.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**, 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BORBA, Francisco da Silva. **Pequeno vocabulário de linguística moderna**. São Paulo. Editora Nacional Editora da USP, 1971.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Filologia e Gramática**. Rio de Janeiro / São Paulo: J. OZON Editora, 1964.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Locuções tradicionais no Brasil**. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 24 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1984.
- CIPRO NETO, Pasquale. Nem que a vaca tussa. **Folha de S. Paulo. C2**. São Paulo, 18 set. 2014.
- FONTES FILHO, Aristides. **O dito pelo não dito** - Dicionário de expressões idiomáticas. São Paulo: Libratrês, 2006.
- FONTOURA, Mara; ROCHA, Itaércio. **Como diz o ditado**. Curitiba: Gramofone Produção Cultural, 2005.
- FULGÊNCIO, Lucia. **Expressão fixa e idiomatismos no português do Brasil**. Belo Horizonte, 2008. 489p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG.
- GENOUVRIER, Emile ; PEYARD, Jean. **Linguística e ensino do português**. Coimbra: Almedina, 1974.
- MAGALHÃES JÚNIOR. Raimundo. **Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos**. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1974.
- _____. **Dicionário de coloquialismos anglo-americanos**. Provérbios, idiotismos e frases feitas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Interação, contexto e sentido literal. In: _____. **Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MELLO, Nelson Cunha. **Conversando é que a gente se entende**. São Paulo: Leya, 2009.

MOURA, Ivone de. **Por outras palavras** – Dicionário das frases idiomáticas mais usadas na Língua Portuguesa. Lisboa: Edições Ledo, 1995.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico resumido**. MEC, Instituto Nacional do Livro, 1966a.

_____. **Tesouro da Fraseologia Brasileira**. Rio de Janeiro-São Paulo: Freeitas Bastos, 1966b.

NOGUEIRA, Lais Moreira, 2013. Estudo das Expressões Idiomáticas na área dos sentimentos (análise contrastiva português europeu / português brasileiro) Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras,

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. Ática: São Paulo, 1995.

RIBEIRO, João. **Frases Feitas** – Estudo conjectural de locuções, ditados e provérbios. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Bastos, 1960.

SERRA E GURGEL, João Bosco. **Dicionário de Gíria** – O equipamento linguístico falado do brasileiro. 5 ed. Brasília: JBSerra e Gurgel, 1998.

SILVEIRA, João Gomes da. **Dicionário de expressões populares da Língua Portuguesa**: riqueza idiomática das frases verbais: uma hiperoficina de gírias e outros modismos luso-brasileiros. São Paulo: WMF Martins, 2010.

TAGNIN, Stella. **Expressões idiomáticas e convencionais**. São Paulo: Ática, 1989.

URBANO, Hudinilson. **A frase na boca do povo**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Uso e abuso dos provérbios. In: PRETI, Dino (org.) **Interação na fala e na escrita**. NURC Projetos Paralelos, v. 8, São Paulo: Humanitas, 2006.

_____. **Um aspecto na fraseologia popular**: frases feitas, expressões fixas. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.

_____. Da fala para a escrita: o caso dos provérbios e expressões populares. **Investigações e Teoria Leterária**. Recife: Ed.UFPE, 2009, v. 21 (em homenagem a Luiz Antônio Marcuschi)

XATARA, Cláudia Maria; OLIVEIRA, Wanda Leonardo. **PIP** - Dicionário de provérbios, idiomatismos e palavrões em uso – Português / Francês / Português. São Paulo: Editora de Cultura, 2008.

_____. O campo minado das expressões idiomáticas. **Alfa 42** (número especial), 1998.

_____. O resgate das EI. **Alfa 39**, 195-210, São Paulo, 1995.

A função discursiva do neologismo literário

Elis de Almeida CARDOSO (USP)
elisdacar@usp.br

1. Introdução

O discurso literário é uma forma de expressão artística e apresenta, em relação a outras esferas discursivas, traços singulares que precisam ser levados em consideração quando se toma esse discurso como objeto de análise linguística. O discurso literário visa à estética, ultrapassa a simples informação referencial, afasta-se dos discursos cotidianos, busca a atemporalidade e a universalidade, valoriza o ficcional sobre o real.

Quando se tem por objeto de estudo o discurso literário, é preciso entender que a linguagem artística se sobrepõe à linguagem cotidiana e, por mais coloquial que sejam as escolhas de um autor, seu objetivo é mais do que simplesmente transmitir uma informação.

Falando especificamente sobre a poesia, Gardes-Tamine (1992, p. 7-8) afirma que o poema é uma organização complexa, um objeto produzido por um criador, em função de suas escolhas e de suas experiências; é recriado a cada leitura. A linguagem poética não se confunde com a linguagem comum, mas, ao mesmo tempo, a linguagem comum, organizada de outra forma, é que é utilizada na poesia, principalmente na poesia contemporânea. É justamente essa diferença entre a comunicação estabelecida com o uso cotidiano da língua e a comunicação estabelecida com o uso da língua na expressão literária que faz com que se possa perceber no discurso literário toda uma variedade de significações e daí toda a originalidade da expressão verbal.

É essa forma “especial” de dizer que produz um significado próprio. A criatividade dos autores de textos literários pode se aproximar da de autores de outros gêneros discursivos (o publicitário, por exemplo), mas ao mesmo tempo também se distancia a ponto de se poder falar que, no discurso literário, a propensão para a criação é bem mais livre, sem limites.

Em se tratando da criatividade literária, não se pode descartar as múltiplas e variadas interpretações que pode se dar a um texto literário, principalmente por ser ele uma obra aberta, com vários e possíveis significados, em que a conotação prevalece sobre a denotação.

Ao se iniciar o estudo dos neologismos no discurso literário, é preciso ter em mente que se está frente a uma forma de criação que está ligada à originalidade de expressão do indivíduo criador, à sua facilidade para criar, à sua liberdade de expressão. Assim, pode-se dizer que os neologismos literários que surgem com um objetivo específico dificilmente chegarão a fazer parte do dicionário de língua, uma vez que existem no nível do discurso. Ganham vida em um momento exclusivo, são utilizados principalmente por escritores,

marcando autor e época, aparecem porque na expressão literária a fantasia verbal para a criação é mais livre e trazem ao texto um efeito especial porque podem fugir do uso comum da língua.

Dessa forma, se o objetivo é estudar as criações lexicais literárias, também chamadas de criações estilísticas, é importante não só a preocupação com o processo de formação desses neologismos e seu significado no contexto, como também passa a ser fundamental verificar os efeitos de sentido e a expressividade deles no discurso literário. Para isso, é necessário estabelecer um eixo entre a Lexicologia, a Estilística e os estudos discursivos, verificando-se de que maneira um autor aproveita as virtualidades do sistema para manifestar toda a sua criatividade lexical.

2. A neologia literária

A neologia literária ou estilística, apontada por Guilbert (1975), baseia-se na expressividade da própria palavra ou da frase, não com o objetivo de mostrar ideias originais de uma maneira totalmente nova, mas de exprimir de uma maneira inédita uma visão pessoal do mundo. Trata-se da forma de criação poética pela qual se pode fabricar uma nova lexia ou dar a uma lexia já formada uma significação diferente do sentido amplo e conhecido.

A palavra nova, inusitada chama a atenção do leitor, provoca uma reação de estranhamento, por mais que se compreenda seu significado e se reconheça seu processo de formação. É o neologismo literário cumprindo o seu papel.

Quer se trate de uma nova palavra, quer de um sentido novo, ou de uma transferência de categoria gramatical, o neologismo literário suspende o automatismo perceptivo, obriga o leitor a tomar consciência da forma de mensagem que está decifrando (RIFFATERRE, 1989).

Isso ocorre porque é no léxico que “se reiteram, se transformam, se mantêm, se sustentam os modelos mentais, os sistemas de valores, os recortes culturais, os pontos de vista e as práticas de um grupo sociocultural” (CARDOSO, 2013, p. 10). As transformações do léxico no decorrer de um período refletem o pensamento e a visão desse grupo. Logo, as criações de um autor mostram como se estrutura a sua própria visão de mundo.

Por meio das palavras que usam, os falantes mostram suas identidades sociais, suas relações enquanto participantes, sua adaptação à audiência, seu estado de espírito, suas emoções, seus valores, suas opiniões e atitudes, seus propósitos, seu conhecimento e os tipos de situações (in)formais ou institucionais em que estão falando ou escrevendo (VAN DIJK, 2012, p. 238).

A função discursiva do neologismo literário pode ser variada. Muitas vezes percebe-se com ele a crítica social, outras vezes um efeito de humor ou de ironia.

[...] é o léxico que recorta nossa percepção do mundo em seus aspectos naturais, biológicos, sociais e culturais. Sendo assim, nossa representação linguística do mundo é feita por meio

das unidades lexicais, aquelas que possuem uma significação por elas mesmas, já que categorizam (a partir de modelos que podem ser tomados como gerais) o mundo a nosso redor (BATISTA, 2011, p.34).

É justamente pelo fato de o léxico refletir as identidades sociais e as manifestações culturais é que ele passa sempre por muitas transformações. O léxico associa-se diretamente à memória, por isso passa por inovações, renova-se, é um conjunto aberto, flexível e dinâmico, refletindo todas as mudanças sociais, históricas, culturais. Segundo Antunes (2012, p. 28), “todas as palavras remetem ao conhecimento que o homem constrói em sua experiência social com grupos e culturas de que participa”.

Os escritores se aproveitam da criatividade lexical e da criação de neologismos para expressar sua ideologia, sua identidade cultural. E, se por um lado os neologismos literários dificilmente chegam a ser atestados e desneologizados, por outro motivam-se a cada leitura. Muitos neologismos literários aparecem apenas uma vez, mas sua recepção espalha-se ao longo do tempo e novos leitores podem sempre tomar conhecimento deles (PRUVOST; SABLAYROLLES, 2003, p. 61).

Segundo Correia e Almeida (2012), a criação neológica literária ou neologia estilística vem preencher uma necessidade comunicativa ou expressiva de determinado autor, num dado momento. O produto resultante desse processo, o neologismo literário (estilístico), é, então, associado não à produtividade, mas à criatividade lexical.

Os neologismos de língua são o exemplo mais claro da **produtividade lexical**, entendida como a capacidade inerente ao próprio sistema linguístico que permite a construção de palavras por processos interiorizados, aplicados normalmente de modo inconsciente e sistemático. Por seu turno, os neologismos estilísticos são o exemplo mais claro de **criatividade lexical**, entendida como a capacidade que o falante possui para alargar o sistema linguístico, de forma consciente, por meio de princípios de abstração e comparação imprevisíveis, mas claramente motivados (CORREIA e ALMEIDA, 2012, p.19).

Os neologismos criados pelos escritores podem não contribuir para a produtividade lexical, mas não deixam de evidenciar, como afirma Martins (2000), as potencialidades dos processos de formação e dos elementos formantes, prefixos e sufixos, utilizados em sua construção.

(...) não podemos antever o destino dos vocábulos forjados por um escritor ou uma pessoa qualquer. (...) eles evidenciam as potencialidades dos processos de renovação do léxico e dos elementos formadores (lexemas e morfemas), que são integrantes da língua. Ainda que as novas palavras tenham existência efêmera, elas revelam um meio de o falante realizar o seu desejo de expressividade. Muitas delas são realmente de emprego restrito, e não poucas se limitam a uma ou outra ocorrência (...) Mas, pela sua novidade, causam um inegável efeito expressivo que não se pode menosprezar (MARTINS, 2000, p. 111).

Na descrição e análise linguística, não só a expressão de valores como também posicionamentos sócio-históricos devem ser levados em consideração. Elementos extralinguísticos como a situação, o contexto, os papéis sociais assumidos revelam não só a intencionalidade discursiva, mas também os valores ideológicos. São os diferentes efeitos de sentido produzidos, revelados pelas escolhas, que mostram a intenção do autor e seu posicionamento frente ao contexto. Os neologismos literários, então, apresentam marcas individuais,

mas não podem ser distanciados do quadro social. A expressividade só pode ser compreendida, levando-se em consideração sua relação com a frase, o texto, o discurso.

Além de Oswald de Andrade, que sempre lutou contra a “consciência enlatada” e buscou algo novo e original para a sua poesia, valorizando uma língua “natural e neológica”, Carlos Drummond de Andrade, que publicou até a década de 80, mostrou também que os indivíduos, assim como os poetas, devem misturar, deglutir e não se submeter a algo pronto e planejado. A brasilidade e a busca da identidade nacional de Mário de Andrade, o regionalismo de Manoel de Barros, os jogos lúdicos, as experimentações da linguagem, de Haroldo de Campos, contribuem para a observação da individuação do dizer, principalmente, pelas criações lexicais, frequentes na literatura modernista. Cada neologismo revela a criatividade de cada autor e proporciona diferentes efeitos de sentido, visto que são produzidos para universos discursivos distintos, evidenciando as visões de mundo daquele que enuncia. “O estilo de um escritor pode ser considerado como uma utilização criativa e individual dos recursos da língua que o seu período, seu dialeto escolhido, seu gênero e seu propósito nele incluso lhe oferecem”, diz Spencer (1974, p. 13-4).

Vale lembrar que, como afirma Barbosa, as marcas discursivas existentes no discurso literário estão sempre relacionadas a uma situação específica de enunciação. Para a autora (BARBOSA, 1981, p.77-78), “a criação lexical deve ser situada, por um lado, numa determinada época, em virtude de sua pertinência à história do léxico, ligada à história da sociedade, e por outro, vista em função da individualização das criações feitas por locutores identificados na comunidade lingüística”.

Sem dúvida os neologismos possuem uma estreita relação com o contexto social em que foram criados. De acordo com Guiraud (1978, p.23), “as palavras guardam o reflexo das coisas que designam ou dos ambientes em que são empregadas”. Cada estado da língua possui palavras-testemunho ou neologismos correspondentes a novas noções de realidade que surgem no seio da coletividade, em um dado momento histórico. Por essa razão, afirma-se que os neologismos revelam as ideologias e as visões de mundo dos falantes de uma língua.

3. O significado discursivo de neologismos literários

Para mostrar a preocupação de escritores modernos com o mundo que os cerca, tentamos aqui, levantar neologismos literários que contribuem para o tratamento de temas sociais, como: a crítica ao homem massificado e animalizado, à falta de comunicação, à sociedade consumista, à burguesia, à polícia, à miséria, à inveja, à miscigenação.

Encontramos, nos textos analisados, neologismos formados pelos seguintes processos:

- derivação prefixal: *despalavra, despolicimento, hipersupermercado*.
- derivação sufixal: *algarismar, antesmente, coisamente*.

- composição: *burguês-burguês, burguês-cinema, burguês-funesto, burguês-mensal, burguês-níquel, burguês-tílburi, garganta-tesão, homem-curva, homem-nádegas.*

- cruzamento lexical: *adourar, amourar, ameriquítalo, bufólicas, ciganagô, crilouro, escãocarado, genuncunflexado, guaranissei, iberibárbaros, judárabes, orientupis, sonourar.*

Muitos poemas de Carlos Drummond de Andrade criticam comportamentos sociais mostrando um autor preocupado com a modernidade. O poema *Ao Deus Kom Unik Assão* (2002, p. 705), que abre o livro *As impurezas do branco* (2002, p.703-782), critica o homem animalizado, que não pensa por si, o homem massificado e submisso. O título do poema, com a desagregação da lexia *comunicação*, mostra a intenção do autor em mostrar que em tempos modernos é venerada a anticomunicação. Para fazer a crítica, o autor se utiliza de criações lexicais próprias e originais, como por exemplo, a dos verbos *adourar* (cruzamento entre *adorar* e *ouro*), *sonourar* (cruzamento entre *som* e *ouro*) e *amourar* (cruzamento entre *amar/amo* e *ouro*). Além de criar o adjetivo *genuncunflexado*, em que há um cruzamento entre *genuflexado* (a forma atestada é *genuflexo*) e *circunflexado* (a forma atestada é *circunflexo*). A reverência a esse deus tão poderoso não pode ser apenas de joelhos, é preciso se curvar frente a ele, além de se ajoelhar, em uma posição de vassalagem e subserviência completa.

Genuncunflexado vos adouro
Vos amouro, a vós sonouro
Deus da buzina & da morfina

No mesmo poema, nota-se o adjetivo neológico *escãocarado* que se refere às bocas abertas de seres que se deixam animalizar ou se possuir pelo *cãõ*.

Nossa goela sempre sempre sempre escãocarada
engole elefantes
engole catástrofes
tão naturalmente como se.
E PEDE MAIS.

Manoel de Barros no poema 16 do livro *Retrato do artista quando coisa* (2010, p. 368) também fala da falta de comunicação do mundo moderno. O poeta quer retroceder ao *antesmente* verbal. O advérbio formado com o sufixo *-mente* unido a uma base adverbial causa estranhamento, mas com esse choque de novidade, o leitor percebe que o poeta busca um tempo que não existe mais. Ele espera a *despalavra*, a palavra sem forma, sem som, anterior ao verbo, sem contaminação. A palavra que ainda não foi criada, nem usada por ninguém. O prefixo *des-*, com valor de nulidade, unido a uma base substantiva que não aceitaria a negação, faz com que o neologismo mostre a valorização do niilismo almejado pelo poeta em um momento em que não se dá mais conta de tanta informação.

Agora só espero a despalavra: a palavra nascida
para o canto --- desde os pássaros.
A palavra sem pronúncia, ágrafa.
Quero o som que ainda não deu liga.
Quero o som gotejante das violas de cocho.
A palavra que tenha um aroma ainda cego.

Até antes do murmúrio.
 Que fosse nem um risco de voz.
 Que só mostrasse a cintilância dos escuros.
 A palavra incapaz de ocupar o lugar de uma
 imagem.
 O antesmente verbal: a despalavra mesmo.

A desconstrução da linguagem e o niilismo mostram uma poesia preocupada com o desmoronamento do mundo moderno e uma reconstrução dele em outra ordem. Os jogos lexicais de Arnaldo Antunes em *Inclassificáveis* (2006, p. 257) mostram nossa mistura. Não somos nem índios, nem europeus, nem negros. Somos o resultado de nossa história. Por meio da mescla de palavras e pela construção dos neologismos formados por cruzamentos vocabulares (*crilouros, guaranisseis, judárabes, orientupis, ameriquítalos, iberibárbaros, ciganagôs*), o poeta mostra que somos inclassificáveis.

que preto, que branco, que índio o quê?
 aqui somos mestiços mulatos
 cafuzos pardos mamelucos sararás
 crilouros guaranisseis e judárabes
 orientupis orientupis
 ameriquítalos luso nipo caboclos
 orientupis orientupis
 iberibárbaros indo ciganagôs
 somos o que somos
 inclassificáveis

No poema *Eu, etiqueta* (ANDRADE, 2002, p.1252), a crítica de Drummond vai para o indivíduo que pensa apenas em marcas famosas e que perde sua individualidade. O homem passa a ser coisa: *Meu nome novo é Coisa. Eu sou a Coisa, coisamente*. Por meio da formação do advérbio *coisamente* (coisa + sufixo adverbial *-mente*), o autor mostra que o discurso literário poético pode ter uma função social.

Em minha calça está grudado um nome
 Que não é meu de batismo ou de cartório
 Um nome... estranho
 Meu blusão traz lembrete de bebida
 Que jamais pus na boca, nessa vida,
 Em minha camiseta, a marca de cigarro
 Que não fumo, até hoje não fumei.
 Minhas meias falam de produtos
 Que nunca experimentei
 ...
 E cada gesto, cada olhar,
 Cada vinco da roupa
 Sou gravado de forma universal,
 Saio da estampanaria, não de casa,
 Da vitrine me tiram, recolocam,
 Objeto pulsante mas objeto
 Que se oferece como signo de outros
 Objetos estáticos, tarifados.
 Por me ostentar assim, tão orgulhoso
 De ser não eu, mar artigo industrial,
 Peço que meu nome retifiquem.
 Já não me convém o título de homem.
 Meu nome novo é Coisa.

Eu sou a Coisa, coisamente.

As críticas sociais passam também pela poesia e pela prosa de Mário de Andrade. O neologismo *despoliciamento*, formado também pelo prefixo *des-* unido a uma base substantiva é encontrado em *Nelson*, um dos contos de *Contos Novos* (1999, p. 94).

Qualquer cidadão que paga seus impostos quer que os governos sejam responsáveis pela segurança pública, promovendo policiamento nas ruas. Embora não seja comum, seria esperado que o significado de *despoliciamento* fosse a ausência ou falta de *policiamento*. Entretanto, Mário de Andrade se utiliza do neologismo de forma bastante irônica. A presença do policial indiferente parece nula, a ponto do policiamento existente não surtir nenhum efeito. Há polícia, mas é como se não houvesse. O neologismo é responsável pela crítica ao comportamento do policial e por extensão do governo.

Agora vinha lá do lado oposto da alameda o rondante, na indiferença, bem no meio da rua, batendo o tacão na botina, no despoliciamento proverbial desta cidade.

Em *Ode ao burguês (Pauliceia desvairada)*, Mário de Andrade (1987, p. 88-89) demonstra claramente seu desprezo ao homem da classe média, o chamado burguês, representante das elites retrógradas do século XIX. Lido na Semana de Arte Moderna em 1922, o poema, na verdade uma denúncia social, ataca a mentalidade pequeno-burguesa, o indivíduo que permanece no passado, que é avesso a mudanças, que só se preocupa consigo mesmo, que valoriza o luxo, mas, ao mesmo tempo, é ignorante.

Para criticar suas atitudes, o autor cria vários neologismos por composição. São formados por dois substantivos em relação de subordinação: *burguês-burguês*, *burguês-cinema*, *burguês-níquel*, *burguês-tílburi*, *homem-curva*, *homem-nádegas*. São formados por substantivo e adjetivo *burguês-funesto* e *burguês-mensal*.

A crítica de Mário aponta para as diferenças de classe; é declarado o ódio à aristocracia e à elite de São Paulo.

O reforço em *burguês-burguês* faz com que se entenda que a referência é feita ao *burguês* mesmo a quem compara primeiramente com o níquel. Trata-se do indivíduo que só valoriza o dinheiro (*burguês-níquel*), a diversão (*burguês-cinema*) e o conforto (*burguês-tílburi*), em uma alusão ao meio de transporte da classe endinheirada do século XIX. Pelo fato de gostar de comer bem, enquanto outros passam fome, o burguês é gordo (*homem-curva*), mas não passa de um retrógrado (*homem-nádegas*). A crítica atinge o homem de comportamento regular, que preza a rotina, esse é o *burguês-mensal*. Para o poeta, o burguês é uma criatura odiosa (*burguês-funesto*).

O verbo neológico *algarismar*, formado a partir de *algarismo*, reforça a ideia do contar, do prever, do ter o vislumbre exato do que acontecerá. Essa atitude burguesa é também alvo de crítica.

Eu insulto o burguês! O burguês-níquel,
o burguês-burguês!
A digestão bem-feita de São Paulo!
O homem-curva! o homem-nádegas!

O homem que sendo francês, brasileiro, italiano,
é sempre um cauteloso pouco-a-pouco!

Eu insulto as aristocracias cautelosas!
Os barões lampiões! os condes Joões! os duques zurros!
que vivem dentro de muros sem pulos;
e gemem sangues de alguns mil-réis fracos
para dizerem que as filhas da senhora falam o francês
e tocam os "Printemps" com as unhas!

Eu insulto o burguês-funesto!
O indigesto feijão com toucinho, dono das tradições!
Fora os que algarismam os amanhãs!
Olha a vida dos nossos setembros!
Fará Sol? Choverá? Arlequinal!
Mas à chuva dos rosais
o êxtase fará sempre Sol!

Morte à gordura!
Morte às adiposidades cerebrais!
Morte ao burguês-mensal!
ao burguês-cinema! ao burguês-tílburi!
Padaria Suissa! Morte viva ao Adriano!
"–Ai, filha, que te darei pelos teus anos?
–Um colar... – Conto e quinhentos!!!
Mas nós morremos de fome!"

Come! Come-te a ti mesmo, oh gelatina pasma!
Oh! purée de batatas morais!
Oh! cabelos nas ventas! oh! carecas!
Ódio aos temperamentos regulares!
Ódio aos relógios musculares! Morte à infâmia!
Ódio à soma! Ódio aos secos e molhados!
Ódio aos sem desfalecimentos nem arrependimentos,
sempiternamente as mesmices convencionais!
De mãos nas costas! Marco eu o compasso! Eia!
Dois a dois! Primeira posição! Marcha!
Todos para a Central do meu rancor inebriante!

Ódio e insulto! Ódio e raiva! Ódio e mais ódio!
Morte ao burguês de gíolhos,
cheirando religião e que não crê em Deus!
Ódio vermelho! Ódio fecundo! Ódio cíclico!
Ódio fundamento, sem perdão!

Fora! Fu! Fora o bom burguês!...

No poema *Fim de feira* (ANDRADE, 2002, p. 774), Carlos Drummond de Andrade descreve a ação de “mulheres magras” e “crianças rápidas” que catam os detritos e fazem deles seu “estoque de riquezas”:

No hipersupermercado aberto de detritos,
ao barulhar de caixotes em pressa de suor,
mulheres magras e crianças rápidas
catam a maior laranja podre, a mais bela
batata refugada, juntam no passeio
seu estoque de riquezas, entre risos e gritos.

O prefixo *hiper-* (grego) designa, ao lado de *super-* (latino), um grau aumentativo. Porém, comumente, encontramos entre eles uma gradação. *Hiper-* ganha um grau a mais que *super-*. Daí, podemos citar como exemplo supermercado e hipermercado. Se o supermercado é o local em que se vendem basicamente alimentos, o hipermercado é um supermercado de grandes proporções, em que se vendem também móveis, eletrodomésticos, etc. Drummond utiliza os dois prefixos na formação *hipersupermercado*.

O *hipersupermercado* para o autor é, na verdade, uma feira livre. Essa designação não surge pelo fato de essa feira apresentar enormes proporções, e sim porque a cena que lá ocorre é chocante. Trata-se de um “hipersupermercado aberto de detritos”, ou seja, no fim de feira, sobram apenas laranjas estragadas, batatas jogadas e esquecidas, que ninguém, com poder aquisitivo, quer. Entretanto, essas sobras todas fazem a alegria de “mulheres magras e crianças rápidas”. A dupla prefixação é extremamente expressiva no texto. A feira acabou, só resta para quem é pobre um *hipersupermercado* de detritos.

É o neologismo em função da crítica contra a desigualdade social e a miséria.

O sentimento de inveja entre mulheres e de vingança é retratado por Hilda Hilst (2013) em *A cantora gritante*, poema que integra a coletânea *Bufólicas*.

O neologismo que dá título à obra é um cruzamento vocabular entre *bucólicas* (lembrando a célebre obra de Virgílio) e a ópera *bufa*. Os poemas que tratam de temas eróticos são irônicos. O título representa bem essa faceta de Hilda Hilst.

No poema *A cantora gritante*, a autora apresenta uma cantora que cantava muito bem e que despertava, com seu canto, a inveja das mulheres da vizinhança. Essas mulheres não aguentavam mais ter relações sexuais com seus maridos que as procuravam de tão excitados que ficavam ao ouvir aquela bela voz. A vingança se estabelece quando as mulheres agarram a cantora e fazem com que ela faça sexo oral com o jumento chamado Fodão. O processo de derivação sufixal em que se une o sufixo aumentativo *-ão*, ao substantivo *foda*, criando assim o nome próprio para o jumento (*Fodão*) não deixa de apresentar um tom de humor, uma vez que os jumentos, em sua anatomia, apresentam um falo avantajado. Percebe-se com essa derivação e com a criação desse nome próprio quão malévola é a vingança estabelecida pelas mulheres. *A garganta-tesão* deixa de cantar e passa a gritar. A composição formada por dois substantivos, que estão em relação de subordinação tem o seu sentido muito claro no texto. A garganta da cantora provoca tesão nos homes e inveja nas mulheres.

Cantava tão bem
 Subiam-lhe oitavas
 Tantas tão claras
 Na garganta alva
 Que toda vizinhança
 Passou a invejá-la.
 (As mulheres, eu digo,
 porque os maridos
 às pampas excitados
 de lhe ouvir os trinados,
 a cada noite

em suas gordas consortes
enfiavam os bagos).
Curvadas, claudicantes
De xerecas inchadas
Maldizendo a sorte
Resolveram calar
A cantora gritante.
Certa noite... de muita escuridão
De lua negra e chuvas
Amarraram o jumento Fodão a um toco negro.
E pelos gorgomilos
Arrastaram também
A Garganta Alva
Pros baixios do bicho.
Petrificado
O jumento Fodão
Eternizou o nabo
Na garganta-tesão... aquela
Que cantava tão bem
Oitavas tão claras
Na garganta alva.

Moral da estória:
Se o teu canto é bonito,
Cuida que não seja um grito.

4. Considerações finais

Segundo Marcuschi (2008, p. 240) “a produção textual não é uma simples atividade de codificação e a leitura não é um processo de mera decodificação”, logo o que se pode concluir dessa afirmativa é que tanto o processo de criação de texto quanto a leitura são procedimentos que requerem saberes prévios acerca dos conteúdos e sua exploração implica compreender os significados e a finalidade do texto.

Para se conseguir a compreensão total do significado do neologismo literário é preciso uma inserção do leitor no universo da obra literária, na intenção que existe por trás daquela criação. Para isso é preciso que o texto literário seja analisado juntamente com o seu contexto.

Neste capítulo, pretendemos mostrar de que forma os neologismos literários podem favorecer a crítica social, expondo a visão de mundo dos autores que buscam, por meio de sua criatividade lexical, soltar sua voz e marcar sua posição. O objetivo foi mostrar que, formados pelos mesmos processos que os neologismos de língua, os neologismos literários são criativos e chamam a atenção, podendo daí ser analisados estilisticamente, porque estão, muitas vezes, em função de uma expressão própria de um escritor que quer atingir o leitor de forma extremamente original.

Partindo-se do nível morfológico, pretendeu-se alcançar o nível textual e discursivo, análise essencialmente importante em se tratando de neologismos literários.

Quando se leva em conta os aspectos contextuais, as criações neológicas literárias mostram sua força discursiva e daí sua expressividade. Pode-se dizer, então, que esses neologismos são o produto criativo de uma conjunção de fatores linguísticos a serviço de um determinado efeito de sentido.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- ANDRADE, Mário de. **Contos novos**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999.
- _____. **Poesias completas**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1987.
- ANTUNES, Arnaldo. **Como é que se chama o nome disso**: antologia. São Paulo: Publifolha, 2006.
- ANTUNES, Irandé. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012.
- AULETE, Caldas. **IDicionário**. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br>.
- BARBOSA, Maria Aparecida. **Léxico, produção e criatividade**: processos de neologismo. São Paulo: Global, 1981.
- BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A palavra e a sentença**. São Paulo: Parábola, 2011.
- CARDOSO, Elis de Almeida. **Drummond**: um criador de palavras. São Paulo: Annablume, 2013.
- CORREIA, Margarita e ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola, 2012.
- GARDES-TAMINE, Joelle. **La stylistique**. Paris: Armand Colin, 1992.
- GUILBERT, Louis. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.
- GUIRAUD, Pierre. **A estilística**. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
- HILST, Hilda. **Bufólicas**. São Paulo: Globo, 2013.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário eletrônico da língua portuguesa. Versão 1.0, 2001.
- MARTINS, Nilce Sant`anna. **Introdução à Estilística**. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- PRUVOST, Jean e SABLAYROLLES, Jean François. **Les néologismes**. Paris: PUF, 2003.
- RIFFATERRE, Michael. **A produção do texto**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- SPENCER, John; GREGORY, Michael; ENKVIST, Nils Erik. **Linguística e estilo**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974.
- VAN DIJK, Teun. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012